

Gabriela Dambrós
Idiane Mânica Radaelii
Leonice Aparecida de Fátima A. P. Mourad
Zenicléia Angelita Deggerone
(organizadoras)

QUESTÕES AGRÁRIAS EM FOCO

Volume I



Gabriela Dambrós
Idiane Mânica Radaelli
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
Zenicléia Angelita Deggerone
(organizadoras)

QUESTÕES AGRÁRIAS EM FOCO

Volume I

Ituiutaba, MG



2018

© Gabriela Dambrós; Idiane Mânica Radaelli; Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad; Zenicléia Angelita Deggerone 2018.

Editor da obra: Gabriela Dambrós.

Arte da capa: Equipe Barlavento.

Diagramação: Anderson Ferreira de Azevedo Filho.

E-Books *Barlavento*

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 68066 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Asé Tobi Babá Olorigbin.

Rua das Orquídeas, 399, Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.

barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial da E-books Barlavento:

Dra. Mical de Melo Marcelino (Editor-chefe).

Dr. Antônio de Oliveira Junior.

Profa. Cláudia Neu.

Dr. Giovanni F. Seabra.

Msc. Leonor Franco de Araújo.

Profa. Maria Izabel de Carvalho Pereira.

Dr. Jean Carlos Vieira Santos.

Questões Agrárias em Foco/ Gabriela Dambrós; Idiane Mânica Radaelli; Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad; Zenicléia Angelita Deggerone (org). Ituiutaba: Barlavento, 2018, 263 p.

ISBN: 978-85-68066-77-5

1. Agricultura. **2.** Agropecuária. **3.** Agricultura Familiar. **4.** Movimentos sociais.

I. DAMBRÓS, Gabriela. **II.** Radaelli, Idiane Mânica. **III.** MOURAD, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira, **IV.** DEGGERONE, Zenicléia Angelita.

Todos os direitos desta edição reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da E-Books Barlavento.

SUMÁRIO

Apresentação.....	9
Assentados, intrusos e administradores no assentamento de banhado do colégio Camaquã, Rio Grande do Sul (1962-1971) <i>Marluza Marques Harres</i>	14
Terra, poder e lei no Médio Rio Doce/MG (1940-1964) <i>Michelle Nunes de Moraes</i>	48
Uma igreja a serviço dos oprimidos: atuação da prelazia de São Felix do Araguaia-MT <i>Maria Henriqueta dos Santos Gomes</i> <i>Kátia Gomes da Silva Amaro</i> <i>Gabriela Dambrós</i>	83
Desobediência civil e movimento dos trabalhadores rurais sem-terra- MST <i>Idiane Mânica Radaelli</i> <i>Samuel Mânica Radaelli</i>	116
O papel da formação na sucessão de dirigentes sindicais na região do Alto Uruguai- RS <i>Alcemir Antonio Bagnara</i> <i>Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad</i> <i>Zenicléia Angelita Deggerone</i>	138
A intercooperação como estratégia de inserção no mercado institucional: a dinâmica das cooperativas agropecuárias da agricultura familiar do Alto Uruguai-RS	

<i>Cleunir Augusto Paris</i>	
<i>Jhonatan Munaretto Imlau</i>	
<i>Zenicléia Angelita Deggerone</i>	167
Dinâmicas de desenvolvimento rural nos estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul: um estudo comparativo	
<i>Ana Luisa Araújo de Oliveira</i>	
<i>Adriana Rita Sangalli</i>	199
<i>Amanda Guareschi</i>	
Perfil dos beneficiários do programa de aquisição de alimentos no assentamento Antônio Conselheiro (Tangará da Serra, Mato Grosso, Brasil)	
<i>José Roberto Rambo</i>	
<i>Gilmar Laforga</i>	
<i>Raimundo Nonato Cunha de França</i>	220
Processo de reconversão de uma unidade de produção familiar sob a influência do projeto de diversificação em áreas de tabaco no extremo Sul Catarinense	
<i>Luiz Felipe Gomes Uberti</i>	
<i>Eliandra Gomes Marques</i>	246
Avicultura familiar: avaliação do desempenho zootécnico e econômico em diferentes tipologias de aviários	
<i>Tatiane Branco</i>	
<i>Daniela Regina Klein</i>	
<i>Maurício Portella dos Santos</i>	279
Sobres os Autores	298

Apresentação

Gabriela Dambrós
Idiane Mânica Radaelli
Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad
Zenicléia Angelita Deggerone

A presente obra resulta de um conjunto de reflexões decorrentes de pesquisas de mestrado e/ou doutorado, bem como de densas observações/intervenções cotidianas orientadas para temáticas agrárias em seu sentido lato, a partir de diferentes áreas de conhecimento.

A compreensão da complexidade da temática agrária é de suma importância para o entendimento da sociedade contemporânea, marcada por uma falsa dicotomia entre campo e cidade. Nessa obra privilegiamos temáticas e abordagens centradas na denominada agricultura familiar e/ou camponesa.

Iniciamos o livro com o capítulo intitulado “Assentados, intrusos e administradores no assentamento do Banhado do Colégio – Camaquã, Rio Grande do Sul (1962-1971)” de Marluza Marques Harres que apresenta alguns elementos acerca da primeira experiência de reforma agrária ocorrida no Brasil, no Governo de Leonel Brizola, identificando um conjunto de litígios, disputas e alianças entre os diferentes atores presentes naquele espaço, com especial destaque a convergência das pressões exercidas pelo MASTER e a vontade política do Governo do Rio Grande do Sul, que resultaram, dentre outras coisas, na distribuição de terras no Banhado do Colégio.

O capítulo II “Terra, poder e lei no médio Rio Doce/MG (1940-1964)” de autoria de Michelle Nunes de Moraes, apresenta um estudo dos processos administrativos de concessão de terras da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais para apreender as turbações e expropriações na instalação da

propriedade no Médio Rio Doce no decorrer das décadas de 1940-60. As fazendas expulsaram os posseiros que ocupavam as terras devolutas e eles, ao serem transformados parceiros ou assalariados urbanos e rurais, buscaram formas de resistir às expulsões e negociar a permanência nas posses.

No capítulo III, as autoras Maria Henriqueta dos Santos Gomes, Kátia Gomes da Silva Amaro e Gabriela Dambrós apresentam, no artigo denominado, “Uma igreja a serviço dos oprimidos: atuação da Prelazia de São Felix do Araguaia- MT”, a atuação de religiosos e leigos católicos na Prelazia de São Félix do Araguaia-MT, na defesa dos interesses de grupos sociais identificados como populações tradicionais (camponeses, ribeirinhos, indígenas, agricultores familiares, etc.), constantemente ameaçados pela atuação do capital representado pelas grandes empresas agropecuárias, no extremo nordeste do estado do Mato Grosso, evidenciando a figura de Dom Pedro Casaldáliga, hoje arcebispo Emérito, cuja trajetória foi marcada pela defesa incondicional do interesse das populações locais frente ao avanço modernizante e excludente do capital.

O texto que compõe o capítulo IV “Desobediência civil e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST” de autoria de Idiane Mânica Radaelli e Samuel Mânica Radaelli, com base na pesquisa bibliográfica, explora a temática da legitimidade das ocupações realizadas pelo MST, averiguando sua moralidade, bem como, os desdobramentos políticos e sua relação com a criminalização nos moldes convencionais, justificando juridicamente o instituto da desobediência civil.

Alcemir Antonio Bagnara, Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad e Zenicléia Angelita Deggerone apresentam, no capítulo V, “O papel da formação na sucessão de dirigentes sindicais na região do Alto Uruguai – RS” articulando a trajetória histórica da região, com as mudanças

socioeconômicas que alteraram a atuação do sindicalismo no local, cabendo esclarecer da centralidade da denominada agricultura familiar naquele contexto.

Ainda tendo como contexto a região do Alto Uruguai, o capítulo VI intitulado “A intercooperação como estratégia de inserção no mercado institucional: a dinâmica das cooperativas agropecuárias da agricultura familiar do Alto Uruguai (RS)”, de autoria de Cleunir Augusto Paris, Jhonatan Munaretto Imlau e Zenicléia Angelita Deggerone, descreve a atuação efetiva das cooperativas da Agricultura Familiar no mercado institucional do PAA e do PNAE, propondo os denominados arranjos interorganizacionais. Nesse aspecto, a intercooperação apresenta-se como alternativa para dinamizar a inserção mercadológica. Para tal, torna-se necessário, identificar as configurações intercooperativas existentes, ganhos, gargalos e condicionantes no âmbito das cooperativas da Agricultura Familiar, inclusive as do Alto Uruguai (RS), objeto deste estudo.

O capítulo VII intitulado “Dinâmicas de desenvolvimento rural nos estados do Rio Grande Do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso Do Sul: um estudo comparativo” de autoria de Ana Luisa Araújo de Oliveira, Adriana Rita Sangalli e Amanda Guareschi, partindo do questionamento de semelhanças e diferenças observadas historicamente no desenvolvimento rural das regiões Sul e Centro-Oeste, realiza uma análise das dinâmicas do desenvolvimento rural, contemplando os aspectos demográficos e agropecuários dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1960 e 2018.

O capítulo VIII, de autoria de José Roberto Rambo, Gilmar Laforga e Raimundo Nonato Cunha de França, intitulado “Perfil dos beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos no assentamento Antônio Conselheiro (Tangará da

Serra, Mato Grosso, Brasil)” os autores, após apresentarem o PAA elaboram um retrato/panorama (a) dos entrevistados (a), sua família, trabalho e infraestrutura básica dos agricultores familiares assentados que são beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Tangará da Serra – Mato Grosso.

No penúltimo capítulo “Processo de reconversão de uma unidade de produção familiar sob a influência do projeto de diversificação em áreas de tabaco no extremo sul catarinense” de autoria de Luiz Felipe Gomes Uberti e Eliandra Gomes Marques, apresenta a Convenção Quadro e o Projeto de Diversificação em Áreas de Tabaco, bem como relata a viabilidade de diversificação em uma Unidade de Produção Familiar no Extremo Sul Catarinense. Nessa UPF, a exemplo de outras, a família estimulada pelo Projeto Diversificação passou a produzir de forma diversificada alimentos orgânicos propiciando o Nível de Reprodução Simples (NRS) eficiente e garantindo probabilidade de sucessão familiar.

No capítulo X dessa coletânea intitulado “Avicultura familiar: avaliação do desempenho zootécnico e econômico em diferentes tipologias de aviários” de autoria de Tatiane Branco, Daniela Regina Klein e Maurício Portella dos Santos apresenta a avicultura familiar é uma atividade que proporciona maior diversificação e renda na propriedade familiar. Inovações tecnológicas surgem na avicultura de corte, para melhorar a produtividade e o bem-estar do frango de corte, passando a ser uma atividade cada vez mais rentável. Com isso, a análise de índices bioclimáticos é uma das formas de avaliação da eficiência produtiva dos frangos de corte.

Com essa organização, priorizamos as reflexões e debates sobre diferentes temáticas agrárias a partir de olhares distintos que fortalecem a questão uma expressiva diversidade de

experiências viabilizada no campo, em distintos locais do Brasil, tendo como protagonistas agricultores familiares e/ou camponeses e seu esforço permanente em viabilizar sua reprodução social.

ASSENTADOS, INTRUSOS E ADMINISTRADORES NO ASSENTAMENTO DO BANHADO DO COLÉGIO CAMAQUÃ, RIO GRANDE DO SUL (1962-1971)

Marluza Marques Harres

Introdução

O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, durante a gestão 1959-1962, elaborou e tentou implementar uma política agrária de caráter reformista articulada à mobilização dos setores sociais rurais empobrecidos, organizados através do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Trabalhando na mobilização e organização dos sem-terra, encontravam-se destacados políticos do PTB regional, que tentaram construir, com o programa de reforma agrária, incipientemente implementado, uma articulação entre o partido, os movimentos sociais e o aparato estatal. Da convergência das pressões exercidas pelo MASTER e da vontade política do Governo resultaram algumas medidas práticas, dentre elas a distribuição de terras no Banhado do Colégio.

A particularidade desse assentamento rural é que ele está inserido numa área de extrema fertilidade, pois é resultado da drenagem de um antigo banhado. Um banhado de deságue que foi se constituindo, ao longo dos tempos, como um depósito de sedimentos trazidos por um curso d'água, o arroio Duro. Foi justamente o represamento desse arroio em um ponto mais acima, ou seja, a construção da Barragem do Arroio Duro, que possibilitou a apropriação e uso dessa área de banhado.

Cabe destacar que toda a região do baixo rio Camaquã se caracteriza, desde o início do século XX, pela produção de arroz

irrigado; integrando, portanto, aquilo que se convencionou chamar de lavoura capitalista do arroz. A partir dessas considerações podemos individualizar alguns aspectos a respeito dessa área de terra: possui grande fertilidade com potencial para irrigação; desenvolveu-se em função de uma agricultura moderna, com mecanização, irrigação, estrutura de beneficiamento e comercialização para o arroz; foi alvo de investimentos públicos; tornou-se objeto de concessão aos agricultores sem-terra que trabalhavam na própria região.

Esses aspectos sugerem a diversidade de interesses que estiveram presentes na disputa por essas terras. Os assentados, apesar do apoio inicial do Governo, enfrentaram a resistência desses fazendeiros. Focamos neste texto a construção desse assentamento rural e os problemas enfrentados pelos assentados no estabelecimento dos núcleos rurais. Para tanto, além da pesquisa com fontes convencionais, trabalhamos também com relatos dos próprios assentados sobre os diferentes momentos desse processo. As fontes orais integraram a pesquisa sobre a mobilização e criação dos núcleos coloniais do Banhado do Colégio. A partir do contato com os assentados, foram registradas informações sobre a administração dos núcleos coloniais, cuja documentação está depositada na Inspetoria de Terras de Camaquã. Encontrar a documentação administrativa do Banhado do Colégio possibilitou o aprofundamento da análise sobre as relações entre o Estado e os assentados, na estruturação e consolidação dos núcleos coloniais.

A articulação entre os depoimentos coletados e os documentos administrativos, permitiu construir aspectos importantes dessa relação. Inicialmente foram entrevistados apenas aqueles que tiveram uma participação direta no movimento, valorizando, desse modo, o relato e a compreensão sobre os acontecimentos que deram origem ao assentamento.

Foram realizadas entrevistas com quinze assentados.¹ Os entrevistados não foram submetidos a um questionário, muito embora tivesse um roteiro de questões para consulta. Como aponta Tourtier-Bonazzi (1996, p.237): “A entrevista semi dirigida é com frequência o meio-termo entre um monólogo de uma testemunha e um interrogatório direto. (...) O arquivista ou historiador ao preparar a gravação, deve, pois, definir sua problemática e escolher certo número de perguntas às quais não deve renunciar”.

Difícil começo

Grande esforço foi realizado, no exíguo tempo disponível pela administração do governo Leonel Brizola, para tornar a ocupação e apropriação daquelas terras uma realidade efetiva. Nas entrevistas, sobressai a preocupação dos agricultores em fixar residência na área, mesmo em condições extremamente difíceis. O esforço foi empreendido por todos, pois tinham consciência de que era indispensável efetivar a apropriação e consolidar a instalação dos núcleos.

As dificuldades desses tempos iniciais podem ser imaginadas a partir de algumas informações da Inspetoria de Terras: “O trecho da estrada de acesso, numa extensão de 20km, foi patrolado seis vezes. Foram patroladas por duas vezes as estradas rurais e ruas do núcleo 2. ” Ou ainda: “Nos núcleos 3 e 4 estão sendo executados em ritmo acelerado, os serviços de

¹ Entre 1999 e 2000 foram entrevistados pela autora os seguintes assentados: Anibal Chagas Lemos; Antonio Bartz; Augusto Bartz; Antonio Kila; Doraci Moura; João Souza; Carlos Solon Bueno; Eli Wieg Silveira; Francisco Budelon; Manoel Aguiar; Plinio Ribeiro Figueiredo; Rodolfo Westphal; Stanislau Studinski; Willi Loska; Zeferina da Silva Matos.

construção de acesso, estradas rurais e arruamentos. ”. Essas informações revelam que os núcleos não estavam prontos para receber os agricultores, cujas famílias se instalaram em meio às obras executadas para dar forma ao planejamento efetuado pelo Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA). Nas entrevistas essas dificuldades do início são sempre lembradas, mas acabam sendo minimizadas ao comentarem sobre as possibilidades obtidas quando começaram a plantar e a colher.

Inicialmente a situação era precária também no que se referia ao sustento das famílias, pois o “tempo do acampamento” consumiu os recursos e dificultou o trabalho para muitos. Na distribuição dos auxílios, a administração adotou o procedimento de “analisar o caso de cada um particular”. Uma estrutura de apoio foi organizada no prédio da cooperativa para o fornecimento de gêneros alimentícios e também de material básico para o trabalho, como “capinadeiras, plantadeiras, polvilhadeiras, produtos fungicidas e inseticidas, distribuição de sementes de milho, de hortaliças, aves e adubos químicos” aos agricultores. A “Cooperativa de Assistência aos Agricultores” funcionou no primeiro ano, dando amplo apoio aos assentados para instalação e início da produção.²

Ainda nesta fase inicial, o IGRA disponibilizou 25 casas pré-fabricadas, algumas usadas pela administração e as outras distribuídas entre os mais necessitados. Foram instaladas vinte casas no núcleo 2, três no núcleo 3 e duas no núcleo 4. Cabe

² Relatório da Inspeção de Terras de Camaquã - 1962. Comentado em alguns depoimentos.

lembrar que não havia luz e o abastecimento de água era extremamente precário.³

O cercamento dos lotes, especialmente nos limites com as propriedades particulares ou com as vias públicas, foi outra medida logo implementada pela administração. Os trabalhos foram executados pelos próprios contemplados, ficando o transporte e o material por conta da administração.⁴ Apesar dessas medidas, cujo objetivo era preventivamente proteger a área produtiva de propriedade dos assentados, registraram-se episódios de destruição das cercas. A tensão entre agricultores assentados e proprietários lindeiros acabou aparecendo, o que envolveu a destruição das primeiras lavouras de um número expressivo de agricultores. Conforme laudo da vistoria solicitada pela administração, foi registrada a presença de “cerca de 200 ovinos, 50 vacuns e 20 cavalares soltos nas áreas danificadas”. Essas áreas compreendiam 9 lotes, alguns devidamente cultivados, outros em fase de preparação. O caso teve encaminhamento judicial e é revelador da resistência dos fazendeiros e da animosidade que os agricultores assentados enfrentaram na região.⁵

A incipiente e promissora experiência dos assentados do Banhado do Colégio logo passou a ser objeto de atenção e

³ O abastecimento de água era precário. Os primeiros poços abertos e analisados indicavam a impropriedade d'água para o consumo. A rede elétrica somente foi instalada em 1972.

⁴ Relatório da Inspetoria de Terras de Camaquã - 1962.

⁵ Correspondência de 4 de abril de 1963 solicitando a realização da vistoria. Relatório de vistoria entregue em 15 de maio de 1963 realizados por engenheiros agrônomos. Correspondência da Coordenação do IGRA informando ao Chefe da Inspetoria de Terras sobre ofício recebido do Promotor de Justiça da Comarca em 24 de junho de 1963.

projeção nacional, atraindo estudantes e professores de diversos pontos do país.

Com o objetivo de tomar conhecimento do sistema de andamento dos trabalhos do IGRA na instalação dos núcleos do Banhado do Colégio, bem como a divisão dos lotes – o critério adotado na distribuição dos mesmos – assistência social e técnica e em especial a condição de vida dos contemplados, nos visitou uma caravana constituída de estudantes de agronomia e veterinária das Universidades de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.⁶

Dar visibilidade ao que se passava no Banhado do Colégio era uma maneira de consolidar a iniciativa e dificultar, ou até mesmo impossibilitar, a sua desestruturação. No contexto vivido pelo país, em que sobressaíam as manifestações de defesa da reforma agrária, impulsionadas pela disposição do governo João Goulart para encaminhar a questão, a experiência do Banhado do Colégio ganhava projeção, registrada como parte do programa de Reforma Agrária implementado pelo governo Leonel Brizola, cujos assessores integravam o governo federal justamente nessa esfera administrativa. A defesa da reforma agrária afirmava-se impulsionada pelo programa das reformas de base. No Rio Grande do Sul, a reforma agrária tornara-se parte da campanha eleitoral de 1962, comprometendo-se os candidatos ao governo com a sua defesa, inclusive o próprio candidato eleito Ildo Meneghetti (CÁNEPA, 1999, p.335). Apesar disso, encontramos no relatório da Inspeção de Terras a

⁶ Relatório da Inspeção de Terras de Camaquã- 1963.

suspensão da entrega dos lotes, logo após a posse do governador.⁷

Israel Farrapo Machado assumiu como Coordenador Chefe do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA) e passou a orientar a administração dos núcleos. Havia problemas com a demarcação dos lotes, o que deu margem para novos entendimentos com os proprietários, ocorrendo troca de áreas, como fica evidenciado na documentação. Entre os problemas, cuja solução logo foi encaminhada, consta a correção “das divisas e permuta da área dos lotes que se achavam localizados dentro da bacia do açude da Estacada, por outra gleba de terras em outro local, perfeitamente cultivável”, e a deliberação para “a abertura da estrada que interliga os núcleos 3 e 4.”⁸

Pressão por novas concessões

O prolongamento da suspensão da distribuição dos lotes vagos acabou gerando reações, tendo início pressões para que as terras desapropriadas fossem distribuídas e tivesse continuidade a execução do programa previsto. É preciso considerar que muitos agricultores permaneciam acampados aguardando a chamada para novas concessões, pois constavam da lista de seleção e alguns haviam alcançado uma boa pontuação, estando, portanto, situados entre os possíveis contemplados. Com a interrupção, começaram as invasões e as ocupações de lotes nos núcleos urbanos realizadas através da construção de “casas relâmpagos”, erguidas em sistema de mutirão durante à noite. Também as terras começaram a ser trabalhadas, aparecendo aradas e cultivadas. Isso somente foi possível porque alguns dos

⁷ Relatório da Inspeção de Terras de Camaquã- 1963.

⁸ Relatório da Inspeção de Terras de Camaquã- 1963.

agricultores contemplados continuaram engajados na luta para ocupação da área desapropriada e ainda não totalmente distribuída. A ocupação efetiva foi o recurso empregado nesta disputa, em confronto direto com os funcionários da administração. Os intrusos do banhado expressavam a inconformidade com a paralisação do programa de entrega das terras já desapropriadas e de posse do Estado.

A nova administração se preocupou em negar qualquer suporte ao movimento dos sem-terra e fez isso por meio de manifestações públicas desautorizando e alertando contra a liderança exercida por Epaminondas Silveira. A nota oficial foi divulgada sob recomendação expressa - “Recomendo-lhe que a NOTA deverá ser lida na Rádio local, algumas vezes por dia e durante o tempo que julgarem necessário, isto é, até que tenha produzido os efeitos desejados e previstos. ”. Além de lida na rádio, também foram providenciados “volantes com a mesma NOTA para serem distribuídos amplamente nesse e nos Municípios vizinhos”. A posição do governo em relação ao movimento foi explicitada nesta NOTA OFICIAL divulgada pelo IGRA entre os agricultores da região, e transcrita na íntegra aqui.

A fim de orientar aos agricultores e elementos ligados à atividade agrária, esclarecemos que um movimento promovido pelo Sr. Epaminondas Silveira, na região do Banhado do Colégio, não conta com amparo oficial e está destituído de qualquer base que credencie a resolver o problema do agricultor sem-terra. Esse cidadão, que afirma atuar como líder dos agricultores sem-terra, realizando agitação e movimentação desses humildes obreiros rurais, leva a efeito uma tarefa que absolutamente não poderá dar a almejada solução que o Estado procura para esse magno problema.

A Secretaria da Agricultura, através do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, não autorizou tais movimentos e repudia as eventuais soluções que os mesmos venham a prometer aos agricultores sem-terra. O Governo do Estado, através dos seus órgãos competentes, tem sua política agrária traçada, que se pautará por medidas visando resolver o problema da terra dentro de um ambiente de ordem, tranquilidade e respeito aos direitos individuais e da propriedade, de acordo com as mais caras tradições do nosso Estado. Repele, pois, movimentos estranhos conduzidos em situações como a referida, cuja identificação e objetivos não é mais possível encobrir aos olhos dos agricultores bem-intencionados e aos rio-grandenses dotados de bom senso. Porto Alegre, 26 de setembro de 1963. Israel Farrapo Machado, Coordenador Chefe.⁹

O documento negou qualquer apoio do novo governo ao movimento dos sem-terra e levantou suspeitas e dúvidas sobre possíveis resultados a serem alcançados por esse caminho. Usando a expressão “movimentos estranhos” inserida no último parágrafo fica sugerida uma distinção entre a situação dos sem-terra e a movimentação social. Fica reconhecida a situação dos sem-terra, mas qualificada como “estranha” a sua mobilização. Desqualificava-se a luta, deixando apenas sugerida, ou meramente aludida, a existência de objetivos escusos para aquela movimentação, que pessoas de “bom senso” e “bem-intencionadas” deveriam reconhecer e repelir. A que objetivos faz o documento alusão? Existiria na movimentação dos agricultores contemplados e dos intrusos do Banhado algum

⁹ Correspondência do IGRA para a Inspeção de Terras de Camaquã em 26 de setembro de 1963.

objetivo além de exigir e pressionar para que fosse cumprido o programa de distribuição das terras já desapropriadas? A documentação examinada revela o empenho em ocupar especialmente a área desapropriada pelo governo, cuja distribuição havia sido interrompida. Entretanto, a administração temia a invasão de toda a área a partir da movimentação dos agricultores, sendo difícil prever a repercussão e amplitude que poderia alcançar a mobilização num contexto de ampla pressão pela implementação de uma reforma agrária no país. Nas entrevistas encontramos indicações de divergências, entre o grupo mais ativo dos agricultores, a respeito da continuidade do movimento.

Da parte da administração Meneghetti era preciso desqualificar a mobilização, mas, ao mesmo tempo, ficava na difícil posição de explicar por que não retomava o programa de assentamento dos selecionados, ainda mais quando admitia a situação dos sem-terra e sugeria que se procurasse uma solução.¹⁰

Cabe ressaltar e examinar o problema dos intrusos, agravado no final do ano de 1963, pois foi a expressão maior e objetiva da retomada do movimento dos sem-terra de Camaquã. Apesar do temor de que o movimento se generalizasse, poucos eram os casos efetivamente registrados. Segundo um entrevistado, teriam sido colocadas umas 300 famílias, mas os registros que encontramos estão muito longe desse número. Em uma relação elaborada no início de setembro, aparecem registrados 17 casos de intrusos e 8 casos de famílias contempladas apenas com o lote urbano, as quais estariam aguardando nova distribuição. Aparentemente, as medidas

¹⁰ Ainda estamos em 1963 e, portanto, a questão da Reforma Agrária não havia passado para a esfera exclusiva de competência da União.

tomadas não estavam surtindo os efeitos desejados, já que as correspondências da administração indicavam apreensão com relação à situação, como podemos ler: “Em data que não podemos precisar, esse indivíduo foi detido e encaminhado a Polícia por ordem do Sr. Chefe da Inspetoria de Terras, na ocasião em que tentava liderar um movimento de invasão a propriedades privadas. ”. ¹¹Fica evidente que a mobilização partia de dentro do Banhado, envolvendo os próprios contemplados.

Com relação aos intrusos, nova lista é elaborada em dezembro de 1963, constando, além do nome, o número de sua inscrição, sua pontuação e o lote invadido. Como sugere o próprio levantamento, eram agricultores devidamente inscritos no programa e aguardando a distribuição de terras. Nesse levantamento foram registrados 17 intrusos. Alguns haviam iniciado também o trabalho de lavra e plantação, sendo surpreendidos quando lavravam “na gleba desapropriada dos irmãos Viegas” e, por isso, foram encaminhados à delegacia de Camaquã. Na mesma correspondência, o administrador advertia o coordenador do IGRA sobre as pressões que vinha sofrendo, indício para ele de que o movimento estava se ampliando.

Aproveitamos a oportunidade para advertir-vos de que está sendo coordenado um movimento de invasão total das áreas que constituem o Banhado do Colégio.

Embora as informações sejam vagas, vários elementos procuraram hoje pela manhã a Inspetoria de Terras

¹¹ Correspondência do administrador ao Coordenador do IGRA em 14 de novembro de 1963.

informando-se de quando pretende o Governo do Estado efetuar a entrega de novas colônias.¹²

Essas colocações permitem perceber que a pressão pela distribuição das terras, em continuidade ao programa estabelecido, estava se disseminando. A administração estava alertando contra possíveis ações do movimento, pois aparentemente a impressão era de perigo, embora contasse com policiamento nos núcleos. Também chama a atenção o número de intrusos que aparecem nos registros administrativos, não condizente com o temor expresso pelo administrador. Nesse contexto de pressões e enfrentamento entre assentados e administração, precisamente em janeiro de 1964, Hoide G. Gonçalves, que vinha exercendo as funções de administrador desde outubro de 1962, solicita transferência do cargo. Somente em abril foi nomeado um novo administrador para os núcleos. Mesmo assim, a acefalia dos núcleos era apenas aparente, providências foram tomadas, envolvendo diretamente a polícia. Em uma correspondência para o Comandante do Posto de Policiamento, em fins de janeiro de 1964, são repassadas as orientações da Coordenador do IGRA. Assim refere-se um funcionário do Banhado do Colégio:

Tomamos conhecimento através de informações de colonos contemplados (...) que diversas famílias oriundas de todos recantos do município de Camaquã e outros municípios, estão intrusando **as terras desapropriadas pelo Estado e ainda não distribuídas**. Em face de tais informações e atendendo determinações verbais do Coordenador Chefe do IGRA

¹² Correspondência do Administrador Hoide Gonçalves em 2 de dezembro de 1963.

solicito a V. S. proceder uma **vistoria nos Núcleos, relacionando todos os intrusos.**¹³

Nessa correspondência, chama a atenção o crescimento sugerido para o movimento. Outro aspecto evidenciado é estarem invadindo as terras desapropriadas e não as demais propriedades particulares do Banhado, conforme temia a administração. A solicitação para que a polícia realizasse uma vistoria nos núcleos é um indício do agravamento da situação, medida que deve ter contribuído para criar um clima de tensão no assentamento. Levar os agricultores até o delegado de Camaquã para um “corretivo” da polícia também foi uma prática empregada no assentamento.

Apesar da paralisação completa do movimento dos sem-terra, o problema dos intrusos persistia, e logo a nova administração dos Núcleos tentaria encaminhar a questão. Em correspondência enviada ao Diretor da Divisão e Colonização em junho de 1964, o novo administrador expõe sua visão sobre o problema dos intrusos. Estes aparecem como inocentes que foram enganados, “os mesmos não intrusaram as terras por iniciativa própria, mas (...) sofreram influência malévola e nefasta de elementos que se arvoraram líderes no Banhado do Colégio, cujo único objetivo era engodá-los com promessas mirabolantes, buscando com isso a desmoralização da Administração Estadual junto aos núcleos(...)”. Mesmo em meio às críticas ao movimento a solução indicada pelo administrador foi a aceitação e incorporação do que havia acontecido, propondo “um refichamento geral dos intrusos para que, após imediata seleção, tenha conhecimento do número dos que

¹³ Correspondência do funcionário Ercy de Paula Gubert em 31 de janeiro de 1964.

preenchem os requisitos do IGRA, para serem contemplados como agricultores. ”¹⁴

As vinculações políticas, nunca antes explicitadas, aparecem referidas, sendo responsabilizado o PTB pelo problema criado no assentamento com as invasões promovidas no final de 1963. Em vista disso, foi proposta a criação de um convênio com a prefeitura, ainda sob responsabilidade desse partido. O convênio visava à construção de um espaço residencial para os intrusos não enquadrados nas exigências do IGRA para receber terras no Banhado. Contavam com o comprometimento do PTB nas lutas sociais para viabilizar a proposta junto à prefeitura, assim argumentando o administrador:

Na formulação do convênio, deve ser posta em destaque a cooperação da Prefeitura, e entendo mesmo que o Sr. Prefeito terá grande interesse na solução deste problema, levando-se em consideração que foram elementos de grei partidária que lideraram o movimento de invasão, à guisa de justiça social, criando para essas famílias o estado de miséria, de incerteza e de desamparo em que se encontram. Se todas as campanhas do PTB, inclusive as de subversão, se fundamentaram na solução do problema social do homem, acredito que o Sr. Prefeito, eleito com o voto dos trabalhistas, não negará a sua cooperação no sentido de minorar o sofrimento de seus munícipes menos afortunados.¹⁵

¹⁴ Correspondência do administrador, Artigas da Costa Oriques para o Diretor de Divisão e Colonização, Paulo Brandão Rebello em 18 de junho de 1964.

¹⁵ Correspondência do administrador, Artigas da Costa Oriques para o Diretor de Divisão e Colonização, Paulo Brandão Rebello em 18 de junho de 1964.

As articulações junto à Câmara de Vereadores já estavam em andamento, revelando uma efetiva preocupação com a realização do convênio. Estranhamente, estava propondo que a administração municipal do PTB em Camaquã iniciasse uma “reforma urbana” (expressão empregada no texto) meses depois do golpe militar que derrubara o presidente João Goulart e seu programa reformista. Aparentemente, as razões para essa proposição era a responsabilidade, imputada ao PTB em função de sua prática política, pela precária situação enfrentada pelas famílias de intrusos.

Nenhum resultado foi obtido com essas propostas, mas elas nos permitem perceber a dimensão e repercussão dessa questão no âmbito local, em que se destacou a tentativa de envolvimento do poder público municipal na solução, envolvendo uma articulação com os políticos do PTB.

Ainda em relação ao problema dos intrusos, um levantamento realizado pela Inspetoria de Terras, em 1965, fornece alguns dados. Permaneciam instaladas na área 33 famílias, integrando um total de 230 pessoas. A média de filhos fica próxima a 5, mas algumas famílias são bem numerosas, registrando duas famílias com 11 filhos; três com 10; uma com 9; e três com 7 filhos. A respeito dos filhos, os registros indicam 129 menores e 35 adultos. Dentre os pais, alto era o índice de analfabetismo (16 homens e 16 mulheres). Com relação à idade dos homens, encontramos vinte e dois na faixa dos 30 aos 49 anos; apenas três na faixa dos 20 anos; sete acima de 50; e um acima dos 60. Nos dados profissionais, encontramos vinte e oito pessoas inscritas na categoria de agricultor e cinco na de peão trabalhador.

Além desta informação profissional, na parte referente à “ocupação atual”, aparecem dezessete nomes na condição de peão trabalhador e onze na de operário rural, a distinção não fica

clara, pois ambos indicam rendimentos como diaristas; também fica evidente que muitos registrados como agricultores trabalham como peões, contudo alguma diferença estava sendo demarcada. Possivelmente essas diferenças dizem respeito à afirmação da capacidade de trabalhar de modo autônomo, identificado com a condição do agricultor enquanto o peão trabalhador aparece como um empregado, trabalha sob as ordens de alguém, “precisa ser mandado” na visão dos assentados.¹⁶ Revela-se neste contexto um claro desprestígio da condição de empregado, identificado como peão trabalhador ou como operário rural. Neste item, “ocupação atual”, ainda aparecem registros de “serviços de empreitada” e de “capataz”. Com exceção de quatro pessoas, todos os demais possuem material de trabalho: vinte e seis registraram carroças e cavalos; vinte e sete possuem arados; dezenove contam com grades; e dezessete tem capinadeiras. O registro expressivo do número de carroças está relacionado ao trabalho com transporte das colheitas.

A maioria dessas pessoas registraram como “local de origem” o próprio distrito onde está situado o Banhado do Colégio e, ao serem interrogadas, declararam ter invadido o assentamento por iniciativa própria, alegando que não tinham outro local para residir. Houve convocação pela rádio, mas apenas dois intrusos registraram terem respondido a esse chamado. Conforme consta na ficha: “entrou na gleba que ocupa por ter visto seus colegas estarem invadindo e também por ter ouvido chamados pela rádio Camaquense.” Três referem-se ao

¹⁶ Essa questão do assentado que antigamente era empregado aparece comentada nas entrevistas, acompanhada quase sempre de referências: a falta de iniciativa, a incapacidade de se determinarem no trabalho, a necessidade de mando e orientação na realização de tarefas. Esses, segundo um depoente, seriam justamente os que foram embora do núcleo, venderam seus lotes.

convite recebido das lideranças do movimento dos sem-terra.¹⁷ A convocação pela rádio, confirmada nas entrevistas, indica a ampliação e efetiva atuação do MASTER no final de 1963.

Os intrusos estavam instalados basicamente em três localidades: a área dos Viegas que fica próximo à BR 2; uma área no Pesqueiro; e terras junto ao Açude da Roça Velha. Até onde tivemos oportunidade de acompanhar, foram praticamente todos desalojados; apenas um nome apareceu posteriormente recebendo terras a título precário (empréstimo) para plantar. A área dos Viegas foi solicitada para ser ocupada pelos antigos moradores da área inundada pela Barragem do Duro, transferência realizada em 1965.

Regulamento, controle e poder

Além da entrada de intrusos, os contemplados e a própria administração acabaram desenvolvendo certas práticas que envolviam a entrada de pessoas e possibilitavam, de certa forma, a sua integração no assentamento. Algumas dessas práticas transgrediam os regulamentos aos quais estavam submetidos os assentados, outras eram facultadas pela autoridade delegada ao administrador.

O funcionamento dos Núcleos Coloniais do Estado passou a dispor de um “Regulamento Transitório” a partir de novembro de 1963. Vamos analisar alguns aspectos desta regulamentação, enfocando sua aplicação no Banhado do Colégio.¹⁸

¹⁷ Essas observações aparecem registradas no verso da ficha.

¹⁸ Como parte da política desenvolvida inicialmente pelo IGRA funcionavam, ainda em 1969, cinco núcleos: Fazenda Sarandi; Fazenda da Armada; Fazenda Santa Clara; Fazenda Lemertz; e Banhado do Colégio. Ver a respeito REMI, Stein. Os projetos de reforma agrária no Rio Grande do Sul

Desde o final de 1963, a vida nos Núcleos Agrícolas do Banhado do Colégio estava submetida a esse regulamento promulgado pelo IGRA.¹⁹ Cabe lembrar que encontramos as regras de funcionamento referidas nas correspondências e documentos administrativos, justamente quando se agravam as relações em função da retomada da pressão pela distribuição das terras. Conforme veremos ao longo da análise, o regulamento se transformou no principal instrumento de controle e disciplina dos assentados. A Administração dos Núcleos e a direção do IGRA passaram a dispor de grande poder, podendo interferir em praticamente todos os aspectos da vida nos núcleos agrícolas, tanto os relativos à produção econômica, quanto ao comportamento dos assentados. Mais do que ditar as regras, esse dispositivo facultava e dava suporte ao administrador para um amplo exercício de autoridade e poder, com ampla abrangência:

Art. 6º- Obrigam-se os ocupantes dos lotes coloniais a acatarem todas as ordens de serviço e demais normas de convivência, úteis à comunidade, a serem ordenadas pelo Administrador do Núcleo. Caso qualquer dúvida surja sobre a oportunidade, acerto ou justeza dessas ordens, caberá por parte dos agricultores recurso de consulta ou protesto à direção do IGRA, a ser feito por escrito e assinado pelo interessado ou por alguém a seu rogo.

Como podemos ver, estava prevista a possibilidade de recorrerem das determinações do administrador. Entretanto, é preciso considerar que a administração funcionava em

in. Reforma Agrária no Rio Grande do Sul. IV Semana Social. Porto Alegre: ISCRE. 1969. P. 105.

¹⁹ Regulamento transcrito em WESTPHAL, Lindolfo. A reforma agrária que deu certo, Banhado do Colégio. Camaquã,RS : L.Westphal,1998. p. 61.

consonância com a Direção do IGRA, a quem estava diretamente subordinada. Além disso, em outro artigo, ficou ressaltada a conveniência de encaminhamento prévio de quaisquer solicitações ou reclamações ao administrador, somente “na falta de atendimento ou encaminhamento por parte deste, às autoridades superiores do IGRA.” Ou seja, apenas como último recurso poderia ser tentada uma queixa direta ao IGRA (art. 18). O quanto o administrador era cioso de suas prerrogativas pode ser exemplificado pelo fato de aparecer reforçado e lembrado esse tipo de determinação em comunicações elaboradas para os assentados.²⁰

O efetivo poder de coação não estava propriamente na possibilidade de ditar as regras a serem seguidas, mas sim na possibilidade de excluir do assentamento aqueles que se negassem a cumpri-las. O regulamento em diversos artigos repete tal possibilidade:

Art. 19 - A falta de cumprimento do presente Regulamento por parte dos agricultores dos núcleos, que deles tomarão conhecimento ao subscreverem o presente título, poderá implicar sua exclusão dos mesmos, com as consequências nele previstas, mediante decisão do Presidente do IGRA, após exata constatação de falta.

Em relação às implicações da exclusão “deliberada pela Direção do IGRA, em virtude da transgressão do presente Regulamento,” ficava estabelecida a obrigatoriedade de o assentado abandonar o núcleo “dentro do prazo que o Estado estabelecer, independentemente de qualquer medida ou interpelação judicial.” Deixava ainda em suspenso o pagamento das benfeitorias, pois esse dependeria do “interesse do Estado,”

²⁰ Comunicação de 5 de janeiro de 1968.

cabendo ao assentado “levantá-las se removíveis. ” Razão pela qual constava ainda em parágrafo especial a dependência de autorização da administração para construção de “benfeitorias irremovíveis” (art. 15, par. 1º e 2º).

Talvez mais do que a indefinição jurídica do caso, eram esses dispositivos regulamentares os responsáveis pela criação e manutenção de uma situação de instabilidade em relação à permanência dos assentados no Núcleo. Acobertada pelo momento político repressivo instalado no país desde 1964, e respaldada pelo regulamento, a Administração tornava a possibilidade da exclusão parte do cotidiano, configurada em pequenos rituais que podemos chamar de “exercícios de sujeição” a que eram submetidos os contemplados.

As restrições às benfeitorias causavam transtornos na vida dos assentados e exemplifica o que estamos sugerindo. Para construir uma casa de alvenaria, era necessária autorização, o que somente foi concedido a partir de 1968. As autorizações registravam que o assentado não poderia cobrar nenhuma indenização caso fosse excluído do assentamento por decisão da administração.²¹

A referência ao artigo 8º remete para outra possibilidade, também contemplada no Regulamento, de perda total da concessão. Nele, inscreve-se a obrigatoriedade da devolução dos lotes prevista diante da possibilidade de o Estado perder o seu direito de posse (art. 8º).²²

²¹ Entre os pedidos de autorização para construir casa de alvenaria encontramos: Jobim Faria dos Santos em 21 nov. de 1966 (indeferido); Antonio Bartz em 30 set. 1968; Paulino Pagani em 23 jan. de 1969; Laci Reinard em 12 fev. 1969; Carlos Solon Bueno em 24 fev. 1969; João Dinarte Pires em 24 abr. 1970.

²² Esse regulamento do IGRA não estava levando em consideração a própria lei de desapropriação vigente naquele momento. Conforme determina o

A administração dedicou especial atenção ao problema das reuniões dentro do Núcleo. Foram proibidas as reuniões ou comícios públicos de caráter partidário e também quaisquer movimentos ou reuniões de caráter reivindicatório, “principalmente com a participação de elementos estranhos ao Núcleo.” Conforme registrado no próprio dispositivo regulamentar, visava com essa medida “...salvaguardar a coesão comunitária e a necessária harmonia e companheirismo que deverão informar as relações dos agricultores...” (art. 17). Considerando, pois, o contexto próprio de 1963 e início de 1964, podemos tomar essa medida como uma forma de coibir que os assentados fossem arregimentados pelo movimento dos sem-terra e engajados em articulações político-partidárias por conta dos vínculos construídos anteriormente, quando foram constituídos os núcleos agrícolas, dentre eles o do Banhado do Colégio. Como podemos ver, a desestruturação política teve início antes mesmo do golpe de 1964 e das restrições à vida política então implementadas de modo geral.

Outras formas de integração dos assentados também seriam atingidas. Normas específicas da administração estabeleceram controle sobre as reuniões recreativas, exigindo prévia comunicação para a realização de qualquer “festividade de caráter público.”²³ Uma Sociedade Recreativa passou a funcionar em 1969 com determinações expressas sobre horários e atividades;²⁴ constando, entre as normas de funcionamento, a

decreto N 3.365 de 21 de junho de 1941 em seu art. 35 “Os bens expropriados, uma vez incorporados à Fazenda Pública, não podem ser objeto de reivindicação, ainda que fundada em nulidade do processo de desapropriação. Qualquer ação, julgada procedente, resolver-se-á em perdas e danos.”

²³ Comunicado do Administrador em 5 de janeiro de 1968.

²⁴ Comunicado aos concessionários de 6 de março de 1969.

proibição da realização de festas e bailes sem a autorização da administração. Esse tipo de exigência era levado a sério, como revela uma correspondência enviada ao Presidente da Sociedade alertando sobre o seu desrespeito: “Sr. Presidente da Sociedade do Núcleo 2 do Banhado do Colégio. Vimos por intermédio deste, comunicar a V. S que sábado passado houve a realização de um baile nessa sociedade, sem o conhecimento desta Administração. Cabe-nos lembrar que é expressamente proibido (...)”²⁵

Essas são pequenas questões reveladoras da dinâmica interna do assentamento e demonstram o regulamento sendo posto em prática, como suporte para as determinações da autoridade administrativa. O controle estendia-se até mesmo sobre as residências dos assentados, como podemos perceber pela seguinte determinação: “É expressamente proibida a permanência de pessoas estranhas a colonização nos lotes rurais e urbanos a não ser com o prévio consentimento da Administração.”²⁶ Nesse caso, estava em questão inibir a possível entrada de intrusos ou a realização de outro tipo de arranjo envolvendo a instalação de pessoas nos lotes, o que também aparece registrado, especialmente em relação aos parentes.

Enquadra-se também no âmbito desse problema a prática dos arrendamentos, cuja disseminação e confusão motivada por denúncias, acabou levando a instalação de uma sindicância dentro do assentamento. Os limites da ação dos assentados em relação ao seu lote constavam do regulamento, com proibição expressa de qualquer tipo de negociação. Conforme o artigo 5º, “é vedado ao ocupante do lote ceder a sua posse e uso a

²⁵ Correspondência do Administrador dos N A BC em 2 de julho de 1969.

²⁶ Comunicação aos concessionários em 5 de janeiro de 1968, 5º item.

terceiros, a qualquer título, seja por comodato, arrendamento ou parceria. O cultivo da terra deverá ser realizado pelo posseiro contemplado e sua família, e no núcleo respectivo deve ele ter sua morada habitual, condição precípua de seu direito à posse. ”

Apesar dessa restrição, os arrendamentos e as parcerias eram negociados, e aparecem denunciados pela primeira vez em junho de 1964. Examinando essa documentação, encontramos sete contemplados com diferentes contratos de arrendamento. Um arrendou pela taxa fixa de 100 sacos de arroz; dois arrendavam cobrando 15 % sobre a produção; outros dois contrataram uma taxa de 50% da produção; dois cediam duas quadras, cada um em troca de água para irrigação. Registra ainda que dois contemplados que estavam arrendando suas terras, não moravam no Núcleo. Em apenas um dos casos o arrendador era também um concessionário do Banhado do Colégio, os demais eram pessoas de Camaquã. O administrador, nesse caso, mandou suspender o pagamento das rendas aos concessionários, autorizando o depósito do produto em uma firma em Camaquã ou na Cooperativa do Núcleo.²⁷

Em 1967, foi instalada uma Comissão de Sindicância para apurar os casos de arrendamento, sendo registrados 14 casos. Novamente encontramos vários tipos de contratos, chegando o mesmo arrendador a manter duas modalidades de cobrança. Encontramos o registro de 6 casos em que o arrendamento de algumas quadras foi feito em troca da preparação do restante da terra para o plantio; outro caso cedia uma quadra em troca de reparo ao seu lote; em 4 casos o arrendamento foi contratado a uma taxa de 50% da produção; um cobrou apenas 12% da produção; os demais cobravam uma quantia em dinheiro por

²⁷ Correspondência do administrador Artigas da Costa Oriques em 2 de junho de 1964.

cada quadra arrendada. Na metade dos casos o arrendatário era outro concessionário do Banhado.

Para a Comissão da Sindicância, a prática do arrendamento estava relacionada às precárias condições econômicas e à falta de condições dos agricultores. Apesar de criticar os assentados, reconheceu como um dos problemas a falta de assistência técnica no assentamento. Abaixo transcrevemos a parte da avaliação apresentada pela Comissão, pois outros elementos de suas considerações informam sobre a visão da administração a respeito dos assentados e seus problemas.

(...) Apurou-se que a maioria deles foi forçada a recorrer a tal meio de exploração da gleba, por absoluta incapacidade financeira em muitos casos e por não disporem do material agrário necessário. Tais fatos são decorrentes da introdução nos núcleos de elementos que não reúnem condições para as lides agrícolas, principalmente por tratar-se de pessoas que foram dirigidos e nunca dirigentes. (.....) O procedimento em tais casos (arrendamento e desleixo) seria a cassação das concessões, todavia, sabemos que isso não é possível. Outra medida administrativa seria a suspensão do fornecimento da carta de anuência por parte do IGRA aos estabelecimentos creditícios. Mas o corte puro e simples da carta de anuência traria como consequência: (a) maior número de arrendamentos; (b) baixa na produção, pois inúmeros concessionários não teriam poder aquisitivo para compra das sementes, corretivos, fertilizantes e mesmo deixariam de fazer um bom preparo da terra; (c) com a falta do dito financiamento seria mais um fator de empobrecimento da colonização. Fica patente a absoluta falta de assistência técnica nos anos anteriores, só se fazendo sentir nestes núcleos agrícolas a partir de junho

de 1966. Concluindo, se faz sentir a necessidade de um regulamento mais rígido, que dê as administrações dos núcleos agrícolas maior autoridade para coibir essas irregularidades.²⁸

Metade dos casos, como vimos, possuía caráter de troca como forma de pagamento pelo preparo da terra, isso foi reconhecido na conclusão como decorrência da carência do material agrário necessário para o trabalho. A referência à falta de capacidade por terem sido sempre comandados como empregados, não estando por isso acostumados a se autodeterminar, não se sustenta nos dados colhidos pela sindicância. Parece representar mais um preconceito em relação aos empregados agrícolas, vistos como incapazes de iniciativa, ou então mais uma forma de criticar a seleção dos contemplados. Interessante observar que ainda hoje alguns dos entrevistados usam essa explicação quando comentam sobre as pessoas que abandonaram o Núcleo, repetindo a visão da administração sobre os erros cometidos na seleção e, ao mesmo tempo, justificando a saída de vários assentados “que não sabiam trabalhar por conta”. As considerações da Comissão sobre a importância do crédito revelam a preocupação com a produção e tudo que lhe dizia respeito. Nesta perspectiva também se enquadra o reconhecimento de que os assentados não estavam sendo tecnicamente assistidos.

Por fim, a solicitação de um regulamento mais rígido e o comentário formulado a respeito da ineficácia do Regulamento Transitório para expulsar os contemplados, indicam que a administração tinha conhecimento sobre os limites de suas

²⁸ Informações da Comissão em 18 de dezembro de 1967, assinada pelo eng. agr. Luiz Carlos Machado.

ações. O que, sem dúvida, estava relacionado às tentativas infrutíferas de expulsar os assentados envolvidos com a entrada dos intrusos e com as reações promovidas por ocasião do golpe de 1964.

Devemos ressaltar que as denúncias sobre os arrendamentos e as respectivas investigações ocorreram no início da gestão de novos administradores. Artigas da Costa Oriques assumiu em abril de 1964 e, em junho apresentou informações sobre as irregularidades encontradas no Núcleo. A sindicância de 1967 foi realizada no final do primeiro ano da administração de Marco Aurélio C. Pereira. Até onde conseguimos perceber pela documentação disponível, os arrendamentos não foram completamente eliminados, servindo as denúncias e as investigações apenas para coibi-los por algum tempo.

Com o tempo, outras práticas acabaram sendo desenvolvidas no assentamento, algumas com a participação direta da administração, as quais facultavam a entrada e instalação de novos agricultores. Passou a ser admitida a mudança dos contemplados, envolvendo de certa forma a negociação dos lotes entre os assentados e os novos pretendentes. Funcionaram assim algumas modalidades de acesso aos lotes, embora estivesse suspensa oficialmente a distribuição das terras.

Uma das primeiras modalidades documentadas são os empréstimos de lotes ou de frações menores de terra. Os casos são extremamente variados. Desde o final de 1964, encontramos registros de empréstimos. Inicialmente receberam terras, sob condição de empréstimo, alguns concessionários de lotes urbanos. Estes estavam aguardando, praticamente desde o início do programa, pelo lote rural. Desses casos, por intervenção direta do administrador junto ao IGRA, em 1966, quatro

agricultores receberam em definitivo os lotes e um teve reconhecida a compra que havia realizado de um concessionário, passando a assumir a condição de contemplado.²⁹ Outra forma de acesso às terras era através do termo de empréstimo sem determinação de prazo, facultando inclusive a residência no local, ou então eram específicos para safra, ficando os agricultores sujeitos as seguintes condições:

1º – Devolver a mencionada área a Administração, logo após a safra 1965/66.

2º – Caso não preencha os requisitos para ser contemplado na próxima seleção de agricultores no Banhado do Colégio, ficarei sem o direito sobre as terras em questão.

3º – Não terá direito a empréstimo no Banco do Brasil para processamento da safra agrícola, tendo em vista não tratar-se de concessão definitiva da gleba, e sim simples empréstimo.

4º Fica proibido de construir nas terras, qualquer benfeitoria, exceto cercas e vateamentos para dreno, ficando sujeito a retirada das cercas, na ocasião da devolução da gleba.

5º – Embora a concessão tenha sido feita a título precário, fica sujeito a seguir o que determina o Regulamento Transitório do IGRA.³⁰

As terras eram emprestadas apenas para o período da safra, mas não estava descartada a possibilidade de serem distribuídos mais lotes e o agricultor ser contemplado. Nos

²⁹ A concessão contemplava alguns dos nomes listados em 1963 como ocupantes de lotes urbanos à espera de terras. Correspondência em 18 de julho de 1966.

³⁰ Declaração assinada por Carlos Silveira em 11 novembro de 1965.

empréstimos sem limite para entrega, comprometia-se o agricultor, ao assinar o Termo de Compromisso, a devolver a gleba ao IGRA em data determinada pelo Instituto. Esse tipo de ocupação aparece fortemente criticada na sindicância sobre os arrendamentos, sendo questionada a falta de critério pela qual era feito este tipo de distribuição.

Ao finalizar suas declarações, disse o declarante que, tem conhecimento de que o Sr. Severino Peres Lemes está ocupando uma área dentro do potreiro do Núcleo 1, dizendo ter recebido a referida gleba por empréstimo. Considerando injusta essa modalidade de ocupação dentro de uma área de reforma agrária, está a reclamar providências que venham a regularizar a distribuição da terra de modo que a modalidade da distribuição seja a mesma para todos e os critérios sejam observados na seleção.³¹

Outras modalidades de acesso aos lotes aparecem documentadas através do “Termo de desistência”. Nesse caso, o concessionário assina um documento desistindo do lote, na maioria das vezes, a favor de outra pessoa, isto é, indica o novo agricultor que vai assumir o seu lugar. Os acertos eram previamente realizados e contavam com o consentimento da administração. As desistências se intensificaram, especialmente a partir de 1970. Aparentemente deveriam ser espontâneas, mas as declarações registradas na documentação não deixam dúvidas de que, pelo menos em alguns casos, os concessionários foram submetidos a pressões para abandonar o Núcleo. Conforme:

³¹ Processo n 26 55/6 Depoimento de Felisberto Madeiros Chagas em 28 de setembro de 1967.

(.....) Senhor Diretor, **felizmente conseguimos que o** senhor (...) desistisse do lote rural que vinha explorando pessimamente. É sem dúvida alguma um agricultor que de maneira alguma poderia permanecer nestes Núcleos Agrícolas, pois além de não querer explorar a terra, somente vinha arrendando (...). Em seu lugar indicamos o senhor (...) que é um agricultor que preenche todos os requisitos exigidos pelo IGRA. Em vista do exposto solicitamos que seja atendido nossas pretensões. Banhado do Colégio, 20 de novembro de 1970. Administrador do NAERA.³²

A questão, neste caso e em outros, revela a prioridade dada pela administração à produção. São as condições para o trabalho o ponto em torno do qual argumentam para defender a saída de alguns e a entrada de outros. Podemos dizer que uma nova seleção estava sendo feita pelo administrador, depurando o núcleo dos agricultores considerados como “carentes de condições para o trabalho”. O momento é apresentado como oportuno, tendo em vista o estágio em que se encontrava o acordo entre o Estado e os fazendeiros desapropriados, além de estar sendo negociado o financiamento dos lotes junto ao Banco do Brasil. Para obtenção desse financiamento, foi montado e apresentado pelo IGRA um “Projeto de exploração agropecuária para a área colonizada do Banhado do Colégio.” Na Introdução do projeto, encontramos explicitada e justificada, pelos critérios administrativos, a nova seleção promovida dentro do assentamento:

Entre os agricultores ali residentes, nem todos, como era de se esperar, possuíam a capacitação profissional e a idoneidade moral necessária aos imperativos da vida

³² Informação 19/70 ao Diretor do D C em 20 de novembro de 1970.

comunitária que ali se estabeleceu. Daí estar o IGRA tentando, atualmente, um processo seletivo, no sentido de substituir aqueles que se mostrarem inadaptados às condições sociais e as normas de convivência no Núcleo Agrícola.³³

O processo de substituições era do interesse da administração e tinha o seu incentivo, mas com isso ficou sem qualquer restrição a possibilidade de desistência espontânea em negócios envolvendo os lotes. Podemos dizer que houve, neste caso, uma certa conjunção de interesses envolvendo administração e assentados. O novo pretendente aparece, na maioria das vezes, indicado no “Termo de desistência”, ou seja, o assentado desiste a favor de outro agricultor previamente escolhido, com o qual efetivou o negócio, contando, provavelmente desde o início, com o aval do administrador. Em alguns casos, o próprio administrador indicava o substituto. Aquele que, dentre os muitos pretendentes, tornar-se-ia um contemplado do Banhado do Colégio, ficava a critério do administrador. Em alguns casos, encontramos justificativas; em outros, apenas alega que se enquadrava nas exigências do IGRA.

Às vezes aparecem indicados filhos de assentados, mas essa não foi uma regra seguida.³⁴ Não encontramos nenhuma orientação elaborada pelo IGRA a esse respeito, constando

³³ Projeto de Exploração Agropecuária para a área do Banhado do Colégio apresentado ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul pelo IGRA em agosto de 1970. Visando à obtenção de crédito fundiário.

³⁴ Encontramos o caso de uma família cujos filhos solicitam lotes. O pedido foi indeferido. Chama a atenção na resposta do administrador o fato de registrar, em desabono do caso, que os filhos, após terem casado, ficaram instalados no lote do pai. Anos mais tarde, encontramos a indicação de substituição deste assentado com a justificativa de que estava com idade avançada e não podia contar com os filhos para auxiliá-lo nas lides agrícolas.

apenas de um informe da Direção, em data posterior, a seguinte referência às substituições e aos critérios para aceitação do novo assentado: “ (...) Nos termos do acordo entre os proprietários do Banhado do Colégio e o Estado, **foram indicados os ocupantes dos lotes, em sua maioria contemplados de 1962. As substituições havidas, foram por desistências espontâneas.** (...).³⁵

Em linhas gerais, podemos dizer que as mesmas regras da primeira seleção deveriam ser seguidas, ou deveriam pautar as novas indicações. Apesar de reportar-se aos critérios de 1962, não parecem ter sido consultadas as listas de selecionados elaboradas naquela ocasião. Também não encontramos nenhuma relação, em termos de procedimento seletivo, entre essas indicações de novos assentados e o grande número de pretendentes que a Inspeção de Terras continuou cadastrando nos anos subsequentes, até 1969.³⁶ As novas indicações parecem realizadas à revelia desses procedimentos anteriores.

Considerações finais

A pressão pela distribuição das terras do Banhado do Colégio começou em 1955, inscrevendo-se mais de quatro mil agricultores como pretendentes àquelas terras. O Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), por meio dos políticos petebistas, intermediou a relação desses agricultores com o governo Leonel Brizola, organizando as manifestações e o próprio acampamento. A inclusão dessa área no programa de

³⁵ Informação n 24 ao Superintendente da Central de Comandos Mecanizados em 18 de abril de 1972.

³⁶ Encontramos fichas preenchidas pelos pretendentes a terras no Banhado do Colégio relativas aos anos de 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968 e 1969.

reforma agrária desse Governo foi fundamental, pois efetivou a ação de desapropriação, que já havia sido relegada ao esquecimento anteriormente. Com a posse declarada pela justiça e a distribuição dos lotes, o Governo tornou a ocupação um fato inquestionável, impossibilitando que os governos posteriores retirassem, sem negociações, os assentados das terras.

Contudo, por dez longos anos viveram os assentados sob a incerteza e insegurança em relação aos seus direitos sobre o lote recebido. No início, essa situação foi agravada pelo golpe militar, muitos sendo inclusive ameaçados e perseguidos em função das manifestações a favor de João Goulart. O controle seria ampliado, coibindo-se a participação e as atividades de integração entre os assentados, ficando todos submetidos às determinações do administrador dos núcleos. A consolidação e o desenvolvimento agrícola do assentamento foram assumidos como objetivos, pautando-se os administradores por orientações técnicas voltadas para a integração econômica dos agricultores, segundo um modelo questionável em vista das terras disponíveis.

Mesmo assim, a fertilidade das terras garantiu rendimentos e melhorias para os que conseguiram permanecer no núcleo. A reconcentração das terras manifestou-se como uma tendência em curso, particularmente acentuada depois da regularização das propriedades. Os assentados reconhecem as condições especiais do assentamento, seja pela carga política que o acompanha, como parte da experiência de reforma agrária, seja pelas características excepcionais das terras para cultivo. O caráter inacabado da reforma agrária e a restrição a uma estruturação autônoma, que teria possibilitado a emergência de lideranças entre eles, são lamentados pela maioria dos assentados.

Referências

CÁNEPA, Mercedes M. L. *Partidos e Representação Política: A Articulação dos Níveis Estaduais e Nacional no RS (1945-1965)*. Porto Alegre, UFRGS. 1999.

ECKERT, Cordula. Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964. 1984. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Ciências de Desenvolvimento Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. *25 anos de economia gaúcha. A agricultura no Rio Grande do Sul*. 2. ed. Porto Alegre: FEE, 1992. v. 3.

INSTITUTO SOCIAL CRISTÃO DE REFORMA DE ESTRUTURAS SEMANAS SOCIAIS DO RIO GRANDE DO SUL. IV, Semana 1969: *Anais...* Porto Alegre: ISCRE, 1969.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Editora Revista dos Tribunais, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

SALLES, José Carlos de Moraes. *A desapropriação à luz da doutrina e da jurisprudência*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980.

MEDEIROS, L. S. *et al. Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Ed. Da Universidade Estadual Paulista, 1994.

TOURTIER-BONAZZI, Chantal de. *Arquivos: propostas metodológicas*. In: Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

WESTPHALL, Lindolfo. *A reforma agrária que deu certo: Banhado do Colégio*. 2. ed. Camaquã, RS: Edricon Editora, 1998.

TERRA, PODER E LEI NO MÉDIO RIO DOCE/MG (1940-1964)

Michelle Nunes de Moraes

Considerações iniciais

No decorrer dos anos 1950 os posseiros expropriados do Médio Rio Doce negociaram a permanência na terra e resistiram às expulsões. Eles utilizaram diversas formas de negociação e resistência tais como: inseriram-se nas fazendas como parceiros e assalariados; denunciaram as turbações nos veículos de comunicações do Estado de Minas Gerais e à Secretaria de Agricultura; acionaram a justiça, entrando com ações de Emissão e Manutenção de Posse; organizaram-se em Associações Rurais e Sindicatos e, por fim, como nenhuma de suas ações surtiram efeito, negaram-se a sair das terras e entraram em confronto com os fazendeiros.

Como foi o processo de expulsão desses trabalhadores? O que contribuiu para que ela acontecesse?

A expulsão dos trabalhadores tem vinculação com o modelo de ocupação do médio rio Doce no decorrer do século XIX por uma população alijada do acesso à terra pelo sistema sesmarial. Naquele período, a entrada se dava por grupos de famílias que praticavam economia de autossustento, sendo que a produção era voltada para consumo da família, não estando inserida na economia da província. (CARNEIRO, 2013, p. 370 e 371).

No início do século XX houve um incremento populacional na região devido à construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que teve suas obras iniciada em 1903. Tal ferrovia foi de extrema importância para a ocupação da região.

Ainda em 1904, havia no Médio Rio Doce uma imensa zona não ocupada devido à dificuldade de comunicação com outras regiões. A cada avanço dos trilhos, foram sendo inauguradas estações que, em curto prazo, “se transformam, de simples ponto de parada, com poucas casas dos funcionários da companhia, em progressistas cidades”. (ROSA, 1976, p. 109 e 115).

Industrialização e venda de terras devolutas

Na década de 1930 o Médio Rio Doce ganhou atenção especial das autoridades estaduais e da União. Foram empreendidas diversas políticas para o desenvolvimento do lugar e para a exploração da mica e de outros minerais. Nessa fase, a fronteira econômica foi expandida para o sertão do Rio Doce. Com a chegada do capital industrial e agrário, os posseiros, que fizeram a primeira entrada, foram interditados do acesso a terra. Diante disso, restou-lhes avançar sobre outras áreas ou se integrarem ao mercado de trabalho assalariado.

Nessa década houve grandes investimentos nas indústrias siderúrgicas que foram implantadas no Médio do Rio Doce (Belgo Mineira³⁷ e Aços especiais Itabira – Acesita³⁸). As matas da região tornaram-se fonte de alimentação para as usinas. A exploração de mica e a atividade de extração de madeira fizeram a transição da fronteira demográfica para a fronteira econômica e os posseiros foram substituídos pelos fazendeiros. (ESPINDOLA; ESTEVES; MARINS, 2010, p. 19-27).

A constituição da Frente Pioneira no Médio Rio Doce teve seu marco no ano de 1942. Segundo Haruf Salmem

³⁷ Em João Monlevade.

³⁸ Em Itabira e em Coronel Fabriciano.

Espindola, Bárbara Aquino e Júlio Moraes (2009, p. 2-3), nesse ano ele foi elevado “à posição de relevo para os interesses nacionais e internacionais, em função do minério de ferro e da mica”. Para os estudiosos, a expansão do capitalismo industrial para a região marcou a apropriação mercantil da terra e finalizou com a economia ‘rústica’ praticada pela Frente de Expansão. Observa-se que, para os autores, a Frente de Pioneira foi representada como o capital industrial para exploração dos recursos minerais.

Os esforços empreendidos em Minas Gerais na década de 1930 foram feitos no sentido incrementar sua economia, uma vez que o estado ainda era ineficiente em questão energética – para alimentar as indústrias – além de as vias de transportes serem precárias. No decorrer da década de 1940, o desenvolvimento industrial tornou-se muito importante, por isso, foram implantadas duas indústrias no Médio Rio Doce: a Companhia Vale do Rio Doce, em 1942, em uma parceria do governo brasileiro com o dos Estados Unidos (Acordos de Washington de 1942); e a Companhia Aços Especiais Itabira, em 1944. Para tais empreendimentos, o Estado Mineiro estabeleceu uma parceria com a União. No governo Milton Campos (1947 a 1950), foi elaborado o Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção, que teve como mentor Américo Renné Giannetti³⁹, e tinha a indústria no centro da atenção. (ARAÚJO; SOUZA, 2014, p. 83-84; GODOY, 2009, p. 104-105).

A partir da década de 1930, a concessão de terras no estado de Minas, e no Médio Rio Doce em específico, vai entrar em uma nova fase. Em 03 de outubro de 1930, o presidente

³⁹ Secretário de Agricultura do Governo Milton Campos.

Washington Luiz foi deposto e, em 03 de novembro de 1930, Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório. Em 1933, Getúlio Vargas nomeou o interventor Benedito Valadares, que se manteve no governo até o ano de 1945. A partir desse período, houve convergência dos interesses da União e do Estado para a industrialização mineira. O interventor, em abril de 1935, desdobrou a Secretaria de Agricultura, Viação e Obras Públicas em duas secretarias: Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho e Secretaria de Viação e Obras Públicas. Tal reforma foi motivada por se considerar que a Secretaria acumulava muitas atribuições. (MINAS GERAIS. Decreto nº 2, 1935; PEREIRA; CONSENTINO, 2014, p. 15).

Em 1936, foi promulgada uma nova lei “sobre terras devolutas, sua descrição, medição, concessão e alienação”: a Lei 171, de 06 de janeiro de 1936, a qual visou adequar a legislação sobre terras do Estado à Constituição Federal de 1934 e à Constituição Estadual de 1935. Em 10 de novembro de 1937, foi instalado o Estado Novo, que tinha no comando Getúlio Vargas, e promulgada a Constituição do Estado Novo. (PANDOLFI, 2003, p. 5).

A partir do ano de 1945, uma nova fase do desenvolvimentismo mineiro vai ser desenhada. O Presidente Getúlio Vargas foi deposto em 1945 e, em dezembro daquele mesmo ano, foi escolhida a nova Assembleia Constituinte. (CARVALHO, 2008, p. 126-127).

No ano de 1947, foi promulgada a nova Constituição Estadual e eleito o governador Milton Campos, que nomeou como Secretário de Agricultura o engenheiro Américo Renné Giannetti. A partir da atuação desse secretário, a economia de Minas Gerais receberá uma nova orientação. Giannetti foi responsável pela elaboração do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção que colocou a indústria em

primeiro lugar. (BARBOSA, 2009, p. 15; ARAÚJO; SOUZA, 2014, p. 83-84; GODOY, 2009, p. 104-105). O plano desenvolvido por ele trouxe um diagnóstico sobre a economia mineira que foi bastante elucidativo. Segundo Barbosa (2009, p. 16), o plano dizia que a população estava reduzida à miséria, “caminhando para o pauperismo extremo”, enquanto o poder público estava desaparelhado.

Em 20 de dezembro de 1949, foi promulgada a Lei 550. As legislações agrárias promulgadas a partir da década de 1930 visaram sempre capitalizar o estado. Elas não mexeram na estrutura fundiária e utilizaram as vendas de terras como forma de levantar recursos para a industrialização, por isso, facilitaram a aquisição de terras devolutas por empresas e detentores de capitais.

Percebe-se que, no estado de Minas Gerais, houve uma parceria entre União, Estado e elite agrária visando à industrialização. O capital agrário financiou o desenvolvimento industrial na medida em que, para levantar recursos para investir em abertura de estradas e construção de hidrelétricas, o Estado alienou terras a grandes detentores de capital (agrário e industrial). As legislações agrárias promulgadas naquele momento tinham como fim facilitar a venda de terras a detentores de capital, o que pode ser percebido no fato de a Lei 171 de 1936 e a Lei 550 de 1949 ampliarem o entendimento sobre o direito preferencial a compra de terras devolutas a quem não tinha moradia habitual⁴⁰ e permitir a legitimação de área cinco vezes maior que a de fato ocupada e explorada.

⁴⁰ A Constituição Federal de 1946 no artigo 156 versava que os estados assegurariam aos posseiros de terras devolutas de até 25 hectares, com moradia habitual, a preferência para aquisição. Já a Constituição Estadual de 1947 no artigo 119 assegurou a preferência de compra aos posseiros que

Embora as leis referentes a terras no estado de Minas Gerais reconhecessem os direitos dos moradores habituais e tivessem um dispositivo de concessão gratuita aos posseiros que atendessem a determinados critérios, a tendência foi priorizar a concessão onerosa.

Processos Administrativos de Concessão de Terras: algumas questões

O Estado estava passando por reformas no que tange à sua orientação econômica e a concessão de terras era vista como forma de capitalizar os cofres públicos. Os processos administrativos de concessão de terras contribuem para a compreensão das práticas utilizadas para turbações e expropriações no Médio Rio Doce. Esses problemas foram facultados pela legislação complexa e confusa que permitia que os envolvidos nos processos praticassem diversos tipos de burla.

Em vários processos, há o envolvimento de funcionários da Secretaria de Agricultura. No processo 2959, por exemplo, é mencionado que o agrimensor João Camilo de Araújo⁴¹ havia efetuado uma medição que não tinha passado pelos trâmites da legislação vigente naquele momento e que, por isso, estava sendo objeto de denúncia de turbação por moradores habituais da área medida. Ela havia sido feita a pedido de João Barbosa Neto que fez uma aberta, no ano de 1940, e solicitou a medição

tivessem moradia habitual e produzissem. Entretanto a Lei 550 de 1949 no artigo 26 permitiu a alienação por quem detivesse benfeitorias sem moradia habitual, desde que as benfeitorias correspondessem a um quinto da área ocupada.

⁴¹ Esse nome aparece com duas grafias: ora João *Camillo* de Araújo, ora João *Camilo* de Araújo.

juntamente com Orlando Provete de Sá, englobando a área dos posseiros confinantes. Os posseiros reclamaram da medição ao Chefe do Distrito de Terras de Governador Valadares e João Barbosa Neto vendeu as abertas para Maria de Lourdes e José Fontes Lopes, que se recusaram a pagar o valor acordado entre o sr. João Barbosa Neto e o agrimensor sr. João Camilo. Com a recusa dos sucessores em pagar o valor acordado entre o agrimensor e o requerente da medição, o processo, em fevereiro de 1943, foi elaborado em nome de José Dias Sant'ana. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 2559, 1943).

O chefe do Distrito de Terras de Governador Valadares disse que foi procurado pelos posseiros e informado que o sr. João Camilo estava realizando medição que englobava as terras daqueles e garantiu aos posseiros que, conforme a lei, seus direitos seriam respeitados. Por diversas vezes, entrou em contato com o agrimensor pedindo que memoriais e plantas das medições realizadas na região lhes fossem enviados para ele tomar as providências e organizar os processos “como de costume”, sem, no entanto, ser atendido. Passados três anos sem obter retorno do agrimensor, entrou em contato com a Secretaria de Agricultura para saber se havia algum processo em andamento da área, tendo resposta negativa; por isso, autorizou o agrimensor Abeilard de Carvalho a realizar as medições solicitadas pelos posseiros da área e, com surpresa, recebeu o título para ser entregue ao sr. Jose Dias Sant'ana. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 2559, 1943).

Em 21 de novembro de 1944, foi solicitado que o Distrito de Terras se manifestasse. Porém o processo, ao invés de ser enviado para Governador Valadares, foi enviado ao agrimensor João Camilo, que havia realizado a medição. Em 27 de março, ele respondeu que as terras haviam sido medidas por ele, entre outras medições que realizara na região, e identificado

uma roçada sem, no entanto, identificar os autores, sendo que os editais foram afixados nos prazos legais, não havendo reclamações. Ele diz que avisou o chefe de fiscalização da zona, Antônio Solha, sobre a roçada, para que tomasse as providências. Quando ia organizar o processo como lote vago, o chefe do Serviço de Terras⁴² pediu que fosse organizado em nome de José Dias Sant'Ana, devido ter este senhor enviado requerimento solicitando a medição daquelas terras. Segundo ele, o lote foi posteriormente invadido, com tolerância da Fiscalização de Matas e do Chefe do Distrito de Terras de Governador Valadares, que autorizou o sr. Aberlado – agrimensor – a medir e a subdividir o lote, mesmo depois dos trabalhos realizado por ele. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 2559, 1943).

João Camilo acusou o Chefe do Distrito de Terras de estar incentivando os autores – os quais ele chamou de invasores – a apresentarem reclamações. Ele disse que o Chefe do Distrito, ao invés de entregar o título ao sr. João Dias Sant'Ana, o escondeu esperando que os autores entrassem com recurso fora do tempo e sugeriu uma vistoria para provar a improcedência do direito dos autores. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 2559, 1943).

Foi realizada uma vistoria em 28 de março de 1945. O inspetor identificou que havia 10 posseiros no lote concedido, 4 entraram na área em 1939 e 5 entraram até 1944, que, apesar das derrubadas, não havia acontecido fiscalização e que havia duas reclamações no Distritos de Terras que, no entanto, não tinham sido encaminhadas ao DTMC. Uma reclamação foi um abaixo assinado enviado ao Prefeito de Governador Valadares, em 09

⁴² O chefe do Serviço de Terras era o sr. José Lopes Magalhães.

de novembro de 1940, no qual os moradores do Aflente do Itaipava diziam que o picadão no qual João Rodrigues, Floriano Soares, Joaquim Timóteo e Anestor abriram posses já existia com barracas e plantações e que eles podiam provar. O abaixo assinado continha a assinatura de 12 pessoas. Abaixo desse documento, veio uma informação em que apareceu o nome de João Barbosa como morador da área. A segunda foi uma reclamação, sem data, em que João Cazuza da Silva reclama que o agrimensor João Camilo havia envolvido a posse dele e de mais 4 pessoas em medições que estava realizando na Valla da Paulina. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 2559, 1943).

Em 25 de maio de 1945, sr. Prudente Almeida Dias envia ao sr. Ruprecht von Glehn, uma carta informando que José Dias Sant'Ana havia prometido vender para ele as terras que comprou do Estado. Ele diz que vinha tentando solucionar 'amigavelmente' as demandas dos posseiros que se diziam preteridos em seus direitos e de ter benfeitorias, sendo que haviam comprado de alguns posseiros as benfeitorias; com um dos posseiros ele fez um acordo de transferir para ele a área de 7 alqueires do imóvel, o qual se comprometeu a permitir que ele extraísse toda a madeira de lei existente na área; com um dos posseiros ele não conseguiu fazer acordo. Com a maioria dos posseiros entrando em acordo com o sr. Prudente, o título foi entregue. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 2559, 1943).

Há duas questões nesse processo. A primeira era a prática de ou se fazer uma aberta, ou comprar o direito de algum posseiro e pedir medição englobando as terras dos posseiros confinantes ou encravadas na posse. O sr. Walter Cipriano, ex-fiscal de matas em Governador Valadares disse que

(...) A posse da terra aqui se deu de uma maneira muito esquisita, porque o primeiro, o posseiro, gente humilde,

pobre, achou que, entrando na terra e fazendo uma aberta, plantando, etc., seria o dono da terra. Mas aconteceu que vieram os gananciosos, poderosos, e tocaram esse povo de qualquer jeito. Ou mandavam abrir um pedaço (porque a mata era grande demais), ou compravam a posse e partiam para cima dos outros. (...) teve muita gente que conseguiu fazenda aqui, e fizeram desse jeito... tocando o sujeito para fora, impiedosamente. O sujeito com família e tudo. Às vezes, gente que morava ali há 10, 15 anos. Já tinham suas vidas ali, e tiveram que sair. Isso aconteceu mesmo. Eu vi com meus olhos, acompanhei de perto. (Entrevista do sr. Walter Cipriano, in: SIMAN, 1988, p. 149).

Essa questão foi agravada pelo dispositivo da lei 171, de 1936, mantido na lei 550 de 1949 (art. 24, letra a), que garantia à pessoa a compra preferencial desde que ela tivesse cultura efetiva na quinta parte da área, ou seja, permitia-se legitimar uma área 5 vezes maior que a área ocupada de fato. (MINAS GERAIS. Lei nº 171, 1936).

A outra questão são as práticas de solução extralegal e/ou extrajudicial que os detentores de títulos buscavam após obter a concessão. Percebe-se isto quando o engenheiro agrônomo José Dias Sant'Ana, após não conseguir o título que havia sido expedido, devido ao inspetor Tancredo, ao averiguar que as reclamações eram fundamentadas, determinar a sua retenção até solução, fazer uma promessa de venda do título retido ao sr. Prudente Almeida Dias que, depois de uma longa tentativa para obtê-lo e poder explorar a terra, negociou com os posseiros. Assim, os posseiros não saíram de todo prejudicados e o sr. Prudente Almeida Dias evitou uma demanda judicial. James Holston (1993, p. 72-74) analisa que situações desse tipo eram

motivadas pelos formalismos da lei e as teias burocráticas que, ao invés de solucionarem os conflitos complicavam “para enganar”. O autor observou que o escopo normativo acerca da terra no Brasil, ao invés de solucionar os conflitos agrários os incentivava, assim como facultava a busca de soluções extralegais e extrajudiciais. Para ele, os formalismos das leis e suas teias burocráticas dificultavam que até advogados e juízes percebessem as ilegalidades que envolviam os casos.

Esse caso também é elucidativo de uma outra prática identificada no trabalho dos Agrimensores. O sr. Ênio Lopes, no seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (1965, p. 14-16), esclareceu que a Secretaria não tinha controle sobre o trabalho de campo, que muitas vezes era realizado a partir de interesses privados; que era comum pessoas com recursos financeiros requerer uma medição e combinar com o responsável pela medição que fazia levantamento de grande área, às vezes com vários ocupantes. Ele declarou, ainda, que o processo corria pela Secretaria em Belo Horizonte e os posseiros somente tomavam conhecimento quando, de posse do título, o proprietário promovia a retirada deles. Isso pode ser percebido no acordo entre o requerente João Barbosa Neto e o Agrimensor José Camilo.

Em 1957, o sr. José Camilo de Araújo foi indiciado em um processo administrativo para apurar irregularidades praticadas por funcionários da Secretaria de Agricultura. (MARCÍLIO, 1961, p. 131).

Álvaro Marcílio (1961, p. 30 e 130) diz que eram recorrentes denúncias envolvendo agrimensores, tanto que a Secretaria estava providenciando mudanças na medição para evitar “a criminosa confecção de plantas fictícias”. Ele também esclarece que a Secretaria de Agricultura teve que anular a portaria que permitia a contratação de técnicos agrimensores

particulares, devido às denúncias de irregularidades encontradas nos serviços de medição realizados.

Além do problema dos agrimensores, Paulo Garcia (1958, p. 52-53) elucida outra questão, que pode ser observada no processo 450: o poder dado, pelas legislações mineiras, ao Engenheiro Chefe. O autor diz que a legislação mineira dava ao Engenheiro Chefe a primazia de resolver administrativamente as pendências (reclamações de extremantes, denúncias de litígios etc.) e que esse poder dado aos engenheiros tornou-se fator de desmandos. No texto da lei 550, foi dado ao Engenheiro Chefe tanto a primazia de resolver as reclamações apresentadas (artigo 9) quanto de fazer a prova da morada habitual e cultura efetiva, por meio de ‘informação circunstanciada’ (artigo 25). Esse artigo versava que o Engenheiro Chefe deveria fazer a prova, caso não fosse exposta tal informação no memorial e planta elaborados pelo agrimensor.

No processo 450, o agrimensor que realizou a medição informou que os requerentes não residiam no lote (eles residiam em Sabinópolis). No entanto, o Engenheiro Chefe do 7º Distrito de Terras informou que eles residiam no lote. Ou seja, houve contradições entre as informações prestadas. O exame técnico observou as contradições, mas a concessão foi realizada sem conferência. Mesmo sendo apresentada no memorial a informação da não residência pelo agrimensor que fez a ‘vistoria’, foi considerada a informação do engenheiro chefe. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 450, 1958). Com essa informação, o requerente teria direito ao abatimento que versava o artigo 28 da lei 550.

Outro caso elucidativo das práticas dos Engenheiros Chefes é o do processo 488. O requerente solicitou em 1956 várias medições na região da cabeceira do Ribeirão do Ferreira. Em 29 de outubro de 1956, moradores da área que iria ser

medida apresentaram protesto contra a medição em nome do requerente ao Engenheiro Chefe do Distrito de Terras de Governador Valadares. Diziam eles que o requerente havia invadido terras legítimas e devolutas dos reclamantes. Também havia litígio entre o requerente e a sra. Ilda Jacob. Eles negociaram um terreno já legitimado, porém ela desistiu do negócio e entrou com ação judicial contra o requerente. A área que o requerente solicitou medição era vizinha àquela em litígio na justiça. O Engenheiro Chefe não tomou providências sobre a reclamação dos posseiros e, em 1958, foi realizada a medição e elaborado o processo, sem que os moradores tomassem conhecimento. O requerente apresentou, em setembro de 1958, uma Carta Contrato entre ele e o sr. Sebastião Ferreira Pinto, na qual alegava que havia requerido a legitimação da área, mesmo estando as terras em litígio com a sra. Ilda Jacob e que se a área fosse encravada na área litigiosa, a preferência seria dele e se fosse do sr. Sebastião, este venderia para ele preferencialmente. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 488, 1958).

Em 12 de dezembro de 1959, o sr. Antônio Marques Pio enviou protesto contra a medição ao DTMC. José Gonçalves Pereira, Antônio Pereira da Cunha e Davino Francisco de Sena, moradores do Córrego do Ferreira, também protestaram contra a medição. Eles alegaram que apresentaram reclamação junto ao Engenheiro Chefe do Distrito de Terras e este havia dito que a preferência era de quem solicitava a medição primeiro⁴³. O

⁴³ Essa informação prestada pelo Engenheiro Chefe não tem respaldo na legislação em vigor no ano de elaboração do processo. A Constituição Estadual de 1947 no artigo 119, § 1º assegurou a preferência de compra aos posseiros que tivessem moradia habitual e produzissem, o § 2º deliberou que alienações de terras com mais de 250 hectares seriam submetidas à aprovação da Assembleia legislativa; e o § 3º garantiu que os posseiros de áreas de 25 hectares, que as possuísem por dez anos corridos, adquiririam a propriedade,

parecer jurídico alegou que os reclamantes perderam o prazo de apresentarem reclamações. Mesmo em litígio com a sra. Ilda e com reclamações de turbações, a concessão foi realizada. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 488, 1958).

Esse processo, além da questão dos posseiros que perderam o tempo de apresentação de reclamação, mesmo tendo apresentado no prazo, traz outra questão: observa-se que o memorial descritivo informava que o terreno não era explorado em lavoura e o proponente não residia no lote. Por isso, ele não preenchia o requisito de moradia habitual e produção na quinta parte. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 488, 1958).

Retomando a análise do Garcia (1958) sobre o poder dado aos Engenheiros Chefes de Distritos de Terras, encontra-se o caso do Engenheiro Chefe do Distrito de Terras de Governador Valadares, Ruprecht von Glehn, que foi alvo de alguns pareceres do Chefe do Expediente da Secretaria e do Oficial de Gabinete apontando irregularidades. O processo 16350 foi elaborado em novembro de 1941 e foi informado pelo Chefe do Distrito, à época Moacyr Palleta, que não havia cultura efetiva na quinta parte. Em 15 de julho de 1944, o requerente envia pedido de compra preferencial e diz que o direito se

assim como a Lei 550 de 1949 no artigo 24 dava a direito a preferencial a quem detivesse moradia habitual e cultura efetiva na quinta parte, aquele que tivesse benfeitorias, mas não tivesse moradia habitual teria direito a compra preferencial sem abatimento do valor total do lote, no artigo 8 dizia que a medição por editais anunciando as terras a serem demarcadas e chamando os confinantes (sendo proprietários ou posseiros) a provarem domínio, sendo o prazo mínimo de 15 dias, o artigo 9 dizia que os engenheiros responsáveis, pelos serviços de terras, resolveriam administrativamente as pendências e iniciar os trabalhos de medição e o artigo 16 versava que antes de serem aprovadas as medições, novamente seria anunciada em edital a medição, dando ampla divulgação, por 15 a 50 dias, não há, nem na constituição e nem na Lei 550, nenhum amparo tal informação.

fundava no fato de que ele tinha cultura efetiva superior à quinta parte. Foi solicitada informação ao Chefe do Distrito de Terras, Ruprecht von Glehn, que cientificou que o interessado tinha cultura efetiva na quinta parte. Devido às contradições, foi solicitada Inspetoria para fazer uma averiguação e o Inspetor Tancredo Ribeiro Campos, em vistoria ao local, identificou que dos 242,62ha, apenas 8ha eram de culturas efetivas, o restante da área em cultura era pasto mal conservado e sem gado. Diante do relatório de vistoria, foi determinada a venda do lote em hasta pública. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 16350, 1941).

O parecer do Chefe do Expediente⁴⁴, do dia 05 de abril de 1945, sobre informação do sr. Raymundo de Paula Ferreira, de que mediante o relatório do Inspetor Tancredo, o requerimento de compra preferencial deveria ser indeferido diz:

É lamentável que estejamos aumentando casos como este providências urgem sejam tomadas com urgência em benefício do Estado. A nós (ilegível) funcionários do Departamento, responsáveis pelos serviços não temos base para decidir os milhares de processos que (ilegível) são presentes. Mas opinamos como? Frequentes são as fraudes, as burlas e as informações capciosas que vimos encontrando. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 16350, 1941).

⁴⁴ Responsável por fazer, por conferir o processo e dar parecer sobre a concessão antes de esta tarefa ser realizada pela Secção de Concessão. Não foi possível levantar se ele era uma Divisão, um Serviço ou uma Secção e nem se ele foi extinto ou incorporado, por não haver decreto dessa alteração da Secretaria.

Tal situação também aconteceu no processo 14615, em que o Inspetor Tancredo e o Chefe de Matas José Duarte deram pareceres de que não havia nas terras culturas que dessem direito à venda preferencial. Ruprecht, meses depois, informou que havia culturas (pastagens) na quinta parte. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 14615, 1943).

O processo 8340 foi medido pelo próprio Ruprecht von Glehn, em fevereiro de 1943, quando já era Engenheiro Chefe do Escritório de Terra de Governador Valadares. À época da medição, ele disse: “a mata está bastante estragada devido a extração de lenha pelo sr. João Lopes da Silva. O pasto existente não foi feito artificialmente, mas sim em consequência das queimadas sucessivas dos pastos contíguos do lote de Antonio Espírito. Em 31 de junho de 1944, Ruprecht informa que na época da medição não havia benfeitorias que justificassem a compra preferencial, mas que nessa data tinha pasto formado por colônias em mais da metade da área pretendida. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 8340, 1942).

Francisco Peixoto, chefe do Expediente, em parecer do dia de 25 de agosto de 1944, diz:

Considerando como foi o memorial pelo próprio funcionário, ora informante da fls 13, como não verificou ele na ocasião (ilegível) o direito dos requerentes. Não é possível que ele tenha confeccionado no escriptorio o citado memorial e tenha se esquecido das benfeitorias que autorizasse a medição em nome dos requerentes. Está um tanto falha a situação. Para mim o lote não podia ter sido medido em nome de José Jorge de Matos e Antonio Moreira da Silva. Eles não pediram essa medição não tinham benfeitorias no local, não ocuparam habitualmente a área, não tinham pastagens artificiais e as únicas (ilegível) resultantes de queimadas de lotes

vizinhos, não tinham criações no terreno e assim de que constituía o direito para a medição em seus nomes?

Esse direito vem agora ser dado e a Secretaria não pode aceitá-los, já que em momento oportuno não foram observados e não foram indicados. Nestes termos, acho que o pedido deve ser indeferido e relacionado o lote para a venda em hasta pública (ilegível) que o Distrito seja certificado da falta indicada, por me parecer grave a situação. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 8340, 1942).

Ruprecht von Glehn também esteve envolvido em dois casos que foram objeto análise na secretaria: o caso da família Teles e o caso da família Corrêa. No primeiro caso, Ruprecht von Glehn comercializava madeiras com o sr. Graciliano Teles, o qual legitimou junto à Secretaria grande extensão de terras em seu nome, de seus filhos e esposa. Houve várias reclamações de turbações e de extração irregular de madeira, que foram vendidas para Ruprecht von Glehn. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 5317, 1943). No caso da família Corrêa, Ruprecht e sua esposa, Dona Rogéria, estiveram envolvidos em transações de terras. No processo 2587, ele aparece como testemunha na escritura de compra e venda. No processo 13685, Dona Rogéria aparece como procuradora do sr. Antônio Corrêa Marques. No Processo 14.427, Ruprecht foi o procurador do posseiro que vendeu a terra para o sr. Antonio. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 2587, 1942; SECRETARIA de Agricultura. Processo 13685, 1942; SECRETARIA de Agricultura. Processo 14427, 1942).

Os processos de sr. Antonio Corrêa Marques e esposa foram apreciados pelo Oficial de Gabinete do Secretário de Agricultura, José Maria Pinheiro, em 28 de agosto de 1947, e

considerados como portadores de irregularidades. Dizia o parecer:

Por ordem do sr. Secretário:

A leitura dos processos em nome de Antonio Corrêa Marques nos dá a penósa impressão de burla à lei de vez que dos mesmos consta a informação de que da. Olga Prates, esposa do interessado, já obteve três (3) lotes com área total de 3.732.500m²,00 e está em vias de receber um quarto (4) título de concessão com a área (*sic*) de 1.136.250,m²00. Outra circunstância gravíssima que consta dos processos é do fato de da. Rogeria Lopes, esposa do chefe do Distrito de terras de Governador Valadares, ser procuradora do interessado Antonio Corrêa Marques – conforme consta das escrituras juntas aos processos –. O que nos dá motivos de suspeita de ausência de lisura e honestidade, de peita e suborno, é o fato de Ruprecht Von Glenn (*sic*), chefe do Distrito de Terras de Governador Valadares, comparecer em escritura de compra e venda de direitos de preferência como procurador do posseiro José Fortunado Mendes, outorgando escritura à (*sic*) Antonio Corrêa Marques.

Pelas circunstâncias acima assinaladas e constatadas de relance, remeto os processos à comissão de Inquéritos, afim de que diligências sejam feitas e, si necessário, instaurar inquérito administrativo contra o sr. Ruprecht Von Gleen. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 13685, 1942).

Outro processo, o 12822, foi localizado em que aparece o sr. Ruprecht von Glehn. Nele, seu nome figura juntamente com o do agrimensor Moacyr Palleta de Cerqueira na escritura de compra e venda, como testemunhas das transações de venda de 1.220,69ha de terras já legitimadas e de 647,30ha de terras

devolutas em processo de legitimação. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 12822, 1938).

Sobre Graciliano Teles, ainda houve denúncias de outras práticas tais como ameaça de morte e prisão de posseiros. No processo 23546, João Geraldo Souza, denunciou, em carta, ter sido turbado de terras que ocupava. Segundo João Geraldo Souza, em junho de 1941, ele havia comprado uma ‘aberta’ de terras devolutas e se estabeleceu no local com a família, mantendo moradia habitual e pagando os impostos. “Em 1946 chegou em minha casa o capitalista Graciliano Teles, acompanhado de soldados da Polícia de Itambacuri e me intimou a sair (*sic*) imediatamente da posse que ocupava, tendo em seguida me dado ordem de prisão e me levado preso para itambacuri”. Ele disse que ficou preso e depois de solto retornou à posse continuando a pagar os impostos. “A ameaça passou de prisão para morte, visto que o Snr. Graciliano Teles disse que estava disposto a me assassinar, contanto que abandonasse a posse. Com receio de perder a vida, acabei por abandonar tudo o que fiz, passando a trabalhos feitos nas fazendas e sítios dos outros”. Teles apossou-se da área e extraiu toda a madeira de lei. Ele pedia ao Secretário que permitisse que ele retornasse às suas terras. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 23546, 1943). As violências cometidas por Graciliano Teles também foram denunciadas pelo repórter do *Diário de Minas*, Mário Santayana, que entrevistou ex-posseiros expropriados no distrito de Jampruca, Vale do Mucurí, que contaram suas experiências de expulsões violentas; um dos entrevistados “mostra-me uma marca de tiro na coxa; foi baleado quando fugia dos jagunços do fazendeiro Graciliano Teles”. (SANTAYANA, 05/04/1957, p. 5).

Os processos de Graciliano Teles também envolvem denúncia contra o agrimensor Moacir Rodrigues. No processo

14438, Francisco Esteves Guedes, em 30 de setembro de 1946, Chefe do Escritório Especial de Terras pediu que fossem sustadas todas as concessões em processos com medições realizadas por Moacir Rodrigues na região, até que se esclarecessem todos os casos, pois havia muitas reclamações de terceiros e também exploração irregular de madeira. Já no processo 5317, o Chefe do Distrito de Fiscalização de Matas de Governador Valadares, em fevereiro de 1948, em radiograma à Divisão de Terras Mata e Colonização, solicita que seja enviado um agrimensor de Belo Horizonte para refazer as medições de Graciliano Teles devido às confusões causadas pelas medições de Moacir Rodrigues.

Nos casos dos processos 460 e 1151 os requerentes acusados de turbação e não podendo provar o melhor direito usaram de subterfúgios para procrastinar uma decisão judicial. João de Souza e José de Souza, herdeiros de Antônio de Souza Menezes, foram turbados ao norte por prepostos de D. Irene (processo 1151), representada pelo seu esposo, o coletor estadual José Franco, e ao sul por Mário Machado (processo 460). Nos dois casos, entraram com ação de imissão e manutenção de posse antes de um ano e um mês como mandava o Código Civil⁴⁵. No caso do processo 460, mesmo a ação de

⁴⁵ O artigo 503 do Código Civil versava que o possuidor que fosse turbado ou esbulhado, ao ser reintegrado à posse, teria direito à indenização dos prejuízos sofridos e os custos da reintegração por conta do esbulhador; o artigo 500 dizia que a posse seria mantida a quem detivesse a coisa, não sendo manifesto o que a tivesse obtido por forma viciosa; o artigo 502 dizia que, para manter a posse, o turbado ou esbulhado deveria procurar seu direito logo e o artigo 508 dizia que se a posse tivesse mais de 1 ano e 1 mês, os possuidores seriam mantidos, porém o artigo 507 dizia que o possuidor não seria mantido na posse com menos de um ano e um mês, senão aquele que tinha a melhor posse (o artigo 507, § único, mencionava que a melhor posse

imissão e manutenção de posse tendo sido dada entrada depois, a sentença foi proferida antes da ação do processo 1151. O réu, representado por seus prepostos, recusou-se a cumprir a determinação judicial, sendo necessário o uso de força policial para que a reintegração de posse fosse efetivada. Não obstante após a reintegração, o réu retornou a posse coagindo os suplicantes, de tal forma que, através de grave ameaça, obrigaram o João de Souza a assinar um documento que o mesmo não conhecia o teor por ser analfabeto. E, por fim, foi solicitado em juízo que eles depositassem caução para demandá-los. No caso do processo 1151, a ação de imissão e manutenção de posse depois de três anos ainda não havia tido nenhuma decisão judicial. Enquanto a ação corria na vara civil, o processo corria na Secretaria de Agricultura. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 1151, 1956; SECRETARIA de Agricultura. Processo 460, 1959).

Em 1960, Dona Irene solicitou ao juízo da 2ª vara informação se o advogado dos autores da ação, Dr. José Rodrigues Soares, tinha autorização para advogar. O Juiz suspendeu todos os processos do advogado até que ele apresentasse a inscrição da OAB local⁴⁶. Enquanto o processo estava suspenso, tanto dona Irene quanto Mário Machado tiraram os títulos na Secretaria de Agricultura. Em ambos os processos, os turbadores em nenhum momento contestaram as imputações, nem mesmo a de que havia, sob grave coação e ameaça, obrigando o sr. João de Souza a assinar um documento de teor por ele desconhecido. No caso do processo 460, para procrastinar a decisão, foi pedida caução dos reclamantes para

era a fundada em justo título; em falta deste seria a posse mais antiga).

⁴⁶ É preciso frisar que de acordo com certidões daquela Vara o advogado havia sido indicado pela OAB local.

demandá-lo. Já no processo 1151 desacreditou-se o advogado e, aproveitando-se que o processo foi suspenso, recebeu o título de concessão. (SECRETARIA de Agricultura. Processo 1151, 1956; SECRETARIA de Agricultura. Processo 460, 1959). Vê-se, também, a busca de soluções extralegais, como as observadas por James Holston (1993, p. 68), quando, no processo 460, os posseiros reintegrados à metade da posse turbada estavam sendo vítimas de coação e ameaça, visando o empobrecimento dos suplicantes que se veriam sem recursos para continuar com a demanda judicial e a busca por fazer prova de sucessão, depois de ingressada ação de imissão e manutenção de posse.

Os processos 460 e 1151 remetem as análises de Washington Santos Nascimento (2016, p. 378-379) de que a escolha do advogado era importantíssima para a causa. Não a escolha de um advogado somente com conhecimento técnico, mas, também, com boa inserção social. Ele observa que os advogados que atuavam nos processos no sertão baiano lançavam mão de argumentos morais e não argumentos jurídicos legais, desmoralizando, assim, o réu. Os advogados, também, ao invés de buscarem provar que seu cliente teria o melhor direito, apontavam ‘graves’ irregularidades no processo. Diante das análises realizadas pelo autor, percebe-se que as argumentações tinham como fim não solucionar o problema e sim procrastinar o processo até que ele fosse extinto por vício de forma.

Essa situação descrita nos processos acima foi possível devido à profusão de normas. No que tange a legislação, antropólogo James Holston (1993, p. 68 a 77), traz análises que contribuem para a compreensão da situação complexa da questão agrária brasileira e ajudam a elucidar como o escopo normativo contribui para as irresoluções. O autor considera que o sistema jurídico brasileiro “não objetiva[va] resolver os conflitos”. Para ele, esse sistema jurídico, no que se refere à

legislação agrária, era bastante “confus[o], indecis[o] e disfuncional”.

Essa confusão criada pela profusão de leis gera o que Carlos María Cárcova (1998, p. 21-58 e 165-168) chama de opacidade da lei. O autor analisa que a opacidade é provocada pelo desconhecimento. O desconhecimento é provocado por dois motivos: 1 – por não ter acesso e 2 – por não ter compreensão. O primeiro caso, em geral são pessoas que não têm acesso às normas. O segundo é motivado pela grande quantidade de normas, entre outros motivos, sendo difícil até aos especialistas o conhecimento de todas elas. Para ele, essa situação é proposital, haja vista que se caracteriza por ser uma forma de funcionamento do sistema, pois a própria prática jurídica produz opacidade por meio do monopólio do saber.

Assim, enquanto o Estado apresentava leis para tentar mediar os conflitos por terra, os proprietários mantinham sua dominação a partir dos atenuantes e de outros mecanismos. No estado de Minas Gerais, a legislação não conseguiu apresentar-se com critérios lógicos o que levou os trabalhadores rurais a se revoltarem e transgredirem as decisões legais, tanto dos tribunais quanto da Secretaria de Agricultura. Michelle Nunes de Moraes (2013, p. 51-56, 71-88) diz que os trabalhadores rurais do Médio Rio Doce no processo de expulsão das terras que posseavam e inserção no trabalho assalariado ou parceria aprenderam a instrumentalizar habilidades de resistência. Os trabalhadores rurais buscaram garantir os direitos legais acionando a justiça ou reclamando das turbações junto à Secretaria, recusando-se a aceitar a decisões judiciais ou administrativas de deixarem as glebas e organizando Associações de Trabalhadores Rurais, que, na região, começaram a surgir no decorrer da década de 1950. A própria

inserção no latifúndio como parceiro apresenta-se como uma forma de negociar a permanência na terra e resistir às expulsões. Para Olinda Maria Noronha (1986, p. 22-29, 34 e 59) esse tipo de resistência surge da experiência da expropriação (seja ela individual ou coletiva). A concentração de terras e a impossibilidade de os trabalhadores manterem suas posses possibilitaram a contra produção de um novo saber que funcionou como uma aprendizagem da resistência.

Os trabalhadores se organizam

Na década de 1960 houve um endurecimento das relações entre fazendeiros e posseiros e/ou trabalhadores rurais. O Governador Bias Fortes determinou que fosse dado andamento a todos os processos parados na Secretaria e no ano de 1959 sancionou um decreto que concedia 192 títulos (dos quais 82 eram no Rio Doce e 48 no Mucuri), em uma medida que visava resolver o problema dos processos pendentes da secretaria. (BORGES, 1988, p. 221).

Se o que se esperava era mascarar e legitimar o poder dos fazendeiros, com a aparência de imparcialidade, o resultado foi o oposto. Nos primeiros anos da década de 1960 os conflitos atingiram o ápice. Os posseiros expulsos de suas terras e transformados em trabalhadores rurais ou urbanos não especializados se organizaram em Associações de Trabalhadores Rurais e Sindicatos e passaram a reivindicar direitos. Assim, eles se negaram a se retirarem de terras legitimadas e entraram em confronto com fazendeiros e, no ápice dos conflitos, um posseiro assassinou o fazendeiro Horácio Luz. (BORGES, 1988, p. 214; MORAIS, 2013, p. 51-56, 86).

Em 1963 foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura de Governador Valadares. (BORGES, 1988, 225-226;

CAMISASCA, 2009, p. 154, 184-188). Esse sindicato protagonizou um dos mais fortes embates no estado de Minas Gerais com a Associação Rural dos proprietários fundiários de Governador Valadares no ano de 1964. O Estado, que dizia estar buscando uma solução para os conflitos no Médio Rio Doce, achou que dando andamento aos processos pendentes por irregularidades solucionaria os conflitos, mas criou um sentimento de impunidade nos posseiros que foram expulsos das terras e seguiram para Governador Valadares, segundo M. Borges (1988, p. 220) caiu “por terra a imagem da lei como um imperativo universal e imparcial”.

Em janeiro de 1964, foi aventada a possibilidade de colonização da Fazenda do Ministério. (BORGES, 1988, p. 227). Essa notícia fez com que o número de filiados ao Sindicato subissem consideravelmente. O jornal local, Diário do Rio Doce, do dia 30 de janeiro de 1964, noticiava que “numerosos foram os interessados nas doações que ocorreram à sede do Sindicato dos Ruralistas de Governador Valadares (...) entre os quais desde mendigos até comerciários numa gama impressionante de profissões ou falta delas”.

Diante da sindicalização os fazendeiros se organizaram com o discurso de defenderem suas fazendas de possíveis invasões, mas de fato pretendiam reprimir o sindicato. Na iminência da colonização da fazenda do Ministério, no dia 30 de março de 1964 os fazendeiros se encaminharam a sede do Sindicato dos Trabalhadores e promoveram uma ação armada. Desta ação restaram quatro feridos e um morto. (MORAIS, 2013, p. 106-117).

Acredita-se que tal movimento foi motivado por algumas medidas tomadas pelo governo mineiro que deram aos posseiros o sentimento de desamparo ante a lei e levou-os a buscar formas mais enérgicas de resistência. Em 1957, quando os conflitos

endureceram, foi mandado um batalhão da cavalaria para a cidade que, segundo M. Borges (1988, p. 219-220), tinha a finalidade de amedrontar os posseiros, assim como anunciou punição para os infratores e, no fim, concedeu o título aos proponentes com processos pendentes por irregularidades. A autora afirma, ainda, que o estado deu andamento nos processos, mas observou todos os trâmites legais, o que visava dar um ar de imparcialidade. Dessa forma, as ações do Estado visando solucionar os conflitos na região tiveram efeito contrário.

Considerações finais

Os conflitos agrários no Médio Rio Doce têm seu marco na década de 1930 e chegaram a confronto aberto entre trabalhadores rurais, ex-posseiros, e fazendeiros em 1964. A entrada do capital agrário e industrial na região, que era habitada por uma população de cultura tradicional, levou a um choque cultural. A expulsão dos trabalhadores foi de duas formas: violenta, em que o fazendeiro ou tirava uma posse ou comprava uma posse e anexava as terras dos confinantes sobre ameaça e coação; e por burla à legislação, em que o fazendeiro abria uma posse ou adquiria uma posse de terceiros e requeria medição englobando medição de posseiros confrontantes, pois a legislação permitia a legitimação de uma área até cinco vezes a área cultivada. Para que se englobassem as posses de moradores habituais em grandes medições de outrem era preciso que houvesse a convivência do agrimensor que realizava a medição e/ou do engenheiro chefe e que burlasse a lei em vários aspectos tais como: não divulgação dos editais, informações incorretas aos reclamantes, esperar passar o prazo legal de reclamação para encaminhar o processo, não observação do direito preferencial e outros dispositivos legais.

No processo de expropriação e expulsão, pelo qual passaram os trabalhadores rurais do Médio Rio Doce, eles apreenderam a resistir e a negociar a permanência nas terras que ora ocupavam. Diversas formas de negociação foram tentadas: tirar novas posses, migração para outras áreas, inserir-se nas fazendas como parceiros, agregados, assalariados etc. Mas com o estabelecimento da frente pioneira e o fechamento da fronteira, extinguiu-se a margem para negociação e só restou aos trabalhadores a revolta.

A repressão aos trabalhadores em 30 de março de 1964 e o golpe Civil/Militar de 31 de março, que implantou uma grande repressão aos trabalhadores rurais e a todos que eram tidos como subversivos, tolheu o movimento reivindicatório e contestatório de extrema importância para o estado de Minas Gerais e para o Médio Rio Doce em específico.

Referências

ARAÚJO, Kátia de Fátima; SOUZA, Rita de Cássia Martins de. *Políticas Territoriais e Grandes Empreendimentos em Minas Gerais*. Caminhos da Geografia - revista online. Uberlândia, v. 15, n. 52, dez. 2014. 81-90. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/viewFile/23271/15961>>. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.

BARBOSA, Daniel Henrique de. *Desenvolvimento econômico e pensamento desenvolvimentista: o caso de Minas Gerais (1933-1968)*. IV Encontro de Pós-Graduandos da FFLCH/USP. São Paulo, 1, 2009. Disponível em: <<http://200.144.189.47/feaecon/media/fck/File/Desenvolvimento%20economico%20e%20pensamento%20desenvolvimentista>>

%20-%20Daniel%20Henrique%20Diniz%20Barbosa.pdf>.

Acesso em: 13 de janeiro de 2016.

BORGES, Maria Elisa Linhares. *Utopias e Contra-utopias: movimentos sociais rurais em Minas Gerais (1950-1964)*. 1988. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1988.

BORGES, Maria Elisa Linhares. *A Recriação de uma Fronteira: a luta pela terra no leste de Minas Gerais*. Revista de Estudos Políticos. Belo Horizonte, separata do número 73, 1991. 173-201.

BRASIL. *LEI Nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as Terras Devolutas do Império, 1850. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm>. Acesso em: 21 de janeiro de 2015.

CAMISASCA, Marina Mesquita. *Camponeses mineiros em cena: mobilização, disputas e confrontos (1961 – 1964)*. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

CÁRCOVA, Carlos María. *A Opacidade do Direito*. São Paulo: LTr Editora, 1998.

CARNEIRO, Patrício Aureliano da Silva. *Do sertão ao território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, políticas e formação espacial no período colonial*. 2013. Tese (Doutorado em Geociências). Instituto de Geociências: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO. *Destinada A Verificar, 'In Loco' as Origens, Natureza e Profundidade da Agitação Reinante nos Meios Rurais de Governador Valadares, em Minas Gerais, e em Qualquer Outro Ponto do Território Nacional*. Diário do Congresso Nacional, Suplemente ao número 110, Brasília, 1965.

DIÁRIO do Rio Doce. Arregimentação sindical fora da lei. Governador Valadares, 30 de janeiro de 1964.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; AQUINO, Bárbara; MORAIS, Júlio. *Legitimação e Mercantilização de Terras em Minas Gerais*. Anpuh – XXV Simpósio Nacional De História, Fortaleza, 2009. Disponível em: <<https://anais.anpuh.org/?p=18893>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2015.

ESPINDOLA, Haruf Salmen; ESTEVES, Ana Caroline Esteves; MARINS, Renata Flor. *Apropriação Privada e Ação Regulatória: propriedade e posse da terra em Minas Gerais : 1891-1960*. Revista da Associação Mineira de Direito e Economia, vol. 4, 2010. Disponível em: <<http://www.revista.amde.org.br/index.php/ramde/article/view/45>>. Acesso em: 08 de março de 2013.

FUKUI, Lia. *Os Papéis na Organização Familiar de Sitiantes Tradicionais no Brasil*. Centro de Estudos Rurais e Urbanos, Cadernos n. 8, 1975. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cerusp/article/view/83175>>. Acesso em: 16 de junho de 2016.

HOLSTON, James. *Legalizando o Ilegal: propriedade e usurpação no Brasil*. RBS, n. 21, ano 8, 1993. 68-88.

GARCIA, Paulo. *Terras Devolutas*. Belo Horizonte: Edição da Livraria Oscar Nicolai, 1958.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico*. Vol. 1. Rio de Janeiro, 1952. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/67/cd_1950_v1_br.pdf> Acesso em: 12 de dez. de 2016.

GODOY, Marcelo Magalhães. *Minas Gerais na República: atraso econômico, estado e planejamento*. Cardenos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, 11, n. 16, jan./jun. 2009. 89-116. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/bitstream/11037/1262/3/0001262.pdf>>. Acesso em: 02 de julho de 2016.

MARCÍLIO, A. *O Problema das Terras Devolutas e suas Matas no Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1961.

MARTINS, José de Souza. *O Tempo da Fronteira: o retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira*. Tempo Social, Revista Sociologia USP, São Paulo, 8(1), 1996. 25-70. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/86141>>. Acesso em: 26 de janeiro de 2014.

MINAS GERAIS. *DECRETO Nº 2, de 8 de abril de 1935*. Desdobra a Secretaria da Agricultura, Viação e Obras Públicas: e contém outras disposições, 1935. disponível em:

<<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4764>>. Acesso em 23 de abril de 2016.

MINAS GERAIS. CONSTITUIÇÃO (1947). *Constituição do Estado de Minas Gerais*: promulgada em 14 de julho de 1947. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=CON&num=1947&comp=&ano=1947>>. Acesso em: 30 de maio de 2016.

MINAS GERAIS. *LEI Nº 171, de 14 de novembro de 1936*. Dispõe sobre terras devolutas, suas descrição, medição, concessão e alienação, 1936. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4762>>. Acesso em: 28 de abril de 2016.

MINAS GERAIS. *LEI Nº 550, de 20 de dezembro de 1949*. Dispõe sobre concessão de terras devolutas, 1949. Disponível em: <<https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/4789>>. Acesso em: 29 de abril de 2016.

MORAIS, Michelle Nunes de. *Conflitos Agrários: negociação e resistência dos trabalhadores rurais em Governador Valadares no Vale do Rio Doce (1950-1960)*. 2013. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História: Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

NASCIMENTO, Washington Santos. *Conflitos Agrários: redes de poder e dinâmicas do Direito no sertão baiano (1900-1910)*. *Dimensões*, 36, jan.-jun. 2016. 377-404. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/13856>>. Acesso em: 25 de novembro de 2015.

NORONHA, Olinda Maria. *De Camponesa a “madame”:* trabalho feminino e relações de saber no meio rural. São Paulo: edições Loyola, 1986.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os Anos 30:* as incertezas do regime. Anais do XXII Simpósio Nacional de História, João Pessa, 2003. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.182.pdf>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2016.

PEREIRA, Camila Amaral; CONSENTINO, Daniel Val. *Industrialização Mineira e o Governo de Benedito Valadares (1933-1945)*. VII Encontro de Pós Graduação em História Econômica e 5º Conferência Internacional de História Econômica, Niterói, 08, 09 e 10 setembro 2014. Disponível em: Disponível em:<[file:///C:/Users/Dell/Downloads/industrializacao%20mineira%20e%20o%20governo%20de%20benedito%20valadares%201933-1945%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Dell/Downloads/industrializacao%20mineira%20e%20o%20governo%20de%20benedito%20valadares%201933-1945%20(3).pdf)>. Acesso em: 13 de dezembro de 2016.

ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga. *Companhia Estrada de Ferro de Vitória a Minas*. 1976. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

SANTAYANA, Mario. *Enquanto os Posseiros são Expulsos e Assassidos seus Filhos Passam Fome*. DIÁRIO DE MINAS, Belo Horizonte, 5 de abril 1957.

SIMAN, Lana Mara de Castro. *A História na Memória:* uma contribuição para o ensino da História das Cidades. 1988. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação

Educação (FAE): Universidade Federal de Minas gerais, Belo Horizonte, 1988.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. PROCESSO 1151. Escritório Especial de Terras de Governador Valadares, Localização: Arquivo fundiário, Seção: Titulados Rural, Caixa: 1146 a 1170, 1956.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. PROCESSO 460. 7º Distrito de Terras de Governador Valadares, Localização: Arquivo Fundiário, Seção: Titulados Rural, Caixa: 451 a 478, 1959.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. PROCESSO 2559. Escritório Especial de Terras de Governador Valadares, Localização: Arquivo Fundiário, Seção: Titulados Rural, Caixa 2559 a 2592, 1943.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. PROCESSO 13685. Escritório de Terras de Governador Valadares, Localização: Arquivo Fundiário, Seção: Titulares Rural, Caixa: 13656 a 13690, 1942.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. PROCESSO 12822. Escritório Especial de Terras de Governador Valadares, Localização: Arquivo Fundiário, Seção: Titulados Rural, Caixa: 12811 a 12845, 1938.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. PROCESSO 2587. Escritório Especial Terras de Governador Valadares, Localização: Arquivo Fundiário, Seção: Titulados Rural, Caixa: 2559 a 2592, 1942.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. PROCESSO 5317. 3º Distrito de Terras de Thophilo Ottoni, Localização: Arquivo Fundiário, Seção: Titulados Rural, Caixa: 5286 a 5317, 1943.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. PROCESSO 14427. Escritório Especial de Terras de Governador Valadares, Localização: Arquivo Fundiário, Seção: Titulados Rural, Caixa: 14411 a 14445, 1942.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. PROCESSO 8340. Escritório Especial de Terras de Governador Valadares, Localização: Arquivo Fundiário, Seção: Titulados, Caixa: 8331 a 8370, 1942.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. PROCESSO 14615. Escritório Especial de Terras de Governador Valadares, Localização: Arquivo Fundiário, Seção: Titulados Rural, Caixa: 14596 a 14625, 1943.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. PROCESSO 488. 7º Distrito de Terras de Governador Valadares, Localização: Arquivo Fundiário, Seção: Titulados Rurais, Caixa: 479 a 505, 1958.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. PROCESSO 16350. Escritório Especial de Terras de Governador Valadares, Localização: Arquivo Fundiário, Seção: Titulados Rural, Caixa: 16316 a 16355, 1941.

SECRETARIA DE AGRICULTURA. PROCESSO 23546. 3º Distrito de Terras de Theophilo Ottoni, Localização: Arquivo Fundiário, Seção: Titulados Rural, Caixa: 23526 a 23555, 1943.

VILARINO, Maria Terezinha Bretas. *Entre Lagoas e Florestas: atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Rio Doce: 1942-1960*. 2008. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

UMA IGREJA A SERVIÇO DOS OPRIMIDOS: ATUAÇÃO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA- MT

Maria Henriqueta dos Santos Gomes

Kátia Gomes da Silva Amaro

Gabriela Dambrós

O presente texto apresenta de forma sumária a constituição e atuação de religiosos e leigos católicos na Prelazia de São Félix do Araguaia-MT, na defesa dos interesses de grupos sociais identificados como populações tradicionais (camponeses, ribeirinhos, indígenas, agricultores familiares, etc.), constantemente ameaçados pela atuação do capital representado pelas grandes empresas agropecuárias, no extremo nordeste do estado do Mato Grosso, evidenciando a figura de Dom Pedro Casaldáliga, hoje arcebispo Emérito, mas cuja trajetória foi marcada pela defesa incondicional dos interesses das populações locais frente ao avanço modernizante e excludente do capital.

Essa pesquisa resulta de estudos realizados para elaboração de dissertação de mestrado, sendo essa investigação, fundamentada na pesquisa bibliográfica, documental com base no acervo da Prelazia, além da pesquisa de campo fundada em relatos de depoentes residentes no local, além da observação direta.

Foi a partir do universo eclesial e pastoral provocado pelo Concílio do Vaticano II, e depois do estímulo proporcionado pela Conferência Episcopal de Medellín, que a Prelazia de São Félix do Araguaia instalou-se, com os missionários que tinham interesse em desenvolver suas atividades na América Latina e na África (GONZAGA, 2005, p.188). A Prelazia de São Félix foi edificada nestas transformações, tanto do Concílio, como

também com as suas bases na Teologia da Libertação e com atuações em estruturas de comunidades.

Nessas condições, a participação política dos cristãos adquire caracteres inéditos que tomam de surpresa as atuais estruturas eclesiais, inclusive os mais avançados métodos pedagógicos dos movimentos de apostolados leigos. (GUTIÉRREZ, 1984, p.92).

No que tange aos leigos, esses passaram a ganhar mais espaço, sendo valorizados pelo clero. Os leigos compreendem os camponeses, operários, dentre outros segmentos, que agora são agentes transformadores. Ressaltemos que os leigos não são somente da Igreja Católica, havendo um grupo ecumênico, que teve como uns dos principais objetivos unirem forças e fé para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Cumprir referir que parte da Igreja Católica fez uma clara opção pelos setores oprimidos e pela sua libertação, assumindo sua função de agente transformador da realidade na América Latina.

Em uma carta do Papa João Paulo II ao episcopado brasileiro, de nove de abril de 1986, o mesmo refere que a “Teologia da Libertação não é só oportuna, mas também útil e necessária” (GONZAGA, 2005, p.265), significando um novo momento nesta teologia cristã articulada à práxis popular. Vale ressaltar aqui que a denúncia é um recurso de extrema importância nesse momento, pois é através dela que os fatos silenciados outrora virão à tona, os abusos no poder público, perseguições dos trabalhadores, tendo em vista, a degradação humana, presentes no continente.

Para os irmãos Leonardo e Clodóvis Boff (apud VALÉRIO, 2007, p.26), a teologia da libertação “é uma teologia que leva para a praça, porque a forma época da fé no submundo dos deserdados é o ‘amor político’ ou a ‘macrocaridade’”. No

Terceiro Mundo, entre os últimos, a fé é também e, sobretudo, política”.

No que tange à sua localização a região é caracterizada pela fragilidade da infraestrutura. A Prelazia corresponde aos municípios de Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, Canabrava do Norte, Confresa, Luciara, Novo Santo Antônio, Porto Alegre do Norte, Ribeirão Cascalheira, Santa Cruz do Xingu, Santa Terezinha, São Félix do Araguaia, São José do Xingu, Serra Nova Dourada, Vila Rica e Querência. Sendo importante dizer que a área em estudo, ficou conhecida nacionalmente como o "Vale dos Esquecidos" pela insipiente atuação do Estado, no que tange à ausência de políticas públicas destinadas a grupos sociais vulneráveis.

A Prelazia foi criada em 13 de março de 1970, pelo Papa Paulo VI, com o decreto *Quo Commodius*, estando totalmente incluída na Amazônia Legal. Seus limites naturais são o Rio Araguaia, incluindo a Ilha do Bananal e, no outro extremo, o Rio Xingu; ao Norte, o Estado do Pará, e ao Sul os municípios de Ribeirão Cascalheira e Querência. Assim abrange um território de 150.000 Km², cerca de 1/6 de todo o Estado do Mato Grosso. Salientamos ainda, que equivale a uma vez e meia o estado Santa Catarina ou mais da metade do Rio Grande do Sul.

A economia local é baseada na pecuária e na agricultura, voltadas tanto para o auto-sustento quanto para a comercialização. O solo permite o cultivo de inúmeras espécies vegetais sendo importante também, a pecuária de cria, recria e corte.

Merece ainda destaque a presença, na região, de um significativo contingente de indígenas, em especial das etnias Tapirapé, Karajá e Xavante, Caiapó, que sofreram intensamente

com a implantação dos grandes projetos agropecuários na região.

Gonzaga (2005) afirma que antes da presença dos aventureiros e desbravadores, na região que, futuramente, constituir-se-ia a Prelazia de São Félix do Araguaia, somente tribos indígenas desfrutavam de seus recursos naturais. Tribos como Karajá, Caiapó, Tapirapé e Xavante, povos indígenas, que não tem uma divisão das terras “em detalhe”, mas sim um território, onde caçam, pescam e praticam o extrativismo e, por isso, até desentendiam-se entre si. Mas, indiscutivelmente, foram eles os primeiros moradores de uma vasta região que atingia parte dos atuais Estados de Mato Grosso, Goiás, Tocantins e Pará.

No início do século XX, migrantes oriundos dos estados do Pará, Goiás e Maranhão ocuparam gradativamente as várzeas do Araguaia no trecho entre Baliza e a divisa com o Pará, ao Norte de Santa Terezinha. As atividades econômicas principais naquele período foram à extração do látex, a pesca, a agricultura de subsistência, e a pecuária extensiva. (SOARES Apud BARROZO, 2009, p.90).

A maioria destes migrantes pode ser identificados como posseiros, que saíram de sua região na busca de melhores oportunidades. Podemos apontar ainda, que houve um povoamento da região em torno de atividades econômicas, tais como: a busca pelo diamante, os “vazios” demográficos, pastagem para criar gado, visto como grandes áreas que serviriam para a lavoura.

Segundo a concepção de Barrozo os povos indígenas que ocupavam o território situado entre os rios Araguaia e Xingu deslocaram-se para o fundo da floresta à medida que aquele espaço foi ocupado por seringueiros, agricultores e pecuaristas.

Como podemos verificar, a questão da terra é deveras delicada, tendo em vista, a imensa complexidade de que tal temática que traz consigo os conflitos causados pelas disputas dos espaços provocando discursos candentes por parte dos poderes públicos, dos grandes proprietários e do poder local, ou seja, por parte daqueles que tanto cobiçam a terra, seja para nela produzirem e/ou para manter uma posição social privilegiada.

Os moradores da Região da Prelazia, até bem pouco tempo, não contavam com serviços públicos básicos (educação, saúde, transporte, energia, saneamento, entre outros), sendo, ainda hoje, evidente a precariedade desses serviços. Esse cenário foi adequado para a presença muito intensa de manifestações clássicas do poder local⁴⁷. A área em estudo pode ser descrita ainda como um local de contrastes: percebe-se uma prosperidade significativa resultante da implementação de projetos agropecuários que, por sua vez, resultou na expropriação absoluta das populações pobres que ali habitavam indivíduos frequentemente vitimados pelo avanço da fronteira agrícola⁴⁸.

⁴⁷O conceito de poder local foi consagrado pela historiografia brasileira sendo objeto de frequentes discussões algumas privilegiando às questões de natureza econômica e geográfica e outras enfatizando vínculos extra econômicos. Na América Latina é um fenômeno ligado a constituição das grandes propriedades que marcam a ocupação do espaço Merecem destaque os estudos de A. Rouquié que afirmam que se estabeleceram relações denominadas extracontratuais, "Com muita frequência os grandes domínios modernos utilizam, com efeito, meios pré-capitalistas para gerir sua mão de obra..." (1991, p. 217)

⁴⁸Acerca do avanço da fronteira agrícola é adequado citarmos Caio Prado Junior que afirma que os movimentos migratórios da população brasileira estiveram vinculados a busca de novas áreas destinadas para a produção de mercadorias atendendo ao sentido determinado pelo mercado (PRADO JUNIOR, 1981).

Lembrando ainda, que o Governo Federal, a partir do final da década de 1960, garantia a legalidade de exploração da Amazônia, incentivando grandes empresas a explorarem vastas regiões, desconsiderando absolutamente a histórica presença de indígenas e posseiros. O maior problema da região sempre foi o latifúndio, sendo que os titulares dessas áreas, muitos com títulos forjados, ignorando toda e qualquer forma de ocupação da terra que não a sua, são absolutamente contrários a qualquer possibilidade do fracionamento da área ou do reconhecimento de outras formas de acesso à mesma.

Segue um fragmento do Jornal Folha de São Paulo, a título de ilustração:

Desde 1970 a região se tornou uma frente pioneira. Nessa época a chegada de lavradores começou a ser maciça com apelos do Governo Médici, de que a Amazônia era a terra sem homens para os homens sem-terra. Mas na verdade, a política de incentivos fiscais, deduzidos do dinheiro do povo, criou uma concentração de terra nas mãos de poucos.⁴⁹ (Grifo nosso).

Percebemos nesta citação, que o governo Médici negligenciou as pessoas que ali estavam, e o que se divulgava na mídia era contrário à realidade daquela região.

Vale citar aqui, o conceito de *frente pioneira*, que retrata muito bem a realidade da Amazônia, desconsiderando os indígenas, tomando como referência o empresário, o fazendeiro, o comerciante e o pequeno agricultor moderno e empreendedor. O modo de ver o espaço como *frente pioneira* dos geógrafos, a partir dos quais a realidade é observada. Martins (2009) critica o ponto de vista dos geógrafos “clássicos”, como por exemplo,

⁴⁹ Folha de São Paulo, 17/04/1980. Acesso 15/05/2011

Mombeig e Waibel, que vêm apenas o “pioneiro”, empreendedor, empresário. A *frente pioneira* é também situação espacial e social que convida ou induz à modernização, à formulação de novas concepções de vida, à mudança social. Ela constitui o ambiente oposto ao das regiões antigas, esvaziadas das populações tradicionais.

Podemos constatar que a história das lutas étnicas e sociais é a história contemporânea da fronteira no Brasil. Entre 1968 e 1987 diferentes povos indígenas da Amazônia sofreram pelo menos 92 ataques, pelos grandes proprietários de terra e com ajuda de seus pistoleiros. Existiram também ataques indígenas sobre as grandes fazendas e alguns povoados (MARTINS, 2009, p.36).

O mesmo autor assegura, que a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade, à primeira vista é o lugar do encontro dos que, por diferentes razões, são diferentes entre si, índios, proprietários de terra e camponeses pobres. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro.

A Igreja da Prelazia de São Félix do Araguaia reuniu um importante grupo como responsável pelas diligências religiosas, trabalhou no esforço de combater a desigualdade que ocorriam na região, bem como, condenar as ações dos poderes locais e dos grandes proprietários de terra, denunciando a violência e os abusos, via de regra, vinculados à questão agrária, tema este bastante polêmico naquele espaço.

Com efeito, citamos as concepções de Martins acerca da fronteira, que não se resumem à fronteira geográfica. Ela é fronteira de muitas e diferentes coisas: fronteira da civilização (demarcada pela barbárie que nela se oculta), fronteira espacial, fronteira de culturas e visões do mundo, fronteira de etnias,

fronteira da história e da historicidade do homem. (MARTINS, 2009, p.49)

O avanço das fronteiras agrícolas nas áreas de colonização da Amazônia Legal agudizou as disputas por terras e os conflitos se intensificaram, resultando em perseguições ameaças de morte e assassinatos de centenas de líderes e defensores de direitos humanos.

A ascendência dos fazendeiros, aliada à omissão do Estado, no que diz respeito à promoção do bem comum, provocava inúmeros desmandos, além da repressão violenta àqueles que questionavam o poder dessas elites. Como bem assevera Escribano: Aqui, quem tinha dinheiro comprava o silêncio, e os latifundiários, apoiados pela ditadura militar, tinham terra, dinheiro e pouca vontade de dar explicações sobre a origem de sua riqueza (2000, p. 24). Segue um fragmento, que exemplifica essa questão, tendo em vista, o lugar bem definido da atuação daquela Igreja. A fala de D. Pedro a seguir define claramente sua posição em relação aos empresários:

Nós temos dito muitas vezes que aqui (na Prelazia) ou se está de um lado ou de outro. Eu digo sempre que o Evangelho é para os ricos e para os pobres. É para todos, mas está a favor dos pobres e também está a favor dos ricos, mas contra a sua riqueza, contra seus privilégios, contra a possibilidade que têm de explorar, dominar e excluir. Eu posso relacionar-me com os ricos, sempre que lhes diga a verdade e não me deixe levar. Não é que não poderia ir um dia almoçar à casa de um rico, mas se vou cada semana e não passa nada, não digo nada, não sacudo aquela casa, não sacudo aquela consciência, já me tenho vendido e tenho negado minha opção pelos pobres. (ESCRIBANO, 2000, p. 58).

A região em estudo, considerada um espaço de grande investimento agroindustrial. Os conflitos entre a Igreja local e os latifundiários e o Estado iniciaram-se em 1966, coincidindo com o aumento de investimentos. Cumpre frisar, que o Estado de Mato Grosso é representativo dessas situações de ilegalidade de compra e venda de terras, em que o seu próprio Departamento de Terras se apresentava como o maior agenciador de títulos forjados, incentivando a “grilagem”⁵⁰ de terras públicas, indígenas e camponeses. (MORENO, 2007)

Apesar da concentração fundiária no Vale do Araguaia, cujas terras foram apropriadas por grandes grupos econômicos do Sul/Sudeste, os migrantes pobres continuaram se deslocando para a região. Em consequência desta re-ocupação, de um lado por grandes empresários, e de outro por agricultores familiares à procura de terra para se reproduzirem, houve vários conflitos pela posse da terra ao longo das décadas 1970 e 1980 (ESTERCI, 1987).

A Igreja Católica, na região em estudo, proclamava a possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária de tal sorte a mobilizar a comunidade, que passou a perceber-se de outra forma, valorizando sua trajetória, experiências, crenças e valores.

A Igreja Católica, em meados dos anos de 1960, através de requerimento do Bispo de Goiás - à época Dom Tomás Balduino - contactou algumas ordens religiosas simpatizantes da Teologia da Libertação. Naquele contexto, veio para a região do Araguaia mato-grossense, no final de julho de 1968, o Padre

⁵⁰ Que neste caso caracteriza os procedimentos dos grileiros, ou seja, daqueles que procuram apossar-se de terras de outrem mediante falsas escrituras de propriedade.

espanhol Pedro Casaldáliga,⁵¹ assumindo a responsabilidade pelas diligências religiosas e pela organização da população pobre do local, visto que a região já aparecia no cenário nacional como um local de conflitos entre posseiros, latifundiários, peões e, principalmente, povos indígenas.

Com a chegada desse religioso na região, o Vaticano criou oficialmente, no ano de 1970, a Prelazia de São Félix do Araguaia. Passado um ano, o religioso recebeu o título de Bispo, porém, diferente dos demais, seria um bispo com chapéu de palha, sem mitra, báculo, nem pompa, para assemelhar-se às pessoas da região. (ESCRIBANO, 2000, p.46)

Gonzaga aponta ainda, para o anel de tucum, que Dom Pedro adotou como o símbolo da Igreja Libertadora, do compromisso profético a favor dos pobres. Incorporou o remo, o cocar, o chapéu de palha, a enxada e o chimarrão, ao universo simbólico, utilizado pela Prelazia em seus encontros, rituais, painéis, informativos, cartilhas e panfletos.

Casaldáliga não economizou em falas nem em ações concretas contra os latifundiários, magistrados, militares e políticos; instituiu uma Igreja com o mínimo de hierarquia e com o máximo de vivência comunitária, co-responsabilidade e subsidiariedade; crente na esperança como virtude do Espírito Santo e elemento essencial do reino, tem sido solidário com os agentes de pastoral de sua Igreja, com Igrejas vizinhas e com países latino-americanos.

⁵¹ Casaldáliga nasceu em Balsareny, cidade da Província Catalã de Barcelona, no dia 16 de fevereiro de 1928, Casaldáliga ingressou na Ordem Claretiana, consagrada as missões, onde foi sagrado sacerdote em 1943 e em 1971 ordenaram-no Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Em 2003, ao completar 75 anos, Casaldáliga apresentou seu pedido de renúncia à Prelazia, como exige o Vaticano de todos os Bispos, exceto ao de Roma, o papa.

Cumprer destacar ainda a ação das ordens religiosas masculinas e femininas, além da atuação importante de um diaconato e de leigos muito comprometidos com a Prelazia e com a região. Esses grupos, juntamente com D. Pedro, passaram a identificar e a analisar os problemas e as dificuldades do local, destacando-se temas como: o trabalho no campo; a situação de alguns peões que trabalhavam nas fazendas em condições desumanas; os problemas indígenas; os conflitos fundiários; a ausência de serviços públicos essenciais, trabalho escravo, entre outros. Casaldáliga relata na Carta Pastoral o seguinte fato:

Tanto em São Félix, como em Santa Terezinha trabalhavam, vinculados a Prelazia, leigos brasileiros: no ensino ginásio, primário e alfabetização, nas Campanhas Missionárias, na catequese e na promoção humana. Em São Félix este ano (1971) os leigos universitários são cinco. [...]. No primeiro período de nossa chegada à missão, percorremos quase todo o território, em repetidas viagens e visitas, por água com muita frequência. Sertão, beiras dos rios e povoados. (CASALDÁLIGA, 1971, p. 37.)

Acerca do exposto, apontamos para a ativa participação da população local no esforço da transformação, da mudança, uma busca incessante da libertação das amarras da sociedade, que afligiam os estratos sociais mais frágeis. E o papel protagonista da Igreja junto à população mais vulnerável. Realçamos aqui, que a base dessa Igreja era a Teologia da Libertação, conhecida, grosso modo, por a sua participação ativa na esfera política, e não somente no campo religioso.

Esse catolicismo internalizado reflete uma ruptura de um modelo de Igreja conivente com o Estado, oferecendo à

sociedade, por meio, sobretudo, da sua função contestatória, um discurso e uma prática voltados para a transformação social.

Embasamo-nos em estudos de Gonzaga, que estabelece a atuação da Prelazia em cinco períodos distintos. O primeiro identificado como “*assombração e resistência*”, que vai de 1968-1974, que se caracteriza pelo conhecimento do espaço, que ocasionou uma impressão forte, pelos fatos vistos na Prelazia. Período em que Dom Pedro Casaldáliga mais a equipe pastoral passam a ter ciência das atrocidades ocorridas. Neste momento, a prática das desobrigas era comum. Com efeito, citamos uma fala de Casaldáliga, que ilustra muito bem, esse primeiro olhar para a região: “*Quando cheguei aqui, a primeira coisa que vi foram os corpos de quatro crianças mortas, que deixaram na porta da minha casa [...] Quatro meninos mortos, colocados em caixas de sapatos, essas foram as boas-vindas que recebi.*” (ESCRIBANO, 2000, p.11).

Segundo período: “*organização do povo*”, 1974-1980. Período desfavorável para a Igreja colocar em exercício a suas ações, mesmo assim, não houve uma brandura nas suas práticas. A equipe pastoral aumenta significativamente, unida pelo mesmo ideal de uma evangelização a partir dos pobres, cuja linha havia sido traçada pelos bispos latino-americanos em Medellín, enfrentou os mais diversos desafios, na defesa dos posseiros, indígenas e peões.

Terceiro período: *participação na administração política*, 1980-1990, Gonzaga descreve que neste momento as circunstâncias foram proporcionando um ambiente propício à candidatura de pessoas ligadas à Prelazia, seus agentes. A experiência em administrar trabalhos comunitários, o processo de democratização do país, os políticos populistas e aproveitadores da região, fatos, que contaram para a indignação e insatisfação por parte da grande parcela da população, tudo

isso há de se levar em conta para entender esse acontecimento inédito de Igreja no Brasil. Os agentes perceberam que o único caminho para mudar o sistema da política vigente, colocando pessoas ou grupos de pessoas que estivessem nesse compromisso com o povo, contra o sistema de exploração que havia na região.

Acerca desta questão a Comissão Representativa da CNBB em 1975, declara: à Igreja cabe uma tarefa de ordem estritamente educativa, ao nível da consciência, de modo a capacitar o cidadão ao exercício livre, consciente e responsável do seu dever democrático. Não compete à Igreja optar por este ou aquele partido político, indicar este ou aquele candidato. (CNBB *Apud* MAINWARING, 1989 p. 188).

Quarto período: “*prática de suplência*” 1990-2001, recuando da participação político-partidária, a Igreja deu-se a prática de suplência, sem querer deixar de lado sua persistência em defesa dos pobres e excluídos, sempre numa perspectiva latino-americana. Nesse momento a Prelazia não teve a participação direta nos partidos políticos e nas administrações públicas, como vinha acontecendo, mudando assim, suas vias de ação.

Quinto período: “*transição episcopal*” 2001-2005, marcado pelo afastamento de Dom Pedro Casaldáliga do comando da Prelazia, para tanto, foi elaborado um manual que assegurasse a sua estrutura construída, no decorrer de sua história. A título de informação, Casaldáliga proferiu acerca da importância das linhas pastorais: “Depois de vários anos de experiência, acabamos de aprovar o ‘*Manual da Prelazia de São Félix do Araguaia: objetivo, atitudes, normas*’. Uma espécie de diretório espiritual e pastoral, breve, porém denso, que recolhe o objetivo da nossa Igreja, as atitudes maiores que devemos cultivar e uma série de normas que configuram a estrutura e a

ação desta Igreja Particular de São Félix do Araguaia. O manual norteia as ações da igreja, e ainda, localiza-se dentro das normas oficiais da Igreja, da CNBB e das conferências episcopais latino-americanas. A Prelazia busca responder às exigências de três princípios que tem buscado potenciar: “A vivência comunitária, a co-responsabilidade de todos e a subsidiariedade”. (GONZAGA, 2005).

Tendo em vista, as cinco fases, podemos destacar que foram momentos distintos, mas que ao passar de uma fase para outra, vinham acompanhadas de melhorias, e de uma articulação mais envolvente entre a pastoral e a população.

Desde a chegada de Dom Pedro Casaldáliga na região até a sua aposentadoria, foi um período, que contou com um enorme avanço em se tratando da área da saúde, educação, infraestrutura da região, melhoramento na qualidade de vida das populações tradicionais. Trazendo esclarecimento acerca da condição de vida dos peões, posseiros, trabalhadores sem-terra e das etnias indígenas, o esforço de uma libertação das condições vividas, consideradas impróprias, degradantes, além de ser caracterizada como uma dessemelhança escancarada.

Dom Pedro Casaldáliga sofreu represálias, sendo perseguido *ad extra* pelos militares (tentativas de expulsão do Brasil do ‘bispo comunista’) e *ad intra* (pelos setores mais conservadores e refratários da Teologia da Libertação, no Brasil e em Roma, destacando aqui, durante os anos 1980 no papado de João Paulo II, a atuação do cardeal Joseph Ratzinger (Papa Bento XVI), na época à frente da Congregação para a Doutrina da Fé). (VALÉRIO, 2007, p.109).

Através da pesquisa de campo, percebemos que a figura de Dom Pedro Casaldáliga é muito respeitada ainda hoje na região, mesmo com a Prelazia diante de uma nova supervisão, a proeminência está na figura de Dom Pedro Casaldáliga. Sua

residência, com um ar simples e humilde é o espaço que recebe pessoas do mundo inteiro, pesquisadores, professores, estudantes, que vão à procura de informações, fazem entrevistas, levantamento de dados, tendo em vista, a importância deste bispo para a região, além de ser o ícone da Teologia da Libertação na América Latina. Destacando ainda, que a casa está sempre de portas abertas para receber a todos, hospedando na sua residência moradores e grupos indígenas da região adjacente, que vão para São Félix resolver pendências e até mesmo pessoas, que não são da região.

A Igreja local proclama a possibilidade de uma sociedade mais justa e igualitária de tal sorte a mobilizar a comunidade, que passa a perceber-se de outra forma, valorizando sua trajetória, experiências, crenças e valores.

A Prelazia age em comunhão com a Igreja do Terceiro Mundo e, por causa do Evangelho e interpelada pela realidade local, opta pelos oprimidos e, em consequência, define a sua pastoral como evangelização libertadora. [...] A Prelazia tem como objetivo desencadear e acelerar, no povo da região, o processo de libertação total [...]. (CASALDÁLIGA 2005, p.107.).

O grupo pastoral tem como prioridade desenvolver a consciência crítica nesses moradores, um processo de libertação total dessas amarras. Diante dessa citação, que se encontra na Carta Pastoral, Dom Pedro lança um olhar acerca da atuação ou a falta de atuação desses moradores na sociedade, em relação aos cumprimentos dos direitos e deveres, do afastamento das esferas que compõem a sociedade e que reflete na vida de cada cidadão. A equipe pastoral trabalhou em torno da conscientização dessas pessoas, a importância da participação ativa de cada cidadão, em um processo de desalienação.

Merece destaque o tratamento dispendido às populações indígenas, que ficaram livres para manifestar seus credos, não havendo qualquer processo de evangelização que tentasse demovê-los desses princípios. Cumpre salientar, que essa postura, em que pese ser majoritária, não foi aceita e seguida por todos os missionários católicos. Com efeito, uma das linhas de força reside no compromisso com a população mais pobre.

Escribano (2000, p.85) assegura que uma das principais contribuições que Dom Pedro Casaldáliga deu à Igreja Católica do Brasil foi o impulso à criação de comissões mistas de religiosos, camponeses e índios, para a resolução dos conflitos de terra e organização dos indígenas. Esse religioso foi um dos principais promotores do CIMI e também da CPT duas organizações tidas como referência na organização dos camponeses e dos índios, disponibilizando inclusive auxílio técnico e subsídios financeiros que não existiam. São órgãos que surgem a partir da Teologia da Libertação, com o propósito de apoiar o homem do campo e os indígenas, e têm a finalidade de combater as injustiças.

A missão da CPT: “[...] quer ser uma presença solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo”.⁵² A CPT se transformou em uma referência política fundamental como um espaço de resistência ao processo de expropriação das populações rurais e denúncia dos conflitos agrários daí recorrentes.

⁵²Conforme consta no site:
<http://www.cptpe.org.br/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=3>, Publicado em: 2008-01-23 Acessado no dia 25-08-09

O CIMI foi criado por Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás Balduino - Bispo de Goiás- entre outros, no ano de 1972. Três anos depois surgiu a CPT durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela Conferência (CNBB), e realizado em Goiânia (GO) ⁵³.

Dom Pedro Casaldáliga denunciava a carência material e espiritual da população do Araguaia, bem como o monopólio da terra, num esforço de auxiliar os segmentos sociais mais vulneráveis a demandarem e construírem uma realidade mais favorável. Naquele contexto as denúncias acerca da estrutura fundiária da região ganharam centralidade, visto que era identificada como a principal causa das injustiças recorrentes na Prelazia e no seu entorno.

Com uma prática pastoral sensível e totalmente dedicada aos pobres da região, a missão da Prelazia vai caracterizando-se, concretamente, como de fronteira, por constituir-se de agentes estrangeiros e por serem umas das raras instituições locais capazes de relacionar-se com o resto do mundo. (RODRIGUES & MENEZES, *Apud* BOFF 2001, p. 22 -23). Os propósitos da Teologia da Libertação e a ação desses religiosos encorajavam as pessoas a pensar alternativas para aquela situação.

Destacamos também que seguindo os preceitos das CEB`s e da Teologia da Libertação, o conceito de hierarquia é ausente.

⁵³ Conforme consta no site dessa organização a mesma foi criada para junto aos trabalhadores e trabalhadoras da terra disponibilizar um serviço pastoral. Ivo Poletto, primeiro secretário da entidade, afirma que "os verdadeiros pais e mães da CPT são os peões, os posseiros, os índios, os migrantes, as mulheres e homens que lutam pela sua liberdade e dignidade numa terra livre da dominação da propriedade capitalista". In: http://www.cptnacional.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=198:conflitos-no-campo-brasil-2009&catid=12:conflitos&Itemid=94. acessado em 10 de maio de 2009).

Todos tinham o mesmo poder de atribuição e decisões no que se refere ao Conselho, o grupo, as comunidades partilhavam de uma mesma opinião e decidindo juntos davam o rumo para as situações.

Outro aspecto importante a destacar na atuação da Prelazia de São Félix do Araguaia na luta pela defesa dos camponeses, diz respeito a arte representada pelos denominados Murais da Libertação.

No altar da Catedral de São Félix do Araguaia, e em outras Igrejas da Prelazia existem gravuras, conhecidas como Murais da Libertação, de autoria do pintor Maximino Cerezo Barredo. Os Murais da Libertação explicitam bem o que a Prelazia de São Félix defendia e tinha como seus ideais, uma Igreja cuja opção pastoral pelos carentes e pobres fica evidente para qualquer analista, ao apreciar as obras de arte. A instituição Igreja se colocava como defensora e, além disso, estimulava e viabilizava a organização da população local, dos posseiros, indígenas e peões, haja vista que, eram esses os segmentos vulneráveis da região. Deste modo, se estabelece uma imagem da Prelazia de São Félix como uma Igreja “popular”, (FERNÁNDEZ, 1994, p.98) considerada pioneira no Brasil, na defesa das causas camponesas: a luta pela posse da terra, o combate ao latifúndio, a defesa de indígenas e camponeses, entre outras. E é justamente a materialização destes fatos e segmentos sociais, que estão consolidados no conjunto de obra de arte, presente na Igreja. Cerezo Barredo destaca que:

[...] o pobre é tão pobre que muitas vezes não tem como expressar artisticamente o mundo que está vivendo. Os artistas gostam de expressar outra realidade, outro tipo de mundo estético, o abstrato que está muito distante do sentido do povo. O povo latino-americano é sumamente visual, realista e, por isto, minha pintura pode ser

classificada dentro da corrente realista, existencial, expressionista porque é mais próxima da imagem, ao sentir e ao compreender o povo. (Recorte do Jornal Ave Maria Fevereiro de 1992 Arquivo da Prelazia de São Félix do Araguaia/MT)

Na fala do pintor identificamos que a pobreza e a fé trouxeram inspirações para suas obras de arte, tendo em vista que as suas pinturas expõem, torna público os estratos sociais desassistidos, trazendo à tona suas realidades juntamente com as esperanças da libertação da sociedade opressora. Os painéis materializam esse panorama social, colocando à mostra os conflitos existentes entre os grupos, os interesses econômicos e, principalmente, o sofrimento da população pobre expropriada.

Destacamos ainda, que as imagens contam uma história por si só, descrevendo o modo de vida dessas populações, que via de regra, são analfabetas sem condições de tomar a escrita como entendimento, logo, os conteúdos materializados nos murais cumprem um papel fundamental neste meio.

O conjunto da obra de arte evidencia a caminhada entre o povo e a Igreja. Por outro lado, havia o latifundiário, que:

Queria a bênção da Igreja para a sua obra de difusão do “progresso”, o progresso predatório, violento e violador da devastação ambiental desregrada, do parasitismo dos incentivos fiscais, da incorporação forçada ao cenário do chamado progresso de grande número de tribos indígenas até desconhecidas, da exploração impiedosa dos trabalhadores, da expulsão dos posseiros da terra que ocupavam, habitavam e cultivavam, muitas vezes há gerações. [...] era como se o Brasil todo estivesse sendo convocado para o último episódio de uma história repetitiva de genocídios e violação de direitos. Nosso passado explodia de repente na cara de todos, como o

presente lúgubre de uma história trágica. (MARTINS, 2002. p. 51-52).

Através desta ilustrativa passagem, é nítido, que no primeiro momento os grandes latifundiários e empresários queriam o apoio da Igreja para os seus empreendimentos, na região do Araguaia, em Mato Grosso. Os empreendedores aproximam-se dos grupos de religiosos, mas não obtiveram êxito por muito tempo, logo, o bispo tomou ciência das arbitrariedades cometidas por esses latifundiários, fato, que levou os religiosos a marcar uma posição bem distinta do outro grupo. As obras de arte expressam muito bem essa aliança, entre a Igreja e o segmento da população mais vulnerável. Além, dos conteúdos de caráter opressor, que são as representações dos grandes latifundiários, como o pivô da desigualdade, dos conflitos e arbitrariedades da região.

As imagens que os murais trazem são também do latifúndio, do conflito agrário, modernização do campo – expropriação da população tradicional -, ações negativas, espécie de denuncia social do que ocorria na região.

No que tange a produção do conjunto de obras de arte seguem as transformações, que incidiram sobre a Igreja Católica, reportando a questão do surgimento da Teologia da Libertação, a qual representa uma transformação profunda nas práticas dessa instituição, e ganha uma nova configuração nos procedimentos, doutrinas e na maneira de estruturar a Igreja, ganhando centralidade as comunidades de base questão já mencionada anteriormente, e as pastorais que devem produzir na sociedade mais comunhão e participação.

Essa revolução espiritual incidiu também na arte sacra. Cerezo soube traduzir em cores e em murais a riqueza dessa revolução: aí estão os mártires da caminhada, aí

está o Cristo com o rosto dos pobres, aí está Maria, mulher do povo, profetisa corajosa que proclama a derrubada dos poderosos e a exaltação dos oprimidos, aí está o espírito suscitando entusiasmo e a inteira Santíssima Trindade, como a melhor comunidade. (In BOFF *apud* CASALDÁLIGA, BARREDO, 2005, p. 5).

Nesta passagem, Leonardo Boff declina algumas variáveis que estão materializadas nos Murais da Libertação, cada passagem citada por Boff encontra-se em um município situado na prelazia. Vale dizer ainda, que há a inserção e a mescla da realidade local com as descrições dos fatos sagrados constantes na bíblia. O conjunto dessas obras de arte são combinações de passagens bíblicas - Mateus, Lucas, Coríntios, Timóteo, João, Atos e Romanos - e a fatos vivenciados na área estudada. Destacando ainda, que o pintor produziu essas imagens, colocando a Igreja, como instituição que proporciona a redenção desta população, seja, pela sua militância, engajamento, fatores, que contribuem para a libertação destes extratos sociais, que até então se encontravam totalmente desassistidos.

As pinturas foram produzidas entre os anos de 1977 e 2001 e são apresentadas, cada uma com uma denominação, num total de onze painéis de diferentes tamanhos, espalhados pelos municípios de São Félix do Araguaia, Luciara, Santa Terezinha, Ribeirão Cascalheira, Vila Rica, São José do Xingu e Querência.

Vale frisar, que esse conjunto de obras de arte está em espaços público, que são abertos para a população, não havendo restrições para o seu acesso. O objetivo do artista, Cerezo Barredo e principalmente de Dom Pedro Casaldáliga que encomendou as obras, que essas possam ser apreciadas por um maior número de pessoas, principalmente as residentes no local, pessoas simples da comunidade que outrora tinham poucas oportunidades de contemplar artes da natureza dos murais.

Tendo em vista, que as suas condições não proporcionavam tal privilégio, ao passo, que na nossa sociedade, a arte geralmente é disponibilizada para um grupo seletivo, ditos intelectuais considerados capazes de compreendê-la e com poder aquisitivo elevado, para frequentar museus e galerias e até mesmo ser colecionadores de obras de arte.

Os murais solidificam alguns aspectos da Prelazia de São Félix do Araguaia, dando uma idéia e noção do que é a região, tais como, os seus habitantes, os costumes, de que constitui sua cultura e mostrando, é claro, a temática central, que é a questão da terra.

Os Murais da Libertação solidificam uma mescla de motivos religiosos e crítica social, dito anteriormente. Tal fato pode ser caracterizado como *hiper-realidade* (MODOTTI apud MANGUEL, 2001, p.105) das imagens, conferindo aos painéis uma feição de denúncia à situação de descaso e desventura dos personagens representados e, ao mesmo tempo, há um esforço de fazer com que o expectador participe da mudança desta realidade, que é caracterizada sempre por infelicidade e infortúnios, abraçando a realidade dos moradores como se fosse a deles, ainda distantes do sofrimento dos personagens representados, se vêem comprometidos mesmo assim refletidos.

Personagens que foram silenciados ganham visibilidade nas pinturas do artista, o pintor da Teologia, que dá voz a esses personagens – camponeses, indígenas, peões, posseiros - à margem da sociedade, homens esquecidos. Num ambiente adverso, distante das facilidades próprias da capital, marcado por um violento processo de colonização, a presença de indivíduos que se definem pela exclusão, pela excomunhão, são retratados nos Murais da Prelazia de São Félix do Araguaia, havendo um claro engajamento político na essência das obras. Nesse sentido a obra de Cerezo Barredo tem uma estreita relação

com a libertação do homem, como vamos notar mais adiante nos Murais.

Diante do exposto, destacamos que as figuras que deram visibilidade para a região do Araguaia são estrangeiros, Dom Pedro Casaldáliga e Maximino Cerezo Barredo (pintor da Teologia da Libertação) ambos espanhóis, mas que se adaptaram à América Latina de maneira bem rápida, sendo expressivas suas atividades pastorais.

Casaldáliga colocou seu dom poético a favor daqueles que sempre defendeu, no Brasil e na América Latina: sertanejos, povos indígenas, negros, marginalizados, pobres do Evangelho, vítimas das injustiças provindas do egoísmo humano. São inúmeras as suas obras que abordam esses temas. São poesias, poemas, autos, músicas etc. Muitas das quais traduzidas em outras línguas. Embora fale de tantas desgraças humanas, é um poeta esperançoso. “Dizem que a esperança é a última que morre”. Para mim a esperança não morre (CASALDÁLIGA, BARREDO, 2005, p. 5).

Contudo, as ações evangelizadoras colocadas em prática na região da Prelazia, podem ser identificadas por um único perfil: alimentaram-se da espiritualidade de seu pastor, que é a mesma espiritualidade da Teologia da Libertação, de caráter ecumênica e macro-ecumênica, martirial, inculturada, pascal e sempre na perspectiva do Reino. Lembrando ainda que a estrutura da Prelazia é a comunidade e todos os membros da Igreja, o básico da macro-estrutura da Prelazia está formado nos moldes da organização dos conselhos locais, células-fundamento de toda a sua vida pastoral, eclesial. Esses conselhos, atentos à vida da Igreja e em sintonia com toda ela, são motivados pela fé e estão a serviço do Reino, como Igreja democrática, transformando para melhor a realidade onde vivem.

A Prelazia de São Félix do Araguaia ocupa uma área onde as condições de vida foram e ainda são bastante precárias, fato que vem mudando pela organização da população local e pelo desempenho da Igreja Católica, comprometida com os estratos sociais desfavorecidos, e em razão disso, é uma frente que é considerada ativa diante do controle do aparato estatal, podemos afirmar ainda, que os grupos atuantes da Prelazia neutralizam a ação de comandos arbitrários, bem como, a sua conveniência freqüentemente expostas a violência e arbitrariedade dos grandes proprietários da região.

A confecção dos Murais do Araguaia guarda uma relação muito forte com a trajetória daquela Igreja, uma vez que ali encontramos representadas cenas do cotidiano dessa população imbricadas com temáticas religiosas, nas quais a fé, a esperança, a luta, o enfrentamento, entre outros são temáticas recorrentes.

Os murais estão estrategicamente localizados em locais importantes para aquela população, quais sejam templos e santuários, que são lugares de encontro, de reflexão e de peregrinação.

O conjunto de obras de arte traz a narrativa da trajetória do povo da região, fundindo motivos religiosos e crítica social, veiculando um conteúdo teológico-político bastante representativo, e de extrema importância para a re-significação bíblica e religiosa dos conflitos e histórias do Araguaia.

A obra de Maximino Cerezo Barredo é engajada e militante, os murais fazem uma inclusão da realidade local abarcando assim todos os segmentos vulneráveis que se encontram na região.

Os Murais da Libertação devem ser percebidos pelos apreciadores como documentos históricos, fontes iconográficas muito ricas para a compreensão do cotidiano da região, pois as imagens ali contidas refletem fatos e acontecimentos do dia-a-

dia, decorrendo daí a forte influência do realismo na produção de Barredo.

Outra questão fundamental para o estudo dos murais é perceber como a produção desse material é essencial para a difusão das próprias idéias e concepções de mundo e de religião que marcaram a Prelazia, apontando a construção da identidade de Igreja dos Pobres. A leitura e análise dos Murais são uma ferramenta indispensável para qualquer investigador que queira compreender a história da Prelazia do Araguaia considerando todas as variáveis (sociais, culturais, econômicas, políticas, agrárias) presentes naquele contexto.

A rigor, as imagens, assim como as histórias, nos informam. Aristóteles sugeriu que todo o processo de pensamento requeria imagens.

Ora, no que concerne à alma pensante, as imagens tomam o lugar das percepções diretas, e, quando a alma afirma ou nega que essas imagens são boas ou más, ela igualmente as evita ou as persegue. Assim, a alma nunca pensa sem uma imagem mental. (MANGUEL, 2001. p. 22)

Observamos, durante as conversas com os moradores, que a falta de informação e conhecimento sobre os Murais da Libertação, fazem com que os mesmos desconheçam o conjunto de obras de arte como suporte de memória e identidade, a ausência desses dados fazem com que os moradores não tenham ações que procurem preservar e até mesmo inviabilizar qualquer ato de destruição, impedindo até mesmo as ações naturais que acabam por danificar parte das obras. Falta uma política de preservação e valorização do patrimônio.

No estudo que por hora dá se por encerrado, objetivamos contextualizar, problematizar e analisar a relação entre o Poder Público, a sociedade civil organizada e a Igreja Católica na Prelazia de São Félix do Araguaia, além de investigar a ação militante da Igreja, durante a política de ocupação empregada pelo Governo Militar no Nordeste do estado de Mato Grosso, buscamos ainda identificar nesta produção iconográfica - Murais da Libertação - a trajetória sócio-histórica de sua população.

O conjunto de imagens analisados permitiu compreender e alcançar os objetivos elencados, tendo em vista, as variáveis do conflito agrário, da atuação da Igreja em favor dos segmentos sociais mais vulneráveis, a forte presença da Teologia da Libertação na região da Prelazia, que favoreceu para a mobilização e resistência popular, fortaleceu desta maneira os movimentos populares, que levantavam as suas bandeiras de luta, reivindicaram por seus direitos. Além, das Comunidades Eclesiais de Base, que tinham como objetivo transformar a realidade de determinadas pessoas e seus respectivos grupos, esses fatos se concretizavam por meio da realização das organizações de mães, creches, escolas, os grupos de estudos bíblicos e outras organizações de cunho pastoral, todas essas iniciativas buscavam resolver problemas em conjunto, tendo seu caráter social e transformador.

A Teologia da Libertação base da Prelazia de São Félix do Araguaia foi importante no processo de conscientização das populações desassistidas, que se organizaram de um modo próprio, por meio de protestos e reivindicações, alterando sutilmente as repressões impostas pelo sistema naquele contexto.

A nossa pesquisa corroborou para a afirmação, que a resistência, a oposição e o movimento de conscientização contra a arbitrariedade instalada no contexto dos anos de chumbo,

foram mantidos pelos adeptos da Teologia da Libertação ou por aqueles que por ela foram influenciados, que a ação da Igreja Católica na região da Prelazia foi candente no combate as injustiças sociais, econômicas, políticas, trabalho escravo entre outras bandeiras.

Referências

AMARAL, Aracy A. Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira, 1930-1970. São Paulo: Studio Nobel, 2003.

BARROZO, J. C. Os Assentados e os Assentamentos Rurais do Araguaia. In: HARRES, Marluza Marques; JOANONI NETO, Vitale. (Org.). História, Terra e Trabalho em Mato Grosso. 1ª ed. Novo Hamburgo, RS e Cuiabá, MT: Editora UNISINOS; EdUFMT, 2009.

BOFF, Leonardo. Casamento entre o céu e a terra. Rio de Janeiro: Salamandra, 2001.

CASALDÁLIGA; BARREDO. Murais da Libertação na Prelazia de São Félix do Araguaia, Mato Grosso, Brasil. Fotografias: José María Concepción. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CASALDÁLIGA, Pedro. Ameríndia, morte e vida. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. Cartas Marcadas. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. Versos Adversos: antologia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. Martírio do Pe. João Bosco Penido Burnier. São Paulo: Loyola, 2006.

COSTA OLIVEIRA, Fabrício Roberto. Poder eclesiástico, idéias progressistas e estratégias para a emergência das Comunidades Eclesiais de Base na Arquidiocese de Mariana. *LPH Revista de História*, Mariana: Departamento de História-UFOP, n° 14-15, p/65-91, Edição dupla 2004-2005.

COMBLIN, José. *Cristãos rumo ao século XXI: nova caminhada de libertação*, 3ª edição, São Paulo, Paulus, 1996.

_____. Teologia da Enxada. Uma experiência da Igreja no Nordeste. Petrópolis: Ed. Vozes 1977.

_____. Antropologia Cristã. trad. port., Petrópolis, Editora Vozes, 1992.

D'ANGELA, Ana Cristina. O nosso DNA mais profundo é a esperança. *Revista Fórum*, n° 57, p/10-13, dez 2007.

D'ASSUNÇÃO BARROS, José. A história social: seus significados e seus caminhos. *LPH Revista de História*, Mariana: Departamento de História-UFOP, n° 14-15, p.235-256, Edição dupla 2004-2005.

ESCRIBANO, Francisc. *Descalço sobre a terra vermelha*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2000.

ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

GOMES, M. H. S. ; ALVES, L. A. . MURAI DO ARAGUAIA: uma primeira aproximação. In: HARRES, Marluza Marques e JOANONI NETO, Vitale. (Org.). *História, Terra e Trabalho em Mato Grosso: Ensaio Teóricos e Resultados de Pesquisas*. Cuiabá/São Leopoldo: EdUFMT/Oikos, 2009.

GUIMARÃES, Suzana Cristina Souza. *Arte na rua: o imperativo da natureza*. Cuiabá: EdUFMT, 2007.

GUIMARÃES NETO. Regina Beatriz. Mato Grosso: cidades, vilas e outras áreas entre o urbano e o rural. In: JOANONI NETO, Vitale; HARRES MARQUES, Marluza (Org.). *História, Terra e Trabalho em Mato Grosso: ensaios teóricos e resultados de pesquisas*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; EdUFMT, 2009.

GUTIÉRREZ, Gustavo. *A força histórica dos pobres*. Petrópolis: Vozes 1984.

_____. *Teologia da Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1975.

HAAR, Michel. A obra de arte: ensaio sobre a antologia das obras. In: OLIVEIRA, Ochoa Valéria. *A arte na belle époque*; o

simbolismo de Eliseu Visconti e as Musas. Uberlândia: EDUFU, 2008.

JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da crença: ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: Ed. UFMT/Carlini Caniato, 2007.

_____. As diferentes faces da Igreja Católica matogrossense no último quarto do século XX. In: PERARO, Maria Adenir (Org.). *Igreja Católica e os cem anos da Arquidiocese de Cuiabá (1910-2010)*. Cuiabá: Editora EdUFMT/FAPEMAT, 2009. p. 109 a 122.

LIBÂNIO CHRISTO, Carlos Alberto (Frei Betto). *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

LÖWY, Michael. *Marxismo e Teologia da Libertação*. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.

LUTOSA, Oscar Figueiredo. *A Igreja Católica no Brasil e o regime republicano*. São Paulo: Ed. Loyola – CEPEHIB, 1990.

MANGUEL, Alberto. *Lendo Imagens: uma história de amor e ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MARTINS, José de Souza. *A Militarização da Questão Agrária no Brasil*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1985.

_____. O significado da criação da Comissão Pastoral da Terra na história social e contemporânea do Brasil. In: Comissão Pastoral da Terra, *A Luta pela Terra: a CPT 20 anos depois*. São Paulo: Paulus, 1997.

_____. *A Sociedade Vista do Abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *O Sujeito Oculto: Ordem e transgressão na reforma agrária*. Editora da UFRGS, 2003.

_____. *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e Política no Brasil. 1916/1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MORENO, Gislaene. *Terra e Poder em Mato Grosso: política e mecanismo de burla (1892-1992)*. Cuiabá/MT: EdUFMT, 2007

NOGUEIRA, Margarete. *Uma luz para o povo Tapirapé: a história de vida das Irmazinhas de Jesus que vivem com o povo Tapirapé desde 1952*. UNEMAT, 2007.

“O muralismo como marco de múltipla articulação.” Primeiro Encontro Ibero-Americano de Críticos de Arte e Artistas Plásticos. Caracas: 1978. (Mimeo.).

OLIVEIRA, Valéria Ochoa. *A Arte na Belle Époque: o simbolismo de Eliseu Visconti e as Musas*. Uberlândia: EDUFU, 2008.

PETRINI, João Carlos. CEB`s: um novo sujeito popular. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

PRADO JR., Caio - Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia. São Paulo, Brasiliense, 1981.

PRADO, Maria Ligia. *América Latina no século XIX: Tramas, Telas e Textos*, São Paulo, Edusp/ Edusc, 1999.

REINALDIM, Ivair Jr. A arte, a pesquisa e a construção do olhar. Anais: IV Fórum de Pesquisa Científica em Arte. Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Curitiba, 2006.

RIBEIRO, Marília Andres. Arte e Política no Brasil: a atuação das neovanguardas nos anos 60. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Arte e Política no Brasil: algumas possibilidades de leituras*. São Paulo: FAPESP, 1998.

ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo-Occidente: introdução à América Latina* – São Paulo: Edusp, 1991.

SAUER. Sérgio. *Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VALÉRIO, Escorsi Mairon. Dom Pedro Casaldáliga: biografia e ensino de História. In: JESUS, Nauk Maria de; CEREZER, Osvaldo Mariotto; RIBEIRO, Renilson Rosa (Org.). *Ensino de História: trajetórias em movimento*. Cáceres/ MT: Editora UNEMAT, 2007.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. *Imagens da Revolução Mexicana. O Museu Nacional de História do México (1940-1982)*. São Paulo: Alameda, 2007.

DESOBEDIÊNCIA CIVIL E MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA-MST

Idiane Mânica Radaelli

Samuel Mânica Radaelli

Desde a sua formação o MST propunha uma ruptura com uma prática jurídica que legitimava a existência de uma realidade agrária injusta, enfrentando frontalmente o direito ilimitado de propriedade e socialmente descompromissado, defendendo a função social da propriedade e o direito à vida digna. Desse enfrentamento surge um grande número de implicações jurídicas da atuação do MST. Neste texto pretende-se perquirir a legitimidade das ocupações, averiguando sua moralidade, bem como, se a sua conotação política exige de uma criminalização nos moldes convencionais, justificando-se juridicamente como desobediência civil.

As ocupações são atitudes de resistência que se contrapõem justificadamente, contra uma situação de opressão legalmente amparada, legitimando-se mais ainda pela convivência estatal com tal situação. Esta legitimidade é reforçada pela atitude do MST ser uma resistência contra um quadro global de exploração e exclusão.

Desobediência Civil

A desobediência civil é a forma de contestação estatal que se caracteriza por ser ilegal, política, pública, exercida por número expressivo de participantes, não-violenta e praticada como último recurso contra uma situação de injustiça. É um ato coletivo de desobediência aos atos normativos injustos ou ilegítimos que emanados do Estado. Não discute somente a

legitimidade da lei, mas de qualquer disposição que a ela se equipare, seja emitido pelo Estado, seus órgãos ou por instituições subsidiárias (MALEN SEÑA, 1988).

Sua ação propõe: suscitar a inconstitucionalidade de uma lei; expressar contrariedade a uma atitude opressiva manifestada por lei, mesmo que constitucional e posicionar-se contra políticas governamentais injustas. A doutrina aponta um conjunto de elementos que são necessários para caracterizar um ato como sendo de desobediência civil:

Número significativo de participantes- A desobediência civil exige um número expressivo de participantes. Ela aposta na adesão cada vez maior da sociedade às suas reivindicações, isto é, pela desobediência civil “uma minoria força a maioria a considerar se ela deseja que seus atos sejam interpretados dessa maneira, ou se, em vista do senso comum da justiça, ela deseja reconhecer as legítimas reivindicações da minoria” (RAWLS, 2002, p. 117).

Ato público- Para caracterizar um ato de desobediência civil, é necessário que ele seja público, com vistas a angariar a simpatia da sociedade e assim serem aumentados os quadros do grupo recalcitrante. A notoriedade pública tem por objetivo expor as razões e os fundamentos da desobediência (LUCAS, 2003). A publicidade objetiva também, construir uma reflexão democrática sobre as questões motivadoras da desobediência, uma vez que se deseja obter o apoio consciente da opinião pública em torno das questões que motivam a ação desobediente.

Ato político- É política porque se funda em princípios políticos tendo como pressuposto a existência de uma realidade opressiva, se justificando a desobediência às leis ou a atos estatais pelo fato dos mesmos abrigarem nas suas disposições a sustentação a esta realidade injusta. Deste modo, a

desobediência pode ser justificada como uma atitude coletiva de resistência somente quando os desobedientes manifestarem um ideal político que se confronta com determinada legislação ou ato governamental (LUCAS, 2003).

Para a caracterização de uma manifestação como política, em geral é necessária a construção de uma personalidade política pela formação de uma entidade representativa, a qual identifica o grupo pela congregação de seus anseios e propostas. Pois os atos políticos praticados carecem de contingentes de desobedientes, bem como, da solidificação dos ideais políticos, evitando ainda, que a atitude dos mesmos seja esparsa, pouco coesa e inócua.

Não violência - A desobediência civil se caracteriza também pelo seu caráter não violento, pois busca enfrentar de forma pacífica determinados atos legais que são contrários aos princípios de justiça, para dessa forma conseguir a confiança da sociedade pela integridade da causa e do comportamento daqueles que a manifestam. Afinal, “a não violência da desobediência evidencia um ato político sincero e consciente capaz de convencer aos outros de que nossos atos têm uma base moral sustentada nas convicções políticas da sociedade” (LUCAS, 2003, p. 120).

Atos ilegais - Para a grande parte dos autores a desobediência civil se caracteriza por ser contrária à lei. No entanto outros a consideram como um direito fundamental interpretando o artigo 5º § 2º da Constituição Federal, que possui a seguinte redação “os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados” (GARCIA, 1994; Buzanello, 2002).

Nelson Costa define-a como uma ilegalidade justificada, pois é comportamento recomendado a todo cidadão, instrumento importante para formação de um amplo debate sobre as atitudes

injustas do Estado (LUCAS, 2003). Maria Fernanda Repolês destaca que:

A Desobediência Civil é um ato lícito, pois, embora ilegal, não é antijurídico, ou seja, embora não preserve a legalidade do direito, levanta uma pretensão de legitimidade do mesmo, o que o diferencia de um crime. O crime pode possuir um caráter de clandestinidade e é sempre um ilícito e um ato antijurídico. Aquele que pratica uma desobediência civil quer que o máximo possível de pessoas o vejam transgredindo a uma lei injusta e que, assim, eles também sejam levados a questionar a juridicidade daquela lei. (2003, p.19)

A concepção acima descrita coaduna com a de Rawls, o qual afirma que ela contraria a lei dentro de seus limites. Outros como Arendt e Bobbio manifestam ser a desobediência civil uma ilegalidade legítima (LUCAS, 2003).

Último recurso - Para se desencadear a prática da desobediência civil devem ter sido esgotados todos os meios institucionais existentes. É uma atitude derradeira, manifesta quando não se pode mais esperar ou quando os mecanismos institucionais não têm capacidade de resultar em melhorias. De modo que a exigência de ser praticada como último recurso implica ainda, na existência de uma situação grave para qual os recursos legais não foram suficientes para resolvê-la (LUCAS, 2003).

Neste caso atitudes de tolerância à injustiça, em virtude da espera pelos canais que o Estado oferece para combatê-la, tendem a ser na prática uma manifestação conivente com tal ordem injusta dos fatos. Deste modo, reconhecido o esgotamento das vias legais, o grupo oprimido por dispositivo legal deve desencadear a desobediência civil.

Razões da Desobediência

A desobediência civil é um instrumento que põe em questão o grau de efetividade do direito como sistema de legitimação da política. A desobediência civil visa coibir que os atos injustos obtenham sustentação somente pelo amparo legal que possuem. O Direito pode encampar uma dimensão libertária, mas para tanto necessita ser pensado num horizonte distinto do tradicional, pois:

Analisada sob ângulo positivista de obediência ao ordenamento, qualquer tentativa de justificar a desobediência para lei padece de a falta de elementos consistentes. Isso porque a modernidade construiu uma legitimidade que se basta na legalidade, sufocando qualquer possibilidade de discutir as razões axiológicas pelas quais se deve obedecer à lei. Por este prisma, imaginar que a lei autorize a violação de uma lei soa um tanto estranho. Ao admitir, no entanto, que o Estado Democrático de Direito não se reduz ao ordenamento, mas se constitui sobre uma moralidade política, está se inserindo na noção de direito, necessariamente, um conteúdo de legitimidade que importa para a validade das leis, Uma vez que a legalidade não suplanta a totalidade do direito, não pode responder de forma exclusiva sobre seu poder de obrigatoriedade, que escapa de seu ângulo de avaliação e se estende á legitimidade. (LUCAS, 2003, p. 135).

Assim, é possível questionar como Thoreau “até que ponto somos obrigados ao obedecer a leis injustas” (1999). Alerta-se para o fato de que a injustiça nem sempre é motivo para a desobediência, eis que:

A injustiça de uma lei não é, em geral razão suficiente para concordarmos com sua alteração. Quando a estrutura básica de uma sociedade é razoavelmente justa, conforme a avaliação permitida pelas circunstâncias concretas devemos reconhecer as leis injustas como obrigatórias, desde que não excedamos limites de injustiça. (RAWLS, 2002, p. 389).

Os limites de injustiça que Rawls propõe se fundam no ideal de justiça de uma sociedade. Uma lei torna-se excessivamente injusta quando se afasta do ideal vigente na sociedade, ou quando este ideal se conformar com a visão de justiça de uma classe dominante, indiferente às necessidades populares (RAWLS, 2002).

A desobediência civil é repelida por este autor quando não houver consenso popular quanto à justiça da causa. Portanto, não basta a presença dos elementos caracterizadores para que se reconheça um ato como desobediência civil, mas é necessário concordância com os padrões públicos de justiça. Como afirma Rawls:

Quando as leis e as políticas públicas se afastam dos padrões publicamente reconhecidos, é presumível que até certo ponto, se possa recorrer apelo ao senso de justiça da sociedade. Eu afirmo mais adiante que essa condição é pressuposta pela decisão a favor da desobediência civil. Se, no entanto, não houver violação da concepção predominante da justiça, então o caso é muito diferente. O curso da ação a seguir depende muito do grau de razoabilidade da doutrina aceita e dos meios que estão disponíveis para mudá-la, (2002, p.391).

Rawls justifica ainda a desobediência quando os interesses

elitistas se afirmam indiferentes à sociedade e seus clamores, quando tais interesses buscam confundir o ideal de justiça popular. De modo que “quando uma sociedade é regulada por princípios que favorecem interesses restritos de classe, é possível que não se tenha outro recurso a não ser opor-se à concepção dominante e as instituições que ela justifica, usando métodos que assegurem algum sucesso”. (2002, p. 391).

Malen Seña expõe a justificação da desobediência em três dimensões: moral, política e jurídica. A fundamentação moral da desobediência civil assume contornos do relativismo, que afirma a impossibilidade de universalização de determinados juízos de valor (WOLKMER, 1990). Numa fundamentação moral utilitarista a desobediência se fundamentaria pelos resultados que ela poderia produzir no cotidiano político, sua adoção se justificaria com vistas as boas consequências que ela traria (WOLKMER, 1990).

A justificação política se dá devido ao déficit de representatividade que os atuais modelos de democracia possuem. A democracia representativa não permite ao indivíduo posicionar-se sobre temas específicos, mas apenas por programas que partidos e candidatos propõem, o que nem sempre assegura a concretização da vontade popular (MALEN SEÑA, 1988, p. 184-185).

A justificação jurídica é extremamente complicada, pois a promulgação de uma lei ratificando o descumprimento das leis é algo contraditório, justamente por isso Malen Seña, afirma a impossibilidade de justificar juridicamente a desobediência (MALEN SEÑA, 1988, p. 192). Mas o próprio Malen Seña, versando sobre o tema levanta algumas hipóteses defendidas por muitos como capazes de justificar juridicamente a desobediência civil. Tais possibilidades seriam: a previsão constitucional; o

desuso de uma lei por estar ultrapassada; os casos em que a sanção pelo descumprimento da lei é um mal menor que o seu cumprimento; a violação pelo governo de direitos constitucionais ou seus princípios; violação de norma de direito internacional ou cumprimento irregular de programa governamental que visa cumprir uma lei (1988, p. 193-200).

Outro aspecto que justifica a desobediência civil é a contribuição que a mesma dá para o avanço permanente das conquistas da sociedade:

A construção histórica do Estado Democrático de Direito caracteriza-se por avanços e retrocessos, acertos e grosseiros erros, de modo que inacabada busca de legitimidade encontra na desobediência civil uma capacidade de adaptação, inovação e revisão permanentes. Essa maneira não-convencional de participação política coletiva deve compor a cultura democrática para manter viva a capacidade de inovação e a crença de seus cidadãos na legitimidade. (LUCAS, 2003, p. 138).

Existe um conjunto consistente de motivos que legitimam a desobediência civil como instrumento de manifestação popular frente a injustiça, por isso ela é uma perspectiva que sociedade não pode abandonar, por mais confiante que esteja nas suas instituições.

A atuação do MST e sua justificação como prática de desobediência civil

Neste item será analisado o enquadramento da prática do MST como ato de desobediência civil, aferindo se as ações do MST contemplam os seis requisitos que a Desobediência Civil

exige: (ato público, ato político, não violência, número expressivo de participantes, ato ilegal, último recurso).

A imprensa, em seus setores mais reacionários, toma como imprópria à conotação política do MST. Não é raro encontrar manifestações como esta, “há muito o MST deixou de ser uma organização de luta pela terra sendo uma organização política”. É desde logo perceptível o quão infundada é este tipo de afirmação, pois a luta pela terra enseja essencialmente um ideal político, sendo, impossível a sua dissociação, não existindo nada de degenerativo nisso.

O que se revela implícito neste tipo de pensamento é a defesa da exclusão dos sem-terra da política, numa compreensão errônea da política, a qual se daria unicamente na forma institucional, e não como uma prática cotidiana. Afirmações como a citada demonstram o quanto os sem-terra estão excluídos da atividade política, sem possuir qualquer voz, e o que é pior a tentativa de excluí-los até mesmo da política não institucional. Em decorrência desta exclusão é que se dão as ocupações de terras, com o intuito de permitir ao camponês, excluído da política tradicional, manifestar-se junto a mesma. É nas ocupações que o sem-terra se expressa, agindo politicamente em prol da sua cidadania, sendo, portanto, um ato político.

É nesta perspectiva que se dá um dos maiores méritos do MST, o resgate do potencial político de contingentes que se encontravam à margem da política. Isto se dá na mobilização de multidões e na tomada de uma postura contundente em busca de alteração das políticas estatais, o que implica em ir além das “regras do jogo” político atual. Isso não significa dispensar o apego aos valores que sociedade contemporânea preza, mas sim reconhecer a ineficácia das vias institucionais e o cansaço de uma nação que se põe em marcha para a construção de uma perspectiva de resistência contra expedientes de opressão.

Estes números demonstram que as ações do MST buscam obter notoriedade social, a qual permitiu que se estabelecesse um profícuo diálogo, principalmente com a sociedade organizada. Inobstante o pouco espaço nos meios de comunicação. O qual é importante ressaltar, só é conseguido por meio das suas ações de ocupação, pois os mesmos não mais poderiam mascarar ou minimizar a existência do movimento, quando este realiza ações envolvendo milhares de pessoas, passando a mostrá-lo de maneira deturpada.

O MST tem no seu programa estratégico atingir o máximo de publicidade, esta preocupação é uma das grandes responsáveis pelo crescimento dos quadros do MST, e do reconhecimento do movimento tanto no Brasil quanto no exterior, trazendo para a sociedade o debate à cerca da questão agrária, bem como uma série de outros temas que ela implica.

As ocupações são sempre feitas com número expressivo de participantes. Segundo Stédile esta é a grande estratégia, haja vista que “a força do pobre é união” (2000). Indiferente às tentativas de discussão implementadas pelo Estado ao longo da história do MST, sua capacidade aglutinadora vem crescendo, demonstrando frutífera tal estratégia.

O caráter ilegal das ações é com certeza a dimensão mais referida do conjunto de ações do MST. Tal dimensão, contudo, se dá num horizonte de contestação circundado por um conjunto de pressupostos que validam a contraposição a lei. Uma vez que a não contraposição gera a convivência com a existência de uma situação em que são negados os princípios que regem o funcionamento do Estado Democrático de Direito. (LUCAS, 2001).

A ilegalidade necessita de outros elementos para ser a caracterizada como um ato criminoso. Outro aspecto que a difere a ilegalidade das ocupações da atividade criminosa é a

dimensão ética que a desobediência civil possui:

A dimensão ética da desobediência civil é imanente à sua constituição e isso a diferencia radicalmente da desobediência criminosa. O criminoso transgride a lei em segredo e sempre em proveito próprio, particular. Sua ação não é pautada em questões relacionadas ao mundo, mas é guiada pelo auto-interesse. Quando o mundo, a coisa pública, deixa de ser a fonte motivadora do investimento da ação política, como tem ocorrido no plano mundial, essa facilmente se degrada e se corrompe. A confusão entre público e privado e o costume da fusão do exercício de um mandato com a apropriação do poder pelos homens públicos estão na base da degradação da ação política. A política como campo de poder apropriado e não exercido pessoalmente leva à sua privatização, origem maior da corrupção atual. (AGUIAR,2001, p. 189).

A ocupação é uma forma de por em prática direitos que o Estado não consegue transpor do papel para a realidade, e mais ainda, possui ela fortes razões morais. Levando-se em conta estes aspectos pode-se ter as práticas do MST como de uma “ilegalidade aparente” (GARCIA, 1999).

Os atos praticados pelo MST, por se tratarem de atos de resistência, de reação a uma situação de opressão, são sempre ações que manifestam a capacidade combativa dos sem terra, contudo buscam uma forma ordeira de proceder. Não há qualquer deliberação da organização que manifeste a possibilidade da violência ou incentivo a hostilidade. As ocorrências de atos violentos não ocorrem por iniciativa dos ocupantes, mas são uma resposta a uma ação violenta, seja iniciada pela polícia ou outros. Como aponta Garcia:

A exigência de não violência para a caracterização dos sem-terra como desobedientes não deve ser entendida necessariamente como sinônimo de vocação para o martírio, e sim como dupla exigência de ordem: que eles não tomem a iniciativa do confronto violento; e que, quando agredidos, limitem sua eventual reação de forma proporcional e moderada, o que exigirá sempre uma atividade de ponderação por parte do intérprete não diferente daquela sempre necessária para caracterizar ou não o exercício da legítima defesa. (GARCIA, 1999, p. 83).

A resposta à violência nunca chega a ponto de se concretizar como uma defesa eficaz dos sem-terra, pois é que eles são grandes vítimas da violência. Por fim, atos do MST se dão como último recurso, pois o movimento age assim devido a ineficácia de todas as tentativas de fazer reforma agrária, Não havendo mais havendo mais opções no plano jurídico, as ocupações são a única alternativa restante.

Desse modo, se esgotam as possibilidades convencionais de reforma agrária, uma vez que existem procedimentos para isto, existem órgãos do poder estatal incumbidos desta função. A história mostra que já foram elaborados muitos programas de políticas públicas com esta finalidade, existindo ainda, terra passível de desapropriação em abundância. O desperdício desta soma de potencialidades, apenas pela falta de vontade política de efetivá-la fez com que fossem adotadas as estratégias de ocupação, as quais revelaram-se como a única alternativa para a realização de uma reforma agrária.

Para entender os seus objetivos políticos também há a necessidade de fazer uma leitura aprofundada do tema. Não se deve ver as ocupações de maneira isolada, haja vista que a desobediência civil praticada pelo MST é indireta, ou seja, não

pratica o “desrespeito” a propriedade privada com vistas a combater o direito à propriedade privada, embora isto possa estar implícito devido ao referencial marxista adotado pelo movimento:

O alvo específico do MST, todavia, não é a propriedade privada da terra em geral, tanto que o movimento defende sua apropriação e articulação política com os pequenos proprietários rurais (MST, 1987), os quais são mesmo considerados integrantes do movimento (Normas Gerais, art. 2, fine). O objeto das críticas e da intervenção social do MST é o latifúndio improdutivo, em primeiro plano, e a propriedade rural especulativa; o latifúndio em gemi e o alvo principal dos documentos do movimento. A priorização ao enfrentamento desse tipo de propriedade rural expressa - se claramente nas bandeiras de luta do movimento. (GARCIA, 2000, p. 165).

As ocupações são uma maneira de denunciar as desigualdades e um instrumento de pressão para a realização da reforma agrária, está a grande meta do MST. As ocupações são atividades que se justificam como desobediência civil, preenchendo efetivamente seus requisitos.

As razões da desobediência camponesa

Este item trata de apresentar as razões da desobediência dos camponeses, com base nos elementos parcialmente já expostos, ou seja, o quadro de opressão ao qual os camponeses estão historicamente expostos. Mas além disso, pretende justificar a atitude de reação a esta opressão pela contribuição que ela dá à uma nova cultura do Direito.

Qual o comportamento do cidadão frente a uma estrutura

jurídica que prioriza o direito à propriedade das elites soberanas, pauperando o direito à vida digna de populações inteiras? Neste contexto surge a pergunta de Thoreau, qual deve ser a atitude política do camponês? Esperar pelas vias institucionais, que já asseguram legalmente suas prerrogativas, ou criar formas de resistência? (1999). A indagação de Thoreau parece a princípio indevida, dadas as possibilidades institucionais e os diversos canais aparentemente existentes para a solução dos problemas do campo, mas a ineficácia dos referidos canais justifica a reflexão sobre a desobediência.

Dessa forma cabe crítica ao Estado, pelo seu posicionamento na tarefa de conformação dos conflitos fundiários através de paliativos legais que sinalizam uma solução para o problema, mas que possuem um caráter meramente ilusório. Isto se mostra pela maneira como o Estado formalmente cria a igualdade e a unidade, tendo-se na realidade uma sociedade dividida e desigual. Algo que pode ser explicado dessa maneira:

Temos assim a figura do Estado uno, indivisível, localizado e visível, com o poder de ocultar a realidade social, a partir do momento em que, como poder estatal, oferece a representação de uma sociedade, que de direito é homogênea, indivisa, idêntica a si mesma e, que, de fato, está dividida. Há, na verdade, uma inversão entre o de direito e o de fato. Ou seja, no real, de direito e de fato, a sociedade está internamente dividida, sendo o próprio Estado uma das expressões dessa divisão. (ARAUJO, 1985, p. 48).

A desobediência campesina se justifica pelo fato do Estado tomar partido do latifúndio, de modo que não se justifica obedecê-lo, pois o mesmo não é a materialização da vontade

popular, nem manifesta representatividade. É nítida a opção em favor de determinados estratos sociais (sua repercussão na estrutura fundiária já foi demonstrada em capítulo anterior), o que coloca o estado numa posição de extrema parcialidade, antes de significar um poder político em favor do bem comum:

O que demonstra que o Estado, na aplicação de uma lei, nem sempre toma em conta critérios que se refiram ao legítimo, ao justo, ao socialmente útil, características que poderiam ser encontradas no estatuto da terra, mas sim, sua decisão política, na maioria das vezes, se referirá aos interesses econômicos e políticos que este Estado representa (no caso, o grande capital nacional e estrangeiro). (ARAUJO, 1985, p. 49).

Neste contexto em que o Estado tem sua ação condicionada pelos interesses de uma minoria que possuindo o poder econômico detém também o poder político. Configurando-se assim o poder político histórico de um determinado grupo social, razão da intensa proteção dispensada pelo Estado ao latifúndio, membro do referido grupo. O que explica o pouco poder de interferência que os camponeses possuem no processo decisório e gestor do Estado, não podendo fazer com que o Estado reconheça as suas reivindicações, pois:

O Estado em suas decisões políticas escamoteia as questões de interesse social, o que equivaleria dizer que não existem espaços para interferências no âmbito de seu poder, pois isto redundaria em perda de representatividade da classe que lhe dá sustento, ou seja, iria contra um curso de ação cuja tomada de decisões e execuções já fora previamente determinada, mesmo que represente ir contra interesses ou oposições de outros

grupos. (ARAUJO, 1985, p. 50).

Tal contexto de opressão não apresenta alternativa dentro do espaço decisório interno do Estado, limitando o potencial democrático da sociedade de modo que o campesinato não possui instrumentos institucionais para alterar a situação histórica de opressão.

A constatação destes obstáculos às alterações necessárias as pessoas do campo, faz com que a indagação de Thoreau, quando aplicada á realidade rural brasileira, possa ser respondida com mais facilidade. Devido ao fato de que o horizonte político institucional não apresenta nenhuma possibilidade de alteração da realidade social, levando os sem-terra a desistir de esperar, passando a desobedecer ao Estado como uma atitude libertária, na construção de uma perspectiva de resistência à opressão. Consolidando cotidianamente as possibilidades de inclusão do homem do campo, num processo que reconstrói as potencialidades democráticas de uma sociedade.

A concretização dos direitos humanos também se dá na atuação do MST, da maneira que explica Cintra Jr, pois o Direito à vida digna, uma prerrogativa que abrange uma série de outros direitos, se materializa no que tange ao homem do campo no acesso à terra. A propriedade rural é o seu suporte, sendo que este autor bem o define:

Falo do direito a um lugar próprio de cada pessoa e de todas elas para acomodar o corpo, expandir a personalidade, viver suas relações familiares e afetivas, tirar da terra o seu sustento. Refiro-me muito mais a um direito á propriedade que a uni direito de propriedade, pois esse, sendo oponível contra todos é, em consequência excludente dos não-proprietários. (2000, p.

O MST enquanto fenômeno justifica-se com base numa série de inovações na cultura político- jurídica. Aduz uma nova forma de pensar o Direito, pautando sua construção e sua legitimidade por uma visão mais democrática e humanista. A atuação destes novos movimentos sociais se orienta não mais por uma ação puramente revolucionária, com vistas à tomada do poder, mas para a construção, a partir de identidades coletivas, de elementos de uma nova sociedade promovendo a cidadania de forma não condicionada a tomada do controle do Estado, mas sim através de conquistas práticas que promovam alterações no cotidiano das pessoas (WOLKMER, 2001).

A superação do modo de produção capitalista, se faz pelo acesso paulatino dos bens e dos direitos negados a determinada classe categoria ou grupo. É justamente a perspectiva de acesso às necessidades humanas fundamentais o elemento propulsor do novo sujeito histórico coletivo, que se forma em torno do sofrimento e da luta por dignidade (WOLKMER, 2001).

A revolta em virtude das desigualdades leva a identificação com outros grupos que padecem da mesma negação, por isso que os novos movimentos sociais não abandonam o ideal de construção de uma nova sociedade. Tal projeto se orienta:

Na noção de aprofundamento da autonomia de seus participantes contra heteronomia de uma sociedade alienada, tendo por finalidade a edificação de uma sociedade humana libertária, igualitária e comunitária, de uma associação na qual o projeto emancipatório em curso jamais se conclui, mantendo-se na perspectiva de um processo. (GARCIA, 1999, p. 70).

Estes aspectos realizam no plano jurídico a projeção de novos atores jurídicos coletivos, os quais redimensionam a produção e realização do Direito. Através da ação dos novos atores jurídicos coletivos é fortalecido o potencial de interferência política da sociedade, a qual passa a legitimar o Direito pela participação popular (WOLKMER, 2001). Nessa perspectiva o resgate do papel ativo da cidadania, mostra seu reflexo no plano jurídico. Sendo esta postura que caracteriza a novidade dos novos movimentos sociais, pois:

O “novo” e o “coletivo” não devem ser pensados em termos de identidades humanas que sempre existiram, segundo o critério de classe, etnia, sexo, idade, religião ou necessidade, mas em função da postura que permitiu que sujeitos inertes, dominados, submissos e espectadores passassem a sujeitos emancipados, participantes e criadores de sua própria história. (WOLKMER, 2001, p. 237).

É possível encontrar mais razões para a desobediência camponesa, pois uma análise percuciente pautada pelos critérios de democratização das sociedades complexas, vai enquadrá-la nesta perspectiva de construção democrática e de refundação política. A função jurídica destes novos atores que retrata José Geraldo de Souza Jr. é a:

A significação político-sociológica dos movimentos, enquanto potencial prático-teórico de enunciação e articulação de direitos, possibilita e justifica seu enquadramento na esfera de incidência jurídica. Com efeito, empenha-se o autor em demonstrar a relação entre a condição social de sujeitos populares e sua luta por reparar carências e injustiças, do que se infere que a

apreciação político-sociológica pode, perfeitamente, “precisar que a emergência do sujeito coletivo opera num processo pelo qual a carência social é percebida como negação de um Direito que provoca uma luta para conquistá-lo”. (WOLKMER, 2001, p. 240-241).

Estes fatos dão a desobediência camponesa uma conotação que a valoriza pela dimensão de resgate da prática política de um conjunto de “rostos” esquecidos e sem espaço na política tradicional, reabilitando o seu potencial político na construção cotidiana de uma melhor perspectiva rumo a sua cidadania, o que provoca reação dos agentes dessa negação:

Imersa neste emaranhado de relações de poder (ancestrais, modernas, pós-modernas), a luta pelo reconhecimento de sujeitos sociais não se pode fazer, ela própria, sem desafiar estas mesmas estruturas de poder; quando alguém a quem o rosto e a voz foram negados por muito tempo ergue-se e grita que deseja reconhecimento, que quer ser ouvido, que pretende que suas palavras sejam levadas em consideração e que seus problemas sejam tão importantes quanto os dos demais, estes sem-rosto começam a tirar a máscara que os condenava a um papel anônimo no coro da sociedade e dizem que já não querem as sombras e o anonimato: querem a luz, querem dividir o centro do palco com os outros atores, porque querem eles mesmos serem protagonistas de suas histórias e de suas vidas. (GARCIA, 1999, p. 94).

Por isso existe a preocupação, por parte daqueles que são desafiados pela busca de reconhecimento dos sem-terra, em esvaziar a possibilidade de legitimação das ações do MST. Contudo o único elemento substancial é o formalismo legal, que gradualmente vai sendo derrogado por uma atuação judiciária

mais progressista.

Em algumas oportunidades também os tribunais reconhecem as razões que fundamentam a ação do MST, como no HC 5574/SP, o qual abre caminho para o reconhecimento do MST como sujeito coletivo de Direito. O valor constitucional das pretensões do MST também já foi reconhecido nos tribunais (HC 4399/SP); e mesmo a função social da propriedade como requisito para a reintegração de posse como no julgamento do Agravo de Instrumento nº70003434388 pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

Referências

AGUIAR, Odilon Alves. Ética e dissenso em Hannah Arendt. in: AGUIAR, Odilon Alves *et ai* (orgs.).Origens do Totalitarismo, 50 anos depois. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2001.

ARAÚJO, Luiz Emani Bonesso de. A questão agrária *na ordem social*. Santa Cruz do Sul; Movimento, 1985.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. HC 5574/SP (97001236).

_____. Superior Tribunal de Justiça. HC 4399/SP (960008845-4).

BUZANELLO, José Carlos, Direito de resistência constitucional. Rio de janeiro: América Juridica, 2002.

CINTRA Jr. Dyrceu Aguiar dias. Direitos humanos e função social da propriedade: o papel do judiciário. in: STROZAKE, Juvelino. A justiça e a questão agrária. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

DELMANTO Jr., Roberto. O movimento dos trabalhadores sem-terra em face do Direito Penal. In: STROZMCE, Juvelino. A justiça e a questão agrária. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GARCIA, José Carlos. O MST entre desobediência e democracia. In: STROZAKE, Juvelino. A justiça e a questão agrária. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

De sem rosto a cidadão: a luta pelo reconhecimento dos sem-terra como sujeitos no ambiente constitucional brasileiro. Rio de Janeiro: Lúmnen Júri, 1999.

LUCAS, Doglas. Desobediência Civil: Entre a legalidade e Legitimidade. In: CORRÊA, Darcísio (Org). Direito, espaço público e transformação social. Ijuí: Unijuí, 2003.

Desobediência civil e novos movimentos sociais: a construção democrática do direito. (Dissertação de Mestrado) Florianópolis: CGPD/UFSC, 2001.

MALEM SENÃ, Jorge Francisco. Concepto y justificación de la desobediencia civil. Barcelona: Anel, 1988.

RAWLS, John. Uma teoria de justiça. Tradução: Álmino Pisseta e Lenita Maria Dimoli. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Justicia como equidad. Tradução: Miguel Aiigel Rodilla. Madrid: Tecnos, 1999.*

REPOLÊS, Maria Fernanda Salcedo. Habermas e a desobediência civil. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003.

STÉDILE, João Pedro. entrevista. *Revista Bundas. Rio de Janeiro: Pererê, 23 a 29 de maio n.49 de 2000.*

THOREAU, Henry David. A desobediência civil. Porto Alegre: L&PM, 1999.

WOLKMER, Antonio Carlos. Desobediência Civil nas Sociedades Democráticas~ Revista Sequência. Florianópolis: UFSC/CPGD, n.20, p.20-39 1990.

O PAPEL DA FORMAÇÃO NA SUCESSÃO DE DIRIGENTES SINDICAIS NA REGIÃO DO ALTO URUGUAI – RS

Alcemir Antonio Bagnara
Leonice Aparecida Mourad
Zenicléia Angelita Deggerone

Introdução

Historicamente, a agricultura tem fundamental participação no desenvolvimento da humanidade. Desde seu surgimento até os dias de hoje a mesma tem sofrido mudanças que a redirecionaram e a transformaram. Essas transformações se deram de forma e duração diferenciada em cada tempo, e nos diferentes espaços, elas duravam séculos ou milênios, hoje, porém são tão rápidas e intensas que muitos não conseguem acompanhá-la.

Embora de história mais recente, o sindicalismo rural passou por mudanças significativas, especialmente a partir da década de 1960 no Brasil, quando começa a ser reconhecido oficialmente em um sistema de sindicato, federação e confederação.

Parte dessas mudanças foram absorvidas e incorporadas pelos dirigentes sindicais e outras foram refutadas, enfrentadas e contrapostas. As causas e consequências da incorporação e enfrentamento são perceptíveis na concepção e papel que os sindicatos, federações e confederações desempenham hoje.

A formação política ideológica desempenhou diferentes formas de influência, nos diferentes períodos, sendo planejadas e executadas conforme realidade e objetivo de cada entidade. No

sindicalismo desempenhou importante papel como ferramenta de capacitação e qualificação de dirigentes e trabalhadores.

A partir destas constatações, buscou-se investigar o processo sucessório no sindicalismo do Alto Uruguai RS, à luz do processo formativo implantado a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980, analisando os diferentes períodos, com o intuito de responder a questão que segue: Existe relação entre a sucessão de dirigentes sindicais e as atividades formativas dos mesmos?

Dada importância do tema, o presente trabalho tem por objetivo investigar o papel da formação na sucessão de dirigentes sindicais na região do Alto Uruguai – RS. Como objetivos específicos pretendemos apontar as contribuições da formação desenvolvida na região no espaço sindical e fora dele, bem como identificar estrangulamentos que ocorreram no processo de formação dos coordenadores sindicais.

Metodologia

Para analisar o processo de influência da formação na sucessão de dirigentes sindicais na região do Alto Uruguai – RS, o presente artigo foi construído a partir de um caráter qualitativo, de cunho descritivo. A pesquisa descritiva tem por objetivo descrever fenômenos que ocorrem com uma determinada população em estudo (GIL, 2008).

Dessa forma, a coleta de informações ocorreu junto a seis dirigentes sindicais no período de junho a setembro de 2017. Utilizando entrevistas semi estruturadas como método de coleta das informações, foram entrevistadas três dirigentes sindicais da década de 80, 90 e três na década de 2000 em diante. A escolha dos entrevistados foram cinco homens e uma mulher, se deu observando esse período temporal e também pela dificuldade de

encontrar mulheres que foram presidentes de sindicato. Classificou-se os entrevistados, como depoentes e a diferenciação por números de 1 a 6 pela ordem cronológica das entrevistas. Por motivo de mudança estatutária, hoje os dirigentes que comandam o sindicato não são denominados de presidente e sim coordenador ou coordenadora, mas com a mesma função.

Além desse meio para a coleta de dados, procedeu-se também pesquisas documentais, para organizar uma base de dados sobre as ações educativas realizadas pelo Sindicato Unificado dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai – SUTRAF-AU.

A análise e interpretação dos dados das entrevistas foram estudadas e confrontadas com o material bibliográfico articulado ao resultado do material da pesquisa de campo, na qual foi feita uma análise descritiva dos resultados qualitativos, a partir dos dados obtidos junto aos dirigentes sindicais.

Referencial Teórico

O referencial teórico é dividido em três partes, sendo por primeiro uma retomada das mudanças socioeconômicas no meio rural brasileiro e na região do Alto Uruguai, as fases do sindicalismo na região do Alto Uruguai e a formação como processo de entendimento e construção do sindicalismo.

As mudanças socioeconômicas no meio rural brasileiro e região do Alto Uruguai-RS

A agricultura brasileira passou por enormes mudanças sociais e econômicas a partir da década de 1930. Com advento do Governo de Getúlio Vargas e sua proposta de desenvolvimento para o Brasil, o país passa a investir

fortemente na indústria. Passa-se, a partir daquele momento, criar formas e leis de incentivo e regulação aos trabalhadores urbanos e com início das indústrias, abrem-se várias frentes de trabalhos e muitos trabalhadores do meio rural, acabam sendo atraídos para servir de mão-de-obra para às indústrias.

Muito antes disso, a região do Alto Uruguai já era ocupada por indígenas e caboclos nas densas florestas ao redor do Rio Uruguai (Zarth, 1997). A partir de sua colonização, Piran (2001) identifica fases distintas da agricultura na região, sendo que a primeira é denominada de tradicional e vai do início da colonização (1910) até meados dos anos 1950. Neste período foi predominante o uso de recursos naturais como a fertilidade do solo e a mão de obra era familiar. A produção era bem diversificada, desde alimentos a instrumentos de trabalho. Para Piran (2001) essa fase foi de subsistência familiar. Foi um período característico por ter sempre a frente um produto (agrícola ou pecuário) destinado ao mercado e complementarmente a família produzia para próprio auto sustento. A autonomia dos agricultores, neste período, é considerada relativamente maior que hoje.

Na década de 1960, um novo processo se estabelece na agricultura, foi a chamada “revolução verde”, que se materializou de fato sob um padrão tecnológico com objetivo de aumentar a produção de alimentos. Este processo rompeu radicalmente com o passado por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e, em lento processo histórico, quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado. Na análise de Pies (2006), a Revolução Verde constituiu-se num conjunto de ideias e práticas que tinha por objetivo implementar um processo produtivo visando ampliar a produtividade das atividades

agropecuárias. Este foi outro período de muito êxodo rural, também caracterizado por questões culturais, como nas grandes famílias, a escolha de um filho somente para suceder, obrigando os demais a saírem de casa.

Esta segunda fase, identificada como moderna se desenvolve do Pós-guerra até o final do século XX, para Piran (2001). Naquele período, a agricultura se modernizou, se internacionalizou passando a ter uma integração maior com a indústria. A produção principal passa pelo trigo, pela soja e depois em busca da diversificação. Período marcado pelo esgotamento da fertilidade natural dos solos, pelo elevado preço das tecnologias e baixo preço dos produtos agrícolas, e pela migração intensa do Alto Uruguai do RS para oeste de Santa Catarina e sudoeste do Paraná.

Essas mudanças se concretizaram com uma atuação forte do Estado brasileiro, que incentivou a implementação de políticas com esse objetivo. Na época, os governos militares liberaram fartos recursos públicos que de maneira subsidiada tornaram-se o principal instrumento de modernização agrícola e do estabelecimento dos complexos agroindustriais.

A partir da década de 1990, outras mudanças significativas ocorrem na agricultura. Primeiramente foi marcada pela abertura comercial, ou seja, a agricultura passa a conviver com um mercado globalizado, onde as protagonistas são grandes empresas que querem afastar-se das políticas governamentais. A globalização também aumentou a concorrência, o que acabou colocando a agricultura brasileira, competindo com um mercado internacional.

Ainda naquela década, os movimentos sociais conseguem avançar em conceitos que diferenciavam os pequenos e grandes produtores, que tecnicamente podiam acessar as mesmas políticas. Até esse momento pouco se ouvia falar de agricultura

familiar, porém em 1995 foi criado programa com essa denominação. Conforme Bianchini (2015),

Em 1994, produto das mobilizações organizadas pelos agricultores familiares, conhecidas como “Grito da Terra Brasil ”Criou-se o Programa de Valorização da Pequena produção Rural (PROVAPE) e na sequência o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1995. (BIANCHINI, 2015, p.24)

As mobilizações a que se refere Bianchini eram inúmeras e questionavam a falta de crédito para os pequenos agricultores. Houve trancamentos de estradas e pontes que dividem os estados do Rio Grande do Sul a Santa Catarina, caravanas às capitais dos estados e também na capital federal. A nomenclatura, inicialmente dada de Agricultura Familiar ao instituir o PRONAF, se fortalece e passa ser usada para representar um setor social, que foi reconhecida pela a Lei da Agricultura Familiar. 11.326/200⁵⁴.

Na sequência ocorrem outras mudanças. Para Dupas (2001), foi o avanço tecnológico, o qual aumentou a diferença existente entre os complexos transnacionais e pequenas empresas. Os avanços tecnológicos, associados à globalização da economia e a formação de blocos econômicos tornam o mercado cada vez mais exigente e competitivo. Isso reflete no aprimoramento contínuo dos processos e métodos produtivos a fim de maximizar resultados e minimizar custos buscando resultado e sobrevivência no mercado de indivíduos e empresas.

⁵⁴ LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O desenvolvimento intensivo nas tecnologias de informações que provocou a revolução tecnológica atingiu também o mercado financeiro. Isso permitiu uma maior mobilidade do capital requerida pelo movimento da globalização da produção. “Essas modificações radicais atingiram o modo de vida de boa parte dos cidadãos, alterando seu comportamento, seus empregos, suas atividades rotineiras e seu relacionamento”. (DUPAS, 2001, p. 39).

O contexto geral do avanço do capitalismo e suas formas de atuação como a competição, a seleção, a fragmentação, provocou um novo direcionamento na agricultura e fez com que muitos agricultores deixassem a atividade. Para tentar dimensionar, entre o ano de 1980 e 1996 a população rural baixou de 38.566.297 para 33.997.406, ou seja, mais de 4,5 milhões de agricultores abandonaram o campo no Brasil⁵⁵ neste período. Aos que permaneceram, foi criada uma cultura de dependência e externalidade da agricultura familiar, onde o sujeito (agricultor) deixou de ser o gestor da propriedade e transferiu a terceiros esse papel. Aqui pode estar a justificativa do por que muitos empreendimentos frustraram.

Conforme Couto (2003) com todas as transformações ocorridas na agricultura, a produção familiar foi obrigada a desenvolver estratégias de permanência, de reprodução social, adaptação e reestruturação.

As fases do sindicalismo do meio rural

Embora bem mais recente, a história do sindicalismo brasileiro tem seus primeiros episódios no final do século XIX. No espaço rural, embora organizações de caráter sindical tenham acontecido anterior a esse período, intensificou-se a

⁵⁵ Fonte: Anuário Estatístico do Brasil – IBGE

organizações dos trabalhadores rurais pela via sindical a partir de 1960. Esse impulso teve importante contribuição do chamado ETR⁵⁶ (Estatuto do Trabalhador Rural), que foi instituído em 1963 e que atribuía basicamente os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, como exemplo salário, férias, aviso prévio, entre outros. Obviamente que a história não é estanque e sim uma construção dentro de cada período e suas movimentações fazem surgir outras fases. Essas fases ocorrem dentro do contexto de mudanças socioeconômicas e da história regional.

Conforme Picolotto (2011) “o sindicalismo dos trabalhadores rurais no Brasil foi estruturado, de forma efetiva, no início da década de 1960, [...] cerca de 30 anos depois de ter sido implantado no meio urbano”. Segundo Zanella (2004) em 1962 é o ano do surgimento dos sindicatos rurais na região do Alto Uruguai. A CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura foi criada em dezembro de 1963, como órgão máximo do sindicalismo dos trabalhadores rurais, a partir das federações estaduais existentes, segundo Picolotto (2011).

Logo após a sua constituição, a ditadura militar implantada no Brasil em 1964, impede que a CONTAG exerça seu papel de contestação e crítica e uma ação sindical de organização dos trabalhadores rurais. Sobre essa questão cabe referir que:

Neste período, se constituiu um padrão de ação sindical marcado por certa prudência e pelo respeito aos limites estipulados pelas leis. Além disso, como o sindicato de base municipal era responsável por programas

⁵⁶ LEI Nº 4.214, DE 2 DE MARÇO DE 1963. Dispõe sobre o Estatuto dos Trabalhadores Rurais. Revogada pela Lei nº 5.889, de 1973

assistenciais do Estado, esse sindicalismo foi impulsionado em todo o país para prestar serviços de assistência. Então, foi com esses limites de ação sindical e a tutela do estado que se constituiu a ampla rede do sindicalismo dos trabalhadores rurais. (PICOLOTTO, 2011, p. 308).

Esta fase do sindicalismo foi definida como do assistencialismo. Ou seja, os sindicatos foram transformados em grandes ambulatórios médicos e dentários, desvirtuando o seu verdadeiro papel, Zanella (2004).

No final dos anos 70 e início da década de 1980, surgem os movimentos pela redemocratização do Brasil. Junto com os movimentos nacionais, na região Alto Uruguai, ressurgem a discussão e ações em torno da do papel do sindicato. Conforme Seminotti (2014) atuação da Igreja Católica progressista, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁵⁷ e Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁵⁸ como espaço alternativo de militância

⁵⁷ Comunidades ligadas a Igreja Católica, geralmente por proximidade de territórios e insatisfação dos mais pobres, que buscavam a inclusão na vida social, a partir da leitura bíblica, reflexão e articulação com a realidade política e social. Usava o método ver-julgar-agir. Olhar a realidade em que vivem (ver), julgá-la com os olhos da fé (julgar) e encontrar caminhos de ação à luz da fé (agir).

⁵⁸ Comissão Pastoral da Terra (CPT) é um órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz. Fundada em 22 de junho de 1975, durante o Encontro de Pastoral da Amazônia, convocado pela CNBB e realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, a CPT teve importante papel na defesa das pessoas contra a crueldade do governo militar, que só fazia o jogo dos interesses capitalistas e abriu caminhos para que ele fosse superado. Ela nasceu ligada à Igreja Católica porque a repressão estava atingindo muitos agentes pastorais e

contra o regime e em prol da construção da consciência política pela justiça social e direitos. Esse movimento de questionamento e enfrentamento ao sindicalismo atrelado ao Estado e assistencialista passa a ter a denominação de “novo sindicalismo”, Sandoval (1994).

Segundo Picolotto:

Este novo sindicalismo se constituiu com práticas que indicavam sua novidade no interior da trajetória do sindicalismo brasileiro, mais do que representar uma etapa do processo organizativo e de luta dos trabalhadores, esse sindicalismo pretendeu ser uma ruptura com as práticas estabelecidas no passado. (PICOLOTTO 2011, p. 309)

Esse novo sindicalismo protagonizado pela CUT – Central Única dos Trabalhadores – surgiu para se opor ao sindicalismo oficial e assistencialista representado pela CONTAG. Na década de 1980, no Alto Uruguai, se deu uma acirrada disputa entre duas propostas de organização sindical. No início da década todos os sindicatos da região eram contaguianos, porém em 1988 a CUT já tinha conquistado 5 sindicatos na disputa por chapas (Aratiba, Erval Grande, Erechim, Marcelino Ramos e Três Arroios), 4 sindicatos na composição (Severiano de Almeida, Getúlio Vargas, Aurea e Entre Rios do Sul) e fazia oposição em outros 4 sindicatos (Viadutos, Barão de Cotegipe, Jacutinga e São Valentim).

Aos poucos os ambulatórios médicos e dentários instalados nos sindicatos foram dando espaço a outras iniciativas. O convencimento se deu pela convicção ou proposta

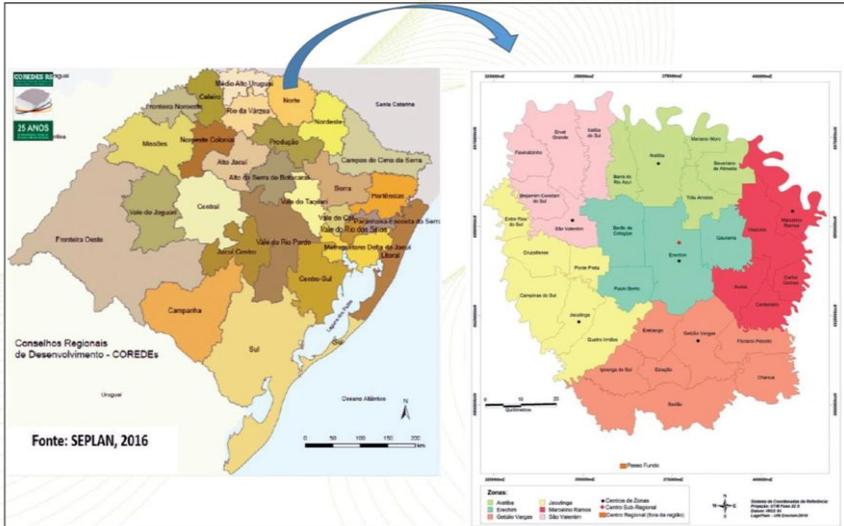
lideranças populares, e porque a Igreja possuía uma certa influência política e cultural, não sendo molestada pela ditadura.

de novo sindicalismo, mas também pelas administrações municipais, que a partir da Constituição Federal de 1988, passam a ser o responsável pela política pública de saúde.

No início da década de 1990, inicia-se importante debate que culminou com a adoção do termo Agricultura Familiar. A partir disso, o debate dos sindicatos municipais apontava para o enfrentamento às denominações de agricultura patronal e trabalhador rural. A agricultura patronal pela sua dimensão e pela pouca diversidade e trabalhador rural por que os agricultores eram proprietários de suas terras e tinham sua produção, ou melhor não tinham patrão. O debate ao longo de uma década, apontou para a criação de um único sindicato na Agricultura Familiar da região. Essa decisão se implementa e rompe-se com o sistema sindical vigente no país.

Em 2003 no I Congresso Sindical da Agricultura Familiar do Alto Uruguai, foi aprovada a criação do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Alto Uruguai – SUTRAF/AU com área de abrangência de 26 municípios da região e aproximadamente 10 mil associados. Este passo, segundo Zanella (2004), foi o rompimento estrutura sindical oficial.

Figura 1: Mapa da localização dos municípios da Região do Alto Uruguai – RS



Fonte: Laboratório de Geoprocessamento e Planejamento Ambiental

A fase do novo sindicalismo também pode ser caracterizada pela organização dos sindicatos ao redor de pautas de reivindicações, lutas, mobilizações e conquistas. Também de retorno às discussões de base, proposições de políticas públicas e garantia de execução das mesmas. As grandes bandeiras sindicais eram liberdade e autonomia sindical, preconizando independência de governos e liberdade aos trabalhadores para se organizarem em um sindicato que os defendessem.

Uma nova fase do sindicalismo brasileiro⁵⁹ e na região do Alto Uruguai pode-se caracterizar pela execução das políticas públicas. A partir do ano de 2002, o Brasil passa a ser administrado por um governo oriundo da classe trabalhadora.

⁵⁹ Essa cronologia não é consenso entre os estudiosos da matéria

Ao pensar políticas públicas de alcance aos brasileiros menos favorecidos, estabelece um conjunto de parcerias para sua execução. Dentre as parcerias na execução de programas ou projetos governamentais estão os sindicatos. Além da execução, eles são convidados a participarem e compõem espaços institucionais como conselhos e outros. Se por um lado, o governo ao implementar a descentralização das políticas e uma gestão democrática e participativa fez com que os sindicatos se fortalecessem e se tornasse importantes atores, por outro os torna dependentes desta dinâmica. Isto pode gerar algumas confusões sobre o papel do sindicalismo, tanto por parte dos agricultores, como de dirigentes sindicais e dos próprios membros do governo.

Ao adotar a postura de parceria com o governo, Segundo Bolter (2015), os sindicatos “obtiveram maior prestígio e mais legitimidade por parte de seus associados. Além disso, angariaram mais legitimidade e respaldo da sociedade. (BOLTER, 2015, p. 479). Ele complementa que além de suprir uma lacuna entre Estado e os agricultores, agiliza o encaminhamento de política e programas vinculados à agricultura familiar.

Se por um lado essa postura tem suas vantagens, por outro pode-se tecer várias críticas. Bolter (2015) tece críticas tanto ao Estado, como as organizações sociais pela adoção desta postura. Quanto ao Estado destaca:

[...] percebe-se que este se encontra afastado do beneficiário das políticas e programas analisados. Nota-se que o Estado está, em certo sentido, se eximindo de suas responsabilidades, pois delega alguns encaminhamentos e execução das políticas e dos programas para organizações sociais e, assim deixa os beneficiários à mercê das

determinações e das definições dessas organizações (BOLTER 2015, p. 480).

Quanto às organizações sociais, destaca:

[...] nota-se que elas ficam a mercê e a reboque do próprio Estado, pois muitas vezes, dependem deste para viabilizar suas estruturas e organizar suas ações. Outra situação frequente é a de que essas organizações sindicais passaram a compor espaços políticos e institucionais com lideranças indicadas por elas, as quais servem de amortecedor para as divergências e as crises entre estado e organizações (BOLTER 2015, p. 480).

O autor ainda questiona os princípios do sindicalismo ao afirmar que os associados “não necessariamente indicam um total de pessoas mais conscientes de seu papel e da importância das organizações sociais e sindicais, mas pode refletir uma aproximação por mero de interesse ou necessidade de acesso a uma determinada política ou programa público. (BOLTER, 2015, p. 480).

A formação como processo de entendimento e construção do sindicalismo

Tomando como base os apontamentos antes descritos, pode-se afirmar que mudanças na agricultura familiar e no sindicalismo ocorreram em diferentes contextos. Para o entendimento das ações que os trabalhadores deveriam fazer e fizeram, foi determinante o processo de planejamento e da formação política.

A transição do sindicalismo assistencialista para novo sindicalismo, exigiu a capacitação de muitas lideranças no final

da década de 1970 e início da de 1980. Segundo Seminotti (2014).

O trabalho de formação de base desenvolvido junto aos jovens ocorreu a partir da formação de vários espaços de formação. Os cursos do Treinamento para a Ação Pastoral - TAPA (cursos de formação social e política que tinham por objetivo formar lideranças entre os jovens das comunidades e bairros da Diocese de Erechim), promovido pela Pastoral da Juventude, a Escola Sindical Alto Uruguai (ESAU), formaram dezenas de jovens agricultores visando intervir no campo sindical, organizando chapas de oposições sindicais e no campo político, criando o Partido dos Trabalhadores nos municípios da região e da Escola Sindical Margarida Alves (ESMA) de Curitiba, que ministrava cursos qualificados para a formação de lideranças sindicais.(SEMINOTTI 2014, p. 121).

Seminotti (2009) afirma que foram realizados inúmeros cursos de formação que alargavam a visão de centenas de trabalhadores, incentivando a atuação nas oposições as direções de sindicatos, esses cursos eram baseados nos valores da Teologia da Libertação⁶⁰ e na aplicação do método “Ver, Julgar e Agir”.

⁶⁰ A Teologia da libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte da premissa de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres e especifica que a teologia, para concretar essa opção, deve usar também as ciências humanas e sociais. É considerada como um movimento supra denominacional, apartidário e inclusivista de teologia política, que engloba várias correntes de pensamento que interpretam os ensinamentos de Jesus Cristo em termos de uma libertação de injustas condições econômicas, políticas ou sociais.

A formação de lideranças de jovens agricultores, por meio, num primeiro momento, dos cursos do TAPA e, posteriormente, da ESAU (formação mais avançada), foram etapas quase que obrigatórias no surgimento das principais lideranças da região Alto Uruguai, as quais abasteceram o movimento das oposições sindicais também chamado de Renovação Sindical e de “Chapa 2”. Quase na totalidade, as lideranças que se destacaram e disputaram as eleições, defendendo a proposta da CUT, tinham passado por tal processo de formação. (SEMINOTTI 2014, p. 129).

Com objetivo de esclarecer e orientar os participantes, os cursos abordavam o funcionamento da sociedade, evolução histórica do capitalismo e socialismo, os meios de produção, análise de conjuntura mundial, nacional e local, a importância do sindicalismo e o papel na organização dos trabalhadores com ênfase no sindicalismo combativo, (SEMINOTTI,2014).

E esse modelo foi aplicado por um longo tempo. A partir da década de 1990, destacam-se outras entidades na formação das lideranças sindicais e trabalhadores⁶¹, bem como na organização sindical. Para Scapini:

⁶¹ Centro de Educação Popular criado em 1986 em Erechim para fazer formação e poder captar dinheiro da Europa, uma vez que havia poucas entidades constituídas juridicamente.

Centro de Assessoria Multiprofissional criado em 1983 em Porto Alegre, entidade que prestava assessoria para formação no Alto Uruguai

Departamento Sindical de Estudo Rurais é uma entidade das organizações da agricultura familiar que realiza sistematização de informações, realização de pesquisas e estudos, elaboração de propostas e políticas e assessoria às organizações, movimentos, entidades e instituições vinculadas à agricultura familiar. Criado em Julho de 1988.

[...] o movimento passou a buscar assessoria sistemática para as instâncias junto ao Centro de Educação Popular (CEPO) e assessorias esporádicas em áreas específicas no Centro de Assessoria Multiprofissional (CAMP) de Porto Alegre, no Departamento Sindical de Estudos Rurais (DESER) de Curitiba e no Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) de Sarandi. (SCAPINI 1991, p 3).

No final da década de 1990, os dirigentes sindicais do Alto Uruguai, retomam o processo de formação mais intensivo que objetivava a formação profissional dos agricultores familiares, concomitantemente com elevação de escolaridade. Este processo denominou-se *TERRA SOLIDÁRIA*, realizado em módulos, aula presencial e vivência prática. Esse processo formou mais de 240 agricultores e agricultoras familiares que, mais tarde, se tornaram dirigentes de sindicato ou cooperativas.

Todos esses processos de formação contribuíram para uma mudança de entendimento da sociedade, de estímulo a luta sindical, de provocação para os movimentos sociais.

Resultados e Discussões

Nesta sessão são apresentados os resultados acerca de como ocorria o processo de escolha dos coordenadores sindicais e da formação sindical em diferentes categoriais temporais. Busca analisar o tipo de formação propiciada aos participantes, o tempo de duração, método e compara os resultados desta formação.

O CETAP é uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, criada por lideranças de organizações sociais e profissionais ligados às temáticas da produção de alimentos e da vida no meio rural. Criado em 1986.

A formação dos dirigentes sindicais no Alto Uruguai (RS)

No que se refere a escolha de representantes da coordenação sindical, a pesquisa revela que os dirigentes das décadas 80 e 90, faziam a disputa, através de eleições ou debates internos, já os dirigentes atuais (anos 2000) se elegeram através de uma composição simples, e que muitas vezes teve seu nome indicado, sem muitos questionamentos pela base sindical.

Dos entrevistados, a maioria dos coordenadores participou de formação antes de assumir o sindicato, mas um não teve nenhuma formação anterior a sua eleição. Um aspecto importante a se destacar, era a indignação que a formação provocava nas pessoas, nas décadas de 1980 a 2000. Os dirigentes, desta época, passavam por vários processos de formação, independente se exercessem cargos ou não, eram preparados para fazer enfrentamento social e disputa com o capitalismo.

Os cursos de formação daquela época eram de 3 a 5 etapas de três, quatro, ou 10 dias, dependendo do seu propósito. O depoente 2 participou de três cursos, num total de 48 dias de formação no período de 18 meses. Seu depoimento é ratificado pelos apontamentos de Seminotti (2009) quanto ao método, recurso utilizados e resultados:

Eram utilizadas técnicas como: Ver, Julgar e Agir como eixo, tendo foco para o funcionamento da sociedade e como poderíamos incidir para transformá-la ... Eram utilizados materiais como livro, textos, vídeos, Slides, etc. Os resultados foram espetaculares, mais da metade das pessoas que realizavam os cursos se engajavam em alguma ação, movimento ou partido para ajudar no processo de transformação. (Diário de Campo, Depoente 2, 2017).

Os três dirigentes oriundos da década de 1980, lembram que participaram do curso denominado de TAPA (Treinamento Para Ação Pastoral) e dos cursos sindicais da ESAU (Escola Sindical do Alto Uruguai) com público essencialmente composto por jovens, homens e mulheres vindos da agricultura familiar. Esse curso dividia os participantes em grupos e fazia o jogo das estrelas, ou jogo de forças, onde mostrava quem estava a favor e contra os agricultores.

Além disso, a formação propiciava a reflexão e a compreensão de como se organizava a sociedade (Depoente 1), a disputa de poder social e a perspectiva de fazer a organização social nos movimentos, pastorais, sindicato, cooperativas e partido político. E isso gerava a indignação contra o modelo vigente, o que se pode perceber na afirmação do Depoente 1: “E isso fez com que, de fato, a gente se indignasse com aquela situação e também com muita vontade e que foi uma opção de vida também de lutar para construir um mundo melhor pra toda sociedade e para os filhos” (Diário de Campo, Depoente 1, 2017).

Já o Depoente 3, afirma que a formação não era um pré-requisito para atuar no sindicalismo, mas era o diferencial para as pessoas atuarem com mais qualidade. Ele enfatiza que aqueles que participavam dos processos de formação tinham:

Mais capacidade técnica e política de articulação e de aglutinação da categoria. Esse critério era muito olhado, obviamente que pra reunir essas condições a formação e o conhecimento ajudam muito. A formação era determinante, se tu olhar na nossa história passada ninguém chegou a condição de coordenador ou presidente sem a formação. Um pouco mais, ou menos aprofundada, mas todos tiveram (Diário de Campo, Depoente 3, 2017).

Quanto as entidades que faziam a formação, durante aquele período, foi unanimidade a influência que teve a Igreja Católica através da Pastoral da Juventude, da Pastoral da Terra, da escola de servidores, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e também as entidades como Escola Sindical Margarida Alves, Escola Sindical Alto Uruguai, professores universitários, a regional da CUT e o Centro de Educação Popular.

Os materiais utilizados refletem os existentes na época, sendo citados apostilas, textos, vídeos em fitas, slides, textos reproduzidos em mimeógrafo. Os métodos utilizados para formação eram leituras, trabalho em grupo, discussões buscando dialogar com a teoria e prática, como o caso da produção de semente de milho, sal mineral, tecnologias alternativas, adubação verde.

Com aprovação da Constituição Federal de 1988, a teoria e prática se davam nas disputas de políticas públicas como o caso da implementação das CIMES (comissões municipais de saúde). Os cursos treinavam os participantes para praticar aquilo que discutiam e principalmente obrigava a formular argumentos com consistência. As práticas eram repetidas, gravadas e estudadas depois com avaliação do que estava certo ou errado.

O resultado geral da formação daquele período pode ser mensurado de diversas maneiras. Do ponto de vista individual pode ser expresso:

Sem dúvida para mim foi o maior aprendizado que tive, além é claro da participação ativa nas lutas do dia a dia que também são um processo formativo, pude ver a sociedade em outra dimensão e me formar com um enfoque na solidariedade e responsabilidade social. Certamente se eu não tivesse feito este processo não teria conseguido contribuir com qualidade posteriormente na

luta em favor dos mais pobres. (Diário de Campo, Depoente 2, 2017).

E do ponto de vista coletivo foi a constituição de inúmeras lideranças que atuavam nas oposições sindicais, como líderes de comunidades, dirigentes de cooperativas e muitos atuaram na política se elegendo vereador e no caso específico de um dos depoentes que acabou se elegendo prefeito do seu município. O Depoente 3 expressa o resultado que a formação propiciou:

Criou como resultado um grupo de dirigentes comprometidos com a luta social, com a luta dos agricultores, luta de classe na região do AU muito grade e que depois se essas pessoas esparramaram na atuação partidária, cooperativa, sindical (Diário de Campo, Depoente 3, 2017).

Já comparado com três depoentes coordenadores das últimas duas décadas, pode-se notar uma grande diferença. Um deles nunca teve contato com formação política antes de assumir, outro participou de algumas atividades e um terceiro participou de formação na década de 1990. Os três demonstraram que assumiram na coragem, sem muitos conhecimentos e que os maiores aprendizados foram nas funções do dia a dia.

A maior parte da participação em cursos ou processos de formação se deu depois que assumiram a coordenação do sindicato. Tiveram que buscar a formação, diferente do passado que era oferecida. O Depoente 4 analisa que foi privilegiado por ter conseguido formação, mesmo não sendo suficiente: “se comparado com outros dirigentes que estão atuando, teve formação acima da média, mas insuficiente para atuação como dirigente sindical”. (Diário de campo, Depoente 4, 2017).

Ao relatar os diversos cursos que participaram, percebe-se que os mesmos não passaram pelas mesmas atividades ou cursos de formação. Muito menos teve uma dinâmica mais organizada comparando com a anterior. Os métodos, a frequência e periodicidade, as dinâmicas se adaptavam a cada curso. Isso permite afirmar que a formação nesse período se deu de forma aleatória e muito mais na vontade dos indivíduos participarem do que na efetiva necessidade de ter um processo único e continuado como fora no passado. Enquanto nas décadas de 1980 e 1990, a preocupação da formação era em formar cidadãos com senso crítico aos problemas e a forma de sindicalismo existente, na formação mais recente eram cursos direcionados a públicos específicos como jovens e mulheres e a questões de políticas públicas. Diferente do passado esses eventos eram de menor duração, nunca além de dois dias e com pouco aprofundamento (Diário de Campo, Depoente 6, 2017).

Na avaliação do Depoente 5, após participar de diversos cursos, demonstra que a falta de formação, de certa maneira impediu que os mesmos tivessem uma atuação mais destacada e em alguns aspectos comprometeu a sua atuação, como é identificado no relato abaixo:

Prejudicou bastante a falta de formação, principalmente nos três primeiros anos. Boa parte da minha formação se dá para os espaços de construção conhecimento para além dos cursos e isso só acontece quando tu tem oportunidade de participar em outros espaços e no início da trajetória eu não tinha oportunidade de participar. No município não tinha formação, não tinha como interagir com outras pessoas e a falta de conhecimento fez com que eu sofresse o dobro para realizar atividades simples e fez com que o sindicato perdesse muito tempo para desenvolver questões que poderiam ter sido feita numa

condição muito melhor se eu tivesse o conhecimento de como desenvolver, de como trabalhar com agricultores, inclusive de poder conscientizar e desenvolver atividades em relação a eles mesmos. (Diário de Campo, Depoente 5, 2017).

Quanto ao resultado da formação recente, as afirmações demonstram que foi bom, muito embora tenha-se questionamentos. Enquanto é afirmado no geral que muitas lideranças que passaram pelos cursos estão atuando ou no sindicalismo, ou em outros espaços, houve um questionamento sem resposta sobre o número de jovens que continuam na atividade sindical: “tem muitos que participaram, mas por questão de oportunidade ou não entender direito, não continuaram atuando no sindicato. Não sei porque ou o que aconteceu. Não sei o motivo! Dos 20 ou 30, três ou quatro continuam na atividade sindical”, (Diário de Campo, Depoente 4, 2017).

Já a avaliação quanto ao resultado individual, nota-se a importância que teve a formação. Ao perguntar sobre a diferença que a formação fez na sua vida, as respostas foram unânimes que fez toda a diferença:

A formação por si só não transforma o indivíduo, mas ela dá condição para o indivíduo se transformar. E para mim formação me ajuda em todo o que é espaço. Entender o funcionamento da sociedade, o porquê de cada coisa. Da condição de pensar e planejar cada ação que se desenvolve na vida sindical e particular. Pra mim é indispensável ter formação independente do espaço que está e da função que exerce. (Diário de Campo, depoente 5, 2017).

Porque sai daquele mundo do ego, do particular. No momento em que você começa a entender o porquê de uma sociedade como está hoje, ou do momento que vive o Brasil hoje, quem ganha e quem perde é tudo isso. Desde o se relacionar com as pessoas, de tu dialogar, tu consegues passar melhor o teu pensamento. Agora se tu vai discutir com alguém e não tem conhecimento não consegue convencer ninguém. (Diário de Campo, depoente 4, 2017).

A forma da gente perceber e olhar para o problema e sua solução, enxergar a importância de buscar e lutar por aquilo que a gente quer e precisa. Se tu não tem conhecimento e buscar a informação e formação, você fica pelo que os outros passam e fica sem aquela direção que você acredita. (Diário de Campo, depoente 6, 2017).

No contexto de análise, percebe-se que as mudanças socioeconômicas e as diferentes fases que o sindicalismo viveu e vive tem forte interferência na sucessão dos dirigentes sindicais, não sendo um fator isolado ou atrelado aos diferentes processos de formação das diferentes épocas. Também se percebe que a formação também sofreu processos de transformação e foi executada das mais diferentes formas. De toda a forma, pode-se afirmar que nos diferentes períodos de atuação do sindicalismo do Alto Uruguai, um dos diferenciais para atuação dos dirigentes foi a formação, que não se restringiu somente ao campo sindical, mas para outros espaços de atuação, tanto de caráter individual como coletivo.

Considerações finais

Ao analisar a bibliografia sobre a trajetória sindical no Alto Uruguai, o papel que a formação exerceu sobre a consolidação da mesma, comparado ao teor das entrevistas dos

depoentes, pode-se afirmar que a formação foi um diferencial positivo tanto na ação sindical, como na construção de uma sociedade diferente, pelos questionamentos provocados ao sistema e pela atuação de um conjunto de pessoas na disputa do modelo e classe social.

Também pode-se afirmar que os processos de formação impregnado nas diferentes épocas se deram de forma diferente em método, materiais, dinâmicas, conteúdos e tempos. Mas inegável é o papel que ela desenvolveu. É imensurável o resultado, tanto na qualidade como na quantidade, pois formou muitas pessoas, que atuaram e atuam em diversos espaços, que desenvolveram e desenvolvem trabalho de construção do sindicalismo, cooperativismo e do campo político.

Outro elemento é com relação as entidades que trabalhavam e trabalham a formação. Enquanto no passado várias entidades, com capacidade pensavam e executavam a formação com lógica, temas, dinâmicas, materiais, hoje nenhuma entidade apresenta referência para fazer o mesmo e as que fazem trabalham não apresentam a mesma consistência de formações anteriores.

Pode-se afirmar, no entanto, que a formação ou a sua falta, não foram empecilhos para sucessão de dirigentes na região do Alto Uruguai, ou seja, houve sucessão independente da formação. Porém é confirmado, pelos depoentes do último período, que a falta de formação pode ter comprometido a atuação mais eficiente e qualificada dos dirigentes. Já, os depoentes do período anterior, afirmam que a formação foi fator determinante para sua atuação e a evolução do movimento sindical na região do Alto Uruguai.

Percebeu-se que os processos de formação na região do Alto Uruguai, de forma mais ou menos planejada, nas diferentes formas de execução conseguiram construir um referencial nas

lideranças que passaram por estes processos região do Alto Uruguai e fizeram a diferença na construção coletiva e na vida pessoal dos envolvidos.

O estudo proposto consistiu num estudo de caso que visou identificar a contribuição da formação na sucessão dos dirigentes no Alto Uruguai. Apesar de estar evidenciada a importância da formação, o estudo adotou um recorte bastante restrito sendo que a investigação limitada não deu conta da totalidade. Isso mostra a necessidade de realização de outros estudos com mesma abordagem para contextos maiores a fim de perceber o papel da formação na constituição dos dirigentes sindicais e na sucessão.

Por fim, devido o contexto desafiador da agricultura familiar e da classe trabalhadora, com mudanças rápidas e profundas na economia, na vida social e política, nas questões culturais e ambientais, entre tantas, devido a importância que teve a formação e o seu resultado, há necessidade de formação permanente e profunda para os dirigentes sindicais e lideranças compreenderem esses processos de forma crítica e proporem ações de consolidação da agricultura familiar. Portanto, sugere-se que as entidades sindicais retomem uma preocupação mais efetiva com a formação, sua execução com método, temáticas, dinâmicas e tempo, a fim de qualificar os dirigentes e lideranças e potencializar a sucessão futura.

Refêrencias

BIANCHINI, V. *Vinte anos de Pronaf, 1995-2015: avanços e desafios*. Brasília. SAF/MDA, 2015.

BOLTER, J. A. G. SCHNEIDER, S. HASS, J.M. *O Programa Nacional de Habitação Rural como estratégia de inclusão e desenvolvimento Rural*. In: GRISA e SCHNEIDER (ORG). *Políticas públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil*. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2015

COUTO, A. T. *Boletim Goiano de Geografia*. Instituto de Estudos Socioambientais / Geografia. XXX, v.23. n. 2. p. 153-171. jul/dez.2003.

DUPAS, G. *Economia global e exclusão social – Pobreza, Emprego, Estudo e o Futuro do Capitalismo*. 3ª ed. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2001.

GIL, A.C. *métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª ed. São Paulo, Atlas, 2008.

PICOLOTTO, E.L. *Processos de afirmação dos agricultores familiares como sujeitos de direito*. In: SCHNEIDER E GAZOLLA (ORG) *Atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e praticas sociais*. Porto Alegre. Editora UFRGS, 2011.

PIES, M. *Agricultura Familiar caminhos e transições*. IFIBE-PF, 2006.

PIRAN, N. *Agricultura Familiar: Lutas e Perspectivas no Alto Uruguai*. Erechim, EdiFAPES, 2001.

SANDOVAL, S. *Os Trabalhadores Param: greves e mudanças sociais no Brasil (1945-1990)*. São Paulo. Ática, 1994.

SCAPINI, E. *Histórico dos movimentos sociais na região*. Erechim: CEPO, 1991.

SEMINOTTI, J.J. *A dinâmica Sociopolítica na Agricultura familiar: Os Agricultores Familiares e a representação política do Sufra no Alto Uruguai Gaúcho*. Passo Fundo. UPF, 2014.

_____ A Igreja Católica na Formação do Novo sindicalismo rural na região do Alto Uruguai do RS. UFPR, 2009.

ZANELLA, A. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho 1937-2003*. Passo Fundo, UPF, 2004.

ZARTH, P.A. *História Agrária do Planalto Gaúcho 1850-1920*. Ijuí, Ed.Unijui, 1997.

Depoente 1: Diário de Campo – depoimento em 21/08/2017.
Entrevistador Alcemir Antonio Bagnara, Erechim – RS.

Depoente 2: Diário de Campo - depoimento em 22/08/2017.
Entrevistador Alcemir Antonio Bagnara, Porto Alegre – RS.

Depoente 3: Diário de Campo - depoimento em 04/09/2017.
Entrevistador Alcemir Antonio Bagnara, Erechim – RS.

Depoente 4: Diário de Campo - depoimento em 04/09/2017.
Entrevistador Alcemir Antonio Bagnara, Erechim – RS.

Depoente 5: Diário de Campo - depoimento em 04/09/2017.
Entrevistador Alcemir Antonio Bagnara, Erechim – RS.

Depoente 6: Diário de Campo - depoimento em 11/09/2017.
Entrevistador Alcemir Antonio Bagnara, Erechim – RS.

A INTERCOOPERAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO NO MERCADO INSTITUCIONAL: A DINÂMICA DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO ALTO URUGUAI (RS)

*Cleunir Augusto Paris
Zenicléia Angelita Deggerone
Jhonatan Munaretto Imlau*

INTRODUÇÃO

A inserção em mercados tem se apresentado como um desafio para a Agricultura Familiar e suas organizações, especialmente pela complexidade do acesso, em razão do envolvimento de diferentes elementos no processo de produção, agroindustrialização e comercialização (FBB e UNICAFES, 2013).

A partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o mercado institucional público de alimentos passa a ser uma política de Estado e um canal alternativo de comercialização e de grande interesse para a Agricultura Familiar e suas organizações de todo o Brasil (BRASIL, 2014; SCHNEIDER, 2016).

Essa nova dinâmica do mercado institucional desencadeou um processo de organização dos agricultores em grupos informais e formais (associações e cooperativas). Todavia, essas organizações são acometidas pelas exigências desse novo mercado, à jusante da cadeia de valor, que passa a requerer o aprimoramento dessa condição para uma amplitude maior de cooperação, não somente entre agricultores, mas também entre cooperativas.

Nesse contexto, a intercooperação apresenta-se como uma estratégia adequada para as cooperativas se adaptarem às novas circunstâncias de mercado, pois por meio de redes de cooperação aumentam as possibilidades de uma melhor performance mercadológica (LAGO, 2009).

Contudo, apesar de a intercooperação ser um dos princípios do cooperativismo que visa ao estabelecimento de uma rede de relacionamentos entre cooperativas, nem sempre as cooperativas efetivam relações intercooperativas. Nesse sentido, Silva *et al.* (2004) observam que existe certa dificuldade das cooperativas efetivarem relacionamentos intercooperativos, persistindo na atuação individualista.

Dessa forma, é pertinente identificar os gargalos que arrefecem os processos, bem como analisar os fatores que condicionam o estabelecimento de relacionamentos intercooperativos. Por esse viés, os resultados de estudos sobre as formas de intercooperação praticadas pelas cooperativas, que compreenda a identificação dos ganhos, dos gargalos e dos condicionantes da intercooperação, podem contribuir para o aperfeiçoamento e dinamização dos processos intercooperativos. Tais estudos ainda podem trazer impactos positivos para o mercado institucional, pois quanto mais qualificadas as estratégias de intercooperação, melhor poderá ser o atendimento da demanda deste mercado.

Portanto, o objetivo geral deste estudo consiste em verificar se as cooperativas da Agricultura Familiar do Alto Uruguai (RS) cooperam entre si e de que modo atuam no mercado institucional, identificando fatores restritivos e impulsionadores das relações intercooperativas.

A presente pesquisa possui como objetivos específicos: a) identificar e caracterizar as cooperativas agropecuárias do Alto Uruguai (RS) que atuam no mercado institucional de alimentos;

b) elencar os mercados institucionais de alimentos acessados por estas cooperativas; c) verificar e caracterizar as configurações intercooperativas existentes, seus ganhos e gargalos e d) levantar os condicionantes para a o desenvolvimento e dinamização da intercooperação.

A presente pesquisa, segundo o objetivo é descritiva e explicativa, quanto à fonte de informação é de campo e bibliográfica e quanto à abordagem é qualitativa e quantitativa. A classificação da pesquisa segundo seus objetivos: exploratória, descritiva, experimental e explicativa, é a nomenclatura mais difundida entre os pesquisadores (DIEHL e TATIM, 2004; OLIVEIRA, 2007).

Para Gil (2002, p. 42) a pesquisa descritiva tem como objetivo principal “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. A pesquisa explicativa pretende identificar os fatores que contribuem para a ocorrência e o desenvolvimento de um determinado fenômeno. Aqui são buscadas as fontes e as razões dos fenômenos (GIL, 2002).

O estudo foi desenvolvido por meio do levantamento do número total de cooperativas agropecuárias da Agricultura Familiar existentes na região do Alto Uruguai⁶², no estado do

⁶² A região do Alto Uruguai (RS) situa-se ao norte do Rio Grande do Sul e é delimitada pelos 32 municípios que compõem a Associação dos Municípios do Alto Uruguai - AMAU (ZANELLA, 2004). A região situa-se no extremo norte do estado do Rio Grande do Sul, em sua porção central entre os meridianos 51°49'34" a 52°48'12" de longitude oeste e os paralelos de 27°12'59" a 28°05'15", de latitude sul (SPONCHIADO, 2017, p.30). A região do Alto Uruguai, ou COREDE NORTE, compreende o espaço geográfico constituído pelos municípios de: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul,

Rio Grande do Sul, que atuam no mercado institucional de alimentos, através de consulta à base de dados das instituições e entidades executoras das compras públicas de alimentos, da região de estudo, perfazendo uma amostra de 10 cooperativas singulares e uma cooperativa central, compreendendo 100% das cooperativas do Alto Uruguai (RS) que atuam no mercado institucional.

Para levantamento das informações em nível de campo foi elaborado e disponibilizado para as cooperativas um questionário semiestruturado, para que pudessem acessar e responder na plataforma *googledocs*, no período de agosto a setembro de 2017. Considerando a grande ocorrência de cooperativas singulares que se articulam de maneira intercooperativa por meio de cooperativa central, foi elaborado um questionário específico para esta organização intercooperativa.

Os dados resultantes da pesquisa foram tabulados e comparados com referenciais que tratam do tema, analisando-os de forma qualitativa e quantitativa. Para tanto, também foi utilizado arcabouço teórico sobre o assunto, estudos realizados, artigos e sítios da *internet*. E, a fim de preservar a identidade das cooperativas singulares estudadas, na apresentação e descrição dos dados dispostos nas Tabelas e/ou Figuras, buscou-se elencá-las de forma numérica, de 1 até 10.

Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebangó, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Floriano Peixoto, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, São Valentim, Sertão, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos (ZANELLA, 2004; FEE, 2017).

Cooperativismo e Intercoperação

Reisdorfer (2014, p. 16) conceitua o cooperativismo como um “movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia”. No Brasil, o cooperativismo é classificado por ramos de atividades. Dentre os 13 ramos, destaca-se o agropecuário, que é constituído pelas cooperativas de produtores rurais e de pesca, as quais objetivam aprimorar o processo de produção e de comercialização, a fim de obter melhor remuneração para seus produtos (BRASIL, 2008).

De acordo com Etgeto *et al.* (2005), independentemente do ramo de atuação, as cooperativas são orientadas pelos princípios universais do cooperativismo, redefinidos no ano de 1995 pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Nesse viés, as cooperativas regem-se pelos seguintes princípios e valores: 1º. Adesão voluntária e livre; 2º. Gestão democrática pelos membros; 3º. Participação econômica dos sócios; 4º. Autonomia e independência; 5º. Educação, formação e informação; 6º. **Intercoperação** e 7º. Interesse pela Comunidade (BRASIL, 2008, grifo nosso).

Jerônimo *et al.*, (2005) entendem que a intercoperação - cooperação entre cooperativas - é uma estratégia competitiva empregada por organizações não cooperativas, apresentando-se como uma tendência que poderia ser mais utilizada pelas organizações cooperativas na busca de melhores resultados econômicos.

Assim, a intercoperação é considerada uma estratégia imprescindível para as cooperativas se organizarem e contribuírem entre si e também com as demais empresas do

mercado (BRASIL, 2015a). Pelo princípio da intercooperação, os comportamentos básicos recomendados pela doutrina, como: a união, a cooperação e a solidariedade, passam a ser estendidos para o campo institucional entre as cooperativas como forma para alavancar seu desenvolvimento e sustentação. Portanto, a intercooperação pode ser entendida como o processo de integração, mediante ações conjuntas de compartilhamento de experiências, de realização de estudos e planejamentos integrados, que aproxima as cooperativas, destacando o que é comum na busca de iniciativas ao desenvolvimento mútuo e equitativo (OLIVEIRA e PALMA, 2009).

Dessa forma, pode-se considerar a intercooperação como uma possibilidade para o aperfeiçoamento de estratégias na busca de novas oportunidades para as cooperativas. Por esse viés, Silva *et al.*, (2004) destacam que:

As relações de cooperação, na maior parte dos casos pesquisados, surgem a partir de necessidades e oportunidades de negócios com vistas ao compartilhamento de tecnologias e ativos específicos, redução de custos e melhoria dos seus padrões de competitividade. A seleção dos parceiros, apontada como a fase principal do estabelecimento das relações de cooperação, envolve a análise de quesitos como confiança, credibilidade, segurança, conhecimento tecnológico, reciprocidade, solidez financeira, proximidade geográfica, imagem, tradição, oportunidades de negócios, competências complementares, cultura, valores comuns, perspectiva de crescimento conjunto e forma de gestão (SILVA *et al.*, 2004, p.44).

Vários autores discorrem sobre as - configurações - formas e níveis de relacionamentos interorganizacionais entre cooperativas. Konzen e Oliveira (2015) elencam as seguintes

formas de intercooperação: intercooperação em redes; intercooperação em redes – centrais; intercooperação em redes – consórcios, intercooperação - ramo agropecuário; intercooperação - ramo crédito e intercooperação entre ramos diferentes do cooperativismo. Segundo Lago (2009, p. 55), as relações intercooperativas, conforme os objetivos e as características da estratégia a ser constituída, “podem ocorrer em diferentes níveis, através de cooperativas singulares do mesmo ramo, de ramos diferentes ou na forma de federação, centrais e confederações, entre outros.” Para Leite (1982, p. 75), a intercooperação pode ocorrer em quatro diferentes níveis: “horizontal uni-setorial, vertical uni-setorial, horizontal multisetorial e vertical multisetorial”. Braga (2010, p. 12-13) complementa que os relacionamentos interorganizacionais ainda podem ocorrer através de “redes”, “alianças estratégicas” e “intercooperação”, nos diversos desdobramentos de cada estratégia.

Mercados Institucionais para a Agricultura Familiar

A partir do ano de 2003, teve início no Brasil uma série de políticas públicas promotoras do desenvolvimento rural sustentável e, nesse contexto, a agricultura familiar passou a ser prioridade de Estado (BRASIL, 2014). Com viés estruturante, as referidas políticas proporcionaram a dinamização de diversas cadeias produtivas, desde a universalização do acesso ao crédito até a constituição de mecanismos legais e operacionais para acesso ao mercado institucional público de alimentos na lógica de cadeias curtas (BRASIL, 2014; GRISA e SCHNEIDER, 2015).

De acordo com Schneider (2016, p. 122-127), no Brasil e em outros lugares, os agricultores familiares têm se inserido de forma crescente em quatro tipos de mercados: 1º – “Mercados de proximidade”; 2º – “Mercados locais e territoriais”; 3º – “Mercados convencionais” e 4º – “Mercados públicos e institucionais”. Segundo o mesmo autor (2016, p. 125), os mercados públicos e institucionais compreendem “os espaços de troca em que o principal agente passa a ser o Estado ou algum organismo público ou alguma organização pública não governamental”.

Esse mercado alternativo⁶³ para a Agricultura Familiar passa a ser operacionalizado por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a partir de 2003, e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a partir de 2009 (BRASIL, 2003; BRASIL, 2009; GRISA e SCHNEIDER, 2015).

O PAA foi instituído em 2003 pelo art. 19 da Lei nº 10.696 e estabelece diretrizes para a compra de alimentos da Agricultura Familiar a fim de atender à demanda da rede de proteção e promoção social e às demais demandas regulares das instituições públicas (BRASIL, 2003). Uma das finalidades do PAA é fomentar o fornecimento alimentar através das aquisições governamentais de alimentos, “inclusive, para prover a alimentação escolar e o abastecimento de equipamentos públicos de alimentação e nutrição nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos” (BRASIL, 2017a, p. 1). De acordo com Grisa e Porto

⁶³ Mercados alternativos são vistos a partir do âmbito local e da relação direta entre compradores e vendedores, na lógica de cadeias curtas com capacidade de re-socializar e re-espacializar os alimentos (*local foods e folk foods*) (NIEDERLE, SCHUBERT e SCHNEIDER, 2014, p. 7).

(2015), o PAA prevê a aquisição de alimentos da Agricultura Familiar por meio de seis modalidades, conforme segue: 1) compra com doação simultânea; 2) compra direta; 3) incentivo à produção e ao consumo do leite; 4) formação de estoques; 5) compra institucional e; 6) aquisição de sementes, mudas e materiais propagativos.

O PNAE, embora seja o mais antigo programa alimentar brasileiro, passou a ser oportunidade de mercado para a agricultura familiar recentemente, por meio da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Fica assim estabelecido que, no mínimo 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), no âmbito do PNAE, deverão ser investidos na aquisição de alimentos da Agricultura Familiar e suas organizações, para abastecimento da rede pública e filantrópica de ensino básico (BRASIL, 2009; ARANHA, 2010).

Para fins de acesso a esses canais alternativos de comercialização – PAA e PNAE – os agricultores familiares e/ou suas organizações, dentre os condicionantes legais específicos, devem atentar-se primeiramente a um, que é determinante: serem detentores da Declaração de Aptidão ao PRONAF⁶⁴ (DAP), classificada em “DAP Física”, para as unidades de produção familiares e “DAP Jurídica”, para organizações formais da Agricultura Familiar (BRASIL, 2003; BRASIL, 2009; AQUINO e SCHNEIDER, 2015).

⁶⁴ PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Foi instituído oficialmente pelo Decreto Presidencial nº 1.946, de 28 de junho de 1996, concebido com a finalidade de apoiar o desenvolvimento rural, por meio do fortalecimento da agricultura familiar como um segmento gerador de emprego e renda (AQUINO e SCHNEIDER, 2015, p. 53-57).

Caracterização socioeconômica das cooperativas agropecuárias da Agricultura Familiar do Alto Uruguai (RS) com atuação no mercado institucional

Com base nos dados da pesquisa, a região do Alto Uruguai (RS), apresenta 10 cooperativas singulares e mais uma cooperativa central do ramo agropecuário que atuam no mercado institucional de alimentos. No entanto, haja vista o grande número de cooperativas singulares associadas da cooperativa central, a fim impedir a sobreposição de dados, as informações contidas nas Tabelas e Figuras correspondem somente ao universo das cooperativas singulares.

Nesse sentido, a pesquisa constata que 30% das cooperativas singulares estudadas foram constituídas na década de 90 do século XX e 70%, a partir do ano 2000. Portanto, a maioria são cooperativas com menos de 20 anos de constituição, sendo que 50% delas foram constituídas para atender à nova dinâmica das compras públicas de alimentos, a partir do PAA e do PNAE.

As cooperativas singulares estudadas localizam-se em nove municípios⁶⁵ da região do Alto Uruguai (RS). O quadro social totaliza 4.694 associados, apresentando cooperativas com 22 até 2.650 sócios, geograficamente distribuídos na totalidade dos municípios que compõem a região do Alto Uruguai (RS) e, até mesmo, em outras regiões do Estado do RS.

O estudo verificou que as cooperativas atuam predominantemente nas cadeias produtivas da horticultura, bovinocultura de leite, grãos (feijão, trigo, milho e soja) e

⁶⁵ Erechim (duas cooperativas); Aratiba, Campinas do Sul, Erval Grande, Getúlio Vargas, Marcelino Ramos, Mariano Moro, São Valentim e Viadutos (uma cooperativa em cada município).

apicultura. Nesse contexto, estimulam a organização da produção de alimentos *in natura* e/ou agroindustrializados. Em relação aos tipos de produtos finais comercializados, as cooperativas comercializam hortifrutigranjeiros *in natura* (alface, cenoura, beterraba, repolho, tomate e frutas cítricas...) e alimentos processados (produtos lácteos, carnes e embutidos, mel, sucos, farinhas, panificados, massas, doce de frutas, vegetais minimamente processados e feijão).

No âmbito de mercado e comercialização, a pesquisa destaca que as cooperativas atuam em várias frentes: cadeias curtas, compreendendo mercados institucionais (10 cooperativas); varejo – pontos de vendas e feiras permanentes (6 cooperativas) e cadeias longas, principalmente na comercialização de grãos, leite fluido *in natura* e laranja, para grandes agroindústrias (7 cooperativas).

O estudo aponta que a produção de matéria-prima e/ou a produção alimentos *in natura* é realizada pelos agricultores associados das cooperativas. Em relação aos alimentos processados, a transformação ocorre em duas estratégias, onde na maioria dos casos, a matéria-prima é produzida e industrializada pelas próprias agroindústrias familiares dos agricultores associados às cooperativas, ocorrendo situações, nas quais o processamento da matéria-prima é realizado por terceiros. A terceirização é formalizada através de contrato de prestação de serviços entre cooperativas ou entre cooperativas e indústrias privadas, principalmente para a produção de leite em pó e farinha de trigo.

Mercados Institucionais acessados pelas cooperativas

O estudo identificou que as cooperativas comercializam alimentos produzidos por 704 agricultores familiares, o que representa 15% do total dos associados.

O PAA é acessado por 90% das cooperativas e as modalidades mais acessadas, conforme expõe a Tabela 1, são: Compra com Doação Simultânea (CDS) – 4 cooperativas – e Compra Institucional (CI) – 8 cooperativas. O PNAE, por sua vez, é acessado por todas as cooperativas. Nestes mercados, as cooperativas, de maneira individual e/ou por meio de estratégia de intercooperação, atuam em 27 (84%) dos 32 dos municípios da região de estudo.

Tabela 1 – Mercados institucionais acessados pelas cooperativas e estratégias de inserção

Mercados Institucionais	PAA	PAA - modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS)			PAA - modalidade Compra Institucional (CI)			P N A E		
	atua	atua	ind.*	redes	atua	ind.*	redes	atua	ind.*	redes
1	x				x		x	x	x	x
2	x				x		x	x		x
3	x				x		x	x	x	x
4	x				x	x	x	x	x	x
5	x	x	x		x		x	x	x	x
6	x	x		x	x		x	x	x	x
7	x				x		x	x	x	x
8	x	x	x					x	x	
9								x	x	
10	x	x		x	x		x	x		x
Totais	9	4	2	2	8	1	8	10	8	8
	90%	40%	20%	20%	80%	10%	80%	100%	80%	80%

ind.*: individual; redes: corresponde à estratégia de inserção em mercados através de cooperativa central.

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O estudo aponta que, na modalidade Compra com Doação Simultânea (CDS), as cooperativas singulares comercializam de

duas formas: diretamente (individual), via Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e indiretamente, quando a articulação é realizada por intermédio da Cooperativa Central de Comercialização da Agricultura Familiar de Economia Solidária (CECAFES), a qual elabora a proposta de participação e presta o serviço na logística de fornecimento. A referida modalidade é acessada por 40% das cooperativas singulares, sendo 20% na forma individual e 20% por meio de rede de cooperação, através da CECAFES.

Como pode ser visualizado na Tabela 1, a modalidade Compra Institucional é acessada por 80% das cooperativas, as quais comercializam por meio da cooperativa central (CECAFES) para órgãos públicos federais e municipais. Destas, apenas uma (coop. 4) também realiza a comercialização de maneira individual.

Conforme os resultados da pesquisa as principais instituições públicas para as quais foi efetivada a comercialização através do PAA modalidade Compra Institucional, foram: a Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim (FHSTE); o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFRS), Campus Sertão; a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); as Forças Armadas de Santa Maria e de Santo Ângelo/RS e a Universidade Federal do Paraná (UFPR).

O PNAE é acessado por 100% das cooperativas e a comercialização é operacionalizada através de redes de cooperação para 80% das cooperativas estudadas (Tabela1). A partir da análise dos dados verifica-se ainda que 20% das cooperativas (coop. 8 e coop. 9) atuam somente de forma individual; 60% atuam de maneira concomitante – individual e por meio da cooperativa central; e somente 20% das cooperativas (coop. 2 e coop. 10) operam a comercialização

unicamente em rede de cooperação, através da cooperativa central (Tabela 1).

A pesquisa demonstra que no PNAE as cooperativas estudadas atuam em 27 municípios da região do Alto Uruguai (RS) e em 15 municípios de outras regiões do Estado do RS (Passo Fundo, Marau, Vacaria, Ibirubá, Cruz Alta, dentre outros). Atuam ainda em alguns municípios da região Metropolitana de Porto Alegre/RS, além de municípios do Estado de Santa Catarina (Concórdia, Irani, Joinville e Lages). Nesse contexto, as cooperativas atuam predominantemente de forma intercooperativa, totalizando a inserção no mercado institucional (PAA e PNAE) em mais de 40 municípios da Região Sul do Brasil. No entanto, uma cooperativa (coop. 4) atua de forma individual na comercialização para outras regiões do país.

O estudo aponta que, entre o PAA e o PNAE, a maior inserção das cooperativas é no PNAE, representando 100% nesse segmento. A constatação pode ser referendada principalmente pelos seguintes condicionantes intrínsecos do PNAE: a) capilaridade da rede de ensino básico; b) garantia⁶⁶ de disponibilidade de recursos financeiros, pois se trata de repasses obrigatórios do governo federal; c) obrigatoriedade de aquisição de produtos da agricultura familiar de pelo menos 30% dos

⁶⁶ Os recursos financeiros consignados no orçamento da União para execução do PNAE serão repassados em parcelas aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em conformidade com o disposto no art. 208 da Constituição Federal e observadas as disposições desta Lei. A transferência dos recursos financeiros, objetivando a execução do PNAE, será efetivada automaticamente pelo FNDE, sem necessidade de convênio, ajuste, acordo ou contrato, mediante depósito em conta corrente específica (BRASIL, 2009, p.1).

recursos repassados pelo FNDE; e d) pela articulação local direta entre agricultores, cooperativas, prefeituras e escolas estaduais.

No âmbito do PAA o estudo sinaliza que a modalidade Compra Institucional apresenta maior inserção das cooperativas (80%) em relação a modalidade Compra com Doação Simultânea (40%). A maior inserção na modalidade Compra Institucional do PAA pode estar relacionada à obrigatoriedade de aquisição de alimentos da Agricultura Familiar em pelo menos 30% dos recursos próprios, por parte das instituições públicas federais, conforme estabelecido pelo Decreto nº 8.473, de 22 de junho de 2015 e pela articulação direta entre cooperativas e instituições públicas demandantes (BRASIL, 2015b). Enquanto para as demais modalidades do PAA a gestão é compartilhada entre Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) e Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), demandando o estabelecimento de parceria com a Conab e/ou outras instituições para execução (ARANHA, 2010). No entanto, esse processo incorre no excesso de burocracia, que aliado à diminuição dos recursos financeiros disponíveis, pode estar restringindo a operacionalização e o acesso por parte das cooperativas.

Identificou-se no estudo a participação do mercado institucional (PAA e PNAE) no faturamento total anual das cooperativas. No ano de 2016, para 30% das cooperativas o mercado institucional correspondeu ao faturamento total, enquanto para 70%, o mercado institucional representou pelo menos metade do faturamento, demonstrando a relevância do mercado institucional na composição do faturamento anual das cooperativas estudadas.

A pesquisa constata, ainda, uma significativa evolução no faturamento anual das cooperativas, considerando o mercado

institucional, evoluiu de R\$ 4 milhões no ano de 2014 para mais de R\$ 12 milhões no ano de 2016. Ao comparar a evolução do faturamento das cooperativas intercooperantes (8 cooperativas), e as que atuam de maneira individual (2 cooperativas), percebe-se que aquelas apresentaram crescimento expressivo (185%) na comercialização, já estas apresentaram faturamento com crescimento seis vezes menor no mesmo período.

Estratégias de intercooperação, ganhos e gargalos

A pesquisa indica com quais estratégias e organizações as cooperativas singulares estão estabelecendo relações interorganizacionais a fim de qualificar a inserção no mercado institucional (Tabela 2).

Tabela 2 Estratégias de cooperação interorganizacionais desenvolvidas pelas cooperativas estudadas

Cooperativas	Cecafes (cooperativa central)	Unicooper (cooperativa central)	Redecoop	Cooperativas singulares	Empresas privadas
1	x		x	x	x
2	x				x
3	x				
4	x	x	x	x	x
5	x				
6	x				
7	x				
8					
9					
10	x		x		
Total	8 (80%)	1 (10%)	3 (30%)	2 (20%)	3 (30%)

Fonte: Dados da pesquisa (2017).

Os resultados da pesquisa apontam que 80% das cooperativas singulares são intercooperantes e se articulam no arranjo intercooperativo de cooperativa central, através da

CECAFES e 20% (coop. 8 e coop. 9) não atuam por meio de processos intercooperativos (vide Tabela 2).

O estudo aponta que 10% das cooperativas singulares também se relacionam de modo intercooperativo com uma central de cooperativas de Santa Rosa (RS), a Cooperativa Central da Agricultura Familiar (Unicooper). Ainda na estratégia de redes 30% das cooperativas singulares buscam dinamizar sua articulação com o mercado institucional através da Redecoop⁶⁷ e 20% das cooperativas singulares se articulam de forma direta e recíproca com outras cooperativas singulares.

Conforme demonstra o resultado do estudo, apenas 20% das cooperativas singulares estabelecem relacionamentos cooperativos de forma direta e recíproca com outras cooperativas singulares do mesmo ramo. O estudo ainda aponta que 30% das cooperativas estabelecem parceria com empresas privadas para industrialização (Tabela 2).

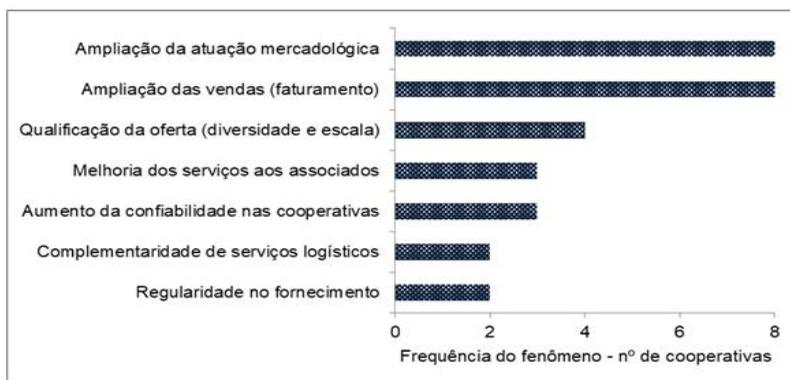
Entretanto, uma cooperativa (coop. 4) destaca-se em relação às demais, pois estabelece relacionamentos cooperativos com duas cooperativas centrais, com cooperativas singulares e com a Redecoop. Ampliando assim a capacidade de articulação e inserção mercadológica. Constituindo ainda parcerias com organizações cooperativas e/ou empresas privadas para transformação da matéria-prima em produtos finais, posteriormente destinados ao mercado institucional. Justificando, de certa forma, o alto faturamento - cinco vezes

⁶⁷ Redecoop - Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária do Rio Grande do Sul. Foi constituída em julho de 2017 pela associação de 21 cooperativas singulares e duas cooperativas centrais. Atua na articulação das cooperativas para inserção no mercado institucional de alimentos (SUL21, 2017).

maior no ano de 2016 - em relação ao total das demais cooperativas singulares estudadas.

O estudo indica que a intercooperação ocorre com maior intensidade na área de comercialização e mercado, para 100% das cooperativas intercooperantes, e na área de logística de armazenagem e de distribuição, para 50% das cooperativas intercooperantes, proporcionando benefícios comuns. Nesse sentido, a Figura 1 expõe os maiores ganhos (resultados e impactos positivos) obtidos pelas 8 (oito) cooperativas que se articulam em rede de cooperação, sendo que os três com maior ocorrência são: a) ampliação da atuação mercadológica; b) ampliação do volume de vendas/faturamento; e c) qualificação da oferta, através da ampliação da diversidade e da escala.

Figura 1 – Ganhos proporcionados pela intercooperação (resultados e impactos positivos)



Fonte: Dados da pesquisa (2017)

Outros ganhos apontados pelas cooperativas estudadas, proporcionados pela intercooperação, foram: melhoria nos serviços logísticos relacionados à regularidade e à constância no fornecimento, o que impacta no aumento da confiabilidade nas

cooperativas por parte dos órgãos compradores e dos próprios associados, possibilitando melhorias nos serviços prestados aos associados das cooperativas singulares.

Os ganhos proporcionados pela intercooperação podem ser correlacionados com o exposto por Lago (2009, p. 93), onde a partir do apanhado de vários autores, descreve que “os ganhos podem ser resumidos em: maior escala e poder de mercado; geração de soluções coletivas; redução de custos e riscos; acúmulo de capital social; conhecimento, aprendizagem e inovação”.

A ampliação do volume de vendas pode ser correlacionada à evolução das aquisições de alimentos da Agricultura Familiar pelas instituições e entidades executoras das compras públicas. Nesse sentido, no âmbito do PNAE, toma-se como exemplo a prefeitura de Erechim (RS), que avançou de 71%, em 2013, para 100%, em 2015, e a prefeitura de Passo Fundo (RS), que avançou de 25%, em 2013, para 54%, em 2015 do total de recursos repassados pelo FNDE destinados à aquisição de alimentos para a rede escolar, superando o percentual mínimo obrigatório de 30% estabelecido por lei (BRASIL, 2017b).

Considerando os achados sobre as configurações intercooperativas e os ganhos proporcionados, é importante destacar que a CECAFES, no âmbito do mercado institucional, é a principal estratégia de intercooperação da região do Alto Uruguai (RS), apresentada por 80% das cooperativas singulares pesquisadas. Conforme dados da pesquisa, a CECAFES também se apresenta como estratégia para inserção em mercados privados/convencionais. Nesse sentido, recentemente, estabeleceu importante parceria de cooperação interorganizacional para revitalização e fortalecimento da cadeia produtiva da citricultura na região do Alto Uruguai (RS), envolvendo uma indústria de sucos (BioCitros de

Montenegro/RS) e uma empresa transnacional do setor de óleos essenciais (Firmenich).

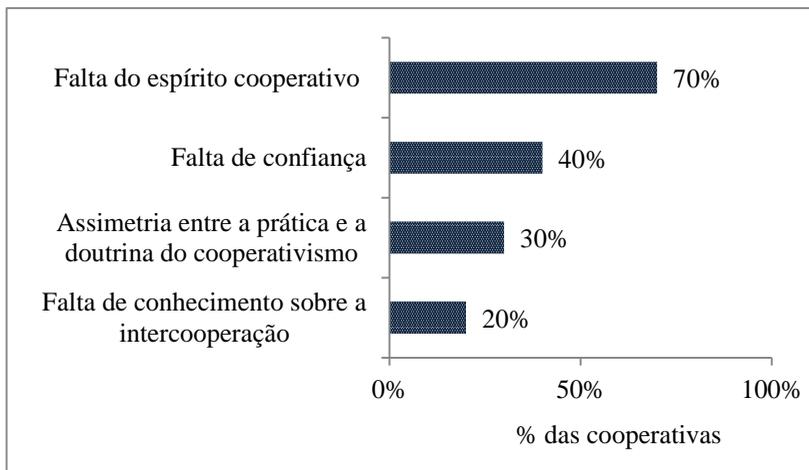
Nesse sentido, o estudo ressalta que a CECAFES foi concebida como uma estratégia de intercooperação para o desenvolvimento sustentável da Agricultura Familiar. O seu objetivo principal é atuar na articulação e na viabilização da comercialização dos alimentos das cooperativas singulares associadas para os mais diversos mercados. Atualmente é composta pela associação de 19 cooperativas singulares do ramo agropecuário da Agricultura Familiar de várias regiões do Estado do Rio Grande do Sul.

Contudo, observa-se que a estratégia de intercooperação através da cooperativa central CECAFES não ocorre de forma plena, principalmente na inserção no mercado local e regional, apresentando maior efetividade na inserção em mercados institucionais de outras regiões do Estado e/ou de outros Estados. Nesse sentido, é pertinente destacar que as cooperativas apresentam limitações para efetivarem relacionamentos intercooperativos (SILVA *et al.*, 2004). Entretanto, Lago (2009) observa que o estabelecimento de relações intercooperativas depende da conjunção das razões (motivações/antecedentes) com os condicionantes (elementos facilitadores do processo).

É notório, portanto, que apesar dos avanços constatados, vários gargalos implicam no arrefecimento dos processos de intercooperação. Nesse sentido a pesquisa aponta que a falta de espírito cooperativo e de confiança são os dois principais fatores que dificultam o estabelecimento e/ou a sustentação dos processos de intercooperação (Figura 2). Em relação à presença ou a falta de espírito cooperativo nas próprias cooperativas, Leite (1982, p.132) discorre que “o espírito cooperativo é tanto maior quanto maior é a luta para a sobrevivência, quanto maiores são os problemas ou os ataques que a cooperativa

enfrenta”. Todavia, são muitos os gargalos apresentados pelas cooperativas estudadas e, no entanto, a falta de espírito cooperativo é um elemento que ainda está muito presente.

Figura 2 – Fatores que dificultam o estabelecimento e a sustentabilidade de relacionamentos intercooperativos



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

No aspecto confiabilidade, os resultados da pesquisa corroboram com os pressupostos de Silva *et al.*, (2004), afirmando que a desconfiança é um dos fatores que dificultam a maior efetividade nos processos de intercooperação, além “do oportunismo, da luta pelo poder, da falta de legitimidade de liderança e dos problemas financeiros enfrentados por algumas cooperativas”. Para Silva *et al.*, (2004) a minimização dos problemas decorrentes “da falta de confiança (oportunismo) passa pelo estabelecimento de mecanismos de controle e por ações de monitoramento das parcerias”.

As diferenças entre a prática e a doutrina cooperativista e a carência de conhecimento acerca da prática e dos benefícios da intercooperação também se apresentam como elementos restritivos ao estabelecimento de processos intercooperativos (Figura 2). Nesse viés, os achados podem ser correlacionados com os estudos de Mendina (2015, p. 202) que apresenta como fatores restritivos à intercooperação: “(1) as culturas organizacionais diferentes; (2) jogos de poder; e (3) a resistência à mudanças”.

Para superação dos gargalos, Lago e Silva (2012) apontam que o entendimento claro da doutrina cooperativista e a aplicação de seus preceitos e princípios, contribuem positivamente para os processos de intercooperação.

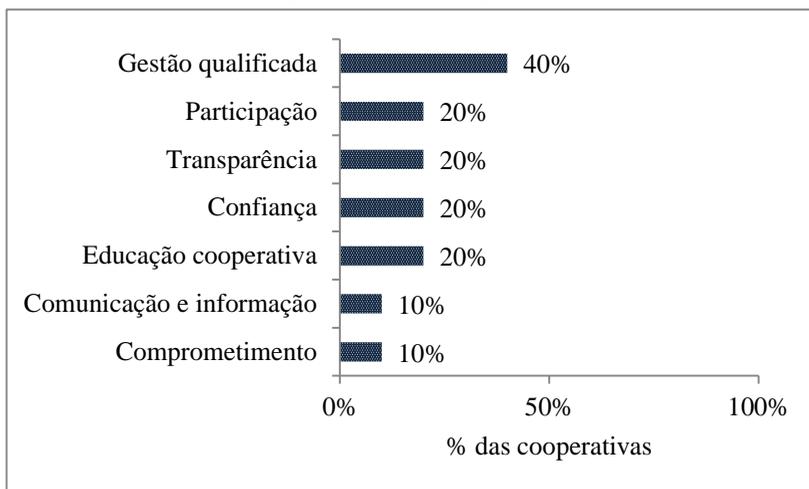
Intercooperação: condicionantes para estabelecimento e aprimoramento do processo

De acordo com os pressupostos de Lago e Silva (2012), os relacionamentos intercooperativos apresentam razões (antecedentes)⁶⁸ para serem concebidos e condicionantes (elementos facilitadores) para o seu desenvolvimento (processo). Nesse sentido, o estudo identifica alguns condicionantes para o desenvolvimento de relações de cooperação entre as cooperativas.

Conforme pode ser observado na Figura 3, o principal condicionante, apresentado por 40% das cooperativas, é a gestão qualificada e profissional das organizações.

⁶⁸ As razões (antecedentes) para o estabelecimento de relacionamentos interorganizacionais são: “necessidade, assimetria, reciprocidade, eficiência, estabilidade e legitimação” (LAGO e SILVA, 2012, p. 222). Para Mendina (2015, p. 153) “a intercooperação ocorre por três distintas razões: doutrinária, de afinidade e política”.

Figura 3 – Fatores condicionantes para o estabelecimento e aprimoramento do processo intercooperativo



Fonte: Dados da pesquisa (2017).

O estudo ainda aponta que a educação cooperativa e a participação democrática nos processos de gestão com a aproximação entre cooperativas para o compartilhamento de *expertise*, produtos, serviços e objetivos, bem como a transparência nos processos, são condicionantes propostos por 20% das cooperativas; o comprometimento das partes envolvidas, o aprimoramento da comunicação e o acesso à informação, no entendimento de 10% das cooperativas, também são elementos condicionantes para efetivar e dinamizar as experiências de intercooperação (Figura 3).

Indo ao encontro dos resultados da presente pesquisa, Lago e Silva (2012, p. 224) elencam os fatores “confiança, projeto, liderança, controle, compensação, comunicação, comprometimento, interdependência, transparência, gestão

profissional, eliminação de vaidades e clareza da doutrina”, como condicionantes para o desenvolvimento de relações intercooperativas. Entre os autores que destacam o fator confiança como um condicionante primordial para o estabelecimento de processos de intercooperação, Bachmann (2001 apud LAGO, 2009, p. 43) afirma que “em um nível básico, a confiança funciona como um pré-requisito para a cooperação interorganizacional porque ela ajuda a gerar e manter a interação e a ordem social”.

O estudo aponta ainda que agentes institucionais, tais como: Universidades, EMATER/RS-Ascar, Núcleo de Cooperativismo, Movimentos Sociais do Alto Uruguai (RS) e a União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) possuem capacidade de aglutinação e podem contribuir no estímulo à intercooperação e na qualificação das organizações cooperativas e/ou intercooperativas da região do Alto Uruguai (RS).

Considerações finais

O presente estudo permite a caracterização socioeconômica das cooperativas e a descrição dos mercados institucionais por elas acessados. A partir da análise dos dados, identifica-se a ocorrência e desenvolvimento de formas intercooperativas, seus gargalos, ganhos proporcionados e os condicionantes para o estabelecimento e dinamização dos processos intercooperativos.

Ao analisar os resultados, constata-se que a maioria das cooperativas (80%) estabelecem relacionamentos intercooperativos para inserção no mercado institucional, principalmente quando se trata da comercialização para outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul e/ou para outros

Estados do país. Por esse viés, pode-se inferir que o estabelecimento de relações intercooperativas, na região estudada, é estimulado pela forte presença da Agricultura Familiar e de suas representações (sindicatos, movimentos sociais), pela ocorrência do cooperativismo de vários ramos se pela necessidade de organização para inserção no mercado alternativo, oportunizado pelo PAA e pelo PNAE. Também é possível relacionar o nível de intercooperação estabelecido com a infraestrutura de logística disponibilizada pela cooperativa central, que permite receber, armazenar e distribuir alimentos nos mercados institucionais locais e de outras regiões.

Contudo, apesar dos ganhos de mercado proporcionados pela intercooperação, verifica-se que, 75% das cooperativas singulares estudadas, associadas da CECAFES, em nível local e regional, atuam de maneira individual e até de modo concorrente em situações oportunas, expondo os gargalos e as fragilidades no processo de intercooperação.

A constatação que a maioria das cooperativas atua individualmente em nível local, mesmo que formalmente integrantes da cooperativa central (CECAFES), pode estar relacionada aos seguintes fatores: disponibilidade de capacidade própria de operacionalização da comercialização local e a preservação da identidade e do vínculo direto com o consumidor final. Cabe destacar que 20% das cooperativas não estabelecem nenhum tipo de relacionamento intercooperativo, sendo que nestas, a atuação individualista e a limitação da atuação mercadológica podem estar vinculadas às diretrizes estatutárias ou ainda à capacidade limitada da oferta para atender mercados institucionais em outras regiões.

Contudo, de acordo com os argumentos de Konzen e Oliveira (2015), o aprimoramento desse contexto desafiador requer mudança na cultura organizacional das cooperativas para

que percebam que são cooperativas e que não tem sentido atuar em individualmente. Nessa perspectiva, este estudo corrobora com o entendimento dos autores e aponta que um fator condicionante para o estabelecimento e a sustentação dos processos intercooperativos é a educação cooperativa.

Outro elemento pertinente a ser considerado é a constatação que 70% das cooperativas têm pelo menos 50% do faturamento vinculado aos mercados institucionais. Verifica-se, portanto, a existência de um gargalo muito importante, a dependência da maioria das cooperativas em relação aos programas PAA e PNAE. Nesse sentido, o fortalecimento e/ou o arrefecimento dos referidos programas governamentais, embora amparados pela legislação específica, dependem de vontade política, colocando em risco a sobrevivência das cooperativas que atuam nesse mercado caso ocorra a descontinuidade da referida política pública. Portanto, os agentes dos processos intercooperativos, devem estar atentos a fim de criar estratégias de enfrentamentos para superação das possíveis ameaças geopolíticas. Para isso, torna-se necessário ampliar a articulação interorganizacional com sindicatos e movimentos sociais representativos para que sejam mantidas e fortalecidas essas políticas públicas, independente da mudança de governos. Para isso, formação e mobilização política são fundamentais. Outra estratégia de enfrentamento dos desafios mercadológicos pode ser a inserção no mercado privado, através da busca/construção de canais alternativos de comercialização na lógica de cadeias curtas.

Depois de explanadas as ponderações acerca do objeto de estudo da presente pesquisa, infere-se que este trabalho pode possibilitar outras formas de reflexão. Salienta-se que esta pesquisa pode impulsionar a construção de novos estudos no que concerne ao cooperativismo, à intercooperação, ao mercado

institucional de alimentos e à Agricultura Familiar. Nesse sentido, um próximo estudo pode analisar os motivos pelos quais os condicionantes espírito cooperativo e confiança não se encontram muito presentes nas próprias cooperativas, uma vez que nas cooperativas estudadas, a falta desses condicionantes, são apontados como sendo os principais fatores que dificultam o estabelecimento e a sustentabilidade de processos intercooperativos.

Referências

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs). *Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

ARANHA, A. V. Fome zero: um projeto transformado em estratégia de governo. In: SILVA, J. G. da; GROSSI, M. E. D.; FRANÇA, C. G. de (Orgs.). *Fome zero: a experiência brasileira*. Brasília: MDA, 2010.

BRAGA, M. J. Redes, alianças estratégias e intercooperação: o caso da cadeia produtiva de carne bovina. *Revista Brasileira de Zootecnia*, Viçosa, v. 39, p. 11-16, jul., 2010.

BRASIL. *Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003*. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm>. Acesso em: 31 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Cooperativismo*. Brasília, DF: MAPA/SDC/DENACOOOP, 2008.

BRASIL. *Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009*. Dispõe sobre o atendimento escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica [...]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm>. Acesso em: 31 mai. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *PAA: 10 anos de aquisição de alimentos*. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. *Intercooperação: conceitos e definições*. Brasília, DF: MDIC, 2015a. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sistemas_web/aprendex/cooperativismo/index/conteúdo/id/317>. Acesso em: 15 jun. 2016.

BRASIL. *Decreto nº 8.473 de 22 de junho de 2015b*. Estabelece, no âmbito da administração pública federal, o percentual mínimo destinado à aquisição de gêneros alimentícios de agricultores familiares e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8473.htm>. Acesso em: 30 set. 2017.

BRASIL. *Decreto nº 9.214 de 29 de novembro de 2017a*. Altera o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamenta o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei nº

12.512, de 14 de outubro de 2011. Brasília: [s.n.], 2017a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9214.htm>. Acesso em: 30 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *PNAE dados da agricultura familiar*. Brasília, DF: FNDE, 2017b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>>. Acesso em: 30 set. 2017.

DIEHL, A. A.; TATIM, D. C. *Pesquisa em ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

ETGETO, A. A. *et al.* Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil. *Ciências Empresariais*, [S.I.], v. 2, n.1, p. 7-19, jan./jun., 2005.

FBB; UNICAFES. *Estratégias de acesso a mercados para a agricultura familiar*. Brasília: Arte em Movimento, 2013.

FEE. *Corede Norte*. Fundação de Economia e Estatística: Porto Alegre, 2017. Disponível em: <<https://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/coredes/detalhe/?corede=Norte>>. Acesso em: 17 nov. 2017.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/abdulcassimoarune/antonio-carlos-gil-2002>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

GRISA, C.; PORTO, S.I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

JERÔNIMO, F. B. et al. *Redes de cooperação e mecanismos de coordenação: a experiência da rede formada por sociedades cooperativas no Rio Grande do Sul*. Teoria e Evidência Econômica, Passo Fundo, v. 13, n. 25, p. 83-109, 2005.

KONZEN, R. R. P.; OLIVEIRA, C. A. Intercooperação entre cooperativas: barreiras e desafios a serem superados. *Gestão e Organização Cooperativa*, Santa Maria, v. 2, n. 4, jul./dez., 2015.

LAGO, A; SILVA, T. N. da. Condicionantes do Desenvolvimento de Relacionamentos Intercooperativos no Cooperativismo Agropecuário. *Organizações Rurais & Agroindustriais*, Lavras, v. 14, n. 2, p. 212-226, 2012.

LAGO, A. *Fatores condicionantes do desenvolvimento de relacionamentos intercooperativos no cooperativismo agropecuário*. 2009. 179 f. Tese (Programa de Pós-graduação em Agronegócios) – Centro de Estudos e Pesquisas em Agronegócios, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

LEITE, J. S. *Cooperação e intercooperação*. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

MENDINA, H. J. C. *Proposta de framework para intercooperação entre cooperativas agroalimentares atuando em rede horizontal*. Tese (Doutorado)—Universidade do Vale

do Rio dos Sinos – Unisinos. Programa de Pós-Graduação em Administração, São Leopoldo, RS, 2015.

NIEDERLE, P. A.; SCHUBERT, M. N.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e um modelo de mercados múltiplos. In: DOULA, S.; FIÚZA, A. L.; TEIXEIRA, E. C.; REIS, J. dos; LIMA, A. L. (Orgs). *A agricultura familiar em face das transformações na dinâmica recente dos mercados*. 1. ed. Viçosa: Suprema, 2014.

OLIVEIRA, L. M.; PALMA, L. C. Os desafios da intercooperação: o caso da Central de Cooperativas CCN. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47, 2009, Porto Alegre. *Anais...* Porto Alegre: SOBER, 2009.

OLIVEIRA, M. M. de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis: Vozes, 2007.

REISDORFER, V. C. *Introdução ao cooperativismo*. Santa Maria: UFSM, 2014. 106 p.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. In: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (Orgs). *Construção de mercados e agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

SILVA, T. N. da; *et al.* Relações de cooperação e confiança entre organizações cooperativas promovendo capital social. *Administração em Diálogo*, São Paulo, v. 6, n.6, p. 37-45, 2004.

SPONCHIADO, P. J. *Plano estratégico de desenvolvimento regional do Corede Norte*. Porto Alegre: EdiFAPES, 2017.

SUL21. *Cooperativas criam rede para fortalecer agricultura familiar no RS*. Porto Alegre, 22 jul. 2017. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/cooperativas-criam-rede-para-fortalecer-agricultura-familiar-no-rs/>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

ZANELLA, A. *A trajetória do sindicalismo no Alto Uruguai gaúcho (1937 – 2003)* – Passo Fundo: UPF, 2004.

DINÂMICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL NOS ESTADOS DO RIO GRANDE DO SUL, MATO GROSSO E MATO GROSSO DO SUL: UM ESTUDO COMPARATIVO.

*Ana Luisa A. de Oliveira
Adriana R. Sangalli
Amanda Guareschi*

Introdução

O século XXI iniciou com uma dualidade no desenvolvimento rural. Se por um lado, os avanços do setor agropecuário são visíveis e incentivados pelo Estado brasileiro⁶⁹, por outro lado ainda há uma parcela da população vivendo no espaço rural a margem dos processos de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, tornam-se evidentes as marcas dos efeitos sociais e ambientais do modelo predominante.

Em virtude da elevada produção em diversas culturas agrícolas, principalmente de soja e milho, as regiões Sul e Centro-Oeste têm ocupado posição de destaque no cenário nacional e contribuem para que o Brasil seja conhecido internacionalmente como o “celeiro do mundo”. No entanto,

-
1. Situação evidenciada na matéria “Ano excepcional na produção da agricultura brasileira”, publicada em 29 de dezembro de 2017 no site no Ministério da Agricultura (MAPA) - <http://www.agricultura.gov.br/noticias/ano-excepcional-na-producao-agricola-brasileira>.

apesar de semelhanças nas dinâmicas do desenvolvimento rural, ao longo dos anos diferenças significativas têm sido observadas entre essas duas regiões, por exemplo, no Centro-Oeste há a predominância de grandes propriedades rurais especializadas em uma ou duas culturas agrícola, já na região Sul, se observa propriedades menores e, apesar da presença das *commodities*, mantém outras atividades produtivas, caracterizando maior diversificação da produção.

Nesse sentido, partindo do questionamento de quais semelhanças e diferenças são observadas historicamente no desenvolvimento rural dessas regiões, este texto tem o objetivo de realizar uma análise das dinâmicas do desenvolvimento rural, contemplando os aspectos demográfico se agropecuários dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 1960 e 2018.

Para tanto, foi realizada uma revisão da literatura e a coleta de dados primários, a partir de séries históricas dos Censos Demográficos e dos Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

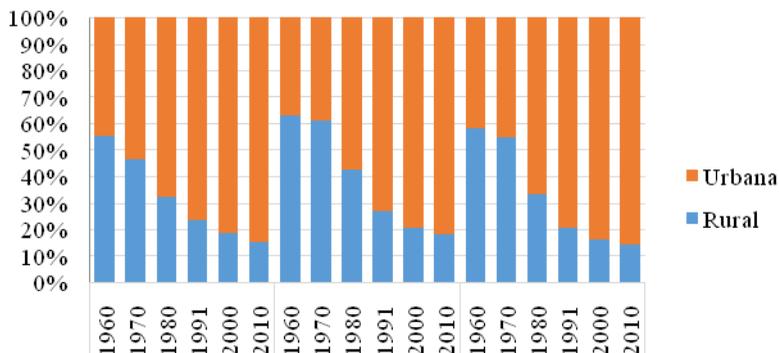
Na expectativa de atender ao objetivo, além dessa introdução, o texto está dividido em quatro sessões: na primeira são discutidas questões referente a demografia rural e urbana; a segunda traz uma caracterização dos estabelecimentos no que se refere ao tamanho de área, condição dos produtores em relação a terra e o uso de mão de obra em detrimento do uso de tratores; na terceira sessão é feito uma análise do uso e ocupação do solo seja com cultivos naturais, temporários ou permanentes e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

Demografia rural e urbana

Como mencionado na introdução, um dos aspectos marcantes entre as duas regiões analisadas (Sul e Centro-Oeste) é a demografia. Apesar das diferenças na formação do espaço rural dos estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, o movimento migratório de pessoas da região Sul do Brasil contribuiu para o que se observa hoje em relação ao desenvolvimento rural no Centro Oeste.

Na Figura 01 são apresentados os dados de população rural e urbana dos três estados analisados, evidenciando que, nas décadas de 1960 e 1970, enquanto o Rio Grande do Sul tinha redução da população rural para menos da metade da população total, os estados do Centro Oeste se mantiveram com elevada população rural e só tiveram redução 20 anos mais tarde, na década de 1980. Por que isso ocorreu?

Figura 01. População rural e urbana no Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul no período de 1960 a 2010. Fonte: IBGE, Censos Demográficos.



No Rio Grande do Sul, até o final do século XIX, a baixa densidade demográfica preocupava as autoridades administrativas. O aproveitamento das terras, principalmente as localizadas nas regiões norte e noroeste do estado (regiões de matas) não tinha expressão econômica, uma vez que eram ocupadas e exploradas por um número considerável de camponeses, visando garantir sua subsistência. A renda destes camponeses era complementada com trabalhos esporádicos em fazendas da região, com a coleta de erva-mate e extração de madeira, bem como, com serviços em pequenos centros urbanos, como na cidade de Cruz Alta (SILVA, 2011).

Conforme Mertz (2004), historicamente a implantação das colônias para ocupação do solo no Rio Grande do Sul ocorreu inicialmente pelos latifundiários pecuaristas, em seguida, pelos agricultores açorianos. Com a colonização dos imigrantes dedicados exclusivamente à agricultura, a partir de 1824 se origina um novo sistema agrário, cuja principal característica é a pequena propriedade, onde o agricultor cultiva vários produtos e destina os excedentes ao mercado.

Por meio do projeto de colonização da época tinha-se o objetivo de introduzir em pequenas propriedades de terra no Brasil, trabalhadores livres e brancos. Naquela época tratava-se de um projeto revolucionário, visto que era uma alternativa à grande propriedade, a fim de liberar a Coroa da dependência dos latifundiários escravagistas brasileiros (MERTZ, 2004), que contribuiu para fixar pessoas no campo.

Porém, mais de um século depois, Miguel (2013) destaca as décadas de 1970 a 2000 como um período marcado pelo êxodo rural e o desaparecimento de um grande número de unidades familiares de produção, juntamente com o processo de expansão das áreas de lavouras de grãos e intensificação dos

processos produtivos de um pequeno número de unidades de produção agrícola.

Já os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, diferente do Rio Grande do Sul, tiveram pouca influência direta da imigração europeia para o Brasil, mas foi fortemente influenciado de forma indireta, por meio de movimentos migratórios de pessoas que se deslocaram em anos anteriores para as regiões Sul e Sudeste, e posteriormente (após a década de 1960) para o Centro Oeste.

Historicamente, até a segunda metade do século XVIII o território mato-grossense⁷⁰ foi ocupado basicamente pelos povos da floresta (principalmente os índios), porém a descoberta de ouro ocorrida na região de Cuiabá, por Paschoal Moreira Cabral e seus homens, desencadeou intenso movimento migratório para a região em busca do metal precioso, dando início a formação econômica do Centro-Oeste.

Naquela época a dificuldade do acesso terrestre fez com que a navegação pelo rio Paraguai contribuísse para o desenvolvimento do território. Porém, com a decadência da mineração, no final do século XVIII, a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência tornaram-se as principais atividades econômicas (GUIMARÃES; LEME, 1997).

Em 1937, o governo Getúlio Vargas, visando a ocupação e colonização dos “espaços vazios” do interior do Brasil deu início a um projeto que ficou conhecido como a “Marcha para Oeste” (LAMERA e FIGUEIREDO, 2008). No período

-
2. Importante lembrar que, até 1977 os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul compunham o mesmo território. Portanto, nessa sessão histórica quando se falar em território mato-grossense, antes do desmembramento, está se referindo aos dois estados.

subsequente (1940 a 1950), Brand *et. al.* (2008) apontam para a implantação de fazendas agropecuárias com os migrantes vindos da região Sul do Brasil. Porém, a ocupação efetiva e duradoura só viria a acontecer a partir de 1970 quando se acentuaram os movimentos migratórios.

Durante o Regime Militar (1964-1985), a colonização da região Centro Oeste foi fortemente favorecida com a formação de um sistema de colonização, ocorrido pela ação conjunta entre órgãos públicos e empresas privadas. Naquele contexto, sob a modalidade de projetos de colonização foram criados os primeiros assentamentos no território mato-grossense formulados em função das políticas de integração nacional, as quais objetivavam incorporar os grandes “vazios demográficos” ao processo produtivo brasileiro expandindo a fronteira agrícola nacional.

Além disso, parte significativa das pessoas que se deslocaram para o Centro-Oeste passaram a compor o espaço rural, o que explica o fato dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, terem sua população rural elevada até a década de 1980.

Caracterização dos estabelecimentos

Um segundo aspecto que contribui para comparar os espaços rurais é a caracterização dos estabelecimentos agropecuários. Além dos fluxos migratórios para a região Centro-Oeste, um outro fator que colaborou para a redução da população rural na região Sul do Brasil foi a modernização dos processos produtivos agropecuários a partir da década de 1960.

Importante destacar que, as duas sessões seguintes do texto foram escritas baseadas em dados dos Censos Agropecuários que, representam importante fonte de dados para

analisar a distribuição da posse da terra no país, no entanto há considerações a serem feitas quando o objetivo é comparar séries temporais. De acordo com Brasil (2009), mudanças no período de coletas ocorridas entre o ano de 1985, 1995/96 e, posteriormente, em 2006 geram problemas ao comparar os dados. Até 1985, e no censo de 2006, o período de referência foi o ano civil (01/01 a 31/12), enquanto o censo de 1995/96 possui o ano agrícola como referência (01/08/95 a 31/07/96).

De acordo com Hoffmann (2007) citado por Hoffmann e Ney (2010), estas considerações, na comparação dos dados de distribuição da posse da terra, entre os censos agropecuários devem ser feitas porque são mais fáceis identificar a existência de estabelecimentos agrícolas precários e temporários no país no período que vai do plantio à colheita da safra. Além disso, há a possibilidade de encontrar maior número de produtores na condição de parceiros e arrendatários, pois estes, após o fim da safra, devolvem a terra ao seu dono e deixam o estabelecimento.

Feitas essas ressalvas, a Tabela 01 evidência que, desde a década de 1970 observa-se uma redução crescente no número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, principalmente no Rio Grande do Sul. Por outro lado, houve um aumento significativo em relação ao número de tratores nos três estados: no Rio Grande do Sul saltou de 39.923 em 1970 para 163.406 em 2006, em Mato Grosso de 4.386 para 42.330 e no Mato Grosso do Sul para 37.900 tratores no mesmo período.

Tabela 01: Número de pessoas ocupadas e número de tratores em estabelecimentos agropecuários - série histórica (1970/2006).

UF	Variáveis	Ano				
		1970	1980	1985	1995	2006
RS	Pessoas	1446813	1747230	1747932	1377022	1231825
	Tratores	39923	120070	138540	150074	163406
MS	Pessoas	...*	230983	253993	202709	211193
	Tratores	...*	23162	31076	36387	37900
MT	Pessoas	373039	318570	359221	326767	358336
	Tratores	4386	11156	19534	32752	42330

* Esses dados estão contabilizados como sendo do estado de Mato Grosso, tendo em vista que os dois estados ainda não haviam sido desmembrados.

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

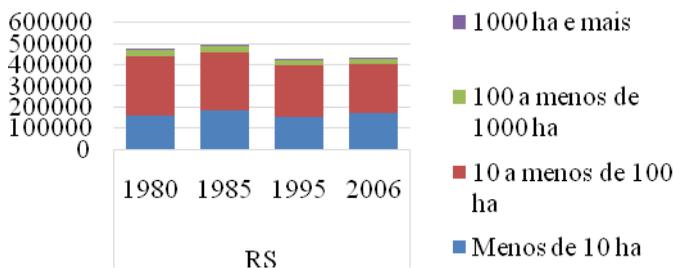
De acordo com Miguel (2013), no Rio Grande do Sul, os diferentes processos de ocupação e colonização marcaram vigorosamente o espaço agrário, considerado por muitos, como um estado com as menores desigualdades na sua estrutura fundiária, além de ser marcado pela dicotomia onde, um lado possui a agricultura familiar numerosa, apresentando por grande parte, um intenso dinamismo produtivo, econômico e inserido no mercado agrícola regional e nacional. Já no outro lado, apresenta uma agricultura patronal empresarial modernizada e como ditizada, fortemente inserida no mercado agrícola nacional e internacional.

Além disso, Mertz (2004) destaca que, apesar do processo de modernização da agricultura na região norte do Rio Grande do Sul, grande parte das pequenas propriedades familiares encontraram maiores dificuldades para esta adaptação, em virtude dos altos níveis de pobreza rural.

Outro aspecto interessante dos estabelecimentos agropecuários, comprovando o que Miguel (2013) destacou em

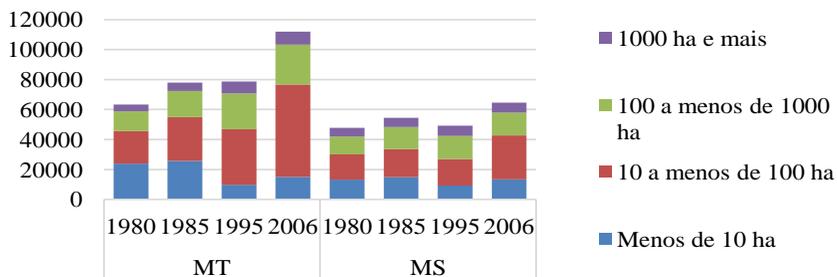
relação a menor desigualdade na estrutura fundiária, é que nos últimos 30 anos observa-se no Rio Grande do Sul pequena redução do número de estabelecimentos com área acima de 10 hectares, principalmente entre 10 e 100 hectares (Figura 02), dado que difere do comportamento nos estados do Centro-Oeste. Naquela região, no mesmo período, observa-se redução das propriedades com menos de 10 hectares e considerável aumento nas grandes propriedades rurais, principalmente no Estado de Mato Grosso (Figura 03).

Figura 02. Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total no Rio Grande do Sul. Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.



Importante destacar que, quanto ao tamanho das propriedades, no Rio Grande do Sul, Mertz (2004) observa que os primeiros agricultores, instalados nas colônias de São Leopoldo, Torres e São João das Missões, receberam a doação de propriedades, em média, de 74 hectares. A partir de 1850, com a Lei de Terras, as propriedades só poderiam ser adquiridas mediante a compra pelos agricultores. Em meados do século XIX o “lote colonial” passou a medir 25 hectares. Atualmente, o maior módulo fiscal do Rio Grande do Sul é de 40 hectares.

Figura 03. Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total nos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.



Já nos estados do Centro Oeste, o módulo fiscal pode chegar a 100 hectares em municípios do norte de Mato Grosso. De acordo com a legislação agrária brasileira (Lei nº 8.629/1993), nessa região propriedades com até 400 hectares ainda é considerada pequena. A falta de atualização da legislação agrária, assim como o fato desses estados possuírem como principal fonte de economia a agricultura e pecuária praticadas em grandes extensões de terra, contribuem para nos últimos anos estar havendo um processo de concentração das terras e a redução do número de pequenas propriedades (minifúndios, no caso desses estados).

Após o desmembramento da área (1977), Mato Grosso do Sul passou a ter como principais fontes de sua economia a agricultura e a pecuária, destacando no planalto da bacia do Paraná, com solos florestais e terra roxa, que devido sua proximidade com o Sudeste e a maior eficiência dos meios de transporte, possuem vantagens para inserção do mercado nacional e internacional. Porém, a maior produção agropecuária

concentra-se na região de Dourados, com a agricultura baseada em *commodities* agrícolas (culturas de soja, milho, cana-de-açúcar, principalmente). Nos campos limpos (Bioma Cerrado) pratica-se a pecuária de corte, com numeroso rebanho bovino e suíno. No Pantanal, na região oeste, concentram-se as melhores pastagens (MS, 2018).

Por sua vez, o estado de Mato Grosso também possui sua economia fortemente assentada na agricultura e pecuária praticada em grandes extensões de terra, sendo conhecido como o “celeiro do país”. É líder na produção de soja e algodão no Brasil, e possui significativo rebanho bovino no sistema de pecuária extensiva.

Além dessas mudanças na dinâmica do desenvolvimento rural nos três estados analisados, também é importante verificar como evoluiu a condição dos produtores em relação a terra. Conforme pode ser visto na Figura 04, no Rio Grande do Sul a maior variação ocorre em relação aos atores sociais arrendatários, parceiros e ocupantes que reduziram ao longo dos anos, porém não há uma variação em relação ao número de proprietários rurais, o que sinaliza os resultados do êxodo rural e dos processos migratórios, principalmente entre os atores sociais que não eram detentores da propriedade.

Figura 04. Número de estabelecimentos por condição dos produtores no Rio Grande do Sul. Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.

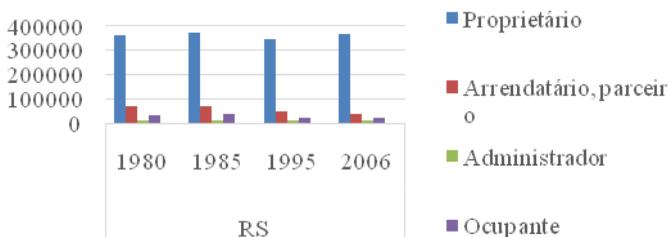
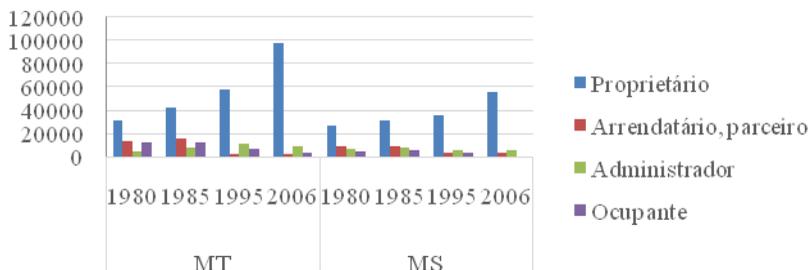
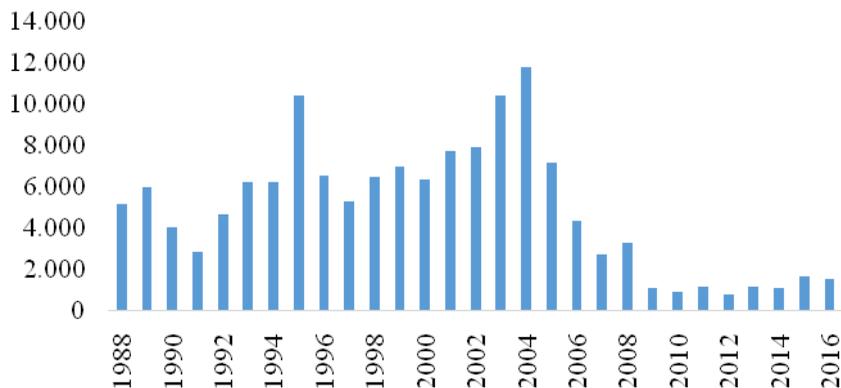


Figura 05. Número de estabelecimentos por condição dos produtores nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.



Por outro lado, nos estados do Centro Oeste há elevado aumento do número de proprietários (Figura 05), principalmente em Mato Grosso, onde aumentou mais de 3 vezes (de 31.467 em 1980 para 97.719 em 2006). Esse fenômeno, aliado ao aumento da área dos estabelecimentos rurais, pode ser explicado pela abertura de novas áreas com conversão da floresta nativa para cultivos agropecuários, que aumentou consideravelmente desde a década de 1980 até 2004, conforme mostra a Figura 06.

Figura 06. Taxa anual de desmatamento no estado de Mato Grosso, entre 1988 - 2017 (km²/ano). Fonte: INPE/PRODES (2018).



A redução do desmatamento após o ano de 2004 é resultado do aumento das ações públicas federais de monitoramento e controle, destacando-se o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm), criado no mesmo ano.

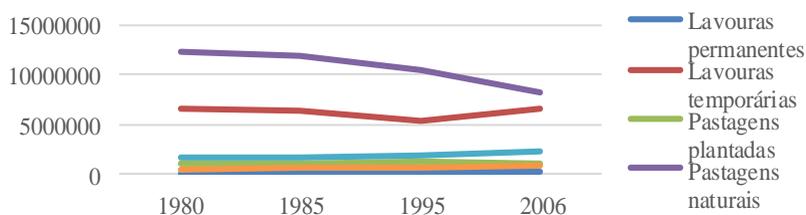
Uso e ocupação do solo

Um terceiro aspecto interessante para analisar a dinâmica do desenvolvimento rural nos três estados é o uso e ocupação do solo. A utilização das terras no Rio Grande do Sul no período de 1980 a 2006 apresentou um contínuo crescimento nas áreas de lavouras permanentes, aumentando 67,90%, enquanto que as lavouras temporárias aumentaram apenas 2,37% no mesmo período (Figura 07). As pastagens plantadas reduziram em 7,92%. Já as pastagens naturais tiveram um considerável encolhimento, reduzindo em 32,45%, fato que se associa ao

processo de modernização da agricultura, acelerado nesse período e ao aumento da produção de grãos (MIGUEL, 2013; CARGNIN *et al.*, 2014; FEE, 2015).

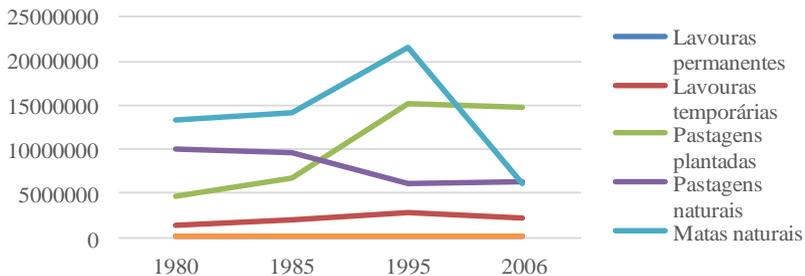
Em relação às matas naturais, ocorreu um crescimento de 41,55%, enquanto que nas matas plantadas esse aumento foi ainda maior (68,86%) entre 1980 e 2006. De acordo com a AGEFLOR (2017) no Rio Grande do Sul são cultivados três gêneros florestais, respectivamente, eucalipto (54,6%), pinus (33,9%) e acácia (11,5%), em uma área de 780,9 mil hectares, correspondendo a 10% das áreas de florestas plantadas no Brasil.

Figura 07. Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras (Hectares) no Rio Grande do Sul. Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.



No estado de Mato Grosso, entre as décadas de 1980 e 2006 as áreas de lavouras permanentes reduziram em 52,55%, ao contrário do que ocorreu com as lavouras temporárias que aumentaram em 53,07% (Figura 08).

Figura 08. Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras (Hectares) em Mato Grosso. Fonte: IBGE, Censos Agropecuários

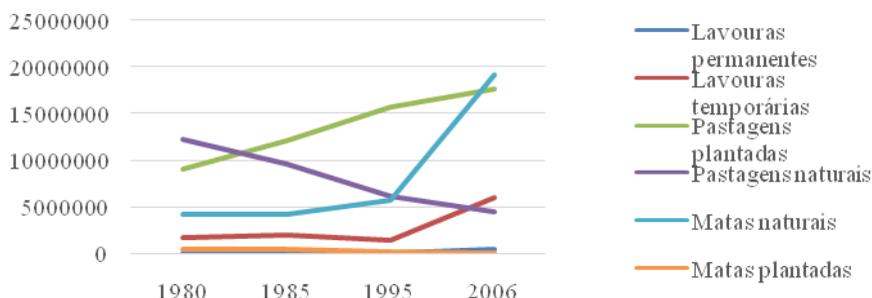


Nesse período, as pastagens plantadas tiveram um incremento de 216,08% nesse período, reflexo da concentração da pecuária em grande parte das terras, que em 1995 ocupavam em torno de 70,00% da área cultivável do estado (DAL PAI; LIMA, 2012). Contudo, ocorreu redução nas pastagens naturais (38,33%), assim como, nas matas naturais, que reduziram em 54,96%. As matas plantadas tiveram um crescimento de 108,67%. Nesse contexto, Dal Pai e Lima (2012) destacam que em 1980 haviam 13 estabelecimentos com práticas florestais no estado envolvendo atividades de agroextrativismo, extração de sementes, reflorestamento, entre outras, sendo que, em 1995, restaram 10 estabelecimentos.

Já em Mato Grosso do Sul, tanto as áreas de lavouras permanentes, como as temporárias tiveram um crescimento exponencial da década de 1980 para 2006, perfazendo respectivamente, 677,81% e 278,63% (Figura 09). Esses altos percentuais podem ser explicados em virtude da criação do estado no final da década de 1970, assim como, pelo segundo movimento migratório de pessoas da região Sul ocorrido a partir de 1970, além da mecanização agrícola e plantio da soja

(BRAND *et al.*, 2008). As pastagens plantadas também aumentaram em 94,71% nesse período, contudo, as pastagens naturais reduziram em 68,09%, consequência de mecanização e incremento no rebanho (MS, 2015). No que se refere às matas naturais, estas cresceram em 352,94%, enquanto que as matas plantadas reduziram em 84,23% no período.

Figura 09. Área dos estabelecimentos agropecuários por utilização das terras (Hectares) no Mato Grosso do Sul. Fonte: IBGE, Censos Agropecuários.



Além da dinâmica de uso e ocupação do solo característico da fronteira agrícola em expansão na região Centro-Oeste, com a aumento de cultivos agropecuários em detrimento dos cultivos naturais em importantes biomas brasileiros (Cerrado e Pantanal no Mato Grosso do Sul, e Amazônia, Cerrado e Pantanal no Mato Grosso), Miguel (2013) observa um fenômeno social recente em curso no Rio Grande do Sul:

(...) a expansão da área cultivada pelos agricultores patronais “granjeiros” (antigos agricultores familiares que tiveram sucesso na expansão de suas atividades, tanto do

ponto de vista fundiário como de tecnologia), em direção às áreas de campo. Esse processo ocorre principalmente em áreas de campo com limitações de uso agrícola, em especial na chamada Campanha, no sul e oeste do estado do Rio Grande do Sul (MIGUEL, 2013, p.15).

Essas áreas caracterizam-se por solos rasos e pedregosos ou argilosos e mal drenados, que anteriormente eram utilizadas para a criação extensiva de bovinos ou para reflorestamento de espécies exóticas (MIGUEL, 2013). O autor salienta que, a expansão das áreas de cultivo de grãos nas regiões de campo nativo, representam um risco para a manutenção e preservação do bioma Pampa no Rio Grande do Sul.

Apesar disso, no cenário atual, que deve transparecer na divulgação de resultados do próximo Censo Agropecuário, os três estados figuram entre os maiores produtores de grãos do Brasil (soja e milho), ficando o Mato Grosso classificado em primeiro, o Rio Grande do Sul em terceiro e o Mato Grosso do Sul em sexto lugar (IBGE, 2013). Na pecuária, o estado de Mato Grosso tem o maior rebanho bovino, sendo que Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul classificam-se em quarto e sexto produtores, respectivamente (MS, 2013). Dessa forma, evidencia-se o avanço cada vez mais intensificado, da agricultura e pecuária voltadas para o padrão agroexportador de *commodities* nos três estados.

Considerações Finais

Semelhanças e diferenças importantes são observadas em relação à dinâmica de desenvolvimento rural nos três estados analisados. Enquanto no Rio Grande do Sul a redução da população rural foi marcadamente acentuada entre as décadas de

1960 e 1970, o movimento migratório de pessoas da região Sul do Brasil contribuiu para a formação do espaço rural no Centro Oeste, sendo a redução da população rural acentuada somente em 1980. Porém os três estados seguem tendência semelhante, aumentando crescentemente a população urbana em detrimento da população rural.

Ao mesmo tempo, enquanto o Rio Grande do Sul é um estado com menores desigualdades na sua estrutura fundiária, mantendo número maior de propriedades com pequenas áreas, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul seguem tendência de aumento do número de grandes propriedades rurais, seja pela concentração de terras ou pela ocupação e incorporação de novas áreas ao processo produtivo. Concomitante, nos estados do Centro Oeste ocorre um aumento expressivo do número de proprietários comparado a outros atores sociais historicamente presentes no espaço rural. Alinhado a isso, nos três estados a modernização do processo produtivo e a introdução crescente de tratores tem levado a uma redução significativa no número de pessoas ocupadas no espaço rural.

Em relação ao uso e ocupação do solo os três estados apresentam semelhanças que evidenciam as diversidades dos modelos agrícolas que predominantes nos estados até 2006. O aumento das lavouras permanentes no Rio Grande do Sul representa a força da agricultura familiar na produção diversificada de frutíferas no estado, assim como no Mato Grosso do Sul, que até 2006 apresentava maior diversidade de culturas permanentes. Já em Mato Grosso avançou fortemente o agronegócio, com a produção de *commodities*, principalmente soja. Também se destaca nos três estados, o aumento das pastagens plantadas para a pecuária, resultando em rebanhos bovinos de boa qualidade para exportação, além das florestas plantadas que crescem cada vez mais a fim de atender o

mercado de celulose, cuja indústria vem se fortalecendo, em MS e RS.

Nessa dinâmica, se destaca como fator preocupante na atualidade, o avanço das atividades agropecuárias na direção de importantes biomas, como o Cerrado e Pantanal (MS e MT), Amazônia (MT) e Pampa (RS), representando risco a manutenção e preservação da biodiversidade e dos recursos naturais. Esse fenômeno leva ao questionamento quanto aos limites produtivos que o futuro reserva, assim como à reflexão de que, se por um lado o modelo de desenvolvimento rural dominante nos estados contribui para que o Brasil seja internacionalmente conhecido como o “celeiro do mundo”, esse mesmo modelo também tem reforçado as marcas dos efeitos sociais e ambientais que estão sendo deixadas para as futuras gerações.

Referências

AGEFLOR. Associação Gaúcha de Empresas Florestais. *A indústria de base florestal no Rio Grande do Sul 2017*. Ano base 2016. Disponível em: <<http://www.ageflor.com.br/noticias/wp-content/uploads/2017/08/A-INDUSTRIA-DE-BASE-FLORESTAL-NO-RS-2017.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

BRAND, A. J; FERREIRA, E. M. L, AZAMBUJA, F. Os Kaiowá e Guarani e os processos de ocupação de seu território em Mato Grosso do Sul. In: ALMEIDA, R. A. (org.) *A Questão Agrária em Mato Grosso do Sul: uma visão multidisciplinar*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2008. 347p.

BRASIL. Censo Agropecuário 2006: Agricultura Familiar Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 365p.

DAL PAI, C.; LIMA, J. F.de. Organização espacial e a evolução do uso de terras em Mato Grosso no final do século XX. *Revista de Estudos Sociais*, n. 28, v. 14, 2012.

GUIMARÃES, E. N.; LEME, H. J. C. Caracterização histórica e configuração espacial da estrutura produtiva do Centro-Oeste. In.: *Textos NEPO 33*. Unicamp: Campinas, 1997, p. 21-74.

HOFFMANN, R.; NEY, M. G. *Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Indicadores IBGE. *Estatística da Produção Agrícola Janeiro de 2013*. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_\[mensal\]/Comentarios/lspa_201301comentarios.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Levantamento_Sistematico_da_Producao_Agricola_[mensal]/Comentarios/lspa_201301comentarios.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2018.

INPE/PRODES. *Taxas anuais de desmatamento na Amazônia Legal Brasileira (AMZ)*. Disponível em: <http://www.obt.inpe.br/prodes/dashboard/prodes-rates.html>. Acesso em 14 de março de 2018.

LAMERA, J. A.; FIGUEIREDO, A. M. R. Os assentamentos rurais em Mato Grosso. In: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. *Anais...* Rio Branco: SOBER, 2008.

MATO GROSSO DO SUL (MS). Transparência Pública. Institucional. *Perfil de Mato Grosso do Sul*, 2018. Disponível em: < <http://www.ms.gov.br/institucional/>>. Acesso em 26 fev. 2018.

MERTZ, M. A agricultura familiar no Rio Grande do Sul — um sistema agrário “colonial”. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, 2004, p. 277-298.

MIGUEL, L. A. Entre os campos e as florestas: origem e evolução da agricultura no Rio Grande do Sul. In.: *Séminaire franco-brésilien: Dialogues contemporains sur la question agraire et l'agriculture familiale au Brésil et en France*. Paris, 2013.

MS. Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMADE). *Diagnóstico Socioeconômico de Mato Grosso do Sul – 2015*.

SILVA, M. A. B. Agricultura e colonização no Rio Grande do Sul da segunda metade do século XIX (1850 – 1889). In.: *Anais...* São Paulo, 2011.

**PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA DE
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO
ANTÔNIO CONSELHEIRO
(TANGARÁ DA SERRA, MATO GROSSO, BRASIL)⁷¹**

José Roberto Rambo

Gilmar Laforga

Raimundo Nonato Cunha de França

O cenário brasileiro, dos últimos 20 anos, tem revelado importantes mudanças que convergem para novos papéis atribuídos à agricultura familiar no contexto nacional. O segmento, além da grande importância social, econômica e ambiental, é também estratégico na produção de matérias-primas e abastecimento alimentar da população (BECKER; ANJOS, 2010).

Em meados da década de 1990, emergiram políticas públicas no Brasil voltadas à construção de novas vias de desenvolvimento, atreladas ao rural brasileiro, estas, por sua vez, especificamente direcionadas à agricultura familiar (DIAS et al., 2013).

No contexto dessas transformações, podemos citar a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pela Lei nº 10.696 de 2 de julho de 2003 (BRASIL, 2003). Lemos e Lima (2014) comentam que o PAA abrange alguns agricultores, não sendo acessível para todos, como também não é desejável que se crie uma dependência com o programa; mas sim, pode o Programa ser uma importante ferramenta que possibilite o acesso aos mercados pelos agricultores familiares e, por

⁷¹ Este trabalho é parte da Tese de Doutorado do 1º autor. Versão preliminar do artigo foi publicada no VII Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais realizado na cidade de Araraquara-SP em 2016.

consequência, condições de fortalecimento para a agricultura familiar.

O PAA foi criado como parte da política de fortalecimento da agricultura familiar, direcionada especificamente à aquisição, pelo governo, de grupos, cooperativas ou associações, de alimentos produzidos por essa agricultura (BRASIL, 2003). D'Ávila e Silva (2011) consideram que o PAA se constituiu na primeira ação diferenciada para a segurança alimentar no Brasil, aliando combate à fome com desenvolvimento e valorização da cultura produtiva local.

O Programa resulta da confluência de dois debates importantes da década de 1990 no Brasil: o primeiro teve como questões centrais o combate à fome e a garantia da segurança alimentar e nutricional da população brasileira; e o segundo, o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social pelas políticas governamentais (GRISA et al., 2011). Maluf (2001) comenta também, que políticas públicas, que viabilizam condições para atividades produtoras de alimentos de famílias rurais, podem representar, ao mesmo tempo, a possibilidade de criação de oportunidades de trabalho e renda para as famílias.

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2014), o objetivo do PAA é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar, o que permite afirmar que, o PAA estaria agindo simultaneamente em três grandes eixos: produção-comercialização-consumo (BECKER; ANJOS, 2010).

A produção agrícola é feita pelos agricultores familiares beneficiários fornecedores do PAA, enquadrados nas regras do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -

PRONAF (identificados pela emissão da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP) (AGAPTO et al., 2012).

Segundo Maluf (2001), as ações que envolvem a temática da comercialização agrícola, tipo ao PAA, com enfoque na equidade social, devem: a) assegurar a renda dos pequenos e médios produtores agrícolas; b) regular diretamente a esfera do atacado e indiretamente a relação entre os preços no atacado e os preços no varejo; e c) atender a programas especiais ligados à questão alimentar.

Observam Schmitt e Guimarães (2008) que o ingresso aos mercados institucionais, particularmente via PAA, promoveu o acesso dos produtores a um mercado próximo, capaz de absorver grande diversidade de produtos e de se ajustar, pelo menos em certa medida, às variações sazonais. Grisa e Porto (2015) apontam que o PAA também possibilitou a permanência do trabalho na agricultura em contraposição à busca por trabalho em outros setores.

Neste artigo, faz-se um retrato/panorama do(a) entrevistado(a), sua família, trabalho e infraestrutura básica dos agricultores familiares assentados que são beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Tangará da Serra – Mato Grosso.

Materiais e Métodos

Para a definição dos agricultores familiares assentados participantes da pesquisa, delimitou-se que os mesmos deveriam figurar como beneficiários fornecedores dos três últimos projetos do PAA em Tangará da Serra (CPR-Doação 2010, CPR-Doação 2011 e CPR-Doação 2014 – este último em execução), conforme constassem na lista de beneficiários

fornecedores disponível no Portal de Transparência Pública do PAA, e ter lotes no Assentamento Antônio Conselheiro⁷².

A pesquisa de campo destinada a caracterizar o PAA e seus beneficiários foi desenvolvida entre os dias 02 de junho e 01 de julho de 2015, com a aplicação de formulário de perguntas abertas e fechadas a 14 agricultores familiares assentados, sendo as questões apresentadas e as respostas anotadas pelo entrevistador no contato face a face com o entrevistado (PÁDUA, 2004).

Foram aplicados formulários constituídos de perguntas abertas e fechadas com os seguintes propósitos: as do primeiro tipo, dar liberdade de abordagem ao pesquisado; e as do segundo, auxiliar nas tabulações de assuntos específicos abordados. Buscou-se orientar as perguntas da pesquisa a partir dos seguintes roteiros temáticos: o sexo, a idade, a escolaridade, o tempo de exercício de atividades agropecuárias, o tempo de residência no assentamento, as condições de infraestrutura da propriedade e da moradia. Assim sendo, o formulário constituía-se de questões que abordou o bloco temático: a) família, trabalho e infraestrutura básica.

Resultados e Discussão

Dos agricultores familiares entrevistados do Assentamento Antônio Conselheiro, o percentual de 35,70% correspondeu às entrevistadas do sexo feminino e 64,30% do sexo masculino.

⁷² No Portal da Transparência da CONAB constam como assentados da reforma agrária, também aqueles agricultores familiares que fazem parte de Projetos de Crédito Fundiário no município de Tangará da Serra-MT, porém, na presente pesquisa os beneficiários fornecedores deveriam pertencer ao Projeto Assentamento Antônio Conselheiro.

Entretanto, a participação feminina no PAA em Tangará da Serra-MT no projeto CPR-Doação 2014 é de 41,46% e, a masculina, de 58,54%. O percentual de participação feminina está respeitando o proposto pela Resolução nº44/2011 GGPAA, a qual indica em seu artigo 4º que, “nas operações realizadas na modalidade de Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, será exigida a participação de, pelo menos, quarenta por cento de mulheres, do total de produtores fornecedores [...]” (GGPAA, 2011, p. 2).

Entre os motivos de na presente pesquisa, o percentual de entrevistadas ser menor que o proposto pelo GGPAA, pode estar o fato de que, nos primeiros projetos de PAA do município, a participação de mulheres era menor, tanto que no ano de 2010 a participação feminina correspondeu somente a 20,61%, e em 2011 este índice aumentou para 21,85%. Evidencia-se que, anteriormente à exigência mínima, se tinha percentuais menores de mulheres como fornecedoras de alimentos ao Programa.

Essa característica evolutiva da presença feminina no contexto do PAA também foi percebido por Siliprandi e Cintrão (2014), que relatam no ano de 2008, 28% de produtores fornecedores correspondiam à participação das mulheres, e para o ano de 2012 esta presença foi de 35% em nível nacional.

Gonzaga (2015), em estudo sobre o PAA no município de Pereira Barreto-SP, em áreas de assentamento, verificou que a participação feminina foi de 47% e a masculina de 53%, mas que, na maioria dos casos, quem se responsabilizava pela organização de quais produtos entregar ao Programa, administração da horta, processos de assepsia e de embalagem dos produtos era a mulher. Marques, Moal e Andrade (2014) retratam que no Pontal do Paranapanema-SP as mulheres estiveram, em grande medida, na linha de frente de interesse em participar do PAA, visto que o Programa percebido como

possibilidade de incremento de renda devido à comercialização de produtos dos quintais em torno das casas.

Dos entrevistados, 7,14% têm de 20 a 29 anos de idade (Tabela 1), também 7,14% possuem de 30 a 39 anos, 21,43% está entre 40 e 49 anos, 35,71% possuem de 50 a 59 anos e 28,57% têm 60 anos ou mais de idade; na média, a idade dos agricultores familiares assentados é 51,5 anos.

Hespanhol (2013) comenta que em Dracena-SP a idade média dos agricultores familiares que participam do PAA é de 50 anos. Paula e Hespanhol (2012), ao estudarem o PAA em assentamento de Presidente Prudente-SP, identificaram que 70% de seus entrevistados possuíam idade acima de 50 anos de idade, fator que pode indicar problemas de sucessão familiar no lote. Para Gonzaga (2015), em Pereira Barreto-SP 42% dos entrevistados tinha mais de 50 anos.

Tabela 1. Idade do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Idade	Frequência (%)
20 - 29 anos	7,14
30 - 39 anos	7,14
40 - 49 anos	21,43
50 - 59 anos	35,71
60 anos ou mais	28,57
TOTAL	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Como se pode observar, a força de trabalho, devido um número significativo de entrevistados idosos (28,57%) já se encontra diminuída, ou em idade considerada como não ativa, com perceptível transição da idade adulta para a idade avançada,

situação igualmente percebida em assentamento de Ilha Solteira-SP (SIMONATO et al., 2014). Moraes e Sant’Ana (2015), pesquisando assentamento de Nova Xavantina-MT, em relação à idade dos proprietários dos lotes, também, observaram esse descompasso entre os entrevistados, visto que naquele município somente 12% dos entrevistados situavam-se entre 20 e 30 anos, 40% tinham entre 41 e 50 anos, 24% mais de 50 anos e outros 24%, mais de 60 anos.

E não é só o envelhecimento do rural, mas também a baixa presença relativa de jovens que deve preocupar quanto à capacidade de reprodução social do segmento da agricultura familiar. Os números do presente estudo assemelham-se à tendência do rural brasileiro relatada em inúmeros autores em que é cada vez menor a participação de jovens no meio rural (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998; ANJOS; CALDAS, 2015).

O nível de escolaridade do agricultor familiar assentado é apresentado na Tabela 2. Verifica-se que, dos entrevistados, 78,54% possuem o ensino fundamental incompleto, fator bastante corriqueiro em se tratando do rural brasileiro em que a população apresenta baixo nível de escolaridade; no entanto, é importante ressaltar também que nenhum dos entrevistados respondeu não ser alfabetizado; e com ensino fundamental completo, ensino médio e ensino superior alcança percentual de 7,14% para cada nível.

Tabela 2. Nível de escolaridade do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Escolaridade	Frequência (%)
Ensino Fundamental Incompleto	78,54
Ensino Fundamental Completo	7,14
Ensino Médio	7,14
Superior Completo	7,14
TOTAL	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Esses números da pesquisa são muito animadores, uma vez que contrastam com os apresentados por Bergamasco (1997), que então apontavam para os assentados da reforma agrária o percentual de 39,40% de analfabetos e/ou com alfabetização incompleta, 39,40% com ensino primário incompleto, e somente 21,20% com mais que ensino primário (atual 5º ano), e são também maiores que o percentual obtido de 13,75% para agricultores familiares assentados que estudaram além do ensino fundamental (INCRA, 2010).

Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2010) identificaram que na região Centro-Oeste a presença de analfabetos no rural é de 8,40%, percentual bem menor que a média nacional rural (24,5%), e que para a mesma região os níveis de escolaridade no ensino fundamental completo, ensino médio e ensino superior atingem percentuais de 12,6%, 13,2% e 6,4% respectivamente.

Scheuer et al. (2016) constataram que em São José dos Quatro Marcos-MT o nível de escolaridade dos agricultores familiares participantes do PAA é de 97,83% e 2,17% são considerados analfabetos; dos alfabetizados 56,52% possuem ensino fundamental incompleto, 13,04% ensino fundamental completo, 21,74% ensino médio e 6,52% ensino superior.

Queiroz et al. (2015), em pesquisa com agricultores familiares que participam do PAA em Curvelândia-MT, relatam que todos os entrevistados possuíam alguma escolaridade, e destes 54,54% tinham ensino fundamental completo, 27,23% ensino médio, 4,5% ensino médio incompleto, 9,23% ensino superior incompleto e 4,5% tinham concluído o nível técnico. Moraes e Sant'Ana (2015), no que diz respeito ao nível de escolaridade, apresentam que em Nova Xavantina-MT a maioria dos proprietários de lotes do assentamento não possui sequer o ensino fundamental completo (68%), 16% possui ensino médio incompleto, 8% ensino médio, além de outros 8% serem considerados analfabetos.

Doretto e Michellon (2007) afirmam que em Cerro Azul-PR, das pessoas de referência do lote ou parcela que participam do PAA, não se constatou a presença de analfabetas, contudo em Querência do Norte-PR em torno de 1/6 dessas pessoas era analfabeta e, independentemente do município de análise, os demais membros do núcleo familiar possuem nível educacional menor ou igual ao da pessoa de referência, e 2/3 destes não estavam matriculados em nenhum curso de formação escolar.

É importante frisar que os dados sobre a escolaridade melhoraram significativamente, quando nos reportamos às décadas anteriores aos anos 1990, em que quase não havia, comparando o ritmo de alfabetização e escolarização, a presença de pessoas com nível médio completo, tampouco com formação em nível superior.

Dos entrevistados, todos responderam ter experiência anterior à residência no Assentamento Antônio Conselheiro com atividades da agricultura e/ou agropecuária, sendo que esta também se alonga com a ocupação anterior (pai, mãe e irmãos). A experiência dos agricultores familiares assentados variou de 6 anos a mais de 21 anos (Tabela 3), sendo que 71,40% dos

entrevistados responderam ter 21 anos ou mais de experiência com a agricultura e/ou pecuária. Já para a faixa de experiência de 11 a 15 anos e também de 16 a 20 anos, 7,14% dos entrevistados declaram ter este tempo de experiência, e 14,28% dos entrevistados responderam possuir de 6 a 10 anos de experiência.

Tabela 3. Experiência com agricultura e/ou agropecuária em anos do (a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Experiência	Frequência (%)
6 a 10 anos	14,28
11 a 15 anos	7,14
16 a 20 anos	7,14
21 anos ou mais	71,40
TOTAL	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Já Bergamasco (1997) aponta que, em nível de Brasil, 74,10% dos assentados da reforma agrária tinham trabalhado com agricultura anteriormente ao assentamento, “*na forma de arrendatários, parceiros, foreiros, posseiros, ocupantes, assalariados e também proprietários*”. Bavaresco (2001) expõe que na Fazenda Annoni, no Rio Grande do Sul, 100% dos agricultores familiares assentados também tinham experiência pretérita com agricultura ou agropecuária, sendo que, anteriormente, trabalhavam com pais ou parentes (63%), 20% eram pequenos proprietários, 7% eram assalariados rurais e 10% eram arrendatários ou agregados. Moraes e Sant’Ana (2015), em Nova Xavantina-MT, no que se refere ao tempo em que os proprietários dos lotes trabalhavam como agricultores, notaram

que a grande maioria (68%) destes estava na atividade desde a infância.

Outro indicador importante que se deve somar à experiência é o tempo de residência no Assentamento Antônio Conselheiro. Nesta pesquisa 100% dos entrevistados afirmaram ali residir há mais de 6 anos (Tabela 4). Para 21,43% deles este tempo fica nas faixas de 6 a 10 anos e 11 a 15 anos, e para 16 anos ou mais de residência o percentual é de 57,14%, sendo estes últimos beneficiários iniciais do projeto do assentamento.

Hespanhol (2013) verificou que os agricultores familiares participantes do PAA em Dracena-SP residem em sua grande maioria (80%) há mais de 20 anos na propriedade.

Tabela 4. Tempo de residência em anos do (a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Experiência	Frequência (%)
6 a 10 anos	21,43
11 a 15 anos	21,43
16 anos ou mais	57,14
TOTAL	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Entre entrevistados pesquisados que participam do PAA, foi inquerido se estes eram residentes ou não no lote, e o número variou de nenhum residente a 5 residentes por família (Tabela 5), sendo que 7,14% não são residentes no lote, mas residem com os pais em outro lote da reforma agrária no mesmo Assentamento e assim se deslocam ao lote para desenvolver as atividades agrícolas. Já a frequência de duas pessoas residentes no lote, que correspondem aos cônjuges (homem e mulher), foi

de 35,71%, sendo a situação mais corriqueira; a presença de 3 residentes no lote foi constatada em 7,14% dos entrevistados, com 4 residentes 21,43% e com 5 residentes 28,57%, o que mostra 50% das famílias com 4 ou mais residentes no lote.

Tabela 5. Número de pessoas residentes em cada lote do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Residentes no Lote	Frequência (%)
Nenhuma pessoa	7,14
2 pessoas	35,71
3 pessoas	7,14
4 pessoas	21,43
5 pessoas ou mais	28,57
TOTAL	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Os dados da Pesquisa sobre a Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Assentamentos da Reforma Agrária (PQRA) demonstram que as famílias de assentados da reforma agrária são compostas em sua maioria por 4 ou mais integrantes (56%) (INCRA, 2010). Queiroz et al. (2015) retratam que, em Curvelândia-MT, 45,46% das famílias que comercializavam com o PAA possuíam dois residentes na propriedade, 13,63% apresentavam três residentes, 27,28% contavam com quatro residentes e 13,63% destas famílias possuíam 5 residentes. Gonzaga (2015), em Pereira Barreto-SP, constatou por sua vez, que das famílias entrevistadas que comercializam com o PAA, 34% eram compostas por duas pessoas (cônjuges), 29% relataram ter três pessoas residentes, 13% tinham quatro pessoas, também 13% contavam com 5 pessoas, 8% com seis

pessoas na composição familiar do lote, e somente 3% dos entrevistados residia sozinho.

Porém, quando questionados os sujeitos desta pesquisa sobre o número de pessoas da família que trabalham no lote, a situação apresenta alteração (Tabela 6). Na grande maioria dos casos somente dois membros do núcleo familiar trabalham no lote (71,40%). Já o trabalho de uma pessoa ou de 4 pessoas da família foi encontrado para 14,28% dos casos.

Tabela 6. Número de pessoas da família que trabalha no lote do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Trabalho no Lote	Frequência (%)
1 pessoa	14,28
2 pessoas	71,40
4 pessoas	14,28
TOTAL	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Queiroz et al. (2015) constataram que, das famílias que comercializam com o PAA em Curvelândia-MT, a grande maioria contava com o trabalho de até dois membros do núcleo familiar, sendo que 59,09% das famílias tinham dois trabalhadores no estabelecimento, 9,09% destas possuíam somente um trabalhador; já 32,63% das propriedades contavam com o trabalho de 3 a 5 pessoas no estabelecimento.

Marques, Del Grossi e França (2012) constatam que o número médio de pessoas ocupadas por estabelecimento da reforma agrária em nível nacional é 3,1 pessoas, e no estado de Mato Grosso esse número é de 2,6 pessoas.

Tem-se também que na presente pesquisa, para 71,40% das famílias dos entrevistados, o trabalho dos membros do

núcleo familiar é realizado em tempo integral no lote. Somente 28,56% das famílias têm ocorrência de trabalho parcial: nestes casos, 1 membro do núcleo familiar trabalha fora do lote, na condição de empregado permanente, empregado temporário ou como comerciário.

De acordo com Doretto e Michellon (2007) nos municípios de Cerro Azul e Imbaú, no estado do Paraná, em torno de 1/3 dos domicílios de agricultores beneficiários do PAA tem trabalho fora do estabelecimento, e isso pode ser atribuído à característica da produção agropecuária local, pois os agricultores são desprovidos de recursos técnicos e econômicos, situação que não difere muito dos agricultores familiares assentados de Tangará da Serra-MT. Acrescenta-se, com Marques, Moal e Andrade (2014) que, na região do Pontal do Paranapanema-SP, os agricultores familiares assentados praticam atividades agrícolas e não agrícolas, conforme a oportunidade; sendo que o trabalho fora do lote está se tornando cada vez mais importante e que o PAA pode ser uma perspectiva convincente para evitar o crescimento do proletariado rural.

Apurou-se que no presente estudo, 57,14% das famílias dos entrevistados realizam a contratação de mão de obra para atender às demandas do lote. A contratação de diarista (trabalho parcial) ocorre para realizar trabalho específico em tempo de maior demanda, em especial plantio, tratos culturais e colheita quando na produção agrícola; e também nos procedimentos de vacinação, cura de animais e construção/concerto de cercas ou currais, na produção pecuária.

Por outro lado, a contratação de trabalho fixo não foi encontrada na presente pesquisa, da mesma forma que em trabalho de Gonzaga (2015) em Pereira Barreto-SP e de Camargo et al. (2013) em Itapetininga-SP, ambos em estudos do PAA. Agapto et al. (2012) constataram que em Campina do

Monte Alegre-SP nenhum participante do PAA possuía trabalhadores fixos contratados, porém os agricultores familiares deste município, em 40,20% dos casos, realizavam a contratação de mão de obra ou serviços em determinados períodos, cabendo os destaques para atividades que exigem mecanização (preparo do solo para plantio). Gonzaga (2015) comenta que em Pereira Barreto-SP os entrevistados que se utilizam de ajuda de terceiros para o serviço no lote realizam a troca de dias de serviço com vizinhos e amigos ou contratam diarista. Para Queiroz et al. (2015), em Curvelândia-MT, a mão de obra utilizada na produção dos agricultores que comercializam com o PAA é familiar.

Quanto à residência construída nos lotes dos entrevistados, eram em sua maioria de alvenaria (78,54%); as de madeira corresponderam a 14,28%, e 7,14% destas foram classificadas como de construção mista, ou seja, construção conjunta de materiais de madeira e alvenaria. De modo geral, as residências dos entrevistados apresentam condições de qualidade que atendem as exigências básicas para moradia da família.

Apesar de as residências no meio rural serem mais precárias que no meio urbano, 68,90% dos domicílios do rural brasileiro já são de alvenaria (MELO; DI SABBATO, 2006). Sousa, Lara e Souza (2012), no estado do Sergipe, por exemplo, apresentam que 93,62% das residências possuem paredes de alvenaria, sendo que 83,85% das famílias comentavam estar satisfeitas ou muito satisfeitas com as condições das casas. Segundo Gonzaga (2015), em Pereira Barreto-SP, há um predomínio de construções de alvenaria nos assentamentos objeto de estudo sobre o PAA no município. Destaca-se que todos esses números são muito maiores que os apresentados por Bergamasco (1997), com somente 22,90% das residências de alvenaria.

Todas as residências dos entrevistados contavam com o fornecimento de energia elétrica por rede, que lhes permite desde iluminação básica da residência como a utilização de bens que necessitam de energia elétrica, com utilidade tanto para o trabalho agropecuário como não agropecuário.

Percebeu-se que a presença de energia elétrica no meio rural foi muito alterada nos últimos anos, uma vez que no ano de 1996 somente 20% das famílias beneficiárias da reforma agrária possuíam energia elétrica (BERGAMASCO, 1997), e para o ano de 2010, este percentual tinha subido para 76,48% (INCRA, 2010). Ademais Sousa, Lara e Souza (2012) observaram que 96,61% das famílias assentadas do estado do Sergipe tinham rede de energia elétrica no lote ou parcela. Corroboram Mello e Figueiredo (2012) afirmando que em Cuiabá-MT, 93% dos agricultores familiares que comercializam com o PAA dispõem do fornecimento de energia elétrica.

Estes resultados recentes, de certa forma, demonstram uma melhoria nas condições de moradia e fornecimento de energia para o rural, reflexos das políticas públicas recentes voltadas ao segmento da agricultura familiar.

Quanto à fonte de água dos entrevistados, 57,14% responderam possuir poço próprio (caipira ou semi-artesiano) como fonte de água para a residência (Tabela 7), 35,71% utilizam como fonte de água o rio, um córrego ou alguma mina de água que esteja próximo ou nas divisas do lote, e somente 7,14% dos entrevistados declararam usar como fonte de água da residência um poço artesiano comunitário, ou seja, água procedente de uma rede de distribuição coletiva.

Tabela 7. Fonte de água do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Fonte de Água	Frequência (%)
Poço Próprio	57,14
Rio – Córrego – Mina de Água	35,71
Poço Artesiano Comunitário	7,14
TOTAL	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Os números da presente investigação seguem, em parte, a tendência nacional apontada por Melo e Di Sabbato (2006) de que, em assentamentos da reforma agrária, 73,70% dos estabelecimentos têm água proveniente de um poço próprio ou nascente, e 24% têm água procedente de uma rede geral de distribuição. Por outro lado, Sousa, Lara e Souza (2012), para as condições do estado de Sergipe, registram que 72,35% das famílias contam com rede geral de água encanada no lote.

Os lotes da reforma agrária dos entrevistados apresentam área de dimensões que variam de 25 a 44 hectares (Tabela 8). A maioria dos lotes, 57,14%, possui área de 25 a 29 hectares, 28,57% têm área que varia de 30 a 34 hectares, e somente 14,28% possuem área maior que 40 hectares, mas todos com área de dimensões menores que 45 hectares, sendo que a área média dos lotes foi de 30,63 hectares⁷³.

⁷³ O módulo fiscal definido para o município de Tangará da Serra-MT é de 80 hectares (INCRA, 2013).

Tabela 8. Área do lote em hectares do(a) agricultor(a) familiar assentado(a) beneficiário(a) do PAA no Assentamento Antônio Conselheiro, Tangará da Serra-MT

Área do Lote	Frequência (%)
25 a 29 hectares	57,14
30 a 34 hectares	28,57
40 a 44 hectares	14,28
TOTAL	100

Fonte: Elaboração dos autores.

Marques, Del Grossi e França (2012) comentam que a área média dos estabelecimentos de beneficiários da reforma agrária no Brasil é de 49,3 hectares, sendo a área média aproveitável de 39,2 hectares, enquanto Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2010) apontam que a área média de um lote ou parcela de assentado da reforma agrária é de 26,2 hectares. Ao mesmo tempo, os números do presente estudo divergem de Kageyama, Bergamasco e Oliveira (2010) e de Marques, Del Grossi e França (2012), uma vez que para ambos, no estado de Mato Grosso, tem-se concentração de áreas de agricultores familiares assentados com mais de 50 hectares⁷⁴.

Temos ainda Queiroz et al. (2015), verificando que as propriedades dos agricultores familiares de Curvelândia-MT que comercializam com o PAA tinham até 25 hectares; Hespanhol (2013), comenta que a extensão territorial das propriedades dos agricultores familiares participantes do PAA em Dracena-SP varia de 5 a 15 hectares; Doretto e Michellon (2007), no estado do Paraná constataram que as áreas variam de menos de 10

⁷⁴ Os módulos fiscais definidos para os municípios do estado de Mato Grosso variam de 60 a 100 hectares, exceto a capital Cuiabá-MT onde o módulo fiscal é de 30 hectares (INCRA, 2013).

hectares até 50 hectares. Por fim Mattei (2007), para o estado de Santa Catarina, retrata que praticamente não foram registrados estabelecimentos com área superior a 50 hectares, ficando a grande maioria na faixa de até 20 hectares. Ou seja, percebe-se que os beneficiários do PAA são predominantemente agricultores familiares com áreas menores que 50 hectares.

Conclusões

A idade média dos entrevistados é de 51,5 anos, a maioria possui ensino fundamental incompleto, o número médio de residentes por família no lote é maior que o número médio de trabalhadores no núcleo familiar, e o percentual de 35,70% das entrevistas foi realizado com agricultoras familiares assentadas.

As residências dos entrevistados são predominantemente de alvenaria, todas contam com energia elétrica, a principal fonte de água das famílias é o poço próprio, e a área média dos lotes é de 30,63 hectares.

O perfil do(a) entrevistado(a), da família, do trabalho e da infraestrutura básica dos agricultores familiares assentados beneficiários do PAA de Tangará da Serra-MT, não difere do perfil de agricultores familiares no contexto estadual e nacional, integrantes ou não do PAA, apesar de a situação não ser ainda a almejada para o segmento.

Neste sentido, percebe-se que a luta histórica em favor da agricultura familiar não pode parar, isso por que dos avanços alcançados pelo segmento, em nenhum momento foram frutos da boa vontade do poder público municipal, estadual e federal, e sim consequência de intensas lutas, enfrentamentos e principalmente da importância econômica, social e ambiental da agricultura familiar.

Referências

AGAPTO, J. P.; BORSATTO, R. S.; ESQUERDO, V. F. S.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Avaliação do programa de aquisição de alimentos (PAA) em Campina do Monte Alegre, Estado de São Paulo, a partir da percepção dos agricultores. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 42, n. 2, p. 13-21. 2012. Disponível

em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftp/iea/publicacoes/IE/2012/tec2-03-04-2012.pdf>>

ANJOS, F. S.; CALDAS, N. V. Ser ou não ser agricultor? Eis a questão. Representações sociais sobre a profissão de agricultor entre jovens de comunidade rural no sul do Brasil. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*. Viçosa-MG, v.4, n.1, p. 14-26. 2015. Disponível em:

<<http://www.revistarever.ufv.br/index.php/rever/article/download/38/39>>

BAVARESCO, P. A. Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (Fase IV) no Rio Grande do Sul. Em: Tedesco, J. C. (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. 3ª ed. Passo Fundo: EDIUPF. p. 255-315. 2001.

BECKER, C.; ANJOS, F. S. Segurança alimentar e desenvolvimento rural: limites e possibilidades de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em municípios do Sul gaúcho. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 17, n. 1, p. 61-72. 2010. Disponível em:

<<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634800/2719>>

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. *Estudos Avançados*, v. 11, n. 31, p. 37-49. 1997. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n31/v11n31a03.pdf>>

BRASIL. Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 03 de julho de 2003. 2003. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa_correta.pdf>

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. *Revista Brasileira Estudos Populacionais*. Brasília. v. 15, n. 2, p. 45-65. 1998. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol15_n2_1998/vol15_n2_1998_4artigo_45_65.pdf>

CAMARGO, E. A. O. M.; GOMES, R. R. O.; MEIRA, B. C.; BORSATTO, R. S. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como instrumento de fortalecimento de assentamentos rurais: o caso do Assentamento 23 de Maio, Itapetininga, estado de São Paulo. *Informações Econômicas*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 18-28. 2013. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/ie/2013/tec2-0113.pdf>>.

D'ÁVILA, C. A. R.; SILVA, S. P. Segurança alimentar e desenvolvimento local: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Minas Gerais. *Revista de Políticas Públicas*, v.15, n.2, p. 335-346. 2011. Disponível

em:<http://www.revistapoliticaspUBLICAS.ufma.br/site/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=69>

DIAS, T. F.; NUNES, E. M.; TORRES, F. L.; TORRES, A. C. M. O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Sertão do Apodi (RN). *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 9, n.3, p. 100-129. 2013. Disponível em:<<http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/1127/347>>

DORETTO, M.; MICHELLON, E. A avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos no Paraná. In: BOTELHO FILHO, F. B.; CARVALHO, A. D. (Orgs.). *Avaliação de Políticas de Aquisição de Alimentos*. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Rurais. v. 7, n. 27, p.107-138. 2007. Disponível em:<http://www.iapar.br/arquivos/File/zip_pdf/aval_impact_econo.pdf>

GGPAA. Resolução nº 44, de 16 de agosto de 2011. Fomenta o acesso de mulheres ao Programa de Aquisição de Alimentos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 17 de agosto de 2011. Disponível em:<http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_12_07_17_25_57_livreto_paa_correta.pdf>

GONZAGA, D. A. *Resultados e significados do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para os agricultores familiares de Pereira Barreto (SP)*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. 158 f. 2015. Disponível em:

<http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/128068/000849377.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: _____; SCHNEIDER, S. (Orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora UFRGS. p. 157-180. 2015.

_____; SCHMITT, C. J.; MATTEI, L. F.; MALUF, R. S.; LEITE, S. P. Contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos à segurança alimentar e nutricional e à criação de mercados para a agricultura familiar. *Agriculturas*, v. 8, n. 3, p. 34-41. 2011. Disponível em: <http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/11/artigo-6.pdf>

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. *Sociedade & Natureza*, v. 25, n. 3, p. 469-483. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v25n3/v25n3a03.pdf>

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Tabela com módulo fiscal dos municípios*. 2013. Disponível em:

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estrutura-fundiaria/regularizacao-fundiaria/indices-cadastrais/indices_basicos_2013_por_municipio.pdf

_____. _____. *Reforma agrária – Pesquisa sobre a qualidade de vida, produção e renda dos assentados da reforma agrária*. 2010. Disponível em:

http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/pqra_-_apresentao.pdf

KAGEYAMA, A.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; OLIVEIRA, J. A. Caracterização dos estabelecimentos de assentados no censo agropecuário de 2006. *Retratos de Assentamentos*, n. 13, p. 31-74. 2010. Disponível em: <<http://www.uniara.com.br/arquivos/file/nupedor/revistas-retratos/Retratos-v13-2010/conteudo.pdf>>

LEMONS, S. M.; LIMA, I. S. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como política pública para a agricultura familiar e o desenvolvimento local. *Oikos: Revista Brasileira de Economia Doméstica*, Viçosa-MG, v. 25, n. 1, p. 069-092. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbseeroikos/article/download/143/186>>

MARQUES, P. E. M.; MOAL, M. F. L.; ANDRADE, A. G. F. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de São Paulo: agricultura de proximidade em questão. *RURIS*, v. 8, n. 1, p. 63-89. 2014. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1741/1157>>

MARQUES, V. P. M. A.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. *O censo 2006 e a reforma agrária: aspectos metodológicos e primeiros resultados*. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário. 2012.

12 desenvolvimento brasileiro”. Uberlândia, MG, *Anais do XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária*. p. 1-21. 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1146_1.pdf>

QUEIROZ, R. F. N.; NEVES, S. M. A. S.; SEABRA JUNIOR, S.; MACHADO, T. S. Agricultura familiar no município de Curvelândia/MT: análise da produção vinculada ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Boletim de Geografia*, Maringá, v. 33, n. 3, p. 184-200. 2015. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/22817/pdf_79>

SCHEUER, J. M.; NEVES, S. M. A. S.; MOURA, A. P.; NEVES, R. J. Aspectos socioeconômicos dos agricultores familiares da Associação dos Pequenos Produtores da Região do Alto Sant'Ana, Mato Grosso. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v.12, n.1, p. 85-106. 2016. Disponível em: <<http://www.rbqdr.net/revista/index.php/rbqdr/article/view/2122/495>>

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres rurais e a diversidade de produtos no Programa de Aquisição de Alimentos. In:BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *PAA: 10 anos de aquisição de alimentos*. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. p. 115-151. 2014.

SIMONATO, D. C.; FIGUEIREDO, R. A.; DORNFELD, C. B.; BERGAMASCO, S. M. P. P. Condições socioeconômicas e qualidade de vida de um assentamento rural no noroeste paulista, Ilha Solteira/SP. *Retratos de Assentamentos*, v. 17, n. 2, p. 231-255. 2014. Disponível em: <<http://www.uniara.com.br/arquivos/file/nupedor/revistas-retratos/Retratos-v17-n2-2014/conteudo.pdf>>

SOUSA, J. M. M.; LARA, D. C.; SOUZA, I. F. As condições de moradia, o nível de satisfação das famílias assentadas em Sergipe e as interfaces com a política nacional de reforma agrária. *Oikos*, Viçosa-MG, v. 23, n.2, p. 82-106. 2012. Disponível

em:<<http://www.seer.ufv.br/seer/oikos/index.php/httpwwwseerufvbrseeroikos/article/view/45/126>>

PROCESSO DE RECONVERSÃO DE UMA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR SOB A INFLUÊNCIA DO PROJETO DE DIVERSIFICAÇÃO EM ÁREAS DE TABACO NO EXTREMO SUL CATARINENSE

*Luiz Felipe Gomes Uberti
Eliandra Gomes Marques*

Introdução

O tabaco era usado anteriormente à chegada dos europeus em nosso país pelos indígenas em rituais e cerimônias. Posteriormente passou a ser utilizado literalmente sem cerimonia pela população em geral, acarretando em diversas enfermidades que levam centenas de milhares de fumantes a óbitos anualmente.

O Brasil se destaca como um dos maiores produtores de tabaco do mundo sendo que essa produção ocorre em especial na Região Sul em unidades de produção familiar através de contratos entre os agricultores familiares e as grandes agroindústrias na forma de sistema de integração. O país vem ocupando o segundo lugar no ranking mundial na produção de tabaco em folha, mas é o líder nas exportações desde 1993 (GROXKO, 2016), liderança essa conquistada devido principalmente à boa qualidade do fumo, à garantia de fornecimento e o custo de produção que ainda é altamente competitivo se comparado a outros países como Estados Unidos o qual possui mão de obra excessivamente cara e escassa.

Embora seja a principal fonte de renda dessas famílias e responsável pelo aquecimento da economia de centenas de pequenos municípios, as consequências ao ambiente e aos produtores trazem sérios riscos. Contudo seu consumo vem regredindo de forma crescente e conseqüentemente há

diminuição na produção, ocasionando por parte dos agricultores procura por alternativas que venham gerar renda e qualidade de vida às suas famílias. No entanto:

a tentativa de contornar a dependência dos agricultores a essa lavoura, com os riscos inerentes a um cenário econômico apoiado em uma única base, leva a sociedade a pensar alternativas de diversificação. Agentes públicos e privados têm se ocupado em estudar culturas que poderiam complementar, nas pequenas propriedades, a renda proporcionada por essas folhas, criando válvulas de escape e prevenindo inclusive eventuais oscilações no mercado global. (ANUÁRIO, 2011, p.6).

Este texto relata o processo de reconversão de sistema de produção convencional para sistema orgânico em uma unidade de produção familiar (UPF) por meio da diversificação da produção com acompanhamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em uma perspectiva agroecológica, assim como demonstra sua viabilidade e realiza uma análise econômica, social e ambiental desta UPF estudada e seus resultados.

A convenção-quadro e o projeto de diversificação em áreas de tabaco

Em relação ao tabagismo, durante a 52ª Assembleia Mundial da Saúde foi proposto o primeiro tratado sobre saúde pública acordado entre vários países, a Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, o qual foi amplamente discutido e posteriormente aprovado de forma unanime pelos membros, entrando em vigor no ano de 2005. O Brasil teve importante papel tanto em sua elaboração quanto na sua negociação, entretanto sofreu forte lobby da indústria do tabaco e de seus

representantes, ratificando seu apoio ao referido tratado somente no prazo final da Convenção na Organização das Nações Unidas (ONU).

Após a ratificação do Brasil à Convenção-Quadro o governo cria por meio de seis ministérios, e sob a execução do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Programa de Apoio à Diversificação Produtiva nas Áreas Cultivadas com Fumo cujo objetivo é apoiar os agricultores das regiões tradicionais de produção de tabaco que estejam dispostos a diversificar suas atividades, implantando alternativas agropecuárias em consonância com tal tratado. Com essa finalidade o MDA lançou Chamadas Públicas conforme instituiu a Lei nº 12.188/2010, para a execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural, com a contratação de entidades prestadoras de serviços de ATER em municípios produtores de tabaco conforme os princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER).

A nova lei de ATER permite a realização de contratos com instituições não governamentais através de chamadas públicas, desde que credenciadas e aptas para prestação de serviços, direcionando recursos para apoiar projetos voltados aos agricultores familiares. Esse modelo de descentralização pode estar associado à contratação de serviços de extensão a provedores privados e organizações não governamentais (PEIXOTO, 2008) e ser combinada com outros modelos através da prestação de serviços seja por meio de parcerias público-privadas ou junto a organizações de assistência técnica. Esses esforços do setor público têm conduzido à incidência de formas pluralísticas de prestação de serviços por instituições não governamentais, que em consonância com Diesel (2008) a configuração institucional da oferta dos serviços de extensão no país aponta para um cenário de pluralismo institucional.

Para Neumann e Froehlich (2004) esta nova configuração dos serviços de extensão rural exige do Estado um arranjo multi-institucional onde seu papel é coordenar e desenvolver um referencial e estratégia nacional para a ATER regular e capacitar, assegurando e melhorando a qualidade dos serviços, o que implica capacitação e alguma atuação de regulação, financiamento compartilhado das atividades com utilização de novos mecanismos para alocar fundos públicos, promoção de um planejamento e implementação descentralizada da ATER e o Estado como provedor e não como executor dos serviços.

Nesse contexto se insere a Uneagro – Cooperativa dos Engenheiros Agrônomos e de Profissionais em Desenvolvimento Rural e Ambiental de Santa Catarina como executora nas regiões Sul e Extremo Sul de Santa Catarina do Projeto de Diversificação em Áreas de Tabaco com ações, através de seu corpo técnico, visando o desenvolvimento sustentável com alternativas de sistemas diversificados de produção e a pretensão de produzir alimentos saudáveis na perspectiva agroecológica, num processo de mudança de uma agricultura convencional para o cultivo de orgânicos junto às famílias que decidirem por essa transição, pois os serviços de ATER prestado são fundamentais para a melhoria das atividades agropecuárias e no processo de desenvolvimento rural, sendo um instrumento de comunicação que conduz aos agricultores conhecimento de novas tecnologias geradas pela pesquisa com intuito de melhorar a qualidade de vida e a produção no meio rural.

Dessa forma a Uneagro executa esse projeto visando a promoção do desenvolvimento rural sustentável, evidenciando processos de desenvolvimento local com apoio aos agricultores familiares no uso sustentável dos recursos naturais, utilizando metodologias participativas e um modelo tecnológico

multidisciplinar com base nos princípios da agroecologia, além de ter a pretensão de desenvolver processos educativos permanentes e continuados a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando a mudanças de atitudes e procedimentos dos agricultores e seus familiares objetivando desse modo a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável no meio rural com um modelo de ATER que se aproxima ao que Paulo Freire (2005) nominou educação para liberdade.

Em relação às chamadas públicas o autor participa como agente de ATER cooperado da Uneagro no Extremo Sul Catarinense, onde no município de São João do Sul acompanha 80 famílias beneficiárias do Projeto de Diversificação em Áreas de Tabaco. Em relação a essa atividade será relatado o processo de reconversão de um sistema de produção convencional de monocultivo de tabaco para sistemas de produção orgânicos em uma UPF cuja família estimulada por meio de sua participação no referido Projeto de Diversificação passou pelo processo de transição agroecológica e atualmente produz alimentos em sistema de base agroecológico.

Diversos programas e políticas públicas foram criados desde 2005 visando incentivar a diversificação em áreas de plantio de tabaco por meio de alternativas que sejam economicamente viáveis e que venham a diminuir as áreas de produção. Desse modo, promove espaço para diferentes atividades agropecuárias, conjuntamente com ações de desestímulo ao cultivo do tabaco e seu consumo procurando minimizar os problemas causados pelo tabagismo. Isto ocorre em consonância com a Convenção Quadro que em seu artigo 17 trata da implantação de alternativas economicamente viáveis para salvaguardar pequenos agricultores produtores do fumo do impacto da esperada redução da demanda mundial, em conjunto

com seu artigo 18 que versa sobre o impacto ambiental causado com a fumicultura ao meio ambiente, sendo que em nenhum momento é mencionado a proibição ao cultivo do tabaco, pois na prática o acordo não visa o fim da produção do produto, não havendo qualquer cláusula que aluda à erradicação (PERONDI, 2008).

Desde a segunda metade do século passado visando o aumento da produção de alimentos são desenvolvidas pesquisas, as quais em sua maioria são conduzidas pela ATER por meio de pacotes tecnológicos até os agricultores, comumente sem a percepção de que a UPF não é somente um local de produção de alimentos. Nesse espaço existem os agricultores familiares, pessoas que possuem história e estão em constante adaptação às condições que os cercam, lidando com a incerteza e com a instabilidade, formulando estratégias em busca de como produzir de forma diversificada e constantemente experimentando através de tentativas e por meio de troca de experiências com outras famílias.

Quanto às atividades de assistência técnica e extensão rural para execução do Projeto de Diversificação essas contemplam as medidas previstas na Convenção Quadro para o Controle do Tabaco de acordo com os princípios e diretrizes do Programa de Diversificação em Áreas Cultivadas com o Tabaco. A metodologia utilizada para execução dos serviços de ATER deve ter caráter educativo, com foco em atividades produtivas diversificadas e sustentáveis, que venham promover a organização das famílias envolvidas no processo e a comercialização da produção, para isso o quadro técnico da Uneagro possui capacitação conforme os princípios da PNATER.

As famílias enquanto produtoras de tabaco inseridas no processo de integração com a agroindústria fumageira a qual se

compromete em fornecer todos os insumos necessários para a produção juntamente com a assistência técnica assim como a garantia de comercialização de toda a safra, faz com que não necessitem exercitar a busca por mercados para comercializar sua produção, acarretando desse modo na perda de autonomia e poder de decisão dos agricultores uma vez que devem acatar todas as recomendações impostas (FERNANDEZ, 2010).

Entendendo que a redução no tabagismo no médio e longo prazo poderá causar impacto na vida das famílias envolvidas na produção de tabaco, várias ações do Governo Federal apoiam o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco em programas de financiamento, acesso à tecnologia, agregação de valor e garantia de comercialização (BRASIL, 2010), destinadas aos agricultores familiares que pretendam diversificar suas atividades.

Entretanto a agricultura familiar formada pelos “pequenos agricultores”, como eram denominados de forma pejorativa, sempre esteve às margens das ações do Estado, porem a partir da Constituição de 1988 passa a ocupar espaços e maior participação social assim como ter reconhecido seus direitos de uma classe não apenas de produtores de alimento. Desde a metade da década de 1990 ocorre esse reconhecimento em conjunto com a criação de políticas publicas com fins específicos de estímulo ao desenvolvimento rural.

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso surge em 1996 o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual propicia apoio financeiro para custeio e investimento de atividades agrícolas diferentes do tabaco. No entanto a partir de 2003 os fumicultores também podem acessar a esse financiamento desde que destinado a atividades agropecuárias distintas da fumiicultura, portanto o PRONAF com suas diversas linhas constitui-se num importante

instrumento para potencializar a diversificação ou reconversão para os produtores de fumo (BONATO, 2006).

Com o começo do Governo Lula em 2003 se consolida a participação da sociedade civil na formulação de políticas pública que beneficiaram amplamente os agricultores familiares através de um conjunto de ações, dentre elas o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR), Programa de Agroindústrias da Agricultura Familiar, Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), programas de educação e capacitação como Arca das Letras e Educação do Campo, também o Talentos do Brasil com incentivo ao artesanato além da Feira Nacional da Agricultura Familiar e da Reforma Agrária (FENAFRA) que, desde 2004, é realizada com vistas a promover, divulgar e comercializar produtos da agricultura Familiar, programas esses que vieram estimular o desenvolvimento e a qualidade de vida no meio rural.

As principais atividades realizadas no Projeto de Diversificação em Áreas de Tabaco se voltam para a introdução de alternativas que venham diversificar as unidades de produção familiar gerando renda e diminuindo a dependência da cultura do fumo, sem que com isso seja necessário a substituição total do cultivo do tabaco. Nesse cenário ocorrem debates entre técnicos e agricultores sobre a Convenção Quadro e a necessidade de preparar essas famílias para uma possível retração no mercado consumidor de tabaco.

Vários encontros, capacitações, dias de campos e excursões ocorrem com objetivo de apresentar alternativas viáveis para diversificação na região, identificando junto com as

famílias envolvidas os desafios para a produção e possibilidade de geração de renda. Tais ações desenvolvidas pela Uneagro junto ao Projeto Diversificação demonstram resultados positivos na região. No município de São João do Sul entre as 80 famílias envolvidas 75% delas já iniciaram algumas atividades de diversificação que envolve a produção de hortaliças, fruticultura, bovinos de leite, pecuária familiar, feijão, milho verde, aipim, artesanato, turismo rural e também agroindústrias familiares agregando valor ao aipim descascado, panificados e farinha de mandioca. Dentre a fruticultura há uma diversificação com pomares de maracujá, pitaya, morango, amora preta, noz pecã e a produção de banana em áreas planas.

Nesse universo existem 43 famílias que não mais produzem tabaco e dessas 25% iniciaram o processo de reconversão da propriedade. Esse processo de mudança de uma agricultura convencional para modelos alternativos, orgânicos ou agroecológicos vem sendo chamado de conversão ou transição, abrangendo aspectos agrônômicos, educativos, culturais, econômicos e sociais (KHATOUNIAN, 2001).

Vale ressaltar a parceria com a Epagri através de seus extensionistas locais para o desenvolvimento dessas atividades, onde conjuntamente com a Uneagro colaborou para a organização da Coopersertão, cooperativa que congrega em sua maioria produtores de leite do município e região e posteriormente na constituição do Grupo de Produtores Orgânicos Passo do Sertão composto por agricultores e agricultoras do município de São João do Sul, cuja origem demanda de algumas famílias com a pretensão de produzirem alimentos saudáveis na perspectiva da produção ecológica, mediante a redução do uso de agrotóxicos e melhor entendimento das práticas que auxiliam na recuperação e

conservação dos recursos naturais visando à produção sustentável.

A produção de orgânicos com base na agroecologia vem se constituindo como alternativa de diversificação ao monocultivo do tabaco e minimizando problemas ambientais, sociais e econômicos que se agravaram com a produção convencional. No sistema de produção orgânico ocorre a eliminação de insumos de origem sintética e são priorizados métodos que auxiliam nos processos biológicos no solo e nas plantas, como o uso de biofertilizantes, adubação verde, rotação e consorciação de cultivos dentre outras práticas melhorando consideravelmente os agroecossistemas ao longo dos ciclos, pois um solo provido de níveis altos de matéria orgânica assegura uma vida intensa e rica para a flora microbiana, pela qual a nutrição e a sanidade das plantas podem ser plenamente atendidas (BONILLA, 1992).

A crescente demanda dos consumidores por produtos orgânicos vem influenciando grandemente o interesse dos agricultores pelo cultivo de alimentos saudáveis, sem uso de contaminantes e de forma sustentável. Durante a primeira década do novo século inicia na região uma fase de organização de grupos, com muitos encontros de formação e debates sobre agroecologia, produção sustentável, alimentação, associativismo e comercialização, conjuntamente com o surgimento de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar que oportunizaram recursos para melhor se estruturarem e produzir. Esses grupos aderem a Rede Ecovida de Agroecologia responsável pela Certificação Participativa, processo que gera credibilidade aos produtos orgânicos. A rede é organizada em núcleos regionais e dessa forma é composto o Núcleo Sul Catarinense com a adesão de grupos de produtores de base agroecológica da região.

Atualmente existem cerca de 11.000 famílias produzindo orgânicos em uma área de 950 mil hectares no país, sendo 35% desses agricultores da região Sul e cuja comercialização movimentou R\$ 2,5 bilhões em 2016 (BRASIL, 2016). O consumo desses alimentos se dá por um grupo de consumidores exigentes, que possuem preocupações relativas à saúde, aos problemas ambientais e que valorizam a oferta de produtos seguros.

Em maio de 2012 ocorre em São João do Sul o Encontro Regional de Agroecologia o qual teve o objetivo de sensibilizar as famílias rurais da região Sul de Santa Catarina e Norte do Rio Grande do Sul para a importância da Agroecologia como fonte de renda e saúde. O evento foi organizado pela Epagri e Uneagro com apoio das Prefeituras de São João do Sul e Praia Grande reunindo cerca de 230 participantes. Esse encontro contou com a participação de coordenadores e técnicos da Rede Ecovida e do Centro Ecológico de Dom Pedro de Alcântara/RS, também houve momentos de troca de experiências onde agricultores que já iniciaram o processo agroecológico em suas propriedades relataram para os demais participantes suas atividades, vindo desconstruir o mito de que não é possível produzir alimentos sem usar agrotóxico e adubação de síntese química, apontando caminhos para as famílias que desejam praticar uma agricultura sustentável com base agroecológica.

Dentre as premissas do Projeto de Diversificação em Áreas de Tabaco está à promoção da agroecologia nos processos de diversificação das propriedades, nesse contexto foram realizadas varia atividade nesse sentido resultando na reconversão de sistema de produção convencional para o sistema de produção orgânica em diversas UPF. Assim em setembro de 2017 a Uneagro em parceria com a Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral – Agreco, a Epagri e o

Instituto Federal Catarinense – IFC realiza a 1ª Rodada Sul de Comercialização de Orgânicos com a finalidade de potencializar as ações que até então vem sendo realizadas junto às famílias, com vistas à comercialização da produção de orgânicos da região estimulando um processo de aproximação entre agricultores, organizações, cooperativas, associações e comercializadores de alimentos orgânicos. Esse evento contou com a participação de 105 produtores orgânicos representantes de famílias da região Litoral Norte do Rio Grande do Sul e Extremo Sul Catarinense que mantiveram contato comercial, por meio da metodologia de rodadas de negociação, com doze comercializadores representantes de organizações dos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília resultando na comercialização de R\$ 1.165.000,00 no dia do evento e projeção de vendas futuras na ordem de R\$ 3.500.000,00.

A agricultura orgânica pode ser praticada em toda a unidade produtiva ou apenas em uma fração dela, desde que haja um isolamento entre as diferentes formas de manejo, a fim de garantir que os insumos empregados na atividade convencional, assim como seus efeitos, não interfiram na parte destinada à produção orgânica (STRINGHETA & MUNIZ, 2003).

Para Meirelles (2003) a certificação serve para proteger o agricultor que se esforça para cumprir as normativas que definem a produção orgânica, cada vez mais exigente, de potenciais fraudes de seus concorrentes. Embora a Lei da Agricultura Orgânica tenha entrado em vigor em 2003, sua regulamentação só passou a vigorar em janeiro de 2011, com o marco legal da Agricultura Orgânica, que envolve a Lei, decretos e instruções normativas e está constantemente sob revisão (VENTURIN, 2014).

Descrição da região extremo sul catarinense

A região do Extremo Sul Catarinense formada por Araranguá, Jacinto Machado, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul, Turvo, Ermo, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Paso de Torres e Praia Grande, os quais compõe a Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC) possui uma população com predominância açoriana, alemã e italiana AMESC que formam um grupo de 397.122 habitantes (IBGE, 2014). A economia da região é baseada na agropecuária, com os municípios compostos por pequenas propriedades rurais com força de trabalho familiar característica da agricultura familiar que tem como base econômica o cultivo do arroz, banana, feijão, tabaco, mandioca, maracujá, milho e pecuária de leite e corte (AMESC, 2012).

São João do Sul faz divisa com Torres no Rio Grande do Sul por meio do Rio Mampituba e conta com uma população em torno de 7.000 habitantes sendo que 77,5% dessas pessoas estão na zona rural. O município se estende por uma área de 182,7 km² em uma região de planície, com relevo suave ondulado e declive não superior a 2%. A temperatura média anual é em torno de 19°C e a precipitação de 1.200 mm bem distribuída entre as quatro estações do ano, embora ocorram pequenas estiagens nos meses de verão. Em relação à luminosidade tem aproximadamente 2.000 horas de brilho solar, o que é excelente para produção de frutíferas. Possui uma altitude média de 15 m entre a faixa litorânea e os patamares da Serra Geral, está a 20 km de onde surgem os Cânions e dista 6 km da BR101, portanto localizado entre pontos turísticos e com logística que oportuniza escoar sua produção tanto para o Rio Grande do Sul como para os demais Estados do centro do País.

Características estruturais da unidade de produção familiar

A unidade de produção familiar em estudo situa-se no município de São João do Sul, no extremo Sul Catarinense e está a 9 km da sede do município e apenas 3,5 km da BR101, com vias pavimentadas até próximo a sua entrada. Assim como a grande maioria das propriedades do entorno possui energia elétrica, acesso a telefonia celular, internet e televisão via parabólica, no entanto a água para uso doméstico vem de poço artesiano e o saneamento por meio de fossa séptica.

A família é composta pelo casal e três filhos que continuam residindo no local junto com as esposas e companheiras, portanto a mão de obra é essencialmente familiar, com exceção de uma nora que exerce atividade fora da propriedade, não se dedicando integralmente à agricultura o que caracteriza a pluriatividade.

A propriedade possui uma área de 24 ha sendo 6 ha de mata preservada e 1 ha de eucaliptos, o restante é dividida em glebas, onde atualmente os cultivos são realizados em sistemas de base agroecológico, com 6 ha cultivados com milho, 2,5 ha com aipim e em 2 ha cultivam feijão, também possuem uma área destinada a fruticultura com 1 ha de pomar de pitaya e 1 ha com maracujá, além de 3 ha de potreiro com pasto nativo destinado para criação de 3 vacas de leite, 2 novilhas e 2 bois, animais que possuem para autoconsumo.

Quanto à comercialização realizam a venda dos grãos e aipim para comercializadores da região, e as frutas são negociadas para os estados do Rio Grande do Sul e São Paulo.

Histórico da unidade de produção familiar

A partir de 1988 quando o casal constituiu a família e iniciaram sua trajetória na propriedade plantavam para o autoconsumo e produziam tabaco em sistema de integração. No entanto em 1994 devido a pouca mão de obra de que dispunham e a baixa remuneração recebida pela produção decidiu buscar outra atividade, pois conforme Almeida (2008) na cadeia de produção do fumo as integradoras controlam o sistema de classificação do tabaco, geralmente rebaixando a pré-classificação feito pelos agricultores e seus familiares ocasionando na redução do valor pago a eles, causando muitas vezes em situações de endividamento, dependência e subordinação do produtor à fumageira.

A família passou no ano seguinte a produzir suínos e nessa perspectiva adquiriram cinco matrizes. Comercializavam os leitões após o desmame, no entanto não tinham contrato de venda e muitas vezes acabavam por não receber pelos animais negociados, o que resultou em desestímulo e o retorno à segurança da integração da fumageira. Embora discordando da metodologia de remuneração regressam em 2002 para o cultivo de fumo, onde os filhos com passar dos anos também vão se envolvendo nessa atividade, até o ano de 2015. Nesse período o filho mais velho se forma técnico agrícola enquanto os irmãos terminam o ensino médio.

As famílias rurais possuem uma incrível habilidade de adaptação, migrando de atividades devido a mudanças conjunturais que venham a enfrentar, sejam climáticas ou financeiras, gerando estratégias em busca de renda e qualidade de vida. Assim em 2012 se inserem no Projeto Diversificação onde através da participação em encontros, formações e troca de experiências com demais famílias envolvidas no processo

começam a fazer parte do grupo de agricultores orgânicos. Com isso em 2015 sob a influência do Projeto Diversificação iniciam a implantação de um pomar para cultivo de pitaya e junto à fumageira decidem experimentar produzir tabaco orgânico.

Produz uma área de milho crioulo, variedade de polinização aberta, no ano de 2016 com auxílio técnico da Epagri. Essas sementes de polinização aberta são materiais que podem ser multiplicados pelos próprios agricultores e guardados por vários anos, pois mantêm as características de produção entre outros benefícios (DAROLT, 2015), também plantam feijão em sistema de base agroecológica.

Nesse período através da participação junto ao grupo de produtores orgânicos Passo do Sertão a família passa a fazer parte da Rede Ecovida de Agroecologia e iniciam o processo de transição orgânica da propriedade.

A participação em grupos facilita a troca de informações e auxilia no processo de conversão, pois a certificação realizada pela Ecovida pode ser definida como um procedimento descentralizado de geração de credibilidade em rede, respeitando características locais e assegurando a qualidade dos produtos através da participação e compromisso entre agricultores, técnicos e consumidores (SANTOS, 2005).

No ano agrícola de 2017 passam a cultivar para comercialização em sistema de produção agroecológico milho, feijão, aipim, pitaya e maracujá, além de que produzem sementes de spergula para adubação verde e alimentos para autoconsumo. Desde que iniciou o processo de transição para a certificação orgânica, o manejo e conservação do solo assim como os tratos culturais são realizados conforme os métodos agroecológicos, o que possibilitou receberem a creditação pela Rede Ecovida de Agroecologia.

A área da UPF possui relevo plano e é praticamente homogênea sendo utilizada de acordo com as recomendações da certificação orgânica, com os cultivos separados em glebas protegidos por quebra ventos formados por mata nativa, eucaliptos ou cercas vivas de espécies capineiras, objetivando proteger as culturas contra os ventos fortes e o ressecamento do ar. A produção de base ecológica mais do que alimentos propicia relações entre o homem e a natureza, e confere a quem pratica essa atividade uma responsabilidade com o meio ambiente e com os próprios seres humanos (DAROLT, 2015).

Os componentes da família desde que iniciaram as atividades voltadas para o manejo agroecológico da propriedade procuram participar dos encontros do grupo de produtores orgânicos Passo do Sertão assim como de cursos e oficinas oferecidos pelo Projeto Diversificação além de trocas de experiências com demais famílias, também desenvolvem as recomendações de ATER indicadas pelos técnicos da Uneagro e Epagri local, em função disso a UPF vem se tornando uma referência no município e sendo visitada por demais interessados no sistema de produção orgânica, pois de acordo com Olinger (2010) um bom serviço de extensão, prestado em parceria com as famílias rurais, repercute favoravelmente em toda a sociedade, principalmente quanto à preservação dos recursos naturais e a produção de alimentos saudáveis e suficientes para satisfazer a demanda dos mercados consumidores nacionais e internacionais.

Quanto às estratégias de manejo utilizam práticas conservacionistas, como uso de cobertura de solo e adubação verde potencializando a produção de biomassa com vistas a melhorar a capacidade de produção do solo e aumentar sua fertilidade. Para Primavesi (2008) trabalhar ecologicamente significa manejar os recursos naturais respeitando a teia da vida.

Sempre que os manejos agrícolas são realizados conforme as características locais do ambiente, alterando-as o mínimo possível, o potencial natural dos solos é aproveitado.

Em relação a fertilização das culturas é utilizado cama de aviário, compostagem, pó de rocha e biofertilizantes, já o controle fitossanitário é realizado como meio preventivo com utilização de caldas e controle biológico. O uso de produtos alternativos, menos agressivo ao homem e à natureza, com função de repelência, atração, inseticida e fungicida aliado ao manejo adequado do solo, planta e água, garante a produção de alimentos orgânicos, sem resíduos tóxicos, além de preservar a saúde do produtor (ANDRADE e NUNES, 2001). Os tratos culturais são realizados pela família quando necessários, sendo mais frequente as capinas, e ocasionalmente o uso de caldas como preventivos. Embora a propriedade seja bastante diversificada o manejo se torna facilitado pela proximidade entre as glebas e o uso comum de fertilizantes e controles.

A respeito da mão de obra familiar o pai e os três filhos em idade adulta realizam as atividades agrícolas enquanto a mãe cuida dos afazeres domésticos, mas também atua nas atividades agrícolas. Quanto as noras uma tem sua renda advinda de atividade não agrícola enquanto as outras duas auxiliam esporadicamente nas atividades de campo, pois se dedicam as lides domésticas, atividades essenciais para o funcionamento da UPF, seja no preparo da alimentação, na higiene da casa, cuidados e reparos com as vestes da família, além do que corroborando com Carrasco (2002) cabe predominantemente às mulheres o chamado trabalho de cuidados, caracterizado por uma complexa trama de relações familiares e exercido em um contexto de relações afetivas e emocionais insubstituíveis, sobretudo a criação, a educação e a socialização das crianças, o

atendimento aos idosos e a membros da família enfermos ou com necessidades especiais.

Portanto para esse estudo serão consideradas 5 UTH's (unidade de trabalho humano) para avaliar o Nível de Reprodução Simples (NRS), e determinar a renda mínima necessária para reproduzir os meios de produção da UPF e remunerar o trabalho familiar, medido através do valor correspondente ao salário mínimo por UTH, sendo 4 UHT correspondentes as atividades do pai e três filhos, 0,5 UHT que a mãe dedica as atividades agrícolas e 0,25 UHT correspondem as contribuição esporádica das noras.

Análise econômica e social da unidade de produção familiar

A coleta de dados para realizar a análise econômica ocorreu por meio de visitas a UPF onde nesses encontros foi realizada entrevista com participação dos componentes da família. O procedimento para realização da entrevista foi guiado por um roteiro previamente determinado abordando aspectos relacionados à caracterização geral e direcionados para a análise técnica e econômica da propriedade.

Geralmente os agricultores não realizam anotações acerca de seus custos de produção, comumente sabem sobre seus desembolsos e a renda obtida com a comercialização da produção. A correta elaboração dos custos de produção permite uma leitura mais clara da realidade da atividade produtiva e possibilita um diagnóstico mais preciso da real situação da propriedade frente aos diversos cultivos, culturas e explorações desenvolvidas (ARBAGE, 2000), no entanto os resultados dos indicadores econômicos e produtivos assim como os custos de produção servem para estimar a rentabilidade da produção. Destarte realizar a análise econômica tem por objetivo avaliar a

viabilidade da UPF quanto a renda gerada pelos sistemas de produção, verificar o quanto essa renda é satisfatória para o bem-estar da família e despertar o interesse dos filhos em permanecer na atividade.

A análise econômica utilizada se dá por meio do método do Valor Agregado (VA) que permite averiguar qual o valor gerado na propriedade em um ano agrícola. Esse método não tem como objetivo principal verificar os custos de produção, mas sim determinar os resultados econômicos da UPF, sendo o que mais se aproxima da realidade dos agricultores, portanto não utiliza uma lógica empresarial da propriedade e não considera os custos de oportunidade, pois esses em pouco influenciam na tomada de decisão dentre os agricultores familiares (Neumann; Silveira, 2010, p.4). Vale ressaltar que para a análise foi estimada uma renda mínima mensal por componente da família equivalente ao salário mínimo atual que corresponde R\$ 937,00.

Fazem parte do cálculo do VA o Produto Bruto (PB), o Consumo Intermediário (CI) e a Depreciação (D). Onde o PB representa o valor bruto dos produtos e serviços gerados unicamente pela UPF durante um ano agrícola, enquanto CI é referente aos bens e serviços adquiridos e consumidos no decorrer do ciclo, sendo denominados intermediários por serem transformados no decorrer do processo produtivo, já a Depreciação é a parte proporcional dos meios de produção que não são integralmente consumidos no transcorrer de um ciclo produtivo como maquinário, equipamentos e instalações.

O Valor Agregado pode ser obtido através da equação $VA = PB - CI - D$, e diferenciado em Valor Agregado Bruto ($VAB = PB - CI$) ou Valor Agregado Líquido ($VAL = PB - CI - D$), pelo fato da Depreciação ter sido deduzida ou não do PB.

A fim de determinar a Renda Agrícola (RA) da UPF durante um ciclo produtivo, é diminuído do Valor Agregado

(VA) a Distribuição do Valor Agregado (DVA) correspondente aos impostos, taxas, financiamentos, mão de obra contratada, arrendamento, seja por possuírem parte do capital investido ou porque assumem parte dos riscos. Portanto a Renda Agrícola é a parte da riqueza gerada pela UPF correspondente ao agricultor e sua família, após a Distribuição do Valor Agregado (RA = VAL – DVA).

A seguir serão apresentados os cálculos relativos ao ano agrícola 2016/2017 onde a família produziu e comercializou milho, feijão, mandioca, pitaia e fumo orgânico. Vale observar que a produção do primeiro ano da pitaia é baixa, como qualquer frutífera.

Tabela 1 – Sínteses das contas da UPF – safra 2016/2017

	Itens	Milho	Feijã o	Aipi m	Pitaia	Farin ha milho	R\$ total
PB	Cultivo Alimentos	14.685,00	7.020,00	9.600,00	12.000,00	975,00	44.280,00
							44.280,00
CI	Semente mucunã	600,00	600,00	200,00			1.400,00
	Semente milho	300,00					300,00
	Semente feijão		390,00				390,00
	Composto orgânico	4.800,00	2.400,00	400,00	3.200,00		10.800,00
	Biofertiliz antes		150,00				150,00
	Pó de rocha				450,00		450,00

	Dipel	147,90				147,90
	Combustível	118,95	27,45			146,40
	Manutenção das maquinas e equipamentos					458,55
	Manutenção das instalações					21,50
	Total					14.264,35
VA B	(PB – CI)	(45.880,00 - 14.264,35)				31.615,65
D	Depreciação das maquinas e equipamentos					3.670,85
	Depreciação das instalações					860,00
	Total					4.530,85
VA L	(VAB – D)	(31.615,65- 4.530,85)				27.084,80
DV A	Funrural (2,3%)					1118,44
	ITR					50,00
						1.168,44
RA	(27.084,80 – 1.168,44)					25.916,36

Fonte: Autores

Em relação às culturas alimentícias produzidas na propriedade na safra correspondente a 2016/2017 embora não apresentem altos custos de produção não se traduzem em ganhos suficientes para satisfazer os componentes da família, correspondendo a R\$ 398,71 por UTH, alcançando apenas 42,55 % do salário mínimo vigente, portanto não garantindo o NRS. Esse fato ocorre principalmente em função d a baixa escala de produção, comprovando que os grãos para gerar renda devem

ser produzidos em maior escala. No entanto comparativamente o aipim apresenta uma boa rentabilidade, assim como a pitaia que no primeiro ano de produção já rendeu frutos suficientes para cobrir os gastos investidos na aquisição das mudas, as quais são perenes.

Quanto a área de cultivo do tabaco orgânico é importante ressaltar que é de responsabilidade da indústria fumageira e a creditação se dá através de Certificação por Auditoria por meio da certificadora ECOCERT. Os cálculos referentes a essa cultura estão representados a seguir.

Tabela 2 – Sistematização das contas do tabaco orgânico

	Itens	R\$ total	
PB	Tabaco orgânico	110.880,00	
CI	Insumos	45.895,32	
VAB	(PB – CI)	(110.880,00 – 45.895,32)	64.984,68
D	Depreciação das maquinas e equipamentos	1.291,40	
	Depreciação das instalações	322,85	
	Total	1.614,25	
VAL	(VAB – D)	(64.984,68 – 1.614,25)	63.370,43
DVA	Funrural (2,3%)	2.550,24	
	ITR	50,00	
		2.600,24	
RA	(63.370,43 – 2.600,24)	60.770,19	

Fonte: Autores

O tabaco orgânico apresentou altos custos de produção embora menor do que quando cultivado em sistema convencional, gerando uma renda equivalente a R\$ 934,92 para cada UTH, correspondendo a 99,7 % do salário mínimo vigente, embora próximo da renda mínima ainda se encontra abaixo do NRS, porém possibilitando a reprodução das condições estruturais da UPA e da força de trabalho familiar de forma mínima. Em relação à produção de tabaco orgânico devido a problemas na negociação com a integradora resolvem que não mais voltariam a produzir.

No ciclo agrícola que corresponde 2017/2018 a família possui toda a área da UPF em sistema de produção certificada.

Tabela 3 – Síntese das contas da UPF – safra 2017/2018

	Itens	Milho	Feijão	Aipim	Pitaya	Maracujá	R\$ total
P B	Cultivo	29.700,00	14.400,00	24.000,00	68.000,00	51.600,00	187.700,00
		187.700,00					
C I	Semente de mucunã	1.200,00	1.200,00	250,00			2.650,00
	Semente de milho	600,00					600,00
	Semente feijão		2.400,00				2.400,00
	Mudas de maracujá					1.200,00	1.200,00
	Composto orgânico	12.000,00	6.000,00	500,00	4.500,00	2.000,00	25.000,00
	Biofertilizantes	1.020,00	255,00				1.275,00
	Pó de rocha				525,00	990,00	1.515,00
	Calcário de					320,00	320,00

	concha							
	Termofosfato					1.080,00	1.080,00	
	Dipel	312,00				416,00	728,00	
	Calda Sulfocálcica	114,00				47,50	161,50	
	Combustível	267,26	67,62				334,88	
	Manutenção do maquinário e instalações							660,71
	Total							37.925,09
V A B	(PB – CI)	(187.700,00 – 37.925,09)						149.774,91
D	Maquinário	4.587,81						
	Instalações	903,00						
	Total	5.490,81						
V A L	(VAB – D)	(150.435,62 - 5.490,81)						144.944,81
D V A	Funrural	4.317,10						
	ITR	50,00						
		4.367,10						
R A	(VAL – DVA)	(144.944,81 - 4.367,10)						140.577,71

Fonte: Autores

Devido ao manejo e as práticas voltadas para produção agroecológica a UPF possui baixa dependência de insumos externos refletindo em baixos custos de produção, além de que as atividades desenvolvidas não se encontram isoladas das

demais, sendo a propriedade entendida como um sistema onde a demanda por insumos, maquinários, implementos e instalações são comuns, caracterizando desse modo uma estratégia de diversificação concêntrica.

Nesse sentido, os cálculos da análise econômica da UPF envolvem as culturas de milho e feijão, além do cultivo de aipim e das frutíferas, sendo a pitaya uma cultura perene em seu segundo ano de produção e o maracujá como nova alternativa de diversificação de cultivo anual.

Considerações finais

A diversificação da propriedade é um processo que apresenta certa complexidade, assim como a transição para a produção na perspectiva agroecológica, a qual demanda compreensão e sensibilidade em relação ao entendimento do agroecossistemas como um todo. A UPF em estudo embora já certificada continua em fase de reconversão e está focada na produção de alimentos, também é notável o quanto os componentes da família estão dispostos ao aprendizado de técnicas e manejos que tornem viáveis o processo orgânico que viabilizam os princípios da agroecologia através do reequilíbrio do solo, assim como o controle das populações de pragas e doenças.

Com base nos dados apresentados pela família através de entrevista chega-se a conclusão que a Renda Agrícola da safra 2017/2018 que resulta em R\$ 140.577,71, equivalente a 2,3 salários mínimos por UTH superando o NRS das safras anteriores, satisfazendo a qualidade de vida da família além de apresentar eficiência econômica e importância social do sistema ao garantir boa probabilidade de sucessão familiar.

O Programa Nacional de Apoio a Diversificação em Áreas de Cultivo de Tabaco, conforme o Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais (DESER, 2010) tem como proposta preparar as famílias envolvidas na produção de tabaco para a tendência de redução do tabagismo, de modo a possibilitar a diversificação da renda dos agricultores e a diminuição dos riscos à produção do fumo e é nesse contexto que a Uneagro vem agindo na região.

No entanto como gargalos apontados pela maioria das famílias envolvidas nesse processo de diversificação e descritas ao autor durante aplicação de questionário de caracterização das demais UPF atendidas pelo Projeto de Diversificação aparecem na pluralidade respostas relacionadas à insuficiência de recursos financeiros para que possam investir em novas atividades bem como a dificuldade de comercialização da produção especialmente por desconhecerem as políticas públicas assim como acessar os canais de comercialização, a exemplo do PNAE e PAA. Também é apontado o baixo conhecimento sobre outras atividades agropecuárias, juntamente à insegurança de envolvimento com cultivos distintos do tabaco e que não estejam atreladas a garantia de comercialização existente nas integradoras. Dessa forma demonstram receio em implantar uma nova atividade sem visualizar uma segurança de renda, mesmo tendo consciência de que não podem ter renda apenas uma vez no ano, como acontece com o tabaco.

Devido ao acompanhamento por parte do Projeto de Diversificação, envolvimento com o grupo de produtores orgânicos Passo do Sertão e participação em cursos e visitações a demais propriedades em processo de transição a família em questão optou por desenvolver alternativas de renda com menor dependência externa, porém inicialmente com certo receio quanto ao processo de comercialização, como é comum após

atuar anos em uma atividade como o tabaco que traz consigo a garantia de venda da produção.

Contudo ao se agregar aos demais grupos de produtores orgânicos da região que integram a Rede Ecovida de Agroecologia estão tendo a oportunidade de comercializar sua produção em mercados próximos ou através de comercializadores que levam principalmente as frutíferas para centros maiores como São Paulo e Porto Alegre. Também a partir da participação na 1ª Rodada Sul de Comercialização de Orgânicos ocorrem oportunidades de comercializar sua produção, onde iniciou tratativas para fornecer milho orgânico para a composição da ração de frangos da Associação dos Agricultores Ecológicos das Encostas da Serra Geral a Agreco.

Com base na análise econômica realizada as atividades desenvolvidas gera Nível de Reprodução Simples (NRS) eficiente e vem garantir boa probabilidade de sucessão familiar. Quanto a isso os irmãos evidenciam interesse em continuar na atividade e planejam expandir a fruticultura na UPF, inclusive com busca de maiores informações sobre esse assunto participando em eventos de agroecologia, em cursos e oficinas sobre sistemas agroflorestais, demonstrando assim a viabilidade do processo de conversão de sistemas de produção convencionais em sistemas orgânicos com a diversificação da produção e por meio de acompanhamento de ATER em uma perspectiva agroecológica.

Portanto esse estudo vem colaborar para que a família realize uma análise dos fatores internos de produção onde poderá identificar suas competências e gargalos, conjuntamente com a demanda dos mercados. Assim de forma que em posse dessas informações terá como optar sobre as melhores oportunidades de cultivo com o uso racional dos recursos humanos, naturais e econômicos com maior clareza.

Referências

ALMEIDA, G. Um novo horizonte para o controle do tabaco: aspectos socioambientais da fumicultura. *São Paulo: Aliança de Controle ao Tabagismo*, 2008. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/conteudo/118_Aspectos-Socioambientais-da-Fumicultura.pdf>. Acesso em: 14 out. 2017.

ANDRADE, L. N. T.; NUNES. M.U.C. *Produtos alternativos para controle de doenças e pragas em agricultura orgânica*. Aracaju: Embrapa-Tabuleiros Costeiros, 2001. 20p

ARBAGE, A. P. *Economia rural: conceitos básicos e aplicações*. Chapecó: Universitária Grifos, 2000. 305p.

AMESC. *Relatório do movimento econômico da Microrregião do Extremo Sul Catarinense*. Disponível em: <<http://www.amesc.com.br/>>. Acesso em: 04 out. 2017.

ANUÁRIO Brasileiro do Tabaco 2011. Disponível em: <http://www.gaz.com.br/editora/anuarios/lista_categoria/cat:25> . Acesso: 08 out. 2017.

BONATO, A. *A fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco*. DESER. Curitiba, 2006.

BONILLA, J. A. *Fundamentos da Agricultura Ecológica: sobrevivência e qualidade de vida*. São Paulo: Nobel, 1992. 260 p.

BRASIL. Secretaria Especial da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. *Banco do Brasil apresenta números para o Pronaf na Safra 2017-18*. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/banco-do-brasil->

apresentan%C3%BAmeros-para-o-pronaf-na-safra-2017-18>.
Acesso em: 22 out.2017.

_____. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 11 jan. 2010. Disponível em: <file:///D:/Felipe/Downloads/Lei_de_ATER.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017

CARRASCO, C. *A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres?* Porto Alegre: Fórum Social Mundial, 2002. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/289294263/A-sustentabilidade-da-vida-humana-um-assunto-de-mulheres-Cristina-Carrasco>. Acesso em: 06 nov. 2017

DAROLT, M. *Guia do Produtor Orgânico. Como Produzir Alimentos de Forma Ecológica*. Rio de Janeiro: Sociedade Nacional de Agricultura; Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; Centro de Inteligência em Orgânicos, 2015. 92 p.

DIESEL, V. A construção de consensos sobre o futuro da extensão rural nas organizações de cooperação internacional. In: Org. DIESEL, V.; NEUMANN, P. N.; CLAUDINO DE SÁ, V.; *Extensão rural no contexto do pluralismo institucional – reflexões a partir dos serviços de Ates aos assentamentos da reforma agrária no RS*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 35-56.

_____; SILVEIRA, P. R. C; ANDRES, M; BALEM, T. *Desenvolvimento territorial e metodologias participativas: encontros e desencontros*. 2007. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/desenvolvimentorural/textos/sober_2004_1.pdf>. Acesso em: 28 out. 2017.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS RURAIS (DESER). *Tabaco: da produção ao consumo – Uma cadeia da dependência*. Curitiba, 2010.

FERNANDEZ, S. M. *Da diversificação à especialização: origem e evolução dos sistemas produtivos de tabaco em Sobradinho/RS*. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/36389>>. Acesso em: 22 out. 2017.

FREIRE. *Pedagogia do Oprimido*. 44. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GROXKO, M. *Análise da Conjuntura Agropecuária Fumo – Safra 2015/16*. DERAL - Departamento de Economia Rural, Curitiba – PR. Disponível em: <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/2016/fumo_2015_16.pdf>. Acesso em: 16 out. 2017.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cidades: São João do Sul, SC*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=421565>>. Acesso em: 04 out. 2017.

KHATOUNIAN, C. A. *A reconstrução ecológica da agricultura*. Botucatu: Agroecológica, 2001. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20reconstru%C3%A7%C3%A3o%20ecol%C3%B3gica%20da%20agricultura.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2017.

MEIRELLES. L. *A Certificação de Produtos Orgânicos – caminhos e descaminhos*. Centro Ecológico. Ipê, RS, 2003.

NEUMANN, P.; SILVEIRA P.R. *Modelos de Análise Econômica da Unidade de Produção Agrícola*. 11f. UFSM, 20110. Notas de aula.

NEUMANN, P.; FROELICH, J. M. *Perfil dos Serviços de ATER no Brasil: análise crítica dos relatórios*. Brasília, 2004. Disponível em: <www.nead.org.br>. Acesso em: 26 set. 2017.

OLINGER, G. *Extensão Rural – definição, filosofia e princípios* por Glauco Olinger. Disponível em: <<http://www.microbacias.sc.gov.br/visualizarNoticia.do?entity.noticiaPK.cdNoticia=4976>>. Acesso em: 23 out. 2017.

PERONDI, M. A. *Metodologia de Avaliação das Políticas de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco*. Disponível em: <<https://ageconsearch.umn.edu/bitstream/113985/2/780.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

PEIXOTO, M. *Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação*. Texto de Discussão 48, Brasília, out. 2008. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/5publicações/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legis-lacao/view>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

PRIMAVESI, A. M. Agroecologia e Manejo do Solo. In *Agriculturas: revista experiências em agroecologia*, vol 5 n 3. Rio de Janeiro, RJ: AS-PTA. Setembro, 2008. p.7-10.

SANTOS, L.C.R. *Certificação participativa em rede: um processo de certificação adequado à agricultura familiar*

agroecológica no sul do Brasil. Projeto n. 52.0847/01-6 (relatório técnico final), jun. 2005, 44 p.

SECRETARIA DA AGRICULTURA DO ESTADO DE SANTA CATARINA. *Extensão rural: uma contribuição ao seu repensar*. Florianópolis: ACARESC, 1981.

STRINGHETA, P. C.; MUNIZ, J. N. *Alimentos Orgânicos: produção, tecnologia e certificação*. Viçosa: Editora UFV, 2003.

VENTURIN, L. *Sistema Participativo de Garantia – simplificando seu entendimento*. Centro Ecológico. Ipê, RS, 2014.

AVICULTURA FAMILIAR: AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ZOOTÉCNICO E ECONÔMICO EM DIFERENTES TIPOLOGIAS DE AVIÁRIOS

Tatiane Branco

Daniela Regina Klein

Maurício Portella dos Santos

Introdução

A discussão sobre a agricultura familiar vem ganhando cada vez mais legitimidade social, política e acadêmica, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do pensamento acadêmico (SCHNEIDER, 2003). Segundo Martins (2001), a agricultura familiar é uma instituição de reprodução da família, cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. Dessa forma, se mantém no contexto do desenvolvimento econômico como supridora de alimentos básicos para o mercado interno (SALVODI & CUNHA, 2010), diferenciando-se em relação à produtividade e competitividade no mercado.

O papel da agricultura familiar para a economia brasileira é notória. A agricultura familiar compõe cerca de 70% da produção de alimentos e 84,4% dos estabelecimentos agropecuários, sendo responsável por 38% do valor bruto da produção brasileira e ocupando 24,3% da área agrícola total (IBGE, 2006). No Estado do Rio Grande do Sul (RS), corresponde a 85,7% de estabelecimentos agropecuários, 30,6% da área total e detém 54% no valor de produção de alimentos (IBGE, 2006).

Entre as atividades presente na agricultura familiar está a avicultura, sendo a principal atividade em muitos municípios dos estados do Sul do Brasil, os quais encontram, na atividade, uma forma de diversificar a propriedade, movimentar a economia familiar, estimular a permanência no campo e obter melhor qualidade de vida (OLIVEIRA, 2014; DECKER & GOMES, 2016; SILVA et al., 2017). No RS, a avicultura familiar tem a participação de quase 60% na produção de frangos de corte; índice elevado quando se sabe que o Brasil é o maior exportador de carne de frango.

Nesse contexto, evidencia-se a importância da agricultura familiar para a cadeia produtiva da avicultura brasileira, tanto no que se refere aos aspectos econômicos, bem como, no notório desenvolvimento deste segmento (DECKER & GOMES, 2016). Para os agricultores familiares, a avicultura compreende uma atividade de diversificação para a propriedade rural; e também, para os pequenos produtores, que não disponibilizam área suficiente para cultivo, buscar na criação de aves, pelo sistema de integração, uma forma de geração de renda para a propriedade.

O aperfeiçoamento e investimento constante em inovações tecnológicas para melhorar a produtividade e o bem-estar animal permitem novos conceitos em sistemas de criação (ABREU & ABREU, 2011), e instalações que forneçam condições favoráveis ao melhor desempenho das aves. Com o avanço da tecnologia, da nutrição e dos equipamentos de climatização, foi possível melhorar o desempenho de frangos de corte ao longo dos anos.

A utilização de instalações com sistema de climatização resulta em melhores índices zootécnicos (MELO et al., 2008). Climatizar é adaptar o ambiente interno às condições ideais de alojamento para ave (NÄÄS et al., 2001) de forma a diminuir o

efeito das condições climáticas externas, tornando a instalação o mais independente possível. A eficiência dos sistemas de instalações é importante, pois influenciam no controle de variáveis como temperatura do ar e umidade relativa do ar, que podem afetar o desenvolvimento do lote.

Uma das formas de avaliar a eficiência produtiva de frangos de corte é analisar dados bioclimáticos e sua influência na conversão alimentar e ganho de peso do lote. Programas estatísticos aliados com modelagens computacionais são ferramentas úteis para auxiliar nesse tipo de análise, identificando quais variáveis ambientais têm maior impacto na eficiência produtiva do lote.

O objetivo do estudo foi analisar os fatores bioclimáticos (temperatura e umidade relativa do ar) e os índices produtivos e econômicos de frangos de corte (peso médio, ganho médio de peso, conversão alimentar, taxa de mortalidade, idade de abate e fator de eficiência) em dois aviários de diferentes tipologias, no período de três anos.

Material e métodos

O presente trabalho foi conduzido em dois aviários comerciais, localizados na região de Teutônia-RS, região de clima Cfa, em que a temperatura média do mês mais quente ultrapassa 22°C e a temperatura média anual é de 19,2°C (ALVARES et al., 2013). A pesquisa foi realizada utilizando um banco de dados da empresa integradora composto pela avaliação de lotes durante três anos de criação em dois aviários construídos lado a lado, um convencional e outro *Dark House*, em uma propriedade familiar.

O aviário do tipo convencional (AC) é um aviário com sistema de ventilação natural de pressão positiva, com uso de

ventiladores. Isolado lateralmente por cortinas de lona amarela, com orientação cartográfica leste-oeste, dimensões de 90x14x3 m (largura x comprimento x pé-direito) e densidade de 11aves m⁻².

O aviário do tipo *Dark House* (DH) dispõe de sistema de ventilação artificial do tipo túnel de pressão negativa contendo exaustores, com uso de painel evaporativo. O isolamento lateral por paredes de alvenaria para controle da luminosidade, orientação cartográfica leste-oeste, dimensões de 124x12x3 m (largura x comprimento x pé-direito) e densidade de 13 aves m⁻².

A linhagem dos frangos de corte utilizados era Cobb[®], criados sob o mesmo manejo, alojados no mesmo dia ou em dias próximos (máximo três dias de diferença) para minimizar as variáveis de manejo e clima local. No total, foram avaliados 20 lotes em cada tipologia de aviário (Tabela 1).

Tabela 1 – Período de duração dos lotes analisados

	Lotes	Aviário	Período do lote	Dias	Estação do ano
2013	1	DH	21/01 a 06/03	43	Verão
	1	AC	22/01 a 06/03	43	Verão
	2	DH	18/03 a 30/04	43	Outono
	2	AC	18/03 a 30/04	43	Outono
	3	DH	14/05 a 25/06	42	Outono
	3	AC	14/05 a 25/06	42	Outono
	4	DH	03/07 a 06/08	34	Inverno

4	AC	03/07 a 06/08	34	Inverno
5	DH	15/08 a 26/09	42	Primavera
5	AC	15/08 a 26/09	42	Primavera
6	DH	08/10 a 20/11	43	Primavera
6	AC	08/10 a 20/11	43	Primavera
7	DH	09/12 a 20/01/2014	42	Verão
7	AC	09/12a 20/01/2014	42	Verão

	Lotes	Aviário	Período do lote	Dias	Estação do ano
2014	1	DH	10/02 a 14/03	32	Verão
	1	AC	11/02 a 12/03	29	Verão
	2	DH	27/03 a 12/05	46	Outono
	2	AC	25/03 a 08/05	44	Outono
	3	DH	28/05 a 02/07	35	Inverno
	3	AC	27/05 a 02/07	36	Inverno
	4	DH	11/07 a 13/08	33	Inverno
	4	AC	12/07 a 12/08	31	Inverno
	5	DH	04/09 a 21/10	47	Primavera
	5	AC	26/08 a 13/10	48	Primavera
	6	DH	30/10 a 11/12	42	Primavera

	6	AC	29/10 a 05/12	37	Primavera
	7	DH	23/12 04/02/2015	a 43	Verão
	7	AC	22/12 04/02/2015	a 44	Verão
	Lotes	Aviário	Período do lote	Dias	Estação do ano
	1	DH	19/02 a 19/03	28	Verão
	1	AC	20/02 a 23/03	30	Verão
	2	DH	13/04 a 16/05	43	Outono
	2	AC	13/04 a 25/05	42	Outono
	3	DH	18/06 a 31/07	43	Inverno
	3	AC	18/06 a 03/08	46	Inverno
2015	4	DH	20/08 a 02/10	43	Inverno
	4	AC	20/08 a 01/10	42	Inverno
	5	DH	19/10 a 03/12	45	Primavera
	5	AC	19/10 a 30/11	42	Primavera
	6	DH	17/12 29/01/2016	a 43	Verão
	6	AC	16/12 28/01/2016	a 42	Verão

Do banco de dados da empresa, foram selecionadas variáveis com impacto no desempenho zootécnico e econômico das aves, como temperatura do ar, umidade relativa do ar, conversão alimentar, peso das aves, taxa de mortalidade e idade de abate.

Um dos fatores utilizados e calculados para avaliar o desempenho zootécnico foi o Índice de Eficiência Produtiva (IEP), utilizado pela empresa como medida de eficiência para remunerar os produtores, de acordo com a Equação 1.

$$\text{IEP} = \frac{\text{GP} \times \text{Viab}}{\text{CA}} \times 100 \quad (\text{Equação 1})$$

Onde:

GP = Ganho de peso (kg)

Viab = Viabilidade

CA = Conversão alimentar

Também foi calculado o ITU a partir das variáveis coletadas, de acordo com a Equação 2 (THOM, 1985):

$$\text{ITU} = t_a + 0,36 t_{po} + 41,5 \quad (\text{Equação 2})$$

Onde:

t_a = Temperatura do ar (°C);

t_{po} = Temperatura de ponto de orvalho (°C)

O delineamento experimental foi inteiramente casualizado, composto por dois tratamentos: aviário *Dark House* (DH) e aviário convencional (AC; Tabela 1). Os dados foram

submetidos à análise de variância com significância ao nível de 5% e, posteriormente, comparados os tratamentos através do teste T.

Resultados e discussão

Conforto térmico

Entre as variáveis climáticas que afetam o desempenho do lote estão: a temperatura, a umidade relativa e a velocidade interna do ar, que se diferem conforme o tipo da instalação e o clima regional. As médias das variáveis climáticas analisadas mantiveram-se dentro do limite ideal de conforto dos frangos de corte que se situa entre 20 e 27°C e umidade relativa do ar entre 50 a 70% (ABREU & ABREU, 2011; FURTADO et al., 2003; MEDEIROS et al., 2005). Assim como o índice de temperatura e umidade do ar (ITU) mantiveram um índice de conforto ambiental adequado (abaixo de 74) para todos os períodos de criação (Tabela 2).

Tabela 2 – Variáveis climáticas internas de aviário *Dark House* (DH) e Convencional (AC), de acordo com a estação do ano.

	Verão		Outono		Inverno		Primavera	
	DH	AC	DH	AC	DH	AC	DH	AC
Tin	24,85	24,15	17,76	24,15	15,00	18,29	20,45	20,96
t	±1,0	±1,0	±1,9	±2,2	±0,9	±4,5	±2,5	±2,2
UR	73,88	74,37	78,55	80,50	79,60	73,15	74,10	72,85
int	±4,7	±2,9	±2,4	±5,9	±3,4	±5,9	±1,0	±1,3
IT	73,11	72,22	64,22	63,74	60,62	64,21	67,30	67,72
U	±1,2	±1,3	±2,5	±3,2	±0,8	±5,6	±3,2	±3,2
Tex	24,39	24,07	17,90	17,52	15,20	18,16	20,62	20,40
t	±0,7	±0,8	±2,3	±2,9	±0,4	±4,0	±1,9	±2,6

Tint, temperatura interna; URint, umidade relativa interna; Text, temperatura externa; DH, aviário *Dark House*; AC, aviário convencional. Não houve diferença significativa ($p > 0,05$)

Os índices bioclimáticos no interior do aviário afetam direta e indiretamente o bem-estar, produtividade e sobrevivência dos frangos de corte. Uma maneira de indicar a condição térmica interna é através da mensuração da temperatura ambiente (JENTZSCH, 2002), medida de fácil mensuração e aplicação ambiental, além de servir como base para determinar as características climáticas regionais, por meio do estudo das médias durante um determinado período.

A definição de um modelo de edificação capaz de proporcionar melhor conforto térmico, tanto para os dias quentes, e que permita o isolamento para os dias frios, ainda é um desafio (TINÓCO, 2001; FURTADO et al., 2003; BUENO & ROSSI, 2006). Para atender as condições de isolamento, as instalações devem possuir dispositivos flexíveis que permitam controlar o ambiente interno do aviário (ABREU & ABREU, 2001). Entretanto, grande parte das produções de frangos de corte ainda utilizam aviários convencionais, os quais são muito afetados pelo clima externo.

O que se observa é que aviários DH conseguem manter a temperatura interna mais baixa em meses de temperaturas externas elevadas (verão). Muitas vezes, erros de manejo acabam interferindo no conforto ambiental, como observado no verão, em que a temperatura interna do ar obteve mais de 6°C de diferença em relação à externa em aviário AC.

Garantir uma ambiência adequada para que os frangos de corte possam expressar seu potencial genético é fundamental para a produtividade e a viabilidade econômica da avicultura. Variáveis ambientais, como a temperatura e umidade relativa do ar no interior dos aviários tem grande influência no desempenho do lote (MOURA, 2001; PEREIRA et al., 2007; BIAGGIONI et al., 2008).

Produtividade animal

Melhor peso médio corporal e ganho médio diário, em aviário DH e AC, foram registrados no outono e na primavera, períodos de temperaturas amenas (Tabela 2). Aviários climatizados apresentam resultados satisfatórios nos quesitos de desempenho, como maior peso médio e ganho médio de peso corporal, independente da estação do ano (VERDI et al., 2009;

GALLO et al., 2009; SOUZA et al., 2010; ROVARIS et al., 2014). Souza et al., (2010) avaliaram o desempenho de frangos de corte em diferentes sistemas de automatização e estações do ano e concluíram que aviários não-automatizados apresentaram maiores médias de peso vivo nos períodos mais frios do ano, comparado com aviário semiautomatizado ou automatizado.

Tabela 3– Desempenhos de frangos de corte em diferentes épocas do ano, em aviário *DarkHouse* (DH) e Convencional (AC).

Época do ano	Verão		Outono		Inverno		Primavera	
	DH	AC	DH	AC	DH	AC	DH	AC
Aviário								
IA (dias)	39	39	41	40	40	40	43	40
PM (Kg)*	2,330	2,160	2,660	2,510	2,550	2,370	2,810	2,420
GMD(g)*	59,34	55,13	63,06	62,20	62,26	57,81	64,70	59,48
CA	1,60	1,60	1,64	1,64	1,61	1,65	1,69	1,66
MORT (%)	1,75	1,87	2,79	3,06	2,35	2,82	2,39	2,05
IEP*	363,05	337,55	373,91	367,07	381,13	339,33	374,89	350,64

IA, idade de abate; PM, peso médio do lote; GMD, ganho de peso médio do lote; CA, conversão alimentar; Mort, mortalidade; IEP, índice de eficiência; DH, aviário Dark House; AC, aviário convencional

*Médias com diferença significativa ($p < 0,05$).

A conversão alimentar não teve diferença entre as estações analisadas neste trabalho, possivelmente devido às temperaturas externas que não tiveram diferenças significativas, representando períodos de poucas condições de temperaturas

elevadas. Souza et al., (2010) estudaram o efeito das quatro estações do ano, na região norte do Paraná, sobre o desempenho de lotes de frangos de corte aos 43 dias de idade, e relataram que lotes do período de inverno obtiveram conversão alimentar de 1,74; no verão de 1,66; na primavera, 1,58 e no outono uma conversão alimentar de 1,65. Bueno & Rossi (2006) comprovaram que nas estações verão-outono e inverno, em aviário de pressão positiva, apresentaram melhor conversão alimentar.

Rovaris et al. (2014) e Nowicki et al. (2011) não encontraram diferença significativa na taxa de mortalidade entre os aviários analisados (DH e AC), assim como o observado nesse trabalho. Diferindo de Souza et al. (2010) que constataram que, nos períodos mais quentes do ano, as médias de mortalidade foram maiores em sistemas automatizados (2,24%) e semi automatizado (2,31%), diferindo significativamente do sistema não-automatizado (1,69%).

O aviário DH apresentou melhor índice de eficiência produtiva quando comparado ao de tipologia AC, fato que se deve principalmente ao maior ganho de peso médio das aves. Quanto maior esse índice, melhor o desempenho total do lote e maior a remuneração do produtor.

A boa produtividade e viabilidade econômica da avicultura dependem do tipo de instalação, e do cuidado com a ambiência nas diferentes estações do ano.

Análise econômica

A avaliação de índices zootécnicos é utilizada para tomada de decisão na avicultura. Sendo assim, a avaliação do desempenho produtivo de frangos de corte é realizada por meio da análise de índices zootécnicos como: o consumo de ração das

aves, o ganho de peso total, a conversão alimentar, o peso vivo médio, o peso médio de abate e a taxa de mortalidade (MENDES et al., 2004; SARMENTO et al., 2005; CARVALHO et al., 2009).Entretanto, a melhor avaliação para uma empresa é a econômica, mas nem sempre o melhor desempenho zootécnico implica no melhor resultado econômico (CALDAS et al., 2015), por isso, deve-se apresentar uma inter-relação entre essas variáveis.

Frangos de corte criados em aviário DH apresentaram 0,311 Kg a mais de peso médio final do que em aviário AC e também possuíram maior IEP (372,96), embora a conversão alimentar tenha tido o mesmo valor para os dois aviários (1,62; Tabela 4).Os dados corroboram com Verdi (2009) e Rovaris (2014) que, em seus estudos, aviários DH apresentaram maiores ganhos de peso se comparados aos AC.

Tabela 4– Desempenho geral de frangos de corte criados em aviário DH ou AC.

Aviário	PM	PMD	CA	Mort	IEP*	IA
DH	2,549±0,5	61,94±7,1	1,62±0,0	2,28±2,2	372,96±30,5	40±5,0
AC	2,286±0,5	57,72±7,7	1,62±0,0	2,42±1,1	346,68±36,1	39±5,8

IA, idade de abate; PM, peso médio do lote; GMD, ganho de peso médio do lote; CA, conversão alimentar; Mort, mortalidade; IEP, índice de eficiência; DH, aviário Dark House; AC, aviário convencional.

Realizando algumas análises econômicas de receita bruta com base no preço atual do frango vivo (R\$ 2,55 o quilo), observou-se o valor de R\$ 670,65 por lote criado a mais. Considerando sete lotes por ano, obtém-se R\$ 4.694,55 a mais no aviário DH.

Levando em consideração que a média de pintos alojados em aviário DH é de 26000 (densidade de criação de 13 aves m⁻²) e em aviário AC, de 14000 pintos (densidade de criação de 11 aves m⁻²), bem como, considerando que se consiga realizar sete lotes no ano, ao final de um ano de produção, obtém-se 84000 frangos a mais em aviário DH.

A mortalidade foi 0,14% menor em aviário DH, o que corresponde a mais 364 frangos entregues; gerando, em um ano, R\$ 6.497,40 na receita bruta do aviário DH.

Estudos sobre instalações avícolas são necessários, pois novas tecnologias são empregadas e mudanças são importantes para o melhor desempenho e bem-estar de aves e dos produtores rurais. A análise de viabilidade econômica entre os aviários de tecnologias diferenciadas, tendo vista o gerenciamento de custos e receitas, será validada com a continuação dessa pesquisa.

Considerações finais

A agricultura familiar é responsável pela maior parte da produção de alimentos no país. A avicultura é uma atividade que proporciona diversificação da propriedade familiar, e com as inovações tecnológicas na avicultura de corte para melhor produtividade e bem-estar do frango de corte, essa atividade passou a ser mais rentável.

A análise de conforto térmico através do índice de ITU demonstrou um conforto ambiental adequado nas duas tipologias de aviários, independentemente da época de criação do lote.

O desempenho de frangos de corte em aviário *Dark House* é melhor do que em aviário convencional, gerando maior renda para o produtor familiar.

Referências

ABREU, V. M. N.; ABREU, P. G. Os desafios da ambiência sobre os sistemas de aves no Brasil. *Revista Brasileira de Zootecnia*, (supl. Especial), v.40, p.1-14, 2011.

ALVARES, C. A., STAPE, J. L., SENTELHAS, P. C., DE MORAES, G., LEONARDO, J., SPAROVEK, G.. Köppen's climate classification map for Brazil. *MeteorologischeZeitschrift*, v. 22, n.6, 711-728, 2013.

BIAGGIONI, M. A. M.; MATTOS, S. P. J.; TARGA, L. A. Desempenho térmico de aviário de postura acondicionado naturalmente. *Semina: Ciências Agrárias*, v.29, p.961-972, 2008.

BUENO, L.; ROSSI, L. A. Comparação entre tecnologias de climatização para criação de frangos quanto a energia, ambiência e produtividade. *Rev. Bras. de Eng. Agríc. e Amb.*, v.10, n.2, p.497-504, 2006.

CALDAS, E. O. L.; LARA, L. J. C.; CARDEAL, P. C.; QUEIROZ MATIAS, C. F. Análise econômica da produção de frangos de corte sob contratos de integração em pequenas unidades familiares. *Rev. Org. Rurais & Agroindustriais*, v. 17, n. 3, p. 351-368, 2015.

CARVALHO, J. C. C.; BERTECHINI, A. G.; FASSANI, E. J.; RODRIGUES, P. B.; PEREIRA, R. A. N. Desempenho e características de carcaça de frangos de corte alimentados com dietas à base de milho e farelo de soja suplementadas com complexos enzimáticos. *Revista Brasileira de Zootecnia*, v.38, n.2, p.292-298, 2009.

COBB[®] - Vantress. 2015. *Broiler Management Guide*. Arkansas: Cobb-Vantress USA, 73p. 2015.

DECKER, S. R. F. & GOMES, M. C. Análise do desempenho e participação da agricultura familiar na avicultura de corte na região sul do Rio Grande do Sul/Brasil. *Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável*, v.6, n.1., p.15-25, 2016.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 18, n. 51, p. 99-120, 2003.

FURTADO, D. A.; AZEVEDO, P. V.; TINÔCO, I. F. F. Análise do conforto térmico em galpões avícolas com diferentes sistemas de condicionamento. *Rev. Bras. de Eng. Agríc. e Amb*, v. 7, n. 3, p. 559-564, 2003.

GALLO, B. B. *Dark house: manejo x desempenho frente ao sistema tradicional*. Ergomix. 2009. Disponível em: <http://pt.engormix.com/MAavicultura/administracao/artigos/dark-house-manejo-desempenho-t147/124-p0.htm>. Acesso em 12 de outubro de 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo agropecuário: primeiros resultados – São Paulo*. Rio de Janeiro; 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria>. Acesso em 28 de setembro de 2017.

JENTZSCH, R. *Estudos de modelos reduzidos destinados à predição de parâmetros térmicos ambientais em instalações agrícolas*. 2002. 103 p. Tese (Doutorado em Construções Rurais e Ambiência) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2002.

MARTINS, J. S. Ímpares sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil. Santiago Chile, 2001.

MEDEIROS, C. M. BAÊTA, F. C.; OLIVEIRA, R. F.M.; TINÔCO, I. F. F.; ALBINO, L. F. T.; CECON, P. Índice térmico ambiental de produtividade para frangos de corte. *Rev. Bras. de Eng. Agríc. e Amb*, v. 9, n. 4, p. 660-665, 2005.

MELO, C. O.; SILVA, G. H. da ; ESPERANCINI, M. S. T. Análise econômica da produção de frango de corte sob condições de risco no estado do Paraná. *Ciência e Agrotecnologia*, Lavras, v. 32, p. 1919-1926, 2008.

MENDES, A. A.; NAAS, I. A.; MACARI, M. *Produção de Frangos de Corte*. Campinas: FACTA; 2004. 356 p.

MOURA, D. J. de. Ambiência da Produção de aves de corte. In: SILVA, I. J. O. da. (Org.). *Ambiência na produção de aves em clima tropical*. Jaboticabal: FUNEP, v.2, p. 75-149, 2001.

NÄÄS, I. A.; MIRAGLIOTTA, M. Y.; ARADAS, M.E.C.; SILVA I.J.O.; BARACHO M.S. Controle e sistematização em ambientes de produção. In: DA SILVA, I. J. O. (Ed.) *Ambiência na produção de aves em clima tropical*. Piracicaba, v. 1, p. 165-200, 2001.

NOWICKI R, BUTZGE E, OTUTUMI LK, JÚNIOR RP, ALBERTON LR, MERLINI, et al. Desempenho frango de corte criados em aviários ACencionais e escuros. *Arq ciência veterinária e zoologia*, v. 14, n. 1, p. 25-28, 2011.

OLIVEIRA, K.V; CAVICHIOLI, C; ANDREAZZI, M.A; SIMONELLI, S.M. Sistema *darkhouse* de produção de frangos

de corte: Uma revisão. In: *Anais Eletrônico VII Mostra Interna de Trabalhos de Iniciação Científica*, 2014, Maringá.

PEREIRA, D. F.; SALGADO, D. D.; NÄÄS, I.A.; PENHA, L. J.; BIGHI, C. A. Efeitos da temperatura do ar, linhagem e período do dia nas frequências de ocorrência e tempos de expressão comportamental de matrizes pesadas. *Engenharia Agrícola*, v. 27, n. 3, p. 596-610, 2007.

ROVARIS, E.; CORRÊA, G. S. S.; CORRÊA, A. B.; CARAMORI JUNIOR, J. G.; LUNA, U. V.; ASSIS, S. D. Desempenho de frangos de corte criados em aviários dark house versus Convencional. *PUBVET*, Londrina, v. 8, n. 18, 2014.

SAVOLDI, A. & CUNHA, L. A. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, Pronaf e a modernização da agricultura no sudoeste do Paraná na década de 1970. *Revista Geografar*, Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun. 2010.

SARMENTO, L. G. V.; DANTAS, R. T.; FURTADO, D. A.; NASCIMENTO, J. W. B. DO; SILVA, J. H. V. Efeito da pintura externa do telhado sobre o ambiente climático e o desempenho de frangos de corte. *Rev. Agropecuária Técnica*, v.26, n.2, p.152-159, 2005.

SILVA, Y. F.; ARRUDA, A. A.; RAPASSI, R. M. A. Análise dos custos de produção de frango de corte, na região norte do estado de São Paulo. 2017. Disponível em: http://www.feis.unesp.br/Home/Eventos/encivi/viencivi-2012/silva_analise-dos-custos-de-producao-de-frango-de-corte_12_final.pdf. Acesso em 3 de novembro de 2017.

SOUZA, V. L. F.; BURANELO, G. S.; GASPARINO, E.; CARDOSO, R. M.; BARBOSA, M. J.B. Efeito da

automatização nas diferentes estações do ano sobre os parâmetros de desempenho, rendimento e qualidade da carne de frango de corte. *Acta scien anim sci*, v. 32, n. 2, p. 175-181, 2010.

THOM, E. C. the discomfort index. *Weatherwise*, v. 12, n. 1, p. 57-60, 1959.

TINÔCO, I. F. F. Avicultura industrial: novos conceitos de materiais, concepções e técnicas construtivas disponíveis para galpões avícolas brasileiros. *Revista Bras. de Ciên. Avíc.*, , v. 3, n. 1, p. 1- 26, 2001.

VERDI, P. Sistemas de automação em dark house para ambiência de frango de corte. *Workshop Embrapa suínos e aves*. 2009.

SOBRE OS AUTORES

Adriana Rita Sangalli

Graduada em Ciências Contábeis (UFMS); Mestre em Agronegócios (UFGD); Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PGDR/UFRGS) e Técnica de Nível superior (UEMS). Pesquisadora nas áreas desenvolvimento rural sustentável, agricultura familiar e agroecologia. Participante do grupo de pesquisa Economia do Desenvolvimento (UFGD).

Alcemir Antonio Bagnara

Bacharel em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial (UERGS); Acadêmico do Curso de Administração (UERGS); Pós-graduado em Produção e Gestão Agrícola (URI) e Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável pela (UERGS). E-mail: alcebagnara@gmail.com

Amanda Guareschi

Graduada em Economia (UFSM); Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS); Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PGDR/UFRGS) e; Professora na Universidade de Passo Fundo (UPF). Pesquisa a temática de segurança alimentar e nutricional e as políticas públicas para a agricultura. Estuda o comportamento do consumidor e os determinantes de consumo.

Ana Luisa Araújo de Oliveira

Graduada em Agronomia (UNEMAT); Mestre em Engenharia Agrícola, área de concentração de Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável (FEAGRI/UNICAMP) e; Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável (PGDR/UFRGS). Tem

interesse nos seguintes temas: desenvolvimento rural, políticas públicas, meio ambiente e agricultura.

Cleunir Augusto Paris

Pós-graduando em Gestão de Agroindústrias (Unyleya); Acadêmico do curso de Administração (UERGS); Pós-Graduado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável (UERGS); Bacharel em Desenvolvimento Rural Sustentável e Agroecologia (UnC); Técnico em Agropecuária (IFC). Atua como Extensionista Rural Social da EMATER/RS. E-mail: cleuniraugusto@gmail.com

Daniela Regina Klein

Graduada em Zootecnia (2013) e Mestre em Produção Animal (2016) pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Atualmente cursando Bacharelado em Estatística – UFSM. Tem experiência nas áreas de ambiência e zootecnia de precisão.

Eliandra Gomes Marques

Formada em Letras (UFSM), com especialização em Educação Ambiental (UFSM) e Mestrado em Educação (UFSM); professora da rede estadual do Rio Grande do Sul e no PIAPE da UFSC–Araranguá. Atuou como assessora técnica em economia solidária em diversos projetos no Brasil; e ministrou aulas na Universidad Complutense de Madrid (Espanha) e Universidade do Porto (Portugal).

Gabriela Dambrós

Possui graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2011). Especialização em Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas à Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio pela Universidade

Federal de Santa Maria (2015). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018). Professora da educação básica.

Gilmar Laforga

Possui graduação em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal de Uberlândia (1991), mestrado (1999) e doutorado (2004) em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos. Professor da Universidade do Estado de Mato Grosso (Extensão Rural), desde 2005 no curso de Agronomia.

Idiane Mânica Radaelli

Graduada em Administração-Universidade Estadual do Rio Grande do Sul- UERGS, Mestre em Desenvolvimento-Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul-UNIJUI, doutoranda em Ciências Sociais-Universidade do Vale dos Sinos- UNISINOS. Atualmente professora da Universidade do Oeste de Santa Catarina- UNOESC.

Jhonatan Munaretto Imlau

Mestre em Contabilidade (UFSC); Especialista em Contabilidade e Controladoria (UNOCHAPECÓ); Bacharel em Ciências Contábeis (UNOCHAPECÓ). Atua como Extensionista Rural Social da EMATER/RS.E-mail: jhonatanimlau@gmail.com.

José Roberto Rambo

Engenheiro Agrônomo pela Universidade Federal de Santa Maria (2005) com Especialização em Educação do Campo e Agricultura Familiar Camponesa pela Universidade Federal do Paraná (2007), Mestrado em Ciência do Solo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010) e Doutorado em

Agronomia (Especialidade - Sistemas de Produção) pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - Faculdade de Engenharia de Ilha Solteira. É Professor do Curso de Agronomia da Universidade do Estado de Mato Grosso, Campus Universitário de Tangará da Serra.

Kátia Gomes da Silva Amaro

Licenciada em História pela Universidade do Estado de Mato Grosso (2007), Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2010- 2012). Atualmente é professora efetiva da rede pública estadual de ensino de Mato Grosso.

Leonice Aparecida de Fátima Alves Pereira Mourad

Doutoranda em Geografia (UFSM); Doutora em História da América Latina (UNISINOS); Mestra em Geografia (UFSM), História da América Latina (UNISINOS); Especialista em Metodologia do Ensino Superior (UNISINOS); Graduada em Direito e História (UNISINOS), Ciências Sociais e Geografia (ULBRA) e Agricultura Familiar e Sustentabilidade (UFSM). Atua como Docente na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) – Santa Maria (RS). E-mail: profleo@ig.com.br.

Luiz Felipe Gomes Uberti

Possui graduação em Zootecnia e é Tecnólogo em Agricultura Familiar e Sustentabilidade, com Pós-Graduação em Educação Ambiental. Atua como agente de ATER junto aos Agricultores Familiares através da UNEAGRO, auxiliando na produção sustentável de alimentos, sua comercialização e no estudo da viabilidade econômica dessas atividades.

Maria Henriqueta dos Santos Gomes

Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal do Mato Grosso (2010). Mestre em História pela Universidade

Federal de Mato Grosso (2012). Atualmente é docente da educação básica no SESI Escola e docente do ensino superior da Faculdade Cuiabá – FAUC.

Marluza Marques Harres

Possui graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1983). cursou mestrado (1992) e doutorado em História (2002) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Atualmente é professora titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Tem experiência em pesquisa e orientações de mestrado e doutorado, atuando principalmente nos seguintes temas: história política, história ambiental, história agrária e movimentos sociais.

Maurício Portella dos Santos

Doutorando em Produção Animal na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Tem experiência nas áreas de ambiência e zootecnia de precisão, atuando principalmente com instalações e índices de conforto para frangos de corte. É graduado em Zootecnia pela UFSM (2012), graduado no Programa Especial de Formação de Professores pela UFSM (2014) e mestre em Produção Animal pela UFSM (2015).

Michelle Nunes De Moraes

Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Mestre em História pela Universidade de Brasília, Licenciada em História e especialista em Psicopedagogia pelo Centro Universitário do Leste de Minas Gerais. Dedicar-se à temática dos conflitos agrários e movimentos sociais do campo.

Raimundo Nonato Cunha de Franca

Graduado em Ciências Sociais, com habilitação em Ciência Política, pela Universidade Federal do Acre (2002). É mestre em

Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006) e é doutor em Ciências Sociais na Área de Concentração: Política, Desenvolvimento e Sociedade. É professor Adjunto na Universidade do Estado do Mato Grosso.

Samuel Mânica Radaelli

Graduado em Direito- Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul- Unijui, Mestre em Direito Público- Universidade do Vale dos Sinos- Unisinos, Doutor em Direito-Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC. Atualmente professor Instituto Federal do Paraná- IFPR.

Tatiane Branco

Zootecnista (2013) e Mestra em Produção Animal (2017), formada pela Universidade Federal de Santa Maria. Também é Tecnóloga em Agricultura Familiar e Sustentabilidade pela mesma Universidade. Atualmente é doutoranda em Engenharia Agrícola pela Faculdade de Engenharia Agrícola da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência nas áreas de ambiência e bem-estar de frangos de corte.

Zenicléia Angelita Deggerone

Doutoranda em Desenvolvimento Rural (UFRGS); Mestra em Ambiente e Desenvolvimento (UNIVATES); Bacharel em Administração (UERGS). Atua como Docente na Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) – Unidade em Erechim (RS). E-mail:zenicleiadeggerone@gmail.com